

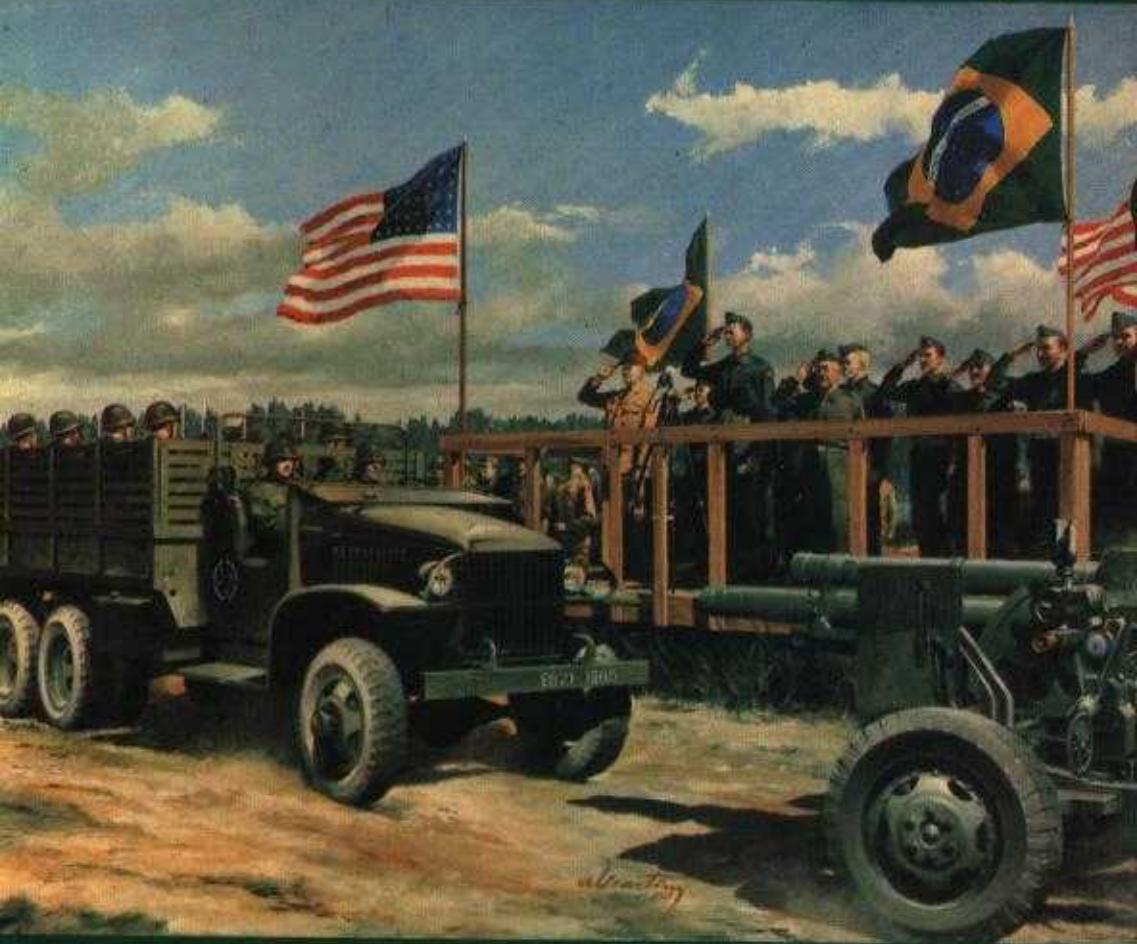
ISSN - 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Nº 765 - JUL/SET-94



**Perspectivas para um
futuro sistema de
segurança hemisférica**

Gleuber Vieira

RENDE O MAIOR PERCENTUAL QUE VOCÊ JÁ VIU.

CADERNETA
DE POUPANÇA
OURO
A poupança do Brasil.

Rende mais
segurança,
rende grandes
investimentos
na agricultura,
rende uma
enormidade
para você e
para o seu
País.

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320790

290637

v.76, n.765, jul/set. 1994. DFD



BANCO DO BRASIL

Bom para você.
Bom para o Brasil.



EDITORIAL

EXTEMPORANEIDADE NECESSÁRIA

Nos "Destques da Imprensa" desta edição, estão reproduzidos dez artigos publicados no Jornal do Brasil e em O Globo, abordando os acontecimentos político-militares de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos.

Parece extemporâneos, mas se explica.

Pelo cronograma de produção da nossa revista, a matéria da edição relativa a um trimestre é entregue, para composição, antes de findo o trimestre anterior. Com isto, os artigos acima referidos acabaram deixando de ser destacados para a edição de abril/junho, como seria desejável, e "A Defesa Nacional" pareceu omissa, diante de tanta coisa que se escreveu sobre a revolução de 64, nas vizinhanças do dia de seu 30º aniversário.

Assinados por civis e militares diretamente envolvidos no processo revolucionário — apoiando-o ou contestando-o — e por pessoas dele desvinculadas, os artigos contêm testemunhos, análises e apreciações de fatos e aspectos ligados ao episódio e aos seus resultados, sem se deixarem contaminar pelo preconceito, pelo emocional e pelo maniqueísmo, tantas vezes presentes nas abordagens dos temas.

Regime autoritário, ditadura, ou democracia consentida, resultante de uma revolução, contra-revolução, ou de um golpe-de-estado — o nome que lhe deem é o que menos importa — o ciclo de presidentes militares foi, em essência, uma tentativa a mais de ensinar, ao País, o caminho da ordem para a construção do progresso, fiel ao lema que fizeram escrever, na Bandeira, os fundadores da nossa República.

Faltou-lhe, porém, intimidade com as manhas do jogo político, para administrar suas proposições. E acabou sem chegar aonde pretendia.

O baixo nível de credibilidade das instituições políticas e dos homens públicos com que hoje convive a sociedade brasileira pode levar a pensar-se que as entrelínhas da nossa extemporaneidade editorial abriguem algum apelo ao retorno do regime extinto.

Nada tem a ver. O que nossos "Destques" procuram, isto sim, é fornecer, às novas gerações, argumentos que se contraponham às versões distorcidas e tendenciosas que lhes querem passar.



(Fac-símile da portada do N° 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente

Gen Bda Álvaro Henrique Viana de Moraes

Diretor-Secretário

Cel Art e EM (R1) Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Inf Marco Antônio Cunha

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira
Bittencourt

Conselheiros

Cel Art e EM (Ref) Luiz de Alencar Araújo
Cet Prof (R1) Celso José Pires

Conselho Fiscal

Cel Art QEMA Ronaldo José Figueiredo Cardoso
Cet Inf QEMA Alberto de Albuquerque Cordeiro
Cet Art QEMA Oscar Augusto Teixeira Neto

Suplementos

Cel Art QEMA José Luiz Freitas
Ten Cel Eng Paulo de Oliveira Lisboa
Ten Cel Art Jair Romão de Souza

Publicação TRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de Números Avulsos são feitas na Administração. Tel. (021) 253-4628. As importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual (Brasil): R\$ 18,00

Os concursos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Sócio expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados, em laudas, com 30 linhas, em espaço duplo, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhados de uma síntese do currículo e de uma fotografia 3 x 4 do autor.

NOSSA CAPA

Óleo sobre tela do prof. Álvaro Martins - acervo da pinacoteca da BIBLIEX - A obra reverencia o desfile da FEB durante a solenidade do dia do soldado, em 25 de agosto de 1994, na região de Vada, Itália. Retratados o general Mark Klark, comandante do V Exército do EUA, o general Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira e o Comandante do Corpo Expedicionário Francês, Chabedec de Lavalade.





Revista
A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe

Gen Bda Reinaldo Palma Sampaio

Redator-Executivo

Cel Eng EM Virgílio da Veiga

Conselho Editorial

Col Inf QEMA Clóvis Purper Bandeira

Col Inf EM Luiz Henrique Gomes Pires

Col Inf EM Hélio Ribeiro Alves

Ten Cel Inf QEMA Ângelo Azevedo Costa

Ten Cel Com QEMA Ricardo José do Amaral

Caldeira

Ten Cel Inf QEMA José Luiz D'Ávila

Fernandes

Ten Cel Eng QEMA Ismar Ferreira da Costa

Filho

Ten Cel Com QEMA Gerson Gomes Novo

Maj Art QEMA Geraldo Gomes de Matos Filho

**PRODUÇÃO GRÁFICA E
PUBLICIDADE**

UNLIKE Sistemas de Marketing

Rua Sorocaba, 264 - Botafogo

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL 22.271-110

Tel.: (021) 266-7898

FAX: (021) 266-5167

EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar

Ala Marcellino Dias

Rio de Janeiro, RJ - BRASIL

20.221-260

Tel.: (021) 253-7535

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-

MAIOR DO EXÉRCITO

Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro,

RJ - BRASIL - 22290-270

Tel. (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205.

FAX (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias

Praça Duque de Caxias, 25 - Terreiro - Rio de

Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260

Tel.: (021) 253-4628

A DEFESA NACIONAL

Nº 765 - Jul/Set - 1994

| | |
|---|-----|
| Editorial | 01 |
| Perspectivas Para um Futuro Sistema de Segurança Hemisférica | |
| <i>Gleuber Vieira</i> | 04 |
| A Ocupação dos Espaços Vazios no Território Brasileiro | |
| <i>José de Sá Martins</i> | 14 |
| A Sociedade da Informação e a Infocracia | |
| <i>Marcello Praça Gomes da Silva</i> | 25 |
| Política Internacional (1945-1993) : Bipolaridade e Multipolaridade | |
| <i>Therezinha de Castro</i> | 33 |
| O Desembarque Anfíbio de Salerno e sua Influência nas Operações do TO Italiano | |
| <i>Waldir José Rebuske</i> | 45 |
| As Grandes Crises Nacionais Portuguesas (Conclusão) | |
| <i>Henrique Manuel Lages Ribeiro</i> | 74 |
| A Pesquisa e a Pós-Graduação Visando à Qualidade no Exército Brasileiro | |
| <i>Francisco de Sá José da Cunha Pires Soeiro</i> | 88 |
| As Transmissões na FEB | |
| <i>Antônio Sérgio Geromei</i> | 102 |
| Aspectos Trabalhistas do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade | |
| <i>Marcelo Affonso Monteiro</i> | 108 |
| Aconteceu na ECEME | 113 |
| Comentários | 117 |
| Destaques da Imprensa | 125 |
| Informações | 142 |
| Resumos de Monografias | 152 |



Perspectivas para um Futuro Sistema de Segurança Hemisférica*

Gleuber Vieira

O artigo reproduz a participação do autor como painelista de Simpósio realizado na Universidade de Miami, entre 22 e 25 Fev 94. O Simpósio foi co-patrocinado pelo Centro de Estudos Norte-Sul da Universidade de Miami, pela National Defense University, pela junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA e pelo Comando Sul das Forças Armadas dos EUA. Englobou seis diferentes painéis com debates e reuniu representantes militares e civis, estes sobretudo da área acadêmica, envolvendo quase todos os países americanos.

O termo "perspectivas" exige, em certo grau, mergulhar em terreno muito perigoso: o do estudo perspectivo. Hoje, os mais destacados cientistas políticos têm sido muito prudentes na formulação de cenários futuros, estigmatizados que ainda se encontram pela surpreendente velocidade da fragmentação do bloco soviético, alguns anos atrás.

É absolutamente comprensível que se conservem cuidadosos. Vivemos em um mundo incerto e em franca transformação. A única certeza que se pode alimentar é que o mundo atravessa ampla transição, embora, até o momento, não se possa definir exatamente a direção para a qual essa transição aponta.

De qualquer modo, a abordagem do tema proposto requer uma apreciação preliminar da arena global em que os Estados-atores esgrimem, valendo-se tanto de armas tradicionais quanto de outras novas que a conjurada oferece.

Alguns desses atores tentam preservar e manipular o poder. Outros lutam por um lugar ao sol. E há os que apenas tentam sobreviver.

Após breve abordagem da presente conjuntura mundial, será possível delinear uma visão, tão realística e precisa quanto possível, do cenário continental. Nesse ponto, o campo estará propício para tentar a identificação dos fatores que influenciarão mais intensamente a questão da segurança hemisférica em um futuro previsível.

*Selecionado pelo PADECME

Como conclusão, será oportuno tentar avaliar a inserção do Brasil nesse quadro.

Cenário Internacional

Creio não haver dúvida sobre o fato que o mundo atravessa um período de profundas mutações qualitativas, em dinâmico e vertiginoso fluxo de transformações, cuja compreensão e interpretação exigem novas e continuadas leituras, além de permanente análise cognitiva.

Sob um ângulo meramente didático e analítico, é inegável reconhecer, na marcante transição em que vivemos, três nítidas vertentes.

Uma é a política, em que os sistemas totalitários cedem espaço para os democráticos. Outra é a econômica, em que as economias planificadas perdem posição para aquelas abertas, voltadas para o mercado. Nessas duas vertentes da transição, está subjacente a concepção do Estado mínimo, que se atém a uma pos-

tura reguladora e pioneira, abrindo lugar para as iniciativas espontâneas das sociedades e das organizações privadas. Por fim, vem a vertente militar, em que a concepção da Força Armada-Partido, assim entendida como aquela voltada para objetivos próprios, nem sempre acordes com a sociedade, cede espaço à Força Armada-Instituição, comungando objetivos, atitudes e ações com o grupo social a que pertence.

Aplicando uma abordagem mais crítica ao cenário, percebe-se com facilidade, na balança do poder, a preponderância de uma incontestável superpotência militar que, incapaz de projetar, na mesma escala, uma supremacia econômica, de certa forma compartilha sua liderança com outras nações de alto grau de desenvolvimento, alicerçando uma "hegemonia colegiada"

de países de maior projeção, que se expressa em todos os campos e por todos instrumentos disponíveis. Convenhamos que, no trato das questões entre nações, não se permite a ingenuidade de admitir que prevaleçam simpatias ou amizades. Como afirmou Frankel, com extrema propriedade, "*o sistema internacional não funciona à base de cooperação incondicional e da precedência do bem comum sobre interesses individuais ou grupais. Continua repousando sobre as bases estreitas da cooperação limitada e condicional*".

Acrescento que as relações entre os Estados não pertencem ao domínio da moral e sim da política. Nesta, a dimensão ética nem sempre se sobrepõe à prática.

Por isso, comprehende-se a postura e as atitudes dos países hegemônicos em relação aos demais, fazendo pleno e inteligente uso dos organismos internacionais nos quais ocupam assento privilegiado.

O reordenamento da conjuntura mundial que se seguiu ao final da Guerra Fria vinha fazendo crer, por convicção ou mera idéia — força de um "marketing" de conveniência —, que o mundo inaugurava uma, assim foi chamada, "nova ordem mundial", em que reinaria a ordem, a paz, a fraternidade; em que as benesses do progresso e da tecnologia, assim como as riquezas, logo alcançariam os menos favorecidos. Lamentavelmente, mas sem surpresas, o que se vê é uma exploração de confrontos que convulsionam o globo, pela ressureição de conflitos étnicos, religiosos e econômicos, contidos por décadas pelas algebras do policiamento bipolar do conflito Leste-Oeste. Em realidade, nota-se um desordenamento mundial no qual as confronta-

No trato das questões entre nações, não se permite a ingenuidade de admitir que prevaleçam simpatias ou amizade

ções ocorrem em dimensões menores, mas com intensidade e freqüência que comprometem a desejada estabilidade no planeta. Não é absurdo acreditar que o nacionalismo extremado venha a substituir a ideologia nas motivações de conflitos. Ou que, como já se esboçou recentemente, em polêmico artigo de Samuel Huntington, concretizem-se conflitos de novas naturezas, protagonizados por atores que se estimulam por vetores de polarização cultural: a democracia liberal, ao gosto ocidental; o confucionismo, traduzindo a milenar civilização oriental e o islamismo com ou sem a roupa-gem radical do fundamentalismo. O capitalismo democrático passa a temer o arcabouço religioso, ou tribal, com tecnologia moderna.

Parece certo que o mundo cada vez mais se distancia do róseo quadro que se tentou vender, após o fim da Guerra Fria, e da formidável exibição de poderio militar e tecnológico dos EUA no Golfo, com amparo de uma coalisão de países, construída por surpreendente, inédito e engenhoso esforço de arquitetura diplomática.

Deságua-se, em consequência, em cenário de difícil perspecção, marcado por inúmeras e preocupantes incertezas e indefinições.

As esperanças na capacidade das Nações Unidas para gerenciar crises, na era pós-Guerra Fria, eram enormes. Mas, lamentavelmente, pouco a pouco emerge um sentimento de que as coisas, de algum modo, não estão sucedendo como era esperado, por diversas razões que tentarei resumir.

Inicialmente, devem ser consideradas a extensão, a freqüência e a diversidade dos conflitos que atualmente castigam o mundo, consequentes, como anteriormente mencionei, do recrudescimento de confrontos étnicos, religiosos e econômicos ou resultantes da resurreição de nacionalismos contidos pela vigilância bipolar que caracterizou o período da Guerra Fria. Por paradoxal que pareça, ao invés da assim chamada "nova ordem mundial",

o que vemos é algo que caminha para uma desordem internacional.

A ONU, como protagonista do esforço para alcançar a desejada harmonia entre as nações, acumula iniciativas que ora logram êxitos, ora fracassam. As falhas indicam certo grau de erro nas avaliações das crises e distorções estruturais daquele alto órgão, originando incertezas quanto a sua capacidade para atingir os elevados objetivos a que visa.

A interferência de seus representantes já começa a ser contestada por naturais dos países envolvidos, nos quais a ação da ONU é percebida como injusta ou inoportuna. Algumas dessas reações contra os "boinas azuis" já adquirem conotação hostil, comprometendo a autoridade e a credibilidade das Nações Unidas. Além disso, tais reações colocam em risco as pessoas supostamente sob sua proteção.

Ao mesmo tempo, a ONU começa a se ressentir da insuficiência de recursos para se fazer presente em tantos focos de tensão, como consequência das crescentes exigências na aplicação de sua força e de seus observadores.

Outra fonte de preocupação é o critério desigual utilizado pela Organização, que reage diferentemente a situações basicamente semelhantes e com igual potencial de turbulência. Não é o que ocorre se compararmos a passividade diante da trágica guerra civil que assola Angola com o volume de atenções dadas ao conflito da Bósnia? Sem querer atenuar a gravidade deste último conflito, é justo ressaltar.

Isso resulta — desejo salientar — da forma como a ONU encara os conflitos. Usualmente, os aprecia segundo um ponto-de-vista global das áreas e populações em jogo, ignorando, muitas vezes, as raízes culturais e as peculiaridades das nações envolvidas. Em certas ocasiões, os objetivos de outras nações com interesses proeminente na área são mais importantes e prevalecem sobre os valores, as esperanças e as necessidades locais.

Na verdade, a ação de colegiados formais ou informais compromete a legitimidade da organização para evitar as nobres intenções da Carta das Nações Unidas. Sem essa legitimidade, nenhuma concepção de ordem estabelecida pela ONU estará isenta de questionamento.

Dante dessas considerações, não há como evitar preocupações com a capacidade do alto órgão para transformar as nobres intenções da Carta que o rege, em realidade, e, menos ainda, para esquivar-se da tutela dos grandes e tornar-se um veículo real das aspirações ao tratamento igualitário e justo da esmagadora maioria dos países-membros.

Os países "periféricos", assim entendendo aqueles não contemplados com a admissão ao restrito círculo de poder de outros, que chamo "centrais", vivem a crise terminal de seus modelos de desenvolvimento e experimentam transição marcante, em seus paradigmas políticos e econômicos. É importante, pois, que saibam perceber pragmaticamente a conjutura internacional e localizar espaços e nichos onde possam desenvolver estratégias multidimensionais e regionais que lhes proporcionem uma favorável inserção internacional.

O Continente Americano: Relacionamento entre Países; Percepções de Ameaças e Base para Segurança Hemisférica

A acelerada dinâmica de transformação do cenário internacional obriga a uma revisão nas premissas dos sistemas de segurança globais e regionais, contemplando novas abordagens para identificação de obstáculos a superar.

Para uma apreciação objetiva dos desafios a serem enfrentados pelo sistema interamericano, no campo de segurança, e para chegar às iniciativas que poderão superar aqueles desafios, é indispensável interpretar corretamente três circunstâncias que têm sido determinantes no relacionamento

intracontinental.

Em primeiro lugar, é necessário enfatizar a assimetria de poder no continente. Parece-me auto-explicativa, tão clara e indiscutível que é.

Mas, é essencial e inteligente admitir a marcante presença, às vezes opressiva, do gigante do Norte, se é que estamos dispostos a realizar avaliações sólidas e objetivas, que conduzam a resultados práticos e positivos.

Como corolário, vem a segunda circunstância com a qual as nações americanas precisam aprender a conviver. Os EUA têm seus interesses prioritariamente dirigidos para seus mais importantes parceiros no jogo do poder e para ameaças extracontinentais e não para a América Latina. Esta parte do continente recebe prioridade bem mais baixa quanto às preocupações geoestratégicas dos EUA. Pode-se mesmo entender este fato como normal, previsível e inevitável, se estamos tratando de poder e preservação de hegemonia. Por outro lado, tal avaliação pode ser qualificada como uma visão míspe do relacionamento com a América Latina.

A terceira circunstância a ser lembrada, consequência do final da Guerra Fria, é a mudança lenta, mas cristalina, de postura e atitudes da maior parte das nações latino-americanas.

Convém lembrar que o regime de segurança continental é historicamente respaldado em acordos contra a intervenção de potências extracontinentais. Ao longo de décadas de confrontação com o comunismo, a chamada "ameaça vermelha" foi claramente identificada como o único inimigo de toda a comunidade de nações americanas, excetue-se Cuba, a partir dos anos 60.

Na verdade, o comunismo era visto simultaneamente tanto como ameaça nacional quanto continental. Engajados contra essa ameaça, muitas nações praticamente renunciaram a outros importantes interesses e aspirações que poderiam ter-lhes proporcionado perspectivas de inserção mais independente no sistema in-

ternacional. Por décadas, essas nações se mantiveram passivas, sob a ação daquele poderoso anestésico.

Mas, o final da confrontação Leste-Oeste despertou-as. A ausência de uma só e inquestionável ameaça comum, o surgimento de novos parâmetros para conquistar espaços em ambiente de globalização e o emprego de novos instrumentos para administrar e preservar hegemonia — mais, ou menos, legítimos, não vêm ao caso — tornaram claro, para muitas nações latino-americanas, que era tempo de mudanças e que deveriam reavaliar suas aspirações e seus objetivos nacionais. Como consequência, teriam que redefinir ameaças, a fim de eleger uma nova e mais apropriada inserção internacional, em todos os níveis: global, continental e regional.

Penso que temos, nessa nova experiência que vivem aquelas nações, o grande desafio para o sistema hemisférico de segurança, e a chave para conduzir sua revisão.

Estou convencido de que, hoje, as ameaças são basicamente percebidas diferentemente pelos EUA — talvez possamos colocar o Canadá na mesma cesta — e pela maioria dos países do continente. Pode-se igualmente afirmar que, mesmo entre essas outras nações, muitas das ameaças comuns são percebidas e avaliadas diversamente, em natureza e intensidade. Cada país desenvolve seu próprio entendimento sobre o que fazer e como fazer, para ajustar-se à complexidade política, econômica e tecnológica do mundo em que vivemos. Cada país busca seu próprio e adequado espaço geopolítico. Vamos colocar a idéia em termos mais concretos.

Os EUA procuram caracterizar o tráfico de drogas do continente como "a ameaça" — esta é minha percepção — provavelmente uma prioridade, escolhida para substituir o comunismo como a nova ameaça continental. Agressões ao meio ambiente e o risco de proliferação de armas de destruição em massa

são as outras. Poder-se-ia acrescentar o perigo da imigração ilegal como ameaça para o nível de emprego e a estabilidade social no país.

Por outro lado, as ameaças, tal como são interpretadas segundo ótica latino-americana, estão muito mais relacionadas com a fragilidade de nascentes democracias, que decorre de: baixos indicadores sociais, desempenho econômico irregular, carências educacionais, crescentes índices de criminalidade em áreas urbanas super-habitadas, dívida externa, terrorismo, subversão, corrupção e imigração para áreas inexploradas, onde a ocupação descontrolada pode resultar em instabilidade socioeconómica e deterioração ambiental.

Com intensidades diferentes, as deficiências apontadas incomodam a maior parte das nações latinas do continente.

Se analisarmos com atenção, chegaremos à conclusão de que aquelas dificuldades que podem comprometer o sonho democrático têm muito a ver com a competência dos governos para satisfazerem as crescentes exigências políticas, econômicas e sociais dos povos que dirigem e, ao mesmo tempo, ajustá-las ao desafio da tendência globalizante que marca nossos dias.

Trata-se de um esforço de harmonização entre iniciativas, no sentido de assegurar uma democracia estável e medidas de sobrevivência em um mundo altamente competitivo e muitas vezes desigual e injusto.

As nações latino-americanas enfrentam obstáculos únicos e crescentes, os quais, ouso afirmar, não são exclusivos de Terceiro Mundo. Na verdade, governos no mundo inteiro têm se mostrado incapazes de proporcionar respostas cabais às exigências de bem-estar das populações, mesmo aquelas básicas, tais como saúde, alimentação, educação e segurança individual.

A infrutífera busca de soluções faz surgir um inegável e indesejável conflito entre o Estado e o cidadão.

À medida em que o relacionamento entre

essas duas partes enfraquece, emergem outros focos de poder, no seio da sociedade, ocupando o espaço deixado pelos fracassos da administração pública. Nessas condições, aqueles problemas há pouco mencionados proliferam: tráfico de drogas; terrorismo; crime organizado; desvirtuamento na defesa do direito de minorias, resurgimento de grupos extremistas e sectários. Todos esses fatos agravam os desequilíbrios sociais, principalmente nas megalópoles. São constatações que nos levam à importante afirmação que deve ser bem avaliada: a prática da democracia, que cabe a cada país identificar e avaliar, por diversas razões, não está sendo capaz de proporcionar respostas aos anseios e às expectativas das populações.

É um fato de perigosos reflexos e absolutamente indesejável.

Em âmbito individual, pode-se colocá-los em termos de pernicioso conflito Estado x Cidadão. Mas pode igualmente ser interpretado, no campo filosófico, como um confronto muito mais sério, entre Legitimidade e Eficácia.

É um dilema a ser considerado em profundidade, se realmente desejamos preservar a democracia em nosso continente.

Diante desse delicado e singular desafio a vencer, o ponto que defendo é: a concepção lógica de um novo sistema interamericano de segurança precisa levar em conta essa variedade na percepção de ameaça e risco a enfrentar, que ocorre entre as nações do continente.

Até aqui tratei de diagnóstico. E a solução?

Obviamente, as relações com os EUA constituem item obrigatório e dominante na agenda de Relações Exteriores de cada país da América.

Não poderia ser de outra maneira.

Nesse relacionamento, é importante ter em mente que, apesar da já comentada assimetria de poder e das diferenças na identificação de ameaças, o contencioso entre a grande nação do norte e os demais países americanos deve

ser encarado e tratado com naturalidade, sem preconceito, emocionalmente e, muito menos, alarme. Deve ser visto como consequência natural da extensão e da profundidade da interação entre condôminos de um mesmo amplo espaço geopolítico. Afinal, é inaceitável e pouco inteligente ignorar que os EUA são um parceiro histórico e tradicional, com o qual se deve buscar a melhor forma de conviver.

Porém, os latinos não podem esperar que, em Washington, haja mais sensibilidade em relação a temas latino-americanos do que aos relacionados com o Oriente Médio, a Rússia, os Balcãs, o Extremo Oriente ou a questão coreana. Assim, não surpreende a dificuldade dos EUA para identificar corretamente o amplo espectro de desafios internos e multidimensionais enfrentados pela América Latina.

Mas, os EUA não deveriam ignorar que problemas não resolvidos, em qualquer nação do continente, podem, com facilidade, gerar focos de tensão e chegar à real ameaça de conflito. A política norte-americana para a América Latina, alternando longos períodos de negligência com curtos surtos intervencionistas, seria mais sábia e menos desgastante se fosse exercida com mais continuidade, mesmo que em nível modesto, mas direcionando-se para as causas dos problemas e não para seus efeitos.

Presentemente, a tentativa de transformar o narcotráfico em bandeira para a mobilização continental não me parece uma posição sábia e tampouco politicamente satisfatória.

O fato é que se torna absolutamente necessário desenvolver esforços no sentido de facilitar o conhecimento mútuo entre os EUA e os demais países americanos, sobretudo através de amplo debate em torno da agenda pautada por interesses comuns.

Entendimento e confiança mútua constituem a pedra fundamental da construção de um sistema de segurança eficaz.

Concluindo o raciocínio, uma nova estrutura para a segurança hemisférica deve repousar em células formadas por associações sub-regionais, entendendo como sub-regional a associação de nações vizinhas que dividem o mesmo espaço geopolítico. A interação, dentro dessas células, tornará mais fácil a identificação dos traços culturais próximos, das peculiaridades afins e o estabelecimento de prioridades entre as possíveis ameaças comuns, de modo a sugerir a melhor e mais harmoniosa forma de enfrentá-las em conjunto. Em resumo, trata-se de criar uma atmosfera em que possa ser alcançada e explorada a confiança mútua.

As associações sub-regionais também permitiram o gerenciamento preventivo de eventuais conflitos, através de soluções coerentes com a cultura e os valores das nações envolvidas.

A medida em que prosperarem e conquistarem confiança e eficácia, as associações sub-regionais poderão proporcionar segurança e estabilidade, dispensando e mesmo evitando preocupações e, até, intervenções de potências hegemônicas ou de organizações de âmbito continental ou global.

Em suma:

- tais organismos sub-regionais contariam com o beneplácito dos mais poderosos, eliminando contenciosos bilaterais, promovendo estabilidade política e social, assegurando instituições democráticas e comportamento econômico convergente para seus interesses maiores;
- a cooperação sub-regional — uma vez mais — antecipando-se à eclosão de conflitos, permitindo a ação conjunta contra ameaças comuns e estimulando a paz e a harmonia entre os Estados envolvidos, conservaria a solução dos contenciosos dentro dos limites da associação. Evitaria, portanto, a interferência das potências maiores, diretamente ou por intermédio de organismos internacionais, de modo a prevenir eventuais ofensas à soberania e à autodeterminação de países menores;

• essas coalizões regionais permitiriam, também, a exploração de espaços e nichos ainda disponíveis para exploração das potencialidades econômicas dos países envolvidos, forma única de sobreviver e responder aos desafios da concorrência quase selvagem, em que a luta não prima pela ética e sim pela prevalência de interesses, não importa a qual preço.

A marginalidade geoestratégica em que a América do Sul se situa, na escala de prioridades das potências mundiais, concede espaço e oportunidade para elaboração desse pensamento de integração sub-regional.

Considero esta a melhor forma de tratamento da questão "segurança" em um cenário continental que vive tendências ainda indefinidas, muitas vezes contraditórias, constituindo uma realidade fluida e dinâmica. É provável que, dessa interação de múltiplos vetores, resulte uma importância crescente das associações sub-regionais, como instrumentos confiáveis para adoção de estratégias preventivas e de nova estrutura para a segurança continental.

Qualquer sistema em consideração deve resultar de uma determinação coletiva, no sentido de compatibilizar e convergir interesses, bem como de uma disposição para ceder algo em troca da satisfação de uma necessidade maior.

Parece-me claro que um sistema de segurança deve ser compreendido, da maneira mais ampla e abrangente, envolvendo todas as áreas de aplicação do poder: política, econômica, psicosocial, tecnológica e a militar. Em termos de segurança, o aparato militar, em qualquer nível, não deve jamais antecipar ou ultrapassar a indispensável aproximação sub-regional que se processe nos outros campos do poder. Ao contrário, deve complementá-la e respaldá-la. O emprego do poder militar para resolver os problemas de inexperientes democracias, em decorrência da dificuldade que explanei anteriormente, deve ser considerado como ins-

trumento complementar de último recurso.

Isto não quer dizer que os militares não possam ser empregados para desenvolver ou apoiar programas sócio-econômicos.

Ao contrário, podem e devem fazê-lo. Mas não em base permanente, institucional, ou como solução mágica para problemas nacionais. Aceitar essa situação equivaleria a reconhecer a falência dos setores públicos responsáveis por aqueles programas. Afinal, a missão primordial do poder militar continua sendo defender o Estado-Nação.

Enfatizo, portanto, que o estudo do tema objeto deste trabalho deve vincular-se ao mais abrangente conceito de segurança, passando pelo político, pelo econômico e pelo social, não podendo, de modo algum, restringir-se ao desenvolvimento de teses sobre a aplicação do braço armado das nações.

O Brasil e sua Posição Diante das Perspectivas de Estruturação dos Futuros Sistemas de Segurança

O Brasil apresenta características que devem ser cuidadosamente consideradas quando se julga sua inserção em estruturas de segurança em qualquer nível global — continental ou regional.

Trata-se de um país complexo e com forte inércia, que não pode ter sua direção modificada com facilidade. Tradicionalmente, tende a ser gerenciado com grande sentido de acomodação. Possui nítida consciência de identidade sul-americana.

Ao mesmo tempo, é um país de vocação universal e sua política externa, bem definida há décadas, considera esses interesses universais. Em termos de comércio exterior, pode-se dizer que é um "globe trader".

É um país de contrastes, onde problemas flagrantes de má distribuição de riquezas convivem com ampla, e até sofisticada, base industri-

al. Ambas, são partes da mesma sociologia e da mesma economia, convivendo muitas vezes em tensão.

Desenvolve uma democracia perfeita do ponto-de-vista formal, mas que tolera desigualdades profundas e problemas de difícil solução. Seu dinamismo permite a alternância de períodos de fantástico crescimento com outros de recessão. Permite a coexistência de significativo aumento do PIB com altas taxas inflacionárias, fenômeno difícil de ser entendido por países de economia mais ortodoxa.

Sua complexidade se faz presente sob outros ângulos: tem amplo espaço aéreo e extenso litoral — este gerando empuxos geopolíticos excêntricos, um para o Atlântico Norte, outro para o Atlântico Sul; há acentuada diversidade fisiográfica, econômica e social em seu território, aconselhando amplo espectro de soluções para seus problemas internos; é um país platino e amazônico, gerenciando a foz de uma potentosa bacia hidrográfica e as nascentes de outra, duas vertentes nitidamente diferentes.

É importante notar que sua extensa linha de fronteiras conforma limites com dez países, cada um com características peculiares e concepções próprias sobre ameaças. São fronteiras com diferentes expressões. No sul, vivificadas, agem como elemento de integração e constituem linha sobre a qual os vizinhos se dão as mãos. Ali, trata-se com realidades muito mais concretas. Ao norte, ao contrário, ainda desabitadas e inexploradas, às vezes em áreas virgens, preservam a histórica concepção de linha de separação.

A comentada complexidade obriga o Brasil a atuar com versatilidade na sua gestão interna e no relacionamento com seus vizinhos, pois assume a responsabilidade de coordenar e harmonizar iniciativas, em diferentes níveis e com parceiros diversos. Na área externa, busca, particularmente, identificar os grupos de países que possuem interesses semelhantes e percepções equivalentes sobre ameaças.

Considero o Brasil especialmente vocacionado para inserir-se em organismos sub-regionais de

segurança, justamente porque faz parte do dia-a-dia da sua política externa o desenvolvimento de relações de harmonia e de cooperação com dez vizinhos imediatos, embora de diferentes maneiras, que visam a identificar e respeitar os pontos-de-vista de cada um, inclusive no que é pertinente a suas necessidades de segurança.

Com vistas a seu relacionamento com a superpotência do Norte, os EUA, reafirmo o que assinalei anteriormente.

A parceria é histórica e a relação deve ser absolutamente normal, sem alarme ou qualquer conotação especial, admitindo discordâncias, tensões e controvérsias cuja administração se conterá, certamente, no plano das negociações. É certo e absolutamente normal que esse contencioso até cresça, na medida em que se aprofundar o relacionamento entre os dois países. É interessante completar esta breve apreciação sobre condicionantes de participação do Brasil na segurança hemisférica fazendo curta abordagem sobre o seu desempenho em operações conduzidas pela ONU.

A propósito, as observações que fiz em tópico anterior sobre a atuação da ONU não traduzem, é lógico, divórcio entre posições brasileiras e as daquele organismo. Ao contrário, o Brasil considera da mais alta importância as atividades de manutenção da paz conduzidas por aquele alto órgão. Afinal, contingentes brasileiros contribuíram com esse esforço, no passado e continuarão a fazê-lo no futuro. Entre 1956 e 1967, um total de 6300 soldados brasileiros operaram em Suez, como parte da 1^a Força de Emergência das Nações Unidas. Elementos da Força Aérea Brasileira estiveram presentes, por quatro anos, na Operação das Nações Unidas no antigo Congo. Nos anos 60, um batalhão brasileiro integrou a Força Interamericana de Paz na República Dominicana, sob gestão da OEA. Presentemente, o Brasil apoia a ONU, com observadores militares, policiais, unidades médicas e pessoal civil, em oito diferentes missões, em três diferentes continentes, e encara a possibilidade de incrementar substancialmente essa participação, preparando, por solicitação das Nações Unidas, um batalhão para atuar em

manutenção da paz.

Apesar dessa disposição oficial brasileira, penso que é tempo de a ONU reavaliar suas experiências mais recentes, de modo a colher ensinamentos aplicáveis ao futuro. Seria oportuno buscar caminhos para fortalecer e tornar mais eficazes suas missões de manutenção de paz, com a possível segurança para os integrantes da missão.

A decisão de conduzir as operações de paz deve reposar sobre bases claras, indiscutíveis, devendo o Conselho de Segurança definir, sem margem de dúvida, os objetivos da missão e os mandados concedidos. Tais operações devem ter sua legitimidade e sua autoridade fundamental derivando de seu papel essencialmente não-combatente.

Em síntese, o Brasil observa certos referenciais básicos ao avaliar a conveniência de sua participação em operações das Nações Unidas: prioridade para missões em áreas vizinhas ou próximas; custos financeiros; preferência por operações ortodoxas, significando aquelas exatamente em acordo com o propósito da Carta das Nações Unidas, ou seja, paz e segurança claramente envolvidas, resultando de decisão multilateral, com o consentimento das partes em conflito.

É oportuno complementar que, segundo a Constituição Brasileira, a autorização do Congresso Nacional é exigida quando se trata do emprego de tropa fora do território nacional.

Conclusão

O mundo se transforma e, com ele, as estruturas dos sistemas de segurança, em qualquer nível, e as bases sobre as quais se assentam.

A segurança hemisférica deve acompanhar essa tendência, mas é indispensável que as premissas sobre as quais se realizar seu reajustamento sejam legítimas e realistas.

O continente americano deve conviver com a presença assimétrica da superpotência mundial, com a presente marginalidade geo-estratégica da América Latina e com a natural prioridade que os EUA atribuem

a outros itens da sua agenda internacional.

Essas circunstâncias tornam extremamente delicada a tarefa de perceber, com exatidão, as ameaças que afetam cada nação americana.

Em busca de precisão e objetividade, é indispensável reconhecer que tais percepções sofrem diferentes matizes de interpretações, em função de sua localização, intensidade e natureza, tendendo a se aproximarem as avaliações entre vizinhos, condôminos do mesmo espaço geográfico.

Isso aponta para a conveniência de a segurança continental repousar em células constituídas por organismos sub-regionais de segurança. Esta tese não diminui a expressão de organismos maiores como a OEA e a ONU.

Ao contrário, os respalda e complementa, na medida em que permite a conjugação de pontos-de-vista e interesses entre vizinhos, a percepção convergente de ameaças, sobretudo as supranacionais, e aponta caminhos para a prevenção de conflitos. Desse modo, poupa as atenções e os esforços daqueles agências maiores da América, área que se conserva relativamente calma, quando comparadas com outras regiões do globo.

Em última análise, convém a hierarquização dos instrumentos de segurança continental: associações sub-regionais como primeira instância; a OEA em nível intermediário, antes de alcançar a ONU, e esta como instância final, tal qual verdadeira "holding" da segurança global.

O Brasil sente-se particularmente vocacionado

para trabalhar dentro de tais associações sub-regionais por sua experiência e sensibilidade no trato do relacionamento com dez países limítrofes, consequência de sua extensão e posição relativa.

Ademais, vem ao encontro de sua tradicional política de negociação e solução pacífica de controvérsias e de prestigiar os organismos internacionais dos quais é membro, fazendo ponto de honra o cumprimento de seus compromissos com a OEA e a ONU.

Por fim, é indispensável entender que, no caso das nascentes democracias americanas, a evidente ameaça a todas é a incapacidade dos governos de muitos países de responderem às necessidades de seus povos e proporcionar-lhes, ainda que em nível modesto, as condições mínimas de satisfação de suas exigências básicas.

Um válido sistema de segurança hemisférica começa, portanto, pela localização de instrumentos hábeis para levar a essas populações o bem-estar e o progresso que a chamada "nova ordem mundial" prometia.

O braço armado deve ser visto como respaldo para essas ações e seu eventual emprego, na sua histórica concepção de instrumento de defesa, e estará possivelmente ligado ao insucesso das iniciativas nos outros campos de poder.

É indispensável que se encontrem soluções para esse foco de possíveis ameaças, de modo que a "falta de eficácia" não venha a comprometer a "legitimidade da democracia," no continente americano.

Gen Div GLEUBER VIEIRA . Aspirante-a-oficial da Turma de 1954 da AMAN, foi laureado como primeiro classificado em seus cursos da EAO e da ECUME. Promovido a general-de-brigada, em 1987, é o atual Diretor de Formação e Aperfeiçoamento do Exército. Cursou o Advanced Artillery Course, em Fort Sill-Oklahoma, EUA, e o Instituto de Línguas do Exército-inglês, estágio avançado. É bacharel em Economia e possui especialização em Administração Aplicada às Forças Armadas. Como oficial superior, serviu no Estado-Maior das Forças Armadas, no gabinete do Ministro do Exército e no Gabinete Militar do Presidente Ernesto Geisel, comandou o 1º GO 155 e chefou a Comissão Militar Brasileira em Washington. Como oficial general, Comandou a AD3 e a Escola de aperfeiçoamento de Oficiais e foi Subchefe do Estado-Maior do Exército.



A D E F E S A N A C I O N A L

A Ocupação dos Espaços Vazios no Território Brasileiro*

José de Sá Martins

Matéria extraída do comunicado apresentado, pelo autor, na sessão do NEPHIM do IGHMB de 21.09.93. Trata da ocupação dos espaços vazios em território nacional, nos últimos 50 anos.

O tema tem íntima relação com a problemática fundiária do Brasil e com as desigualdades sociais e regionais nele ainda existentes. São dois aspectos da nossa realidade que devem ser considerados por todos aqueles que se preocupam com o futuro do País, mormente nesta época, em que exemplos de além-mar mostram a desintegração de nações que, há até até bem pouco, pelo menos à distância, pareciam unidas e coesas. É verdade que, nesses casos, existem ingredientes de nacionalidades, etnias, religiões e culturas diferentes. Mas, tudo parecia indicar a existência de interesses comuns (economia e segurança) que a tudo pudessem sobrepor-se. Será o caso de nos julgarmos imunes ao vírus de desagregação produzido por desavenças sociais e desigualdades regionais?

Queremos provocar reflexão e, se possível, discussão fundamentada, sem paixões, sem

emocionalismos nem sensacionalismos, também sem preconceitos nem posições ortodoxas e dogmáticas sobre o que tem sido feito sobre a validade das soluções adotadas, sem pretender encontrar culpados por eventuais entendimentos de soluções erradas. Queremos, sim, alinhar observações e buscar ensinamentos sobre questões que reputamos de grande importância para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.¹

A ocupação dos espaços vazios, os vazios geográficos, poderá ocorrer por força de um programa de Governo ou como consequência de movimentos migratórios espontâneos internos.

Um programa de ocupação de espaços vazios poderá estar motivado por conveniência de afirmação de domínio (soberania) ou de

* Selecionado pelo PADECME.

1. Integridade Territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social e soberania.

exploração de potencialidades, ou ainda, pela absorção de excedentes populacionais de outras regiões. Muitas vezes, a sua motivação responde a todas essas razões.

As causas dos movimentos migratórios espontâneos internos, basicamente, resultam de disposição individual ou de grupos de indivíduos em buscar melhores condições de vida, senão a própria sobrevivência. Se não há oportunidade onde se encontra, o homem, sobretudo o trabalhador da terra, vai à procura de onde se instalar e garantir melhor condição de vida.

Os dois casos levantados, resultado de programa de governo e movimento espontâneo, ocorreram na ocupação dos espaços vazios do território brasileiro, nos últimos 50 anos.

Na década de 30, o então Presidente Getúlio Vargas alertou o País para a importância e necessidade de ocupação dos espaços vazios do interior, lançando o slogan "O verdadeiro sentido de brasiliade é representado pela marcha para oeste". Ao que sabemos, dele pouco ou nada resultou de concreto, além da criação da Fundação Brasil Central e da incipiente implantação de projetos agropecuários, no vale do Rio Araguaia.

A segunda metade dos anos 50 foi marcada pela implantação do programa de interiorização da capital federal, cogitada desde o Império e meta da plataforma eleitoral do então presidente Juscelino Kubitscheck e pela consequente abertura de estradas (rodovias) para ligá-la a todas as regiões do País.

A revolução de 1964, desde o governo Castelo Branco, lançou um programa de ocupação e desenvolvimento do grande vazio repre-

sentado pela Amazônia. Procurando atrair interesses e investimentos para ela, instituiu a concessão de incentivos fiscais, fórmula já em uso na área do Nordeste (SUDENE) e aplicada em diversos países europeus para a promoção do desenvolvimentos de suas regiões.

Data da segunda metade dos anos 60 a difusão, em relação à Amazônia, do apelo "integrar para não entregar", com que se procurava, por muitas razões, mais uma vez alertar a Nação sobre a existência de interesses estrangeiros sobre a região, por ser ela

detentora de grande variedade de riquezas naturais, animais, vegetais e minerais e ter uma localização de grande valor estratégico.

Coincidemente, é desse período o Projeto dos Lagos Amazônicos do Instituto Hudson, instituição privada norte-americana de estudos prospectivos que tinha como seus maiores financiadores e clientes, à época, órgãos oficiais do governo dos Estados Unidos da América. É bom lembrar que o projeto teve mui-

tos defensores, no Brasil; foi apresentado na Escola Superior de Guerra e para o Presidente Costa e Silva, o qual determinou estudos a respeito que revelaram seus grandes inconvenientes para o Brasil. Na oportunidade, convém ressaltar, nenhuma organização nacional ou estrangeira, oficial ou não-governamental (ONG), preocupou-se com as florestas e cidades que ficariam submersas, nem com índios e animais que teriam de ser removidos dos seus *habitats*, com áreas a serem alagadas, ou ecossistemas e microorganismos que seriam destruídos...

O início dos anos 70 assistiu à intervenção direta do governo federal na abertura e ocupa-

“O verdadeiro
sentido de
brasiliade é
representado
pela marcha para
oeste”.

ção da Amazônia, através da construção de várias estradas, da implantação de projetos de colonização oficial, sobretudo no Estado do Pará e no então Território de Rondônia, e da edição de ampla e pormenorizada legislação complementando o Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 1964), tendente, entre outros pontos, a atrair a iniciativa privada para implantação de projetos de colonização privada e outros.

Vale lembrar alguns eixos rodoviários então abertos, pelo significado que tiveram, e têm, para a questão em consideração. Entre eles: a tão (mal, até por desconhecimento) falada Transamazônica, a BR - 163 (Cuiabá - Santarém) e a BR - 364. Essa última, iniciada no governo Juscelino Kubitschek, indo de Cuiabá a Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), pretendia atingir o litoral do Oceano Pacífico, no Peru e, por esse oceano, o mercado dos países do Oriente.²

Outras estradas de importância são a Porto Velho-Manaus (BR-319), a Perimetral Norte (BR - 210) e a Brasília - Porto Velho.

É dessa época, inicio dos anos 70, o Decreto-Lei nº 1164, de 01.04.71, que declarou "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas, situadas na faixa de cem quilômetros de largura, de cada lado do eixo das rodovias da Amazônia legal".

Esse Decreto-Lei, que afetou o patrimônio fundiário dos estados da região, sobretudo do Pará e do Acre, hoje está revogado, mas, quando em vigor, assegurou grande poder ao governo federal. Dentre os bons resultados da sua aplicação, está o trabalho de "discriminação de terras" em muitas regiões da Amazônia, revelando muitos e intricados problemas de domínio de glebas, muita "grilagem", e permitindo a arrecadação, para a União, de alguns milhões de hectares, os quais, em boa parte, receberam destinação com vistas ao atendimento

das finalidades do Decreto-Lei 1164.

Também é dessa época a criação de muitos programas, como o Programa de Integração Nacional (PIN), programa essencialmente viário que proporcionou recursos para a construção da Transamazônica (BR-230), da Cuiabá-Santarém (BR-163) e da Perimetral Norte (BR-210), entre outras estradas. Igualmente dessa época é o Decreto-Lei nº 1179, de 06.07.71, que instituiu o "Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste", conhecido como PROTERRA, que tinha como finalidade "promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a Agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE".

Para a região Nordeste, por motivos óbvios, o PROTERRA foi direcionado. Principalmente, para a redistribuição de terras, criando um mecanismo de participação de proprietários rurais, que, tinham oportunidade de oferecer terras ao governo para serem adquiridas, em dinheiro, evitando o processo de desapropriação e visando ao assentamento de trabalhadores sem terra.

Por oportuno, convém referência ao Decreto-Lei nº 554, de 25.04.69, que dispôs, sobre "desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária", o qual ainda vigora e foi empregado em diversos casos.

Também vale lembrar o "Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia" (POLAMAZÔNIA), um esforço para bem direcionar a atuação oficial e privada, com vistas ao desenvolvimento da região.

As lembranças feitas à legislação têm por finalidade enfatizar que, em matéria de terras e da sua adequada distribuição e de seu

2. Em uma das alternativas do traçado, a BR-364 passaria por Xapuri, região celebrizada pelo sertanejo Chico Mendes.

aproveitamento, a partir de determinada época, não faltaram leis no Brasil. Desde a Lei nº 601, de 1850, até a Constituição de 1988, passando pelo Decreto nº 10.105, de 1913, pelo Decreto-Lei nº 9760, de 1946, e pelo Estatuto da Terra, de 1964, entre muitos outros diplomas jurídicos, a questão fundiária brasileira, a rigor, ressentiu-se apenas de sensibilidade e disposição política para enfrentá-la.

Não obstante, dois aspectos devem ser ressaltados com relação ao mecanismo de desapropriação, num quadro de reforma agrária.

Somente em 1946, com o Decreto-Lei 9760, foi incluída a "desapropriação por interesse social", entendida como melhor atendendo ao processo. Mas, se houvesse contestação do proprietário desapropriado, o governo teria que aguardar sentença judicial para tomar posse da terra desapropriada e distribuí-la. Esse último aspecto foi sanado com o Decreto-Lei nº 554, de 1969, que permite ao governo logo se imitir na posse da terra.

De qualquer forma, porém, permanece o complicador da indenização. A Revolução de 1964 criou o pagamento em Títulos da Dívida Agrária (TDA), mas só para a "terra nua". As benfeitorias, nelas incluídas as pastagens, continuam devendo ser indenizadas em dinheiro. A questão é que o governo nunca tem dinheiro suficiente, nem para cobrir os TDA.

A Constituição de 1988, pretendendo inovar na matéria, acabou por introduzir complicadores que só contribuíram para empurrar o trato da questão fundiária. Atualmente, depois de todos esses anos, novas leis estão sendo editadas, no sentido de corrigir senões, definindo interpretações e regulamentando disposições."

Na oportunidade, cabe um comentário sobre o Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto-

Lei nº 3855, de 21.11.41, que pretendeu assegurar o devido amparo aos trabalhadores rurais do setor, referindo-se a salário mínimo condizente, assistência médica e hospitalar; ensino primário para seus filhos e, a título gratuito, área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do trabalhador e de sua família. As disposições desse estatuto, que antecedeu o Estatuto da Terra em 23 anos, como verdadeiro instrumento de reforma agrária, em nada ou em muito pouco foram observadas. O Decreto-Lei nº 6969, de 19.10.44, alterou-o para reforçar os seus objetivos sociais, e, em 11.10.65, o Decreto-Lei nº 57.020, do Presidente Castelo Branco, voltou a cuidar do assunto, sem resultado prático.

Na notável mensagem com que enviou o projeto do Estatuto da Terra ao Congresso, a famosa Mensagem nº 33, registrou o Presidente Castelo Branco, a propósito dos trabalhadores sem terra: "essa população sem terra tem estado praticamente afastada dos benefícios do nosso progresso, formando um vazio sócio-econômico tremendamente mais sério que os nossos vazios demográficos".

São do início da década de 70 os *slogans* "terra sem homens para homens sem terras" e "o sul vai ao norte," o primeiro justificando a abertura da Transamazônica e a colonização das terras às suas margens e o segundo, explorado sobretudo pelo BASA (Banco da Amazônia S.A), visando particularmente à atração de empresários do sul do Brasil para investimentos no estado do Acre.

Essa atração para o Acre levou à venda de grandes glebas a preço quase vil, à destruição de empreendimentos extrativistas³ e ao considerável aumento da confusão que já se instalara no estado sobre a definição da validade de títulos de propriedade de terras, dificultando a implantação de projetos que seriam pretendidos.

3. Sem embargo de que a maioria deles estava praticamente sem valor econômico e seus proprietários cheios de dívidas.

dos pelos empresários, novos proprietários, e levando muitos deles ao desânimo, à exploração quase predatória da madeira e à formação de pastagem em terras que pudessem, talvez, ter utilização mais nobre e geradora de mais alimentos e empregos.

Na confusão da titulação, entraram os títulos expedidos pela Bolívia e pelo Peru, nas terras que foram suas, os títulos concedidos por Plácido de Castro, os do "estado independente do Acre", enquanto este existiu, e os do estado do Amazonas, que o Acre integrou antes de se tornar território.⁴ Mais ainda contribuíram para o caos da titulação que se instalou, o fato de que os seringais eram quase sempre registrados, com base no número de "estradas de seringa", com dimensões aceitas em valores estimados. E ocorreu que os bancos oficiais de crédito, nos períodos em que houve incremento na extração de látex, períodos das guerras mundiais, concederam financiamentos com base nas áreas definidas pelo número de "estradas de seringa". Também aconteceu a destruição de muitos livros de registro dos cartórios e de títulos de propriedade de terra, em consequência do pouco cuidado que recebiam, das condições de umidade da região e também, certamente, porque muitos proprietários, naquelas paragens longínquas, não imaginavam que, de repente, iam precisar desses papéis. Portanto isso, muitos documentos também foram forjados, exigindo todo o cuidado dos órgãos oficiais, que deviam validar documentos de propriedade de terras.

É importante comentar, pela importância que tem para o melhor entendimento do assunto em discussão, que a venda de terras na Amazônia, inclusive as alienações dos governos federal e estaduais, deu-se em geral, a preço muito baixo e sem cuidadosa seleção dos compradores.

A alienação oficial impunha ocupação e implantação do projeto apresentado e dava

prazos. Mas, muitos compradores não eram do ramo a que se propunham desenvolver e, fracassaram ou usaram as terras adquiridas como reserva de valor, para fins especulativos. Tudo foi muito facilitado porque, independentemente da inexistência de uma fiscalização severa, os governos não cumpriam fielmente seus compromissos constantes do edital de licitação, no tocante, entre outros pontos, à garantia de acesso às áreas vendidas e a facilidades para o escoamento e a colocação da produção.

Não fossem as consequências desastrosas geradas em alguns casos, tudo não passaria de uma comédia de erros, o confronto de duas partes de um negócio se enganando mutuamente.

A maior motivação para a abertura da Transamazônica e ocupação das suas margens com projeto de colonização oficial foi a preocupação do governo Médici com a grande seca que se prenunciava para o Nordeste. Tradicional região de excesso populacional, de economia precária, baseada na monocultura e no latifúndio, fatores determinantes de forte "pressão sobre a terra", o Nordeste, sempre parece estar às vésperas de uma explosão a se apresentar como grave conflito social.

Aqui convém registrar: 1º) que, desde muito, está demonstrado que o Nordeste carece de adequada redistribuição de terras, e, por isso mesmo, o PROTERRA para a região contemplou esse particular para a região especificamente; 2º) a existência, em local relativamente próximo, o Planalto Central, de boa disponibilidade de terras — razoável vazio de ocupação que poderia ser alvo de um processo de reforma agrária para atender a excedentes do Nordeste; 3º) o fato de que o governo dispunha de instrumentos legais e institucionais e, também, do poder discricionário, para logo aproveitar a oportunidade de iniciar

4. O que, na verdade, ocorria em toda a Amazônia. Mas, no Acre, a complexidade era maior.

correção das distorções fundiárias do País; 4º) as duas experiências anteriores do governo federal ante o problema da seca no Nordeste e as experiências de aproveitamento das terras úmidas e vazias do estado do Maranhão.

Lembremos as Experiências Citadas

A primeira delas, dos idos de 1941, com o projeto de colonização em Barra do Corda, tinha uma área de 360 mil hectares, posteriormente reduzida para 300 mil, pela demarcação de reserva indígena. Esse projeto, hoje com mais de 50 anos do inicio da sua implantação, ainda não está totalmente emancipado.

A outra experiência é a de COLONE, projeto criado pela SUDENE para uma área de um milhão de hectares e iniciado no fim da década de 50 (1959). Esse projeto, que se implantaria em uma área totalmente vazia de ocupação, recebeu financiamento do Banco Mundial. Mas, algum tempo depois, ocorreram divergências entre esse Banco e a SUDENE, o que muito contribuiu para atrasos e outros problemas na sua implantação. A área de COLONE compreende hoje três municípios. O projeto está na órbita do Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária e ainda tem questões a serem solucionadas para sua completa emancipação.

Em relação ao Nordeste, considerando o fato de depender da monocultura da cana-de-açúcar; a existência de latifúndios improdutivos; a fome crônica da região e o permanente perigo de eclosão de um conflito social, é de se registrar, com perplexidade, que, a rigor, nenhum governo se dispôs a enfrentar seus problemas com firme propósito de resolvê-los. A chamada Lei do Sítio, aquela do Decreto 57.020, derivado do Estatuto da Lavoura Canavieira, é um elemento de comprovação desta assertiva. Ela nunca foi efetivamente cumprida.

E esta é outra questão a especular. Afinal, determinadas medidas oficiais, tomadas posteriormente por outros governos, vieram a conflitar com a Lei do Sítio, como por exemplo o programa de modernização da agroindústria açucareira do Nordeste, no inicio dos anos 70, com vistas ao incremento da exportação de açúcar, e o PRÓALCOOL. Eles passaram a justificar o plantio de cana em todas as áreas onde fosse possível, até naquelas onde se poderia plantar mandioca.

...

O fato é que a norma é uma administração não dar continuidade ao que foi iniciado na administração anterior. E elementos inescrupulosos se valem dessa descontinuidade administrativa.

Também no inicio dos anos 70, o governo do estado de Mato Grosso, buscando recursos, sobretudo para a construção de centro administrativo em Cuiabá, alienou terras, no norte do estado, inclusive o grande vazio do Aripuanã, para empresas de colonização privada e para outros projetos admitidos como capazes de contribuir para a ocupação e o desenvolvimento da região. Com essas alienações, é inegável que a região norte do Mato Grosso se transformou, e hoje apresenta áreas com razoável grau de ocupação e desenvolvimento, como, por exemplo, Alta Floresta, Sinop, Matupá, Juruena, Juina, Cotriguaçú, entre outras, tudo comprovando a vantagem da colonização privada sobre a oficial.

Todos esses programas de ocupação dos vazios geográficos, a partir dos anos 50, contribuíram, inegavelmente, para ampliar e acelerar os movimentos migratórios internos. As correntes migratórias passaram a aproveitar a facilidade das estradas abertas e muitos problemas começaram por ai.

A ocupação desordenada e os tumultos que decorreram, no Bico do Papagaio⁵ e no sul do Pará⁶ são, é lícito admitir, resultados diretos de Brasília e da Brasília-Belém.

Ocorreu ainda que, empresas que construíram a cidade de Brasília e estradas levaram trabalhadores, obviamente recrutados em outras regiões, e, uma vez terminada a obra, os dispensaram do local, não os levando de volta às suas origens. O mesmo fizeram diversas empresas agropecuárias, após o desmatamento inicial e primeiro plantio, com trabalhadores que tinham trazido de outras regiões. Isso tudo aconteceu em todos os estados em que foram feitas obras: Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Goiás e no atual Tocantins.

Os programas governamentais se desdobraram para absorver também esses deslocados, mas se revelaram insuficientes, até porque o número de necessitados de condições de sobrevivência sempre cresceu.

Sobre o abandono de trabalhadores não adiantaram denúncias, inclusive de órgãos governamentais. O que se poderia fazer com a insensibilidade do empresário, com a ignorância e o desamparo do homem, carente de condições de sobrevivência, ou com o despreparo e a inoperância dos órgãos competentes do governo para atuar na questão?

O fato exato é que os governos, federal, estaduais e municipais, estavam completamente despreparados para enfrentar a necessária tarefa — é bom reconhecer e enfatizar — de interiorização do País e ocupação dos seus espaços vazios, a começar pelo desconhecimento das suas bases fundiárias.

Assim, aumentou significativamente o números de invasões de terras devolutas e de propriedades nestas, quase sempre, e até hoje, levando a conflitos sangrentos. Os garimpeiros

também se multiplicaram. E aumentaram as "grilagens" de terras e a "indústria da posse".

Mais ainda, aumentou o número de pessoas que receberam lotes de terra do governo, em projetos oficiais de colonização ou de assentamento, sem nenhuma habilitação, nem apoio financeiro ou técnico para o adequado trato e aproveitamento da terra.

E aumentou, por fim, a área percorrida por migrantes, que se instalaram num lugar, o esgotam, o abandonam e vão para outro lugar, repetindo o ciclo de queimadas e a devastação e ampliando a área em que ocorrem. O fato é mais característico nas regiões de solos pobres da Amazônia.

Cedo, o controle ficou impraticável e o governo passou a ir atrás dos fatos consumados.

No tocante às migrações espontâneas, valem algumas lembranças.

A migração interna mais antiga é a de sentido Nordeste-Sul. Mas, de uns tempos para os dias de hoje, ela passou a coexistir com aquelas de sentido Nordeste — Norte, Sul — Centro Oeste — Norte, e outras menos significativas.

O lavrador nordestino que correu para o sul, porque a terra que trabalhava não mais lhe garantia sustento, em muitas áreas, viu-se, de repente, outra vez desalojado, agora por efeito do progresso tecnológico e de novas imposições da economia de escala, traduzidas, por exemplo, em mecanização, irrigação e mudança de cultura.⁷

Agora, porém, ele tem ao seu lado, na corrente migratória e pelas mesmas razões, trabalhadores da terra locais, aqueles pequenos proprietários e meeiros e parceiros que tiveram suas propriedades e atividades inviabilizadas pelos novos interesses econômicos. Ou eles engrossam as correntes de êxodo rural que

5. Norte do estado de Tocantins, então Goiás.

6. Xambioá, Conceição do Araguaia e outros.

7. Principalmente para exportação, sobretudo as típicas culturas de sobremesa ou complementares (café, açúcar, cacau, laranja, soja ou pecuária; nunca o alimento diário (feijão, arroz, milho, etc.)

demandam as cidades, aumentando-lhes as condições de degradação de vida, ou vão em busca de novas terras para plantar e tirar seu sustento, ou ainda se lançam na aventura do garimpo. Junto a eles também vão uns quantos que se desiludiram com a vida nas cidades para onde já tinham ido.

Toda a situação acima sumariada faz aumentar significativamente as agressões ao meio ambiente, os choques com as populações indígenas e os problemas sociais das cidades e dos campos, dando mais forças aos apelos pelas reformas agrária e urbana.

Como tudo é parte de inegável "pressão sobre a terra", o tema Reforma Agrária foi alçado a nível de maior destaque, sobretudo pelo reconhecimento por todos de que a estrutura fundiária do Brasil, fundada sobre o regime das sesmarias implantado por Portugal, consagra significativas distorções no quadro da propriedade da terra, com reflexos geradores de deficiências na produção de alimentos e de empregos, no meio rural e mesmo no próprio interior do País, tudo levando às grandes concentrações populacionais nas cidades e daí às favelas, às legiões de desempregados, aos moradores de baixo das pontes e viadutos, aos meninos de rua etc. Nesse contexto de crescente aumento de tensão nos meios urbano e rural, foi que partimos, decididamente, para a conquista do interior, abrindo novas áreas para ocupação e criando mais problemas com relação à posse e ao uso de terra.

Por mais contraditório que pareça, é inegável que a interiorização da capital, a fundação de Brasília e a abertura de acesso a novas áreas para produção representou contribuição de maior valor para o desenvolvimento brasileiro, nas últimas décadas. Então, pode-se dizer que o saldo é positivo. Até certo ponto, também foram estabelecidas condições para uma desconcentração, um alívio nas pressões sobre

as cidades e áreas já ocupadas.

A questão é que, independentemente do processo inflacionário estimulado e levado a perigosa aceleração, os problemas derivados da disputa pela posse da terra estão acumulados, desde o Brasil Colônia.

A interiorização dos nossos dias foi feita como que num impulso, sem uma preparação adequada para sua execução e para o seu — sem dúvida previsível — desdobramento e, simultaneamente, com uma aceleração do processo de industrialização do País e a modernização da agricultura, nas áreas tradicionais.

Aqui, porém, cabe perguntar: — ela (a interiorização) teria ocorrido se tudo tivesse que ser pormenorizadamente previsto e equacionado, e se fossem considerados os custos exigidos e feitas previsões de caixa para impedir consequências inflacionárias? Claro que a resposta é não. Afinal, já lembramos a tônica da descontinuidade administrativa como uma das características dos nossos governos.

...

Seria fastidioso comentar todo o agravamento da questão fundiária e as tentativas de solução, através do processo de reforma, chegando ao Estatuto da Terra — obra primorosa da Revolução de 1964, que não soube bem implantá-lo — e à legislação agrária posterior, inclusive a emanada da Constituição de 1988. O que importa considerar, em última análise, é que há consenso de que a solução dos problemas econômicos e sociais brasileiros, inclusive e sobretudo, no referente aos aspectos inflação e miséria de ponderável parte da sua população, passa, inexoravelmente, pela consideração do impasse agrário. Em outras palavras, se não atacar a causa primária do desequilíbrio econômico e social da sociedade brasileira, a questão da posse e do uso da terra, não chegaremos jamais a uma solução duradoura para a crise que vivemos como mal crônico. E, de

repente, poderão não existir mais espaços vazios para criar ilusões e com elas soluções paliativas.

Precisamos considerar que a potencialidade dos Estados Unidos da América se fundamenta nas disposições sobre a posse e o uso da terra, desde os primórdios de sua colonização, que propiciou a existência de forte mercado interno de produtos agrícolas e industriais, reconhecida base do progresso norte-americano. Não foi por outro motivo que o General Mac Arthur, ao ocupar o Japão, baixou, como um dos seus primeiros atos, um decreto modificando a estrutura fundiária japonesa, quebrando, em definitivo, o poder que, direta ou indiretamente, os latifundiários exerciam sobre o país. Os países europeus, sem exceção, impõem limites à concentração da propriedade da terra. A Grã-Bretanha impôs o zoneamento agrícola, definindo regiões em que seriam admitidas pastagens e limite às dimensões das propriedades, ainda no século XVIII, ao alcance da revolução industrial.

Uma idéia inteiramente válida de abertura de novas áreas de produção, mais próximas aos grandes centros consumidores, e de portos ideais para exportação de excedentes, com base em pequenas e médias propriedades, é a da Ferrovia Norte-Sul, praticamente paralisada, infelizmente.

O Projeto de Assentamento de Carajás, para a absorção de trabalhadores sem terra do Bico do Papagaio — uma providência de grande significado do governo Figueiredo — sofreu solução de continuidade e está praticamente abandonado.

Também os projetos oficiais da Transamazônica, do Acre, de Rondônia, do Pará etc, não vêm recebendo a devida atenção da competência do governo para que, definitivamente, consolidem-se e se emancipem.

Muitos são os vazios de ocupação, vazios geográficos ainda existentes em nossos terri-

tórios. Muitas são as regiões carentes da implantação de processo de desenvolvimento ou, pelo menos, de melhores condições de vida para sua população. Cabe lembrar o vazio que envolve o Projeto Calha Norte. É importante não deixar exagerado espaço vazio entre a "vanguarda" e o "grosso".

De qualquer forma, é muito importante que se tenha em vista o que está próximo de nós e que se leve em conta certas verdades.

É sabido, comprovado e proclamado por nacionais e estrangeiros, inclusive o Banco Mundial e a FAO, que são as pequenas e médias propriedades que produzem alimentos. As grandes propriedades, sobretudo as "plantations", que desenvolvem culturas de produtos destinados à exportação e à própria exportação de excedentes de produção de alimentos, só devem ser consideradas e estimuladas após a garantia de alimentos para a população.

E só o aumento do número de produtores assegurará a competitividade, o justo preço, e a criação de um mercado interno consumidor, único caminho para minorar, pelo menos, a miséria e a fome e assegurar a base para a criação de uma economia tão estável quanto possível.

Em resumo, no quadro de nossas preocupações com os vazios geográficos, é importante não perder de vista o campo social e as desigualdades regionais, pelo que têm de ingredientes para gerar dificuldades para nosso País. A expressão "vazio sócio-econômico" do Presidente Castelo Branco é perfeitamente válida para esse conjunto.

Considerações Paralelas sobre o Tema

1. É possível que, pelo menos remotamente e indiretamente, a "Marcha para o Oeste" seja uma causa para a devastação da floresta amazônica, na região de Paragominas, no Pará, para formação de pastagens em projeto pecuário, nos anos 40. De qualquer forma, historicamente, na maioria dos casos, a ocupação do nosso território teve o boi como pioneiro, o que também sempre foi preocupação.
2. Das estradas construídas no período Juscelino, a

Brasília-Belém foi a de maior repercussão, até por ter sido objeto de muitas críticas quanto ao seu valor, tais as regiões que ligava e por onde passava. Hoje, a Brasília-Belém está caminhando para, em poucos anos, ficar saturada por intenso tráfego de caminhões pesados. Também hoje, já se aceita a ideia de ver Belém como uma das melhores saídas para a exportação de produtos do Brasil Central. Então, avulta a ideia de criar uma ferroviária ligação norte-sul, independente de consideração que se possa fazer, de eventual interesse militar.

O desenvolvimento da Amazônia, na verdade, sempre foi uma preocupação dos governos, desde a Colônia. As Constituições sempre cogitaram da alocação de recursos para a região. Anteriormente à Revolução de 1964, existia o programa de Valorização Econômica da Amazônia, conduzido por uma Superintendência, a SPVEA. A SPVEA por diversas razões, até pelo não recebimento dos recursos previstos e por certo grau de corrupção, pouco produziu enquanto existiu, sendo substituída pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

4. O projeto Rondon foi extinto no Governo Collor, mas já se fala na sua reativação.

5. Usaram, ou ainda usam, políticas de incentivos fiscais para algumas regiões: França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Dinamarca, Noruega, Irlanda e Grã-Bretanha. A característica desta política é peculiar para cada caso.

6. É do período Castello Branco o início da implantação do famoso Projeto Jari, do milionário norte-americano Daniel Ludwig. O projeto propôs, inicialmente, a produção de arroz irrigado para exportação (o modelo colonial). Houve receio de esse arroz ser canalizado para o próprio Brasil. Depois, o Projeto Jari se lançou à produção de celulose, também para exportação, e, para isso implantou projeto de reflorestamento com espécie não adaptável à região, causando prejuízos para a região e o projeto. O desconhecimento generalizado da situação fundiária, por parte do próprio governo, pode ter sido uma das causas do impasse fundiário em que se meteu o Sr. Daniel Ludwig, o que o levou

a passar o projeto adiante. Afinal ele fora atraído para o Brasil por autoridades da época.

7. Antecederam o Projeto Jari, em algumas décadas, as tentativas do também norte-americano Henry Ford de implantação de projeto de produção de borracha no vale do Tapajós. Foi dele a criação de Fordlândia e, posteriormente, de Belterra, em áreas que lhe foram concedidas. Com o fracasso do projeto de Henry Ford, por motivo de doença nas seringueiras e do baixo preço com que passou a ser oferecida a borracha produzida na Malásia, as áreas voltaram para o Governo brasileiro. Foi criado o Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), incorporado ao Ministério da Agricultura pelo Estatuto da Terra, o qual pouco produziu, até hoje, na área total de que dispõe, de mais de um milhão de hectares.

8. Em 1952, Golbery do Couto e Silva, num trabalho intitulado "As Categorias Geopolíticas Fundamentais e a Realidade Brasileira" sugeriu as seguintes linhas para a integração do País: 1^a fase — articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do País; 2^a fase — impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste, no todo ecumônico brasileiro. 3^a fase — inundar de civilização a Hileia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no centro-oeste, em ação coordenadora com a progressão este-oeste, segundo o eixo do grande rio".

9. Na verdade, no prolongamento da BR-364, já se chega hoje ao Pacífico via estrada de características muito precárias, uma estrada carregável e simples caminho, embora de possível tráfego por viaturas em alguns trechos do território peruano. O Brasil e o Peru estão altamente interessados nessa ligação, que continua a enfrentar dificuldades por força de pressões externas, ditas de madeireiras e produtores de grãos dos Estados Unidos e do Canadá. No governo Collor, um secretário de Estado chegou a dizer que, enquanto ele ocupasse o cargo que detinha, impediria o

prosseguimento da BR-364.

10. O PROTERRA contemplou, entre outros importantes objetivos: "a aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos em que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios proprietários rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis", empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor".

11. O PIN e o PROTERRA, por alguns estudiosos do problema fundiário, são considerados prejudiciais ao Nordeste, por absorverem e canalizarem para Amazônia recursos que deveriam ter sido aplicados na região. Também os incentivos fiscais para a Amazônia e o reflorestamento foram criticados por nortistas, que entenderam terem sido desviados recursos da SUDENE.

12. Preocupações da legislação, desde a Lei nº 601: colonização, fronteiras, espaços vazios.

13. No município de Aripuanã, tal era seu vazio que a prefeitura ficava em Cuiabá. Na sua área houve uma tentativa, no fim dos anos 60, de implantação de um projeto de pesquisas através do qual seria construída uma cidade, que teria o nome de Humboldt. O projeto acabou sendo abandonado.

14. O elevado custo do transporte tem inviabilizado levar para os grandes centros consumidores a produção dos projetos de colonização, mesmo dos projetos de colonização privada no norte do Mato Grosso. Então, a produção é absorvida, na própria região, e não há incentivo para se produzir mais.

15. A Lei Sesmarial continha três obrigações principais: 1º - os donos das terras ociosas eram "constrangidos" a "lavrá-las; 2º - caso

não pudessem fazê-lo, por qualquer motivo justo, deveriam transferi-las a outrem, para que as herdades fossem "aproveitadas cumpridamente," como era mister; 3º - em caso de recusa ou impossibilidade de obedecer a essas determinações (cultivo direto ou arrendamento), a gleba seria confiscada, retornando ao "bem comum". A Lei Sesmarial foi editada para resolver a situação de escassez de alimentos que ocorria em Portugal. A imposição da Coroa era uma reforma agrária de bases totalitárias, verdadeiro confisco. Nenhuma sorte de compensação adviria para o donatário negligente ou omissa, nem indenização em dinheiro, nem títulos do Estado.

16. A Lei das Sesmarias ("editada em um país do tamanho de Pernambuco e vigindo em um gigante em fase de crescimento") teve iniciada sua extinção no Brasil quando o Imperador, em 1822, atendeu ao requerimento de um posseiro. Esse fato gerou a primeira lei de terras brasileiras, a Lei nº 601, de 1850.

17. Reforma Agrária é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

18. Tradicionalmente, por atavismo cultural, temos, em geral, apegado-nos ao modelo colonial — exportação para a "metrópole" de matéria-prima — da mesma forma que, pela mesma razão, quase sempre nos colocamos na posição de dependência de uma autoridade maior representada pelo governo, como os colonos dependiam da metrópole.

19. Se não protegermos, até por uma ocupação inteligente e responsável, os muitos espaços vazios ainda existentes no território brasileiro, o mais cedo que se possa imaginar, eles serão atingidos por migrantes — trabalhadores sem terra e ou garimpeiros — pessoas acima de tudo premidas pela luta pela sobrevivência, que não terão maior consideração nem com a natureza; nem com populações indígenas.



A Sociedade da Informação e a Infocracia*

Marcello Praça Gomes da Silva

O artigo analisa os caminhos que poderão levar à futura concretização de uma sociedade centrada no pilar da informação e voltada ao desenvolvimento e às liberdades individuais, ou à sua manipulação por forças totalitárias (as infocráticas).

A informação se apresenta como sendo o terceiro suporte fundamental em nossa sociedade, juntamente com a matéria e a energia. A rigor, deveríamos considerá-la como o segundo, uma vez que os dois restantes são diretamente proporcionais e podem ser considerados manifestações distintas do mesmo fenômeno físico ($E = mc^2$).

Desde 1962, Fritz Machiup, economista austriaco, já considerava que a sua geração e seu processamento e ulterior distribuição se constituíam em fator de produção, sendo de primordial importância, tanto a nível empresarial quanto nacional (e transnacional).

Hoje, o desenvolvimento por inteiro de nossa espécie, homo sapiens sapiens, bem como o êxito econômico nos anos vindouros irão, cada vez mais depender dos frutos da inovação tecnológica. Estes já estenderam seus braços sobre todas as esferas e os célebres progressos em campos como micro (ou nano)

eletromagnética, austronáutica, robótica, telecomunicações e informática e criam marcas indeléveis na paisagem cotidiana, ainda que muitas vezes nem cheguemos a nos aperceber da grandeza do fato e de todas as suas implicações, já que a visão holística é por demais complexa para saltar aos olhos.

Infelizmente, os mesmos frutos podem ser apropriados por forças obscurantistas e utilizados, com o fim último de agrilhoar a sociedade, conduzindo-a a um futuro *orwelliano*. Tomando a afirmação do matemático e filósofo inglês Alfred North Whitehead, em sua obra, "Adventures in Ideas", é possível a antevisão das suas opções na árvore de possibilidades. Eis-lá: "É típico do futuro ser perigoso... Os principais avanços da civilização são processos, todos eles, que destroem as sociedades em que ocorrem". É o dilema revolucionário que se descontina a cada nova mudança de peso. A destruição tanto poderá conduzir a um avanço quanto a um retrocesso.

* Selecionado pelo PADECME

Saberemos escolher corretamente qual das duas sendas trilhar?

Comportamento Humano e Tecnológico

O cérebro humano é constituído, macroscopicamente, pelo neocôrte (côrte cerebral), sistema límbico e complexo-R, partindo-se nessa seqüência, no interior. O complexo-R se refere a uma parte de origem primitiva, que tem responsabilidade em características tais como a hierarquização dos grupos sociais, a territorialidade e o comportamento agressivo. Pode-se crer que, quando o estímulo econômico ou outro qualquer se fizer sentir, será no complexo-R que encontraremos a justificativa inconsciente para externalizar nossos atos de força impensados. Ele é uma reminiscência do longínquo passado em que nossos ancestrais répteis dominavam o planeta. Também é chamado cérebro réptilico e, muito embora sendo, em termos volumétricos, percentualmente minoritário, pode ser considerado, a julgar pelos numerosos exemplos, de marcante influência. O córtex cerebral tem relação com a inteligência e a capacidade de processamento informacional (o lado racional). Nos mamíferos superiores é mais desenvolvido que nos inferiores e neste mais do que em aves, anfíbios e peixes. O sistema límbico, por sua vez, relaciona-se profundamente com o emocional e o altruísmo. Ressalte-se, no entanto, que estas divisões são altamente genéticas, realmente, havendo inter-relacionamento entre as funções de cada um.

Assim, como a suposta natureza agressiva

da raça humana teve a defesa de cientista do porte de Konrad Lorenz, etologista nascido na Áustria, e Raymond Dart, professor de anatomia, muitos outros cerraram fileira contra tais posições procurando demonstrar que somos uma espécie pacífica e que tais "instintos" são esporádicos, ocorrendo em função de desajustes e ou injustiças sociais, sem influência de nossa carga genética. Parece ser razoável que uma posição intermediária, buscando um meio-termo entre os dois extremos, esteja, ao certo, mais próxima da realidade.

Quanto mais avançada for uma sociedade, em termos científicos, tanto mais fácil ser-lhe-á destruir por completo a si mesma ou a outra

O anteriormente citado teria valor limitado se hoje estivéssemos no mesmo estado de nosso antepassado da Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Moderna, ou ainda do século XIX. Naqueles dias, não havia tecnologia capaz de causar impacto com horizonte amplamente global e deletério. Embora seja um tanto patente, cumpre lembrar que quanto mais avançada for uma dada sociedade ou civilização, em ter-

mos científicos e tecnológicos, tanto mais fácil ser-lhe-á destruir-se por completo ou a outra. Uma tal destruição, por intermédio de um único agente, foi imaginada por Herman Kahn, em seu livro "On Thermonuclear War" onde sugeriu a idéia de "Máquina do Juizo Final". Uma vez ação, principiava um ciclo de relações que ia culminar no derradeiro fim, o verdadeiro holocausto do planeta. O equilíbrio do terror, que supostamente, norteou a corrida armamentista, estava fundamentado neste princípio. Ninguém ousava dar início enquanto a balança, que pesava a capacidade de devastação, não pendesse para um dos lados. E, mesmo assim, estrategistas militares desenvolveram a

síntese da guerra limitada, que descortinava o confronto nuclear sem precisar baixar o véu do anátema de Kahn. Faz com que recordemos o apocalipse de São João: "E jazerão os seus corpos mortos, na praça de grande cidade..."

No quinto século, quando a Biblioteca de Alexandria foi arrasada por turbas cristãs, o povo não se levantou para impedir semelhante sacrilégio pois, simplesmente, ignorava o que ali era feito. Filosofia, astronomia, matemática, botânica, e geografia eram desconhecidas pela população que, assim, nunca envidaria esforços para defender o que sequer sabia haver. E perdeu-se, quase que completamente, um patrimônio único da humanidade. Acrescente-se o fato de que a propaganda religiosa da época, ao relacionar os estudos oriundos do mundo clássico grego e romano com o paganismo, denegria a imagem da instituição. O limitado ou quase nulo conhecimento do papel da Biblioteca era agravado pela opinião corrente de que o que lá se fazia era de natureza inerentemente má. Na mentalidade popular, os que laboravam com coisas daquele jaez maus também deveriam ser.

Hodiernamente, esta idéia encontra paralelos em diversos pontos-de-vista expostos pelas pessoas comuns. Confunde-se o mau uso que se faz de algo com alguma maldade própria que ali esteja encerrada. A descrença, e mesmo repulsa, em relação ao papel da Ciência como agente impulsor, é compartilhada por grupos expressivos, como partidários radicais do "*small is beautiful*" e ecofundamentalistas. Para estes, são inadmissíveis não só os grandes investimentos, essenciais a empreendimentos no âmbito da *Big Science*, que visam a elucidar e solucionar questões fundamentais (superaceleradores de partículas para vasculhar o íntimo da matéria, estações orbitais, viagens interplanetárias, o Projeto Genoma) como também todo o aparato que cerca a vida moderna. Pregam um nebuloso retorno às origens o que, no conturbado cadiño em que vivemos, pode-

rá vir a encontrar eco junto à uma multidão dominada por demagogos, falsos profetas e candidatos a ditadores. Um possível destino a ser dado a pesquisadores e cientistas pode ser avaliado ao se imaginar que a última grande de Alexandria, Hipácia, foi linchada pelo populacho insano e enraivecido, influenciado por certo personagem da época, em 415 da era cristã. Ou então ao se relembrar o que ocorreu a Giordano Bruno, na Europa renascentista.

A tecnologia, qualquer que seja, é um instrumento que, nas mãos de seu senhor pode ser empregada para os mais diversos fins. Aplica-se a ela o mesmo aforismo da justiça... É cega. Os foguetões V2 que bombardearam Londres, ao final da Segunda Guerra Mundial, formaram uma parte substancial do alicerce que, pouco mais de vinte anos após, possibilitaria a alunissagem da Apollo 11. Similarmente, pesquisas teóricas, na primeira metade do século, redundaram em Hiroshima e Nagasaki, mas também nas usinas nucleares para a geração de energia elétrica (mesmo que esta última parte seja "verboten" para muitos ecologistas e energeticistas).

Os circuitos integrados (CI's) e os microprocessadores, que forneceram aos lares o computador pessoal da década passada, o célebre PC, e mais recentemente "laptops" e "notebooks" também possibilitaram o surgimento de armas inteligentes, que bem mostraram seu poderio, na recente Guerra do Golfo. A engenharia genética é capaz de revolucionar a medicina e a agricultura, porém traz consigo o germe fantasmagórico da guerra bacteriológica e dos desastres ecológicos. Da mesma forma, seus opositores receiam a criação de sub-raças de escravos e manipulações com fins eugenéticos, visando à geração de um "uebermensch" patrocinado por algum Estado racista. E os exemplos se estendem "*ad infinitum*".

A Sociedade da Informação Como Possibilidade Real

Ao falarmos que caminhamos em direção a uma sociedade de informações, doravante chamada *infosoc*, raras vezes nos apercebemos

exatamente de qual o seu significado. Esse é o que a faz se aproximar da "johoka shakai" nipônica, expressão cunhada, na década de sessenta, por um grupo de estudiosos. Presume-se que nela haja, tanto qualitativa quanto quantitativamente, farta de informações, de todos os tipos, e, principalmente, amplas facilidades para distribui-las onde, quando e para quem seja necessário. Não se cogita haver óbices financeiros de monta para acessar as bases de conhecimento, além do que o usuário poderá dispor das mesmas, de variadas formas, a seu bel-prazer, não havendo retardos significativos para obtê-las a partir do momento da consulta inicial. Igualmente, não se concebe a existência de qualquer tipo de bloqueio ao direito ao livre acesso.

Um ponto que não deverá ser esquecido é o que pressupõe que a *infosoc* abarque a maioria, a totalidade, no limite da população, sem distinções religiosas, raciais, sexuais ou de qualquer outra espécie. Constituir-se-á, caso venha a sobrevir, em instituição verdadeiramente democrática, pois se preocupará, efetivamente, com as minorias e não com a maioria massificada, base da pseudodemocracia atual e dos meios de comunicação de massa.

A relação entre a taxa de fornecimento de informações e a de consumo das mesmas deverá forçosamente aumentar, à medida em que os conflitantes interesses das minorias forem sendo, cada vez mais, levados em consideração. Um exemplo notável, na atualidade, é a explosão de periódicos e emissoras radiofônicas destinados a mini ou micro grupos como os aficionados em ferromodelismo, jogos computadorizados, filatelia, radioamadorismo e bolsões étnicos que mantêm forte vínculo linguístico, dali as emissões em sua língua materna e cultural, entre si. Esse último caso caracteriza a criação de espaços geográficos que poderão evoluir para maior autonomia (independência) do poder central. Hispânicos nos EUA (porto-riquenhos, cubanos, mexicanos) e descendentes de franceses, no Canadá (Quebec) encontram-se nesta categoria.

Como a necessidade de consumir informações diversificadas cresce, proporcionalmente ao aumento do padrão de vida e da condição sócio-cultural, a demanda para o principiar da *infosoc* irá, inicialmente, advir dos países ricos. Nos demais, podemos vir a ter insulas informacionalizadas, mas jamais a *infosoc*, pelo menos até que possam evoluir politicamente, destruir as correntes de miséria a que estão submetidas e vivenciar os meandros do processo de industrialização.

No entender de alguns pensadores, isso poderá ser utópico, na medida em que a disparidade seja tão profunda que torne praticamente impossível efetuar a transição, embora não descartem progressos parciais e/ou isolados. Um novo limes, rodeando o mundo "civilizado", estaria se erguendo segundo o modo de ver de Jean Christophe Rufin, cientista político francês autor de "O Império e os Novos Bárbaros". Esta linha divisória englobaria, de um lado, o Primeiro e o Segundo Mundo e, de outro, o que o demógrafo francês Alfred Sauvy sabiamente denominou Terceiro Mundo. Enquanto alguns países fronteiriços mereceriam especial atenção, pois serviram como estados-tampões (a Política do Cordão Sanitário, em nova feição), aos demais sobraria a inglória nulidade. A História gravitaria sobre o "Império" enquanto que acontecimentos alienigenas pouco ou nada importariam.

A fronteira não precisaria apartar fisicamente as duas regiões do orbe, boreal (mais Austrália e Nova Zelândia) e austral — ainda que muitos assim o preferissem — mas, insular zonas com seu "*modus vivendi*" rudimentar, um dos lados tendo as liberdades e facilidades da *infosoc*, contanto que se mantivesse o "*status quo*" dogmatizado, sob punição de ostracismo, exílio ou pena capital. A própria estabilidade deste mundo bipartido seria posta em cheque no momento em que contestações provenientes de seu seio se fizessem sentir, em larga escala. Se é difícil

imaginar estas circunstâncias, basta lembrar que o modelo grego de democracia não era gozado pela legião de escravos que por lá perambulavam e nem a liberdade de expressão dos cidadãos lhes dava o direito de contradizer certas máximas. A sentença que selou com cicuta o trágico destino de Sócrates redundou, diretamente, de seu posicionamento frontal contra verdades estatais que deveriam permanecer intocadas. O julgamento e a condenação de Galileu pela Santa Inquisição se constituíram em outra amostra da censura obscurantista dos poderosos, assim como foi a inclusão de obras de caráter científico e filosófico, tidas como heréticas ou blasfemas, no índice de livros proibidos (*Index Librorum Prohibitorum*).

Se é certo que a revolução proporcionada pela eletrônica é *conditio sine qua non* para o estabelecimento da *infosoc*, pois lhe fornece o substrato físico, também o é que tal condição, como se diz matematicamente, é necessária mas não suficiente. O computador continua sendo uma máquina sem inteligência própria (malgrado todo o zelo da inteligência artificial para reverter a situação) e que age segundo instruções pré-determinadas por seu operador. Faxes, modems, videofones, micros, satélites são apenas objetos físicos. Não garantem por si sós nenhuma drástica alteração social, ainda que possam vir a ser instrumentos para sua concretização.

Urge, sim, que a organização do espaço pelas minorias não seja obliterada por aqueles que detêm o poder tradicional, sob pena de avançarmos tecnologicamente enquanto regredirmos política e socialmente. É algo análogo à sentença: "A economia do país vai bem, enquanto o povo vai mal".

Neste ponto, espera-se que já exista uma visão geral sobre as premissas básicas da *infosoc*. Deve-se compreender claramente as marcantes diferenças existentes entre esta e a sociedade informatizada (tendência esta que se apresenta irreversível, a menos de um cataclisma mundial). Igualmente, é importante priorizar a democracia

direta em relação à representativa, o que vai ao encontro do expresso pelo anarquista alemão Max Stirner: "todo Estado é tirania, de um ou de muitos."

Poder e Infocracia

No decorrer dos últimos milênios da História humana, temos assistido à uma multiplicidade de formas de governo que, em maior ou menor grau, sempre usou algum tipo de coerção para com aqueles que lhe estavam submetidos. Sendo o nível tecnológico pouco desenvolvido, não havia condições práticas para que a propaganda de massa influenciasse extensas áreas, povoadas em um curto espaço de tempo. Com a primeira revolução das comunicações e o estabelecimento dos "mass media", foi possível reverter este quadro. A importância dos mesmos é facilmente verificada quando observamos que estações de TV, rádio, satélites e grandes jornais são dos primeiros alvos a serem capturados ou destruídos, dependendo da situação específica, por ocasião de um golpe (ou no decorrer de uma guerra). Objetiva-se não apenas impedir a difusão de notícias pelo oponente como garantir a veiculação das dos golpistas. Analogamente, é item considerado prioritário por facções guerrilheiras a implantação de uma rádio rebelde para propagar suas idéias tanto entre simpatizantes como para o povo em geral e como forma de ataque moral ao adversário.

A programação exibida pelas grandes redes, cumpre recordar, visava (e obviamente ainda visa) a atingir e controlar a massa amorfia a qual supõe-se constituir a maioria de qualquer nação. Partindo do pressuposto da unicidade, procura-se tudo unificar e uniformizar (preferências, padrões de consumo, pensamentos) o que, dentre outras coisas, leva à descaracterização gradual dos regionalismos, das particularidades e das tradições culturais seculares. Porém, a verdade é que a única

maioria existente é a esmagadora maioria de minorias. Sendo assim é claramente antiética, para não dizer nociva e criminosa, a posição seguida. Nada seria mais prejudicial para as multifacetadas expressões nominais do que a constituição de uma "Aldeia Global" (McLuhan), cujo o propósito fosse o da coesão do mundo pelas Telecomunicações.

No alvorecer dos anos setenta, principiaram a surgir fendas neste aparentemente inquebrantável edifício. Foi o advento do videocassete e dos videogames que propiciou ao homem entrever, pela primeira vez, sua futura independência da opressão imposta pela televisão tradicional.

Concomitantemente, a TV a cabo (CATV) se expandia e passava a contar com canais próprios de empresas de atuação regional, que atendiam certas localidades, e eram especializadas (esportivas, musicais, noticiosas). Os anos oitenta assistiram ao boom desses serviços nos Estados Unidos.

Atualmente, por exemplo, lá podem ser encontrados canais que utilizam apenas o Espanhol em seu linguajar diário (apesar da resistência dos adeptos do "english only"). Fenômeno semelhante ocorre na radiofonia e na imprensa escrita. Uma análise superficial poderia supor que estivéssemos diante de alguma coisa típica da sociedade norte-americana (um modismo quem sabe). Mas, em realidade, o fato de ter ocorrido primeiro lá sinaliza a posição de vanguarda ocupada pelos Estados Unidos, no que tange às transformações sociais (lembre-se do movimento "hippie" e da contracultura).

Ao se defrontar com uma mudança, o ser humano possui três escolhas: reagir contrariamente, integrar-se ou migrar. A primeira dela origina-se da não adaptabilidade às novas condições e de se desejar a preservação das antigas, sendo crítico em nosso ensaio. As "élites" de hoje, caso optem pela reação, irão desencadear séria contenda com as forças da renovação, assim como as de outrora já o fizeram, estando

a diferença no arcabouço militar à disposição para o embate.

Talvez seja ingenuidade imaginar que tudo pode ser resolvido por via pacífica. Não é comum se estar a perder privilégios e se ficar de braços cruzados. Todas as grandes mudanças sociais foram mais ou menos cruentas e é de se supor que essa também venha a ser. Presentemente, o caso iugoslavo é notório, no que tange à questão das nacionalidades.

Encastelados sobre uma estrutura artificial, imposta por décadas, a etnia sérvia não admite assistir passivamente ao esfacelamento de seu país e de sua preponderante influência.

Estes fazem o papel da reação, como os Bourbon já o fizeram um dia, enquanto os insurgentes postam-se do lado renovador.

Analise, agora, o caso da derrocada do sistema comunista soviético e da URSS. Esta não só não levou ao término das tensões e desconfianças que havia desde a Guerra Fria, no cenário mundial, como as fez até aumentar, em virtude da criação de novas potências nucleares, do incremento do tráfego de armas decorrente da fragilidade econômica dos novos países e dos nacionalismos, até então sufocados. Ainda que tenha diminuído, em muito, o risco de uma guerra atômica, nem por isso ficamos mais seguros. Multiplicaram-se as disputas latentes, inclusive em áreas onde não se pensava que pudessem vir à tona (Europa Oriental, tipicamente). Outro fator preocupante é o fato da política do "Big Stick" retornar ao cenário em decorrência do vácuo do poder que foi deixado. Também a xenofobia, a intolerância e o ódio racial renasceram (ou transpareceram) numa Europa que julgava caminhar, a passos largos, para o entendimento e a cooperação, enquanto que em diversos locais as guerrilhas permaneceram ativas a chegaram a aumentar sua atuação. Enfim, continuamos vivendo sentados sobre barris de pólvora.

A megatendência política que se vislumbra, no efervescente caldo em ebulação, é a de

bipolarização entre duas forças majoritárias. Ainda que estejam dissimuladas entre posições diversas, muitas vezes sequer sabendo que defendem profundos interesses comuns, combatem, incansavelmente, entre si. Uma, que chamaremos neoconservadorismo, objetiva a manutenção do "establishment" a nível macroscópico. Sua "weltanschauung" é calcada em seis princípios básicos characteristicamente concentradores, maximizantes, sincronizantes, especialistas, estandardizadores e centralizadores. Tem na classe dos infocratas, sucessores dos tecnocratas de antanho, a sua "intelligentsia". Não aceita a criação de um mundo novo pretendendo, em geral, um Antigo Regime com nova roupagem.

Ali, acham-se contidos os setores totalitários que apenas enxergam as novas tecnologias como sendo úteis à sofisticação dos modelos ditatoriais, as estruturas partidárias que regem nossa vida diária, as grandes corporações reacionárias e as pan-instituições, que se apóiam no tradicionalismo. A outra, chamada neolibertarismo, é sua antítese. Combate a idolatria do grande sem endeusar o pequeno; aceita na mais ínfima comunidade, o direito à autodeterminação; opõe-se ao propósito massificador, sob qualquer aspecto; não padroniza ou concentra; comprehende a urgência de novas fontes energéticas e não zomba delas, investindo nas mesmas; respeita a ecologia e nela vê a via para sua sobrevivência

futura; comprehende a falência dos antigos sistemas políticos e ideológicos e a premência de suas renovações.

Conjecturar sobre quem irá prevalecer é um exercício de futurologia e, por conseguinte, evada de subjetivismos, acasos, possibilidades e particularismos. É claro que de nossa atuação dependerá o fluir do vetor histórico, pois esse está em nossas mãos. No entanto, somente o tempo revelará a verdade. Aguardemos por ele.

Conclusões

Saint-Simon, socialista romântico, afirmou "a idade áurea da humanidade não está atrás de nós, mas à nossa frente". Este é o desafio a ser vencido ao romper do terceiro milênio: fazer com que a profecia de um utopista, que viveu há dois séculos atrás, concretize-se. Abrir a Caixa de Pandora que retém tal segredo é tarefa árdua na qual devemos concentrar todo o nosso empenho.

Como palavras finais, recordemo-nos da encíclica "Laborem Exercens", do Papa João Paulo II, que diz: "Tanto a primeira industrialização... como as sucessivas mudanças industriais e pós-industriais demonstram claramente que, mesmo na época do trabalho cada dia mais mecanizado, o sujeito próprio do mesmo continua a ser o homem".

Bibliografia

- ASIMOV, Isaac. *Robôs, Sociedade e Futuro. Diálogo*, Volume 18, nº 2, 1985.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo, Editora Cultrix.
- CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física*. São Paulo, Editora Cultrix.
- DAVIDOFF, Linda L. *Introdução à Psicologia*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DREYFUS, Hubert L. *O que os Computadores Não Podem Fazer*. Crítica da Razão Artificial. Rio de Janeiro, A Casa do Livro Eldorado, 1975.
- DUVERGER, Maurice. *As Modernas Tecno-Democracias*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
- KAPLINSKY, Raphael. *Automation: Technology and Society*. UK, Longman Group Limited, 1984.
- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. Sexta edição, São Paulo, Editora Atlas, 1991.

- LEAKY, Richard e Lewin, Roger. *Ori-gens*. Quarta Edição, São Paulo, Melhoramentos.
- MOSCO, Vincent e Wasko, Janet. *The Political Economy of Information*. United States of America, The University of Wisconsin Press, 1988.
- NAISBITT, John. *Megatendências*. São Paulo, Círculo do Livro e Abril Cultural
- NISKIER, Amaldo. *O Impacto da Tecnologia*. Primeira edição, Edições Bloch, 1972.
- ORWELL, George. Décima Oitava Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984.
- POMPEU, Renato. *Ciência Ilustrada*, Ano II Nº 15, 1984.
- RATTNER, Henrique. *Impactos Sociais da Automação*. Caso do Japão. São Paulo, Livraria Nobel, 1988.
- RONAN, Colin A. *História Ilustrada da Ciênci-a* Vol. I Das Origens à Grécia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- RUFIN, Jean Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1992.
- SAGAN, Carl. *Cosmos*. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1983.
- . *O Romance da Ciência*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1982.
- . *Os Dragões do Éden*. Segunda edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1982.
- SCHAMBRA, William A. *Uma Nação de Comunidades*. Diálogo, Volume 19, Nº 4, 1986.
- TINBERGEN, Jan. Para *Uma Nova Ordem Internacional*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1978.
- TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Décima Quarta Edição, Rio de Janeiro, Editora Record.
- TOFFLER, Alvin. *O Choque do Futuro*. Rio de Janeiro, Editora Artenova.
- . *Powershift: As Mudanças do Poder*. Rio de Janeiro, Editora



MARCELLO PRAÇA GOMES DA SILVA é engenheiro eletrônico. Trabalha no Departamento de Transmissão Terrestre (Divisão de Rádio) da EMBRATEL. Atua, entre outros misterios, com projeto de radioenlaces em UHF, SHF e EHF, estudos de interferência, levantamentos topográficos, gerência do espectro de radiofrequência, coordenação entre sistemas terrestres e terrenos, estudos de modelos de propagação, testes de aceitação, compartilhamento de infraestrutura em torres de telecomunicações, acompanhamento de implantações de rádios de baixa e média capacidades, e desenvolvimento de softwares para projeto de radioenlaces e simulação de Modelos.



Política Internacional (1945-1993): Bipolaridade e Multipolaridade*

Therezinha de Castro

O artigo faz uma análise sintética dos diferentes perfis apresentados pela Política Internacional, a partir do término da Segunda Guerra Mundial até 1993, e esboça seus possíveis contornos, a partir daí.

O mundo em que vivemos é um palco onde se desenrolam cenas da Política Internacional. Palco onde entram e de onde saem vários atores, os Estados que contracenam, através de seus representantes. Na primeira fila da platéia, a Geopolítica assiste à peça, cujo enredo se encontra no relacionamento da política com o espaço geográfico. Nos sucessivos atos que se desenrolam, compete-lhe analisar os fatos e apontar os problemas, para chegar a conclusões, por vezes precoces, deixando, no fechar das cortinas, que a Geoestratégia atue na problemática de sua solução.

Na guerra afeita à Política Internacional, o Estado tem papel central. Em nome dele, figurantes participaram de conflitos que mudaram, sobremodo, a Política Internacional. Adolf Hitler é exemplo contemporâneo. Sua ação redundaria na Segunda Guerra Mundial,

terminada na Europa, em 8 de maio de 1945, com a capitulação do III Reich, e em 14 de outubro do mesmo ano, no Japão.

De 1939 a 1940, os governos de Paris e de Londres, capitais das potências bipolares, reuniram-se dezesseis vezes, sem conseguir evitar a *débâcle* da França, invadida pela "Guerra Relâmpago", ou "Blitzkrieg".

O conflito não só prosseguia como se alastrava, gerando negociações secretas entre militares ingleses e estadunidenses, ainda em janeiro de 1941, culminando com o encontro Churchill-Roosevelt, em agosto do mesmo ano, no mar, diante da Terra Nova. Quatro meses depois, precisamente a 7 de dezembro de 1941, atacados em Pearl Harbour, no Havaí, os Estados Unidos entravam na guerra. Esse ato do Japão, trazendo os Estados Unidos para o cenário bélico, tinha paralelo na atração da URSS para o conflito, em 1º de maio de 1941, quando Hitler,

* Selecionado pela PADECIME

abandonando os conselhos de seus estrategistas, rompia o pacto de não-agressão acordado por Ribbentrop e Molotov¹.

Após a Segunda Guerra Mundial, os conflitos iriam adquirir certa especificidade no âmbito das relações internacionais, ultrapassando a esfera dos acontecimentos e dos próprios personagens que as provocavam. Os Estados Unidos e a URSS eram os novos personagens. Entre os "cinco grandes" agentes das primeiras cenas bélicas, três saíram vencidos—Alemanha, Itália e Japão; os outros dois eram vencedores, porém desgastados—França e Inglaterra.

Durante o conflito, a França saía logo de cena. A bipolaridade provisória ficava com os Estados Unidos e a Inglaterra, personagens de toda uma série de conferências para acertos geoestratégicos. A primeira, entre 22 de dezembro de 1941 e 14 de janeiro de 1942, codinominada ARCADIA, determinava ao lado de planos táticos, que nenhum dos dois países faria a paz em separado.

Dessa bipolaridade para a tripolaridade provisória estava-se a um passo, que seria dado na Reunião de Teheran,² já que ao lado de Churchill e Roosevelt, aparecia Stalin. No encontro dos "três grandes", em Yalta, cidade da costa meridional da Criméia³ para se decidir sobre o futuro da Alemanha, Stalin já deixava bem claro que a palavra "aliados" não tinha mais sentido. Ali, já se encontravam, na realidade, três Estados que negociavam

a paz para o mundo, que cada qual pretendia controlar. Na ocasião, já bastante doente, Roosevelt procurou minimizar os desacertos, pensando na utópica fusão dialética do capitalismo com o comunismo.

No confronto com o nazismo, enquanto os Estados Unidos lutaram em duas frentes, Stalin só concordou em declarar guerra ao Japão após a vitória na Europa. Por isso, enquanto as tropas anglo-estadunidenses não haviam ainda cruzado o Reno e, na Itália, encontravam-se atoladas nos Apeninos, o Exército Vermelho atingia o Oder, a Polônia e a maior parte da Europa Oriental, o que lhe favoreceria implantar, na área, a sua doutrina, e consequentemente, consolidar a "cortina de ferro". Conclui então Raymond Aron:⁴ "foi a movimentação dos exércitos que acarretou a partilha, não do mundo mas da Europa. Os ocidentais podiam prever que a linha da contenção de seus exércitos seria também a linha de contenção das democracias, à maneira ocidental... Se Roosevelt tivesse conhecido melhor a União Soviética e a Europa,

teria agido de outra forma". De fato, o Presidente dos Estados Unidos conhecia uma URSS muito fraca, isolada e atrasada, mas que mudaria substancialmente, após a derrota do nazismo.

Caberia, pois, aos sucessores de Roosevelt levarem os Estados Unidos a acreditar que a União Soviética representava uma ameaça militar para o mundo.

1. Novembro de 1940

2. 28 de novembro a 1º de dezembro de 1943.

3. 4 e 11 de fevereiro de 1945

4. "O Expectador Engajado" — Editora Nova Fronteira — Rio, 1962.

No encontro dos
"três grandes", em
Yalta, Stalin já
deixava bem claro
que a palavra
"aliados" não tinha
mais sentido.

Bipolaridade

O último encontro dos "três grandes" ocorreu na conferência de Potsdam, entre 17 de junho e 2 de agosto de 1945, onde se decidiu sobre o fim do nazismo, já sem a presença marcante de Winston Churchill, derrotado nas eleições de seu país. Delineou-se aí o prognóstico de Goebbels, que escrevera em seu diário: "Seja qual for o resultado da guerra, só haverá um perdedor — a Inglaterra". A Inglaterra não tinha mais garantido o seu "esplêndido isolamento" — o "heartland" perdera sua vulnerabilidade, com o aparecimento do poder aéreo, enquanto o poder marítimo tinha que ser reformulado.

Nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, com a destruição de Hiroshima e Nagasaki, respectivamente, a bomba atômica imprimia novos rumos à Política Internacional. "A próxima Idade da Pedra poderá vir nas asas prateadas da ciência", dizia Churchill, já substituído por Clement Attlee. Para esse novo primeiro ministro inglês, a Inglaterra estava "indefensável". Tornava-se urgente discutir o tema da dissuasão do terror nuclear.

A História registra, às vezes, o engenho humano superando não só as expectativas, mas ainda as próprias previsões de seus inventores. Assim, Alfredo Nobel,¹ após descobrir o dinamite, ficara certo de que contribuiria para o término das guerras. A partir de então, as armas tornar-se-iam tão mortiferas, que iriam atingir não só as tropas em combate como a própria população civil. Menos de um século depois, uma guerra atômica ali estava para produzir maiores calamidades, numa escala bem mais vasta, destruindo, por muito tempo, as infra-estruturas necessárias à vida social. Tanto assim que, no ano seguinte à destruição das cidades japonesas, Bernard Brodie publicava *"The Absolute Weapon"*, mostrando

que essa arma absoluta transformaria a feição do mundo. O objetivo dos chefes militares que, até então, fora o de ganhar as guerras, passaria a ser o de agir no sentido de preventivas.

Só os Estados Unidos tinham a primeira arma do tipo, desenvolvida através do Projeto Manhattan, em Los Álamos, no isolado deserto do Novo México, antes que Hitler a conseguisse. Assim, através da "guerra de nervos", caberia à diplomacia de Washington conter, por algum tempo, com paciência, firmeza e vigilância, as tendências expansionistas de Moscou. Stalin, habilidosamente, conseguira vantagem para impor o seu sistema, enquanto seus exércitos marchavam. Tornou comunista a Europa, até o Elba, sem revoluções internas, do mesmo modo que sovietizara os Estados Bálticos, durante o pacto de não-agressão que assinara com Hitler. Dentro do enfoque geopolítico, tratava-se de uma autêntica incorporação à esfera de poder soviético ou, mais simplesmente, uma compulsória subordinação ao controle pelo Kremlin de países até então tradicionalmente ocidentais, como a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia e a própria Alemanha Oriental. O resultado prático é que começaria pela Europa a divisão do mundo em dois blocos antagônicos.

Entrava em vigor, a 5 de junho de 1947, o "Plano Marshall", para a reconstrução da Europa Ocidental, ameaçada pela ocupação russa em sua parte oriental. O bloqueio de Berlim, no ano seguinte, iria mobilizar o Ocidente que, a 4 de abril de 1949, dava origem à OTAN (Organização dos Tratados do Atlântico Norte), através do "Tratado de Washington".

Até então, a relativa inferioridade da URSS era justificada pela desvantagem com que saíra da guerra, em relação ao Estados Unidos. Seu território fora arrasado, o que não ocorrera no país americano, e perdera 20 milhões de pessoas.

¹. Químico sueco (1833-96), dispôs, por testamento, de sua fortuna, criando cinco prêmios que trazem o seu nome — paz, literatura, fisiologia e medicina, física, química e ciências econômicas.

as. Por isso, os Estados Unidos emergiram como única potência industrial-militar, até que, em 1949, se impusesse a bipolaridade, com a URSS anunciando a explosão de sua primeira bomba atômica, quebrando-se o monopólio sobre a grande arma.

Impunha-se a previsão de Alexis de Tocqueville,⁶ e que, em 1833, portanto mais de um século antes do término da Segunda Guerra Mundial, afirmava: "Existem hoje sobre a terra dois grandes povos que, tendo partido de pontos diferentes, parecem adiantar-se para o mesmo fim — os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados noutras partes, colocaram-se de improviso, na primeira fila entre as nações e o mundo se deu conta, quase que ao mesmo tempo, do seu nascimento e de sua grandeza. Todos os outros povos parecem ter chegado, mais ou menos, aos limites traçados pela natureza, nada mais lhes restando senão manterem-se onde se acham; mas aqueles estão em crescimento; todos os outros se detiveram, ou só avançam a poder de mitesforços... O americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe impõe; o russo está em luta contra os homens. Por isso, enquanto as conquistas do americano se firmam com o arado do lavrador, as do russo o fazem com a espada do soldado. Para atingir a sua meta, o primeiro apóia-se no interesse pessoal e deixa agir, sem dirigí-las, a força e a razão dos indivíduos. O segundo concentra num homem, de certa forma, todo o poder da sociedade. Um tem por principal meio a ação, a liberdade; o outro a servidão. O seu ponto de partida é diferente, os seus caminhos são diversos; não obstante, cada um deles parece convocado, por um desígnio secreto de Providência, a

deter nas mãos, um dia, os destinos da metade do mundo".

Guerra Fria

No âmbito das relações internacionais, após a Segunda Guerra Mundial, impunha-se a previsão de Tocqueville na bipolaridade Estados Unidos/URSS. O físico Oppenheimer caracterizaria o confronto da Política Internacional, tomando a imagem de dois escorpiões dentro de uma garrafa. Implantava-se a "Guerra-Fria", termo que alguns atribuem a Raymond Aron, com os Estados Unidos contestando o monopolismo do comunismo, e a União Soviética, apresentando-se como um estado revolucionário, reprovando o capitalismo.

No bojo da Política, impunha-se não só a difusão dos conhecimentos, como ainda o progresso da técnica. O poder da "bomba-A" passava para o domínio de outros países, embora tendo tido rápida supremacia, devido ao aparecimento da "bomba-H", de hidrogênio, arma termonuclear com poder 700 a 800 vezes maior que o de sua antecessora. Esse fato levaria a Primeira Assembléia Geral da ONU, em 24 de janeiro de 1946, a aprovar, por quase unanimidade, a criação de uma Comissão de Energia Atômica, autoridade supranacional para o controle de toda produção de materiais radioativos, logo rejeitada pelo voto de Andrei Gromiko, com a União Soviética já prestes a conseguir o seu primeiro petardo.

O derrame ilimitado de verbas seria uma constante por parte dos governos de Washington e Moscou para aperfeiçoar armas, que pouco ou nunca foram usadas, enquanto os avanços e recuos eram uma constante na bipolaridade da "Guerra Fria" tendo, até mes-

6. *A Democracia na América* — Editora Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, 1962.

mo, caracterizado-se por um período de degelo, que convencionamos chamar de "Paz Morna".

Começou esse período, praticamente, a 6 de março de 1963, com a morte de Joseph Stalin. A mobilização ocidental, através da OTAN levaria MOLOTOV a propor, em 1954, a "Coexistência Pacífica", na prática, um pacto europeu de segurança, com duração de 50 anos, que previa a dissolução de toda e qualquer organização militar, nos dois campos antagônicos. A proposta não seria aceita pelos Estados Unidos, vendo que a medida não implicaria, no lado soviético, em grandes transtornos. Essas forças recuariam umas centenas de quilômetros, enquanto as da OTAN ficariam apenas do outro lado do Atlântico.

Por isso, a "Paz Morna" seria selada pela "Geopolítica do Confronto". A não aceitação da "Coexistência Pacífica" levaria, em resposta à OTAN, à formação, em 15 de maio de 1955, do Pacto de Varsóvia, firmado sob o nome de "Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua". Além da presença da OTAN, o Pacto de Varsóvia havia se tornado necessário, para fazer frente a revoltas de caráter anticomunista que começavam a estourar em Berlim (1953) e na Posnânia (1954).

Nessa bipolaridade geoestratégica, a OTAN teria sua unidade consolidada, em períodos de grandes dificuldades, já que a presença maciça da União Soviética, no setor leste do continente, não permitiria aos europeus ocidentais, sozinhos, conter uma invasão, enquanto o Pacto de Varsóvia reagisse contra o sistema de defesa dessa mesma Europa Ocidental. Distinguia-se o Pacto de Varsóvia pela continentalidade de suas linhas de comunicação, contrastando com a OTAN, de caráter bem mais aeromarítimo.

No meio desse fogo cruzado, a ONU, como organismo internacional, não conse-

guia — mesmo com o poder de veto dos "cinco grandes" no Conselho de Segurança — impedir que as duas superpotências extrapolassem a Europa e dividissem o mundo em zonas de influência, conforme previra Tocqueville, em 1835. O confrontante Eixo Leste/Oeste da oscilante Ásia, na duplitude coreana, vietnamita e chinesa, passava para a frágil África, que se descolonizava. Mesmo com a assinatura do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), nascido do Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1947, para isolar o continente do confronto, esse chegava ao Caribe, onde Cuba, a partir de 1960, transformava-se no centro exportador de guerrilhas.

Do Eixo Leste/Oeste, a "Guerra Fria" incluía, embora indiretamente, a Antártica, através do AGI (Ano Geofísico Internacional), iniciado em 1957, levando a Política Internacional a firmar, no dia 1º de dezembro de 1959, na cidade de Washington, um tratado segundo o qual o Continente Austral seria usado "exclusivamente para propósitos pacíficos". Daí, as superpotências iriam atingir o espaço, para onde lançariam os seus satélites artificiais. O "Sputnik" russo seria o primeiro, em 4 de outubro de 1957, seguido pelo "Explorer I", dos Estados Unidos, em 31 de janeiro de 1958. Ampliava-se a tecnologia, com os "Luniks" dos russos, capazes de escapar da atração terrestre e contornar a Lua e os aparelhos capazes de conduzir seres vivos no seu bojo, com a cachorrinha Laika antecedendo as viagens espaciais, cujos pioneiros seriam o russo Gagarin e o estadunidense Sheppard.

Em 20 de julho de 1969, a "Apolo 11" chegava à lua, transportando três astronautas: Michel Collins, piloto do módulo; Neil Armstrong o comandante da missão e primeiro homem a descer no satélite da Terra, no que foi seguido por Edwin E. Aldrin, e este último.

Já então a corrida espacial era fato consumado, pois, a 27 de janeiro de 1967, as duas superpotências assinavam o Tratado de Utilização Pacífica do Espaço. Enquanto a multiplicação e sofisticação dos satélites assegurava, gradativamente, aos dois países, missões militares diversas (vigilância, transmissão de informações, navegação), transformava-se o sistema espacial em elemento importante, o que levava a "Geopolítica do Confronto" a adotar armas anti-satélites com a ação baseada em terra. Coube aos Estados Unidos pôr um fim à vulnerabilidade dos sistemas estratégicos centrais militares, lançando, em 1983, a SDI (Strategic Defense Initiative), popularizada como "Guerra nas Estrelas", ante a ameaça dos ICBM (Inter-Continental Ballistic Missile) dos soviéticos. Em maio de 1993, Bill Clinton anuncia que os Estados Unidos renunciavam à realização do programa SDI; o desaparecimento do tradicional inimigo da "Guerra Fria" levava o Pentágono a um programa mais apurado do GPS (Global Protection System), de proteção contra possíveis acidentes nucleares.

Aos poderes marítimos, terrestre e aéreo, viera se juntar o aeroespacial, nesse mundo onde ainda se impunha a dissuasão nuclear, já que com o desmembramento da URSS, além da Rússia surgiram outras três potências nucleares — o Kazaquistão, a Bielorrússia e a Ucrânia. Ao contrário dos dois primeiros que entregaram seus arsenais, tornando-se a terceira potência militar do mundo, a Ucrânia, com armas muito poderosas,⁷ passava a ser a principal preocupação, por se negar a fazê-lo.

Finda a "Guerra Fria", a Política Internacional passou a se interessar por questões locais

— o conflito na Iugoslávia, a guerra no Golfo Pérsico, a questão Israel-Palestina etc. E, muito embora Clinton e Yeltsin tenham anunciado ao mundo que os mísseis de longo alcance deixariam de ser apontados para os seus dois países, o simbolismo de tudo está no fato de que esses engenhos, podem, graças ao computador, ser programados, de novo, em poucas horas.

Dissuasão Nuclear

Ainda no transcorrer da "Guerra Fria", em face dos problemas angustiantes na Política Internacional, impôs-se a "Doutrina das Repressálias Maciças", através da qual os Estados Unidos — no caso de a URSS recorrer ao conflito — deveria se valer de todos os seus meios nucleares. Era, na prática, uma "política de beira de precipício", a fim de intimidar o adversário para que não alterasse o "*status quo*".

Era este o cenário quando, no âmbito das relações internacionais, sobretudo a partir de 1960, a descolonização iria produzir novos países na Ásia e, sobretudo, na África. Ultra-passando, em número, o bloco latino-americano, punha em confronto a maioria tradicionalmente inspirada pelos Estados Unidos no "abrigo de vidro" da ONU.

A situação tornava-se bastante perigosa, caminhando então para o meio-termo das chamadas guerras nucleares limitadas e a utilização de armas nucleares táticas. Isso porque, estratégistas, entre os quais Henri Kissinger, consideravam que as armas haviam passado a ser de natureza meramente defensiva para obter a ofensiva. No entanto, para que a guerra fosse limita-

7. Para se ter uma idéia, segundo "The Military Balance 1993-94", do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, tem o referido país 46 mísseis SS - 24, com 460 ogivas. Sabendo-se que cada míssil carrega até 10 ogivas nucleares de 500 quilotonas, com um alcance de 10.000km. Um único desses mísseis tem um poder de fogo equivalente a 400 mil bombas iguais a que destruiu Hiroshima. Por isso, a Ucrânia, procurou usar esse arsenal, com 210 mísseis nucleares com silos fixos e em bombardeiros, num total de 1.196 ogivas, como instrumento de barganha, em troca de ajuda para vencer a grande crise econômica que atravessa.

da, era necessário que o fossem, igualmente, os objetivos políticos. E isso não ocorria no meio do bloco ocidental e, mesmo, de certo modo, no do bloco oriental.

No Ocidente, impunha-se a era das comunicações efêmeras, por conta de uma sociedade estruturada na tecnologia e na informática, com crenças institucionalizadas, sem muito ter a ver com a realidade. No Oriente, impunha-se o vírus da erosão contínua do modelo monolítico das estruturas partidárias, com o despertar das "classes políticas" e até de "sindicatos", num Leste Europeu que procurava aliviar-se do tacão do Kremlin.

Conseqüentemente, a "Doutrina das Represálias Maciças" não garantia mais os interesses coletivos do Ocidente, muito embora um dos paradoxos da arma atômica tenha sido a imposição do princípio da não proliferação, implicitamente admitido. No entanto, nesse Ocidente, a França de De Gaulle procurava se impor, desde 1958, subordinando sua permanência na OTAN a uma igual participação na estratégia global. E, dentro desse princípio, em nome de uma união da Europa do Atlântico aos Urais, acatava, em 1965, a proposta soviética de entendimento no sudeste asiático, retirando-se da OTAN, no ano seguinte.

Em face da desagregação dos blocos, também no oriente, a Hungria (1956) e a Tchecoslováquia (1968) levavam a URSS à intervenção militar para esmagar dissidências.

Enquanto, de seu lado, o Terceiro Mundo aproveitando a "crise nas alianças leste/oeste", procurava formar, sem muito sucesso, o "Grupo dos Não Alinhados".

Com base nessa paisagem internacional evoluía-se para a "Doutrina das Represálias Graduadas", adaptadas a novas formas de guerra.

ras periféricas, desde que se tornassem necessárias, por minarem os objetivos do Kremlin ou do Pentágono. Assim, na impossibilidade do conflito total, pelos perigos que dele adviriam, iriam proliferar os confrontos regionais, via de regra nas chamadas "fimbrias" de Spykman, no hemisfério sul. A dissuasão nuclear impunha, na "Guerra Fria", a "não guerra" de Pierre Hassner que, na concepção de Raymond Aron, redundava na "paz impossível de uma guerra improvável".

Tudo isso refletia a rápida evolução da tecnologia bélica, impondo-se desde o míssil balístico aparecido em 1960, que atingia o adversário muito mais rapidamente do que o bombardeiro. Os mísseis intercontinentais haviam tornado as superpotências tão vulneráveis que, em grande parte, faziam perder sentido os termos vitória e derrota. Acentue-se que toda essa mudança era bem mais oriunda do progresso tecnológico do que da perspicácia dos estratégistas propriamente ditos.

Assim, a "Destrução Mútua Assegurada", conhecida pela sigla MAD — que, em inglês, significa louco — iria impor a geoestratégia do "Equilíbrio do Terror". No seu bojo, para a estabilização do relacionamento geoestratégico, em face das vulnerabilidades reciprocas, era assinado, em 1968, o TNP (Tratado de Não Proliferação),⁸ seguindo-se o ABMT (Tratado sobre os Anti-Mísseis Balísticos). O "Anti-Ballistic Missile Treat", também conhecido como SALT-1, data de 1972, sendo seguido pelo SALT-2, em 1979, não ratificado pelo Senado dos Estados Unidos. Na prática esses SALT ("Strategic Arms Limitation Talks") não geraram qualquer redução nas forças nucleares de ambos os lados, muito embora hajam fixado tetos para certas categorias de armamentos

8. A ele, não aderiram a França, que se retirou da OTAN, e a China, afastando-se das diretrizes do Kremlin. O governo de Paris via incompatibilidade no sistema de vigilância imposto, defendendo o direito de acesso à tecnologia bélica dentro do princípio vigente da igualdade entre os Estados soberanos.

nucleares estratégicos. Assinados em nome da "Doutrina da Contraforça" para implantação de um poder atômico nivelado, representavam na prática, uma falsa segurança.

Mesmo porque, sob o ângulo da Política Internacional, os armamentos nucleares nada mais fizeram do que desnivelar, impondo desigualdade entre os que possuíam e os desprovidos, desnivelamento caracterizado, com os primeiros procurando se manter como blocos privilegiados, impondo aos desprovidos que não adquirissem a referida tecnologia. Tudo isso, dentro do enfoque geoestratégico de que a segurança de alguns significasse a insegurança absoluta dos demais.

Dentro do saldo positivo, embora tenha havido proliferação das armas de terror, a dissuasão nuclear serviu como elemento estabilizador nas relações internacionais, levando, em contrapartida, as esferas diligentes das superpotências a instalarem, entre os dois países, um sistema de comunicação adequado que, trocando informações, evitaria o eventual acidente nuclear.

Multipolaridade

A Segunda Guerra Mundial daria o golpe mortal nos impérios ultramarinos europeus que, inicialmente através da Espanha e de Portugal, e depois da França e Inglaterra, dominariam a cena da Política Internacional desde o século XV. Em meados do século XX, esse lugar seria ocupado pelos Estados Unidos e pela URSS, países dotados de amplo território e extensas fachadas marítimas. No entanto, na ausência de territórios ultramarinos, os blocos capitalista e comunista, não mais dentro do colonialismo, iriam se confrontar na geopolítica do imperialismo. Era a interdependência assimétrica dentro do heterogêneo Terceiro Mundo, termo criado

por Alfred Sauvy.

O imperialismo agravaria a dependência dos países pobres com a crise do endividamento, perpetuando-lhes a sujeição e transformando-os em PMA (Países Menos Avançados), na periferia da economia mundial.

Dentro da heterogeneidade desse Terceiro Mundo, alguns países conseguiram galgar um estágio intermediário entre "ricos" e "pobres", classificando-se como "potências emergentes" dentro de um sistema tripolar leste-oeste-sul. Não conseguiram, no entanto, fugir da ação dos países industrializados do eixo leste-oeste, consagrado no "norte"; que passavam a exercer influência determinante na Política Internacional, através de instituições especializadas da ONU, com destaque para o FMI — Fundo Monetário Internacional.

Assim, no âmbito do "sul", em certas circunstâncias, chegam mesmo a violar princípios essenciais de Direito Internacional para satisfazer suas ambições e manter o posicionamento. Com isso, a legitimidade passa a não se confundir com legalidade, já que as ideologias exercem papel preponderante no processo da legitimação,⁹ impondo a regimes políticos a categoria de "quase Estados". Refletia a época em que as duas superpotências, com mais de 90% do poder de fogo de todo o mundo, caracterizavam a Política Internacional pelo "central", dominando a "periferia".

Essa ordem bipolar, pode-se dizer, seria em parte minada, em fevereiro de 1972, pelo "grande trunfo chinês", impondo a "diplomacia triangular". Baseando-se no relacionamento antagônico entre os "dois atores principais", a China começava a despertar, enfrentando a URSS e se aproximando dos Estados Unidos, entrando para a ONU, onde conseguiu substituir Formosa, no quadro dos "cinco grandes" do Conselho de Segurança. Impunha seu

9. A doutrina Brejnev criou a noção de soberania limitada para justificar a tutela da URSS sobre países atraídos para o campo socialista.

posicionamento no Terceiro Mundo, deixando o grande império comandado por Moscou praticamente estrangulado no Pacífico. Era uma geoestratégia coerente, visto que a reconciliação sino-soviética era mais do que improvável, em face da segurança imediata da China, possuidora da maior fronteira comum do mundo com a URSS. Dessa "diplomacia triangular" caminharia o mundo para a multipolaridade, quando nos anos 80, o Japão e a Alemanha — esta última em nome de uma Europa Ocidental — tornavam-se concorrentes dos Estados Unidos nos setores econômico e comercial.

A queda do "muro de Berlim", em 1989, e a reunificação da Alemanha no ano seguinte, apressariam, sobremodo, o processo do multipolarismo, marcando o fim da disputa comunismo/capitalismo. No entanto, a bipolaridade imposta, após a Segunda Guerra Mundial, só teria fim em 1990, com o desaparecimento da URSS e o aparecimento da CEI,¹⁰ ainda uma incógnita no âmbito das relações internacionais.

Essa incógnita manteve os Estados Unidos como a maior potência militar do mundo, ao se dissolver oficialmente o Pacto de Varsóvia, a 10 de julho de 1991. E essa dissolução, por sua vez, diminuiu, para alguns, a importância da OTAN dentro do seguinte questionamento: por que 320 milhões de europeus ricos tinham necessidade do apoio de 240 milhões de estadunidenses, igualmente ricos, para se defenderem de 280 milhões de soviéticos de economia doente?

Com a multipolaridade, entravam na cena da Política Internacional três atores: Estados Unidos, Japão e Alemanha — o vencedor e os vencidos da Segunda Guerra Mundial — numa peça que passava a ser representada entre ele-

mentos cooperativos e competitivos. O capitalismo individualista dos Estados Unidos passava a contracenar com o capitalismo comunitário alemão e japonês. Era o "I" estadunidense contra o "Das Volk" e o "Japan Inc". A mesma tecnologia que ameaçara o mundo com suas armas sofisticadas, se impunha para subverter valores. As indústrias-chave passavam a ser a microeletrônica, a biotecnologia, a aviação civil, as telecomunicações, a robótica e computadores e software. O inventar e aperfeiçoar novos processos tornava-se prioritário. Impunha-se a tese de Haushofer, dos eixos norte-sul, lançada em 1937. Através dela, o "norte" industrializado e desenvolvido, de posse da tecnologia, conjugaria seu espaço com o "sul" subdesenvolvido, mantido como exportador de matérias-primas e mercado consumidor.

Impunha-se um novo desnívelamento em que o "norte" procurava se manter como privilegiado, impedindo que o "sul", não dotado, adquirisse a tecnologia. No caso presente do mais adiantado eixo norte-sul, formado pela União Europeia, substituta da Comunidade Económica Européia, as convenções assinadas em Lomé atrelaram à locomotiva do "norte" os vagões do "sul", dentro de um princípio bem conhecido da História, o de que, numa união econômica, os estranhos devem ser mantidos à distância, já que é esta a cola que conserva unidos os que integram o grupo heterogêneo.

Do mesmo modo que ocorreu com a bipolaridade EEUU/URSS, essa multipolaridade também tem raízes na Segunda Guerra Mundial. Naquele período, tanto a Alemanha quanto o Japão, em face do expansionismo, tinham, na carreira militar, a mais privilegiada; ocorria justamente o inverso nos Estados Unidos, o celeiro econômico do

10. A centralizada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se transformava num conglomerado de repúblicas autônomas denominado Comunidade de Estados Independentes. O fenômeno Gorbaciov com sua "Perestroika" foi algo incompleto montado sob a base real da "Glasnost". O plano e a ação não se coadunaram a contento.

Mundo, onde o futuro mais promissor era o dos empresários. Transformando-se em superpotência, com a mundialização dos seus problemas, os Estados Unidos passavam a dispensar mais atenção ao seu setor militar, enquanto se invertia a situação para os derrotados — Alemanha e Japão. A Alemanha, diante da "cortina de ferro", transformava-se em peça fundamental para a OTAN, recebendo proteção militar e tudo de que necessitasse para sua reconstrução, via plano Marshall. Já o Japão ascendia economicamente, enquanto os Estados Unidos se desgastavam com guerras na Coréia e no Vietnam e, sobretudo, no embate contra o comunismo, para proteger as ilhas nipônicas desmilitarizadas e abrigadas no manto geoestratégico do Pentágono.

Como reflexo da "Guerra Fria", os investimentos nas fábricas e em equipamentos não acompanharam a força de trabalho nos Estados Unidos; capital e trabalho não teriam o incremento necessário. Já o Japão e a Alemanha, desviando tudo para o setor econômico, valiam-se da engenharia da reversão — inventar novos produtos passava a ser secundário, aperfeiçoar novos processos era o prioritário. No Japão, em particular, impôs-se política, até certo ponto fanática, para alcançar os mais altos níveis de controle de qualidade, usando-se e aperfeiçoando-se técnicas sofisticadas de administração e métodos de produção do Ocidente. E foi assim que, gradativamente, a locomotiva econômica estadunidense começou a perder força de puxar o resto do mundo, contribuindo para a multipolaridade.

Conclusão

Na década de 20 e no princípio dos anos 30, quando abalos financeiros originaram a "Grande Depressão", as então duas potências da

bipolaridade, França e Inglaterra, davam indícios de que, em breve, cederiam seus lugares no âmbito das relações internacionais. Procuraram então se valer de "tábua de salvação", formando, cada qual, blocos de comércio — o do Império Britânico ou *Commonwealth* e o da União Francesa, ambos apoiados no espaço vital que possuíam nas colônias que ainda mantinham.

Três outras nações se sentiram prejudicadas com o protecionismo dos dois blocos. Por isso, o Japão passou a se envolver no Pacífico, enquanto a Alemanha se unia à Europa Oriental, o que ameaçava interesses da URSS. Por sua vez, a Itália se voltava para o Adriático e a Cornucópia Africana, onde enfrentava interesses ingleses, e atingia o norte da África, onde também se rivalizavam franco-alemannas. Assim, no cenário da Política Internacional, os blocos econômicos se transformaram em alianças militares, deflagrando-se a Segunda Guerra Mundial. Decretada a sentença de morte dos impérios ultramarinos, colocavam-se os Estados Unidos e a URSS em primeiro plano. Mas, se é fato que a bipolaridade foi comprometida com a saída da União Soviética do confronto internacional, é sobremodo real que a parcela do poder mundial dos Estados Unidos também vem declinando, com o advento da multipolaridade.

Num movimento inverso ao ocorrido na década 20/30, os blocos militares se dissolvem para dar lugar aos blocos econômicos, nesta transição para a multipolaridade que se implanta na década de 90¹¹ — transição para uma futura bipolaridade a ser contracenada por dois outros países que, entre outros quesitos, devem ter, como os seus antecessores, vasto espaço vital e ampla fachada marítima, visto que, politicamente, a conjugação colonial está encerrada.

Subtraindo-se as duas superpotências entradas no "cone de sombra", apenas cinco paí-

¹¹ A dissolução militar conhecida como "Opção Zero", num documento de 169 páginas, 17 artigos e 3 anexos, datado de 8 de dezembro de 1987, assinado pelos Estados Unidos e pela URSS, levou esses países a se comprometerem a eliminar seus mísseis de médio e curto alcance.

ses se enquadram nas condições exigidas: no Oriente, China, Austrália e Índia; no Ocidente, Canadá e Brasil. Com a homogeneidade racial exigida, pois massa crítica é conjugação de área e população, a China e o Brasil estão melhor classificados dentro da fórmula Ray Cline de "poder perceptível".

No entanto, na transicional multipolaridade dos eixos norte-sul, formados pela Alemanha e Japão, vem se esboçando o de NAFTA (North American Free Trade Agreement), liderado pelos Estados Unidos. Nesse eixo do NAFTA, a uma América anglo-saxônica se impõe outra latina, com crescentes desafios aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Justamente nas suas fronteiras, encontra-se um deles — o México, cuja dualidade econômica leva o país ao conflito do Zapatismo,¹² ao êxodo de milhares de mexicanos para o "gigante do norte".

Problema similar já atinge o Japão, que se recusa a receber nipônicos que imigraram ou seus descendentes, bem como a própria Europa, com o que se convencionou chamar de "invasão dos novos bárbaros" — formada por imigrantes do "sul" e acoplada à locomotiva do "norte" —, que anteriormente, aceitos como mão-de-obra barata, são hoje rechaçados pela recessão. No caso europeu, propicia-se o renascer do neonazismo, chegando-se até a eleger o líder neofascista russo, Vladimir Jirinovski, nas eleições legislativas russas, em 12 de dezembro de 1993.

Enquanto isso, os Estados Unidos, a despeito do NAFTA, parecem ainda sonhar com o eixo leste-oeste, procurando aproximar-se dos países do Leste Europeu, envolvendo-os num

plano de cooperação militar limitado com a OTAN. É que, a despeito do eixo norte-sul em formação, dentro da geoestratégia do governo de Washington, os Estados Unidos, como país bioceânico e inter-relacionado no hemisfério norte, não podem reduzir a significação da massa asiática do Pacífico, nem da Europa que ajudou a soerguer.

Conclui-se que, com a formação de blocos econômicos, no contexto da Política Internacional, o motor principal se encontra ainda numa franca oposição norte-sul, substituindo as cissões ideológicas que caracterizam a bipolaridade que se extingue — cisão que, por certo, não poderá ser contornada por uma ONU ou cerca de 400 outros organismos internacionais, com suas respectivas sedes do "norte", em Bruxelas, Genebra, Nova York, Washington, Roma, Viena ou Haia.

A "Nova Ordem Mundial" deve assegurar a participação de novos personagens que surgem no palco. São eles "outras potências econômicas ou políticas, dentre as quais podemos mencionar a Índia, a Indonésia e o Brasil"¹³. Segundo Senarclens, "a desintegração da URSS contribuiu para o aparecimento de novas potências militares regionais como Japão, Índia, Brasil ou mesmo a Comunidade Européia, implicando isso numa reformulação do Conselho de Segurança da ONU". Significa, em linhas gerais, que a Política Internacional, após a "Guerra Fria", não pode mais "substituir desejos abstratos e objetivos vagos; é o caso do Conselho de Segurança da ONU, comandado por apenas cinco Estados que, pelo direito de voto, dispõem

12. Homenagem ao lendário Emiliano Zapata. Daí o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que no início de 1994, sublevou o sul subdesenvolvido contra o norte mais privilegiado, que também já teve, em Pancho Villa, seu herói.

13. Pie're Senarclens - obra citada na Bibliografia.

14. A U⁺E Européia teve o nome de Comunidade Económica Européia e Comunidade Européia. Percebe-se que a substituição do termo "económica", indica que o Tratado de Maastricht se propõe a dar novos rumos ao problema da soberania estatal.

do destino de todos os outros".

O nosso planeta vem passando, desde 1990, das dimensões mundiais do eixo leste-oeste para a fase transicional multipolar dos eixos norte-sul, caracterizada regionalmente. E, dentro de tal realidade, não se pode ignorar as dimensões estatais, já que o Estado-Nação¹⁴ é uma entidade monolítica. Assim, a Política Internacional deve se atirar ao fato de que nada mais é do que um simples jogo realizado por entidades soberanas.

A História, por sua vez, vem mostrando que, no cenário geopolítico, o poder é passageiro, já que jamais um Estado conseguiu se manter permanentemente dominando os outros. A bipolaridade vem sucedendo a fase transitória da multipolaridade, para desembocar numa outra bipolaridade. Tudo dentro da dinâmica geopolítica de que as nações nascem, crescem, algumas se projetam e outras não... e morrem, isto é, cedem seus lugares no diversificado jogo da bipolaridade, a suas sucessoras.

Bibliografia

- RENOUVIN, Pierre e Duroselle, Jean Baptiste
Introdução à História das Relações Internacionais. Difusão Européia do livro - S. Paulo, 1967.
- KENNEDY, Paul. *Ascenção e Queda das Grandes Potências*. Editora Campus Rio, 1989.
- DEFARGES, Pierre Moreau. *La Politique Internationale* - Hachette Supérieure - Paris, 1990.
- SENARCLENS, Pierre de. *La Politique Internationale*. Armand Collin - Paris, 1992.

- PARMENTIER, Guillaume. *Le Retour de l'Histoire (Stratégie et Relations Internationales pendant et après la Guerre Froide)* - Editions Complexes - Bruxelles, 1993.
- ZORGBIDE, Charles. *Chronologie des Relations Internationales Depuis 1945*. Presses Universitaires de France - Collection Premier Cycle - Paris, 1991.
- *L'Après Guerre Froide en Europe*. Presses Universitaires de France - Paris, 1993.
- THUROW, LESTER. *Cabeça a Cabeça (A Batalha Econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos)*. Editora Rocco - Rio, 1993.



THEREZINHA DE CASTRO. Bacharela e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil (Atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEMAR. Professora do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: *Rumo à Antártica; Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil; Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* e outras. Atualmente é membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

14. A União Européia teve o nome de Comunidade Económica Européia. Percebe-se que a subtração do termo "económica", indica que o tratado de Maastricht se propõe a dar novos rumos ao problema da soberania estatal.



O Desembarque Anfíbio de Salerno e sua Influência nas Operações do TO Italiano

Waldir José Rabuske

Materia extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para obtenção de diploma do curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Estuda a "Operação Avalanche" (desembarque anfíbio dos Aliados em Salerno, Itália), desde a sua concepção até a conquista do objetivo final, e as influências que ela exerceu nas operações do TO italiano, durante a Segunda Guerra Mundial.

Com a invasão principal do território italiano, através do desembarque anfíbio em Salerno (9 de setembro de 1943), simultaneamente à divulgação da capitulação da Itália, os Aliados lograram conquistar o objetivo a que se haviam proposto: o porto de Nápoles. Entretanto, ao contrário do que os Aliados previam, as futuras operações no teatro-de-operações italiano se caracterizaram por uma obstinada resistência alemã ao seu avanço, desde o primeiro momento, até abril de 1945, quando foi rompida a última linha defensiva alemã, ao norte dos Apeninos.

Tudo indicava aos Aliados que o desembarque em Salerno, otimisticamente denominado **Operação Avalanche**, ou isolaria parte do X Exército alemão, no sul da Itália, ou apressaria

o seu retraimento para o norte dos Apeninos. Porém, depois de quase terem conseguido empurrar os Aliados de volta para o mar, em Salerno, os alemães ainda resistiram, durante cerca de 8 meses, na **Linha Gustavo**, ao sul de Roma. Nela, cobraram pesado tributo dos Aliados, nas batalhas do Rio Rápido, Monte Cassino e Anzio, para só então, quando a pressão se tornou insustentável, retraírem-se para a **Linha Gótica**, ao norte dos Apeninos, onde o sacrifício que impuseram aos Aliados não foi menor.¹

Desse modo, uma campanha que os Aliados esperavam liquidar ainda em 1943, sem muito esforço, transformou-se noutra, cruenta e desgastante, e que somente terminou em abril de 1945, demorando cerca de 20 meses.

1. Como puderam comprovar os integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que ali combateram, integrados ao V Exército americano, do general Mark Klark.

Estratégia no Mediterrâneo e na Itália

A Estratégia dos Aliados

Para que se possa ter uma compreensão do exato papel que a Itália representou para os Aliados na II Guerra Mundial, vale a pena fazer-se um retrospecto dos fatos que contribuíram para o delineamento da estratégia adotada e que condicionaram as atividades militares, inicialmente no teatro-de-operações do Mediterrâneo e, depois, no italiano.

Para a obtenção da vitória final sobre as potências do Eixo,² os Aliados concordaram, desde logo, que a Alemanha era o inimigo principal e, por isso, sobre ela deveria concentrar-se, inicialmente, todo o poder disponível. Havia, porém, uma diferença básica de concepção entre ingleses e americanos para a consecução desse objetivo.

Os ingleses, como reflexo da posição insular em que se encontravam e da longa tradição de guerra contra as potências continentais, davam mais ênfase ao poder aéreo e naval do que a poderosas forças terrestres. A submissão da Alemanha com o emprego desses meios representaria um processo lento, mas os ingleses estavam acostumados a guerras longas e não tinham dúvidas sobre a vitória final. Concordavam que o golpe final deveria ser desfechado pelos exércitos terrestres, mas somente após terem sido conquistadas as posições estratégicas indispensáveis à ofensiva, e depois que a máquina de guerra inimiga estivesse suficientemente enfraquecida. O primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, defendia o Mediterrâneo como sendo a região por onde se deveriam desencadear as operações periféricas que levariam ao desgaste da Alemanha. Achava Churchill que um ataque pelo sul, partindo do Mediterrâneo, além de poupar vidas, incidiria no flanco do ataque alemão sobre a União Soviética e preservaria os Bálcãs das ambições de Stalin.

Havia o entendimento de que o interesse dos ingleses no Mediterrâneo e nos Bálcãs visava à manutenção de sua secular influência nessas regiões

Os americanos, por seu turno, não se achavam dispostos a enfrentar uma guerra prolongada. Confiantes no poderio econômico de seu país e conscientes de que poderiam montar, em curto prazo, uma poderosa máquina de guerra capaz de garantir aos Aliados a vitória contra as potências do Eixo, desejavam concentrar, o mais cedo possível, todo o poderio disponível contra o inimigo principal, a Alemanha. Para isso, pregavam um golpe direto contra o coração inimigo, pelo caminho mais curto e mais direto, partindo das Ilhas Britânicas, através do Canal da Mancha e do Estreito de Dover, contra o litoral francês e os Países Baixos. Os planejadores americanos se contrapunham à estratégia periférica de Churchill. Primeiro, por não entenderem esse conceito, na sua integra; segundo, porque, na época, pouco sabiam sobre o emprego estratégico do poder naval. Havia ainda, por último, o entendimento de que o interesse dos ingleses, no Mediterrâneo e nos Bálcãs, visava à manu-

2. Formado por Alemanha, Itália e Japão.

3. A Alemanha havia invadido a União Soviética em junho de 1941, rompendo o pacto Ribentrop-Molotov com o que a sorte dos Aliados dependia, agora, do desfecho da guerra naquela frente.

tenção de sua secular influência nessas regiões.

Essas posições conflitantes marcaram presença em praticamente todos os encontros entre ingleses e americanos, quer nos de cúpula, dos quais participaram os seus líderes máximos — o primeiro-ministro Winston Churchill e presidente Franklin Delano Roosevelt —, quer entre os planejadores e membros dos estados-maiores encarregados da montagem da estratégia de ambos os países.

A discussão sobre o Mediterrâneo somente foi acordada na Conferência de Washington,⁴ que se realizou de 24 de dezembro de 1941 a 14 de janeiro de 1942 — logo depois do ataque japonês a Pearl Harbour —, da qual participaram Churchill, Roosevelt e assessores de alto nível ingleses e americanos. Reafirmou-se, nessa conferência, a estratégia já acertada anteriormente de que a Alemanha seria combatida primeiro. Persistiam, porém, as diferenças de opinião sobre como fazer isso. Os americanos insistindo na acumulação de meios nas Ilhas Britânicas, para a invasão pelo Canal da Mancha, e os ingleses pela condução de operações periféricas no Mediterrâneo.

Os fatos, porém, conspiravam contra os americanos. Primeiro, porque Stalin, agora aliado, clamava pela abertura de uma nova frente no Oeste e havia sempre a possibilidade de a União Soviética sair da guerra, através de uma paz em separado com os alemães, o que dificultaria sobremaneira a consecução do plano anglo-americano; segundo, porque os meios necessários para uma operação cruza-canal⁵ ainda não

se achavam totalmente mobilizados. Por isso, os americanos concordaram, nessa conferência, com a elaboração de um plano de invasão do norte da África, porém sem comprometimento definitivo com nenhuma operação.

Nessas circunstâncias, Churchill venceu a relutância dos americanos, na reunião seguinte, em Washington,⁶ em junho de 1942, e obteve a aprovação de Roosevelt para o início das operações no Mediterrâneo, com a invasão da África do Norte Francesa, a **Operação Torch**, que, devido à morosidade do planejamento, somente foi desencadeada em novembro daquele ano. Ao tomar essa decisão, Roosevelt contrariou seus principais assessores, principalmente o general George C. Marshall, chefe do estado-maior americano, que temia que o envolvimento dos Aliados no Mediterrâneo levasse ao cancelamento definitivo da operação cruza-canal.

Em janeiro de 1943, na Conferência de Casablanca⁷, realizada no Marrocos, a situação continuava a mesma: ainda não havia condições de se desencadear a operação cruza-canal e a União Soviética enfrentava sérias dificuldades, devido à forte pressão alemã.⁸ Por isso, os americanos aquiesceram à **Operação Husky**, de invasão da Sicília.

Churchill conseguia assim, passo a passo, o engajamento dos Aliados no Mediterrâneo. Mas, sempre enfrentando forte reação americana. Não havia, portanto, em nenhum momento, uma estratégia conjunta e definitiva. Ao iniciar-se cada passo, enquanto os

4. A conferência recebeu o codinome Arcadia e nela se aventou, pela primeira vez, uma invasão da África do Norte, Operação Gimnast, no Marrocos.

5. Operação de invasão da Alemanha através do canal da Mancha, a partir das Ilhas Britânicas.

6. Conferência de codinome Argonaut.

7. Conferência cognominada Symbol, da qual participaram Churchill, Roosevelt, Chefs de Estado-Maior e assessores.

8. Stalin havia exigido a Churchill a abertura de uma frente no Oeste, na conferência de Moscou, em agosto de 1942.

americanos esperavam poder, ao seu término, voltar-se totalmente para a operação cruz-canal, os ingleses visualizavam, no mesmo caso, o prosseguimento do esforço no Mediterrâneo.

Enquanto se detalhavam os pormenores da **Operação Husky**, que seria levada a cabo em junho de 1943, os Aliados voltaram a reunir-se em Washington,⁹ em maio de 1943, buscando preencher a lacuna que havia ficado na Conferência de Casablanca — o que fazer após a conquista da Sicília. A conferência iniciou-se no dia 12 de maio, quando era iminente a derrota dos italo-germânicos, no norte da África, e se prolongou até 25 de maio. Participaram da reunião Churchill, Roosevelt, chefes de estado-maior e consultores. Mais uma vez, constatou-se a divergência entre pontos-de-vista de ingleses e americanos. Os primeiros defendendo, como de praxe, a continuidade das operações no Mediterrâneo, com a transferência destas para a Itália continental, e os últimos insistindo na concentração de meios para uma operação pelo Canal da Mancha.

Churchill, com a sua verbosidade habitual, defendeu seu ponto-de-vista argumentando que a transferência das operações para a Itália continental levaria este país a retirar-se da guerra. E isso exerçeria influência favorável sobre o governo turco, podendo levá-lo a fornecer bases de bombardeiros para a limpeza do Mar Egeu; teria repercussão nos Balcãs, cuja defesa obrigaria à transferência de tropas alemãs da frente leste, o que aliviaria a União Soviética, e eliminaria a esquadra italiana, liberando recursos navais dos Aliados para a frente do Pacífico. Os americanos, entretanto, não se deixaram convencer facilmente, desta vez, e, ao final da

reunião, tinham conseguido finalmente a fixação da **Operação Overlord** de invasão à França, pelo Canal da Mancha, para o inicio de maio de 1944. Quanto às operações após a conquista da Sicília, o documento final previa, apenas, "limitadas operações no Mediterrâneo" visando à retirada da Itália da guerra, cujo planejamento ficaria a cargo do General Dwight D. Eisenhower¹⁰ e sujeito à aprovação pelos chefes do estado-maior conjunto.¹¹

Para os ingleses, que desejavam a invasão da Itália continental, a decisão era um tanto vaga e abria uma brecha para escolha da Sardenha, preferência que os americanos já haviam manifestado anteriormente. Por isso, Churchill se deslocou para Argel,¹² levando consigo Marshall, para tentar convencer, a este e a Eisenhower, das vantagens do ataque direto ao continente. Embora conseguisse sensibilizar o primeiro, Churchill não logrou convencer Marshall, que preferiu aguardar os acontecimentos na Sicília para tomar uma posição definitiva.

As suspeitas de Churchill eram corretas pois, a 2 de junho, Eisenhower determinou ao V Exército que se preparasse para uma possível invasão à Sardenha, a **Operação Brimstone**. Outros planos foram posteriormente elaborados: **Operação Gangway**, envolvendo a conquista de Nápoles a partir de um movimento terrestre, começando da ponta da bota; **Operação Musket**, relativa a um desembarque no calcaneiro da Itália, em Taranto,¹³ **Operações Buttress e Goblet**, que previam desembarque no dorso do pé italiano, nas regiões dos Golfo de Gioia e Santa Eufêmia.

A **Operação Husky** foi desencadeada, em

9. Conferência Trident.

10. Comandante Supremo das Forças Aliadas no Mediterrâneo.

11. Constituído pelos Estados-Maiores americano e inglês, que englobava oficiais das 3 forças armadas de cada país e cujos chefes eram, respectivamente, o General Marshall e o General Alan Brooke.

12. Cidade onde se localizava o Q.G. de Eisenhower.

13. Este plano seria aproveitado, futuramente, para o desembarque dos pára-quedistas.

10 de julho de 1943, com o desembarque dos VII e VIII Exércitos Aliados, no extremo sul da Sicília. O rápido avanço dos anglo-americanos, proporcionado pelo colapso do VI Exército italiano, do General Guzzoni, esbarrou, entretanto, na resistência das 2 divisões alemãs que auxiliavam na defesa da ilha,¹⁴ impossibilitando assim a conquista rápida, que provavelmente teria sido possível se os desembarques tivessem ocorrido a noroeste,¹⁵ de modo a procurar o isolamento dos defensores.

De qualquer modo, os acontecimentos adversos na Sicília contribuiram, decisivamente, para o desfecho da crise interna que fermentava na Itália, desde o inicio de 1943 — o sentimento de inconformidade com Mussolini e as lideranças fascistas — e que era motivada, em grande parte, pela inépcia com que a guerra vinha sendo conduzida pelas forças armadas italianas, desde o inicio do conflito. Em 1940, haviam fracassado na Albânia; em maio de 1943, eram derrotadas na África e, em julho, com a queda iminente da Sicília, o próprio continente era ameaçado de invasão.

Numa reunião que se prolongou da tarde de 24 para a madrugada de 25 de julho, o Grande Conselho Fascista aprovou um voto de censura contra o primeiro-ministro Benito Mussolini, o que levou o Rei Vítorio Emanoel a destituir-lo, na tarde do mesmo dia 25, e nomear o marechal Pietro Badoglio para a chefia do governo. Este iniciou imediatamente negociações para fazer uma paz em separado com os Aliados, o que acelerou a decisão sobre as operações subsequentes à conquista da Sicília. Eisenhower havia decidido que, se a Itália não abandonasse a luta até a conquista da Sicília, levaria a cabo a invasão do país, através de um desembarque direto na Calábria, na ponta da bota, secundado, se necessário, por outros dois — um mais ao

norte, no cano, e um último na Sardenha, para o qual já havia obtido autorização dos chefes do Estado-Maior conjunto, a 17 de julho, sendo que estes expressaram, na oportunidade, o seu interesse pelo desembarque direto na região de Nápoles, em substituição ao que ocorreria na Sardenha.

Motivado pelas notícias da queda de Mussolini, no dia 25, o que aumentava consideravelmente as possibilidades de uma saída da Itália do conflito, Eisenhower resolveu reavaliar seu estudo. Manteve o desembarque na Calábria e incluiu um, na região de Nápoles, conforme a sugestão dos chefes do estado-maior conjunto. Essas operações foram aprovadas por este órgão, em Cartago, no dia seguinte, e imediatamente encaminhadas, para planejamento, aos Generais Mark Klark e Montgomery, comandantes, respectivamente, dos V e VIII Exércitos.

Nascia, assim, a **Operação Avalanche**, um desembarque anfíbio na costa ocidental da Itália. A **Operação Baytown**, de desembarque na Calábria, seria executada previamente e teria como objetivo atrair as forças inimigas e desviar sua atenção do desembarque principal, na região de Nápoles. O local exato seria determinado, posteriormente, por Mark Klark e submetido à aprovação do general Harold Alexander, comandante do XV Grupo de Exércitos. Os objetivos mais amplos eram a conquista do porto de Nápoles e das bases aéreas de Foggia, na Apúlia. Mais tarde, um outro desembarque improvisado em Taranto, a **Operação Slapstick** — seria acrescido ao plano de invasão e executado na mesma data que o de Salerno.

Mais uma vez, não havia um plano estratégico definitivo a orientar as operações; assim como não ficara decidido o que se faria depois da conquista da África do Norte, quando do

14. Mais tarde, esse número seria aumentado para 4.

15. Conforme o plano original, abandonado por insistência de Montgomery, Comandante do VIII Exército, que o considerou muito arriscado.

desencadeamento da **Operação Torch**; assim como não se sabia o que se faria depois da conquista da Sicília, quando as tropas ali desembarcassem; também agora não se sabia exatamente o que se faria depois da conquista de Nápoles e de Foggia. O fato concreto era que os Aliados haviam decidido pela continuidade das operações no Mediterrâneo, com a invasão do continente, e a efetivariam, realizando o esforço principal através de um grande desembarque anfíbio na sua costa ocidental, na região de Nápoles.

O alto comando aliado não considerou seriamente, na oportunidade, desembarques mais ao norte, por superestimar o poder aéreo e naval alemão, que na realidade estava bastante enfraquecido. Com isso, perdeu, provavelmente, a melhor oportunidade de isolar todas as forças alemãs no sul e no centro da Itália. Um desembarque em Roma teria sido, como veremos mais adiante, o golpe de graça no exército alemão na Itália.

Enquanto transcorria o mês de agosto e os planos de desembarque eram elaborados, o marechal Badoglio, substituto de Mussolini, procurava negociar um armistício com os Aliados. Para isso, Badoglio encarregou o general Aldo Castellano, que estabeleceu o primeiro contato com o embaixador inglês em Madri no dia 16 de agosto. Após uma série de reuniões, Castellano assinou o armistício na Sicília, no dia 3 de setembro, quando o VIII Exército de Montgomery desembarcava na Calábria, ficando acordado que a divulgação se daria na véspera do desembarque do V Exército de Mark Klark, agora já definido para ser executado em Salerno, no dia 9 de setembro. Ficou acertado, também, que a 82ª Divisão Aeroterrestre saltaria em Roma, na mesma data, dia 9, para, em coordenação com as 5 divisões italianas, man-

ter a capital, até que as forças de desembarque de Mark Klark fizessem a junção.

A Badoglio, porém, foi comunicado — talvez por questões de segurança — que o desembarque ocorreria entre os dias 10 e 15 de setembro. Os comandantes italianos não foram alertados com a devida antecedência e não estavam preparados, no dia 8 de setembro. Considerando que essas condições não eram satisfatórias, Eisenhower sustou o lançamento da 82ª Divisão, que, desse modo, não foi empregada nem em Roma nem por Mark Klark em Salerno, por acaso do desembarque, de acordo com o planejamento inicial, com prejuízo para as operações, conforme veremos mais adiante.

A Estratégia dos Alemães

Desde o inicio de 1943, Adolf Hitler vinha acompanhando, com preocupação, a crescente instabilidade interna na Itália e, em maio, após a perda da Tunísia, havia determinado ao alto comando alemão, o O.K.W.¹⁶ que elaborasse planos para a defesa da Itália pelas forças alemãs, no caso de colapso da resistência italiana ou no caso de um acordo desse país com os Aliados. Diante da perspectiva de perder seu aliado mais forte, Hitler visualizara três alternativas. A primeira era defender toda a Itália e a Grécia, o que implicava, além da alocação de grandes recursos para um teatro-de-operações considerado secundário, num grande risco de flanqueamento, caso os Aliados tivessem êxito num desembarque mais ao norte. A segunda era evacuar toda a Itália, o que implicava: no abandono dos recursos do Vale do Pó; em ceder excelentes bases para a força aérea dos Aliados, capacitando-a a executar o bombardeio estratégico do sul e centro da Alemanha; na entrega de regiões de onde poderiam ser

16. Ober Comando der Wermacht, órgão criado por Hitler para coordenar as operações conjuntas das 3 forças.

executadas, em boas condições, operações anfíbias contra o sul da França e contra os Balcãs; numa possível mudança de atitude em relação à guerra pelos estados-satélites balcânicos; e num possível abandono da neutralidade por parte da Turquia. A terceira era uma defesa que permitisse conservar apenas o Vale do Rio Pô, com seus recursos agrícolas e industriais.

Por suas inúmeras implicações negativas, Hitler praticamente descartara a alternativa de evacuar toda a península. O seu primeiro plano fora defender toda a Itália e os Balcãs. Para isso, encarregara o marechal Erwin Rommel de montar um quartel-general de um grupo-de-exércitos em Munique, para elaborar os planos necessários. O grupo-de-exércitos B, como se-ria designado, constituir-se-ia de cerca de 16 divisões, a serem retiradas do leste e da França. Em junho, porém, 5 dessas divisões foram empregadas numa ofensiva alemã no leste. Rommel, que sempre manifestara a opinião de que os alemães deviam manter apenas o norte da Itália, argumentou que essa redução inviabilizava o plano original. Hitler concordou, e os planos seguintes passariam a encarar a defesa da Itália, nos Apeninos, ao norte de Roma.

O marechal Albert Kesselring, comandante-em-chefe alemão no sul da Itália, ao contrário, achava não só possível mas aconselhável a defesa de toda a península, pois descartava definitivamente qualquer hipótese de defecção. Sua extremada confiança nos italianos o impedia de fazer uma avaliação realista do panorama político do país. Por isso, não lhe foram revelados, de imediato, os planos que encaravam uma possível defecção da Itália.

A notícia da substituição de Mussolini por Badoglio, no dia 25 de julho, levou Hitler a

acreditar que a defecção da Itália era iminente e os planos alemães visando à ocupação desse país adquiriram grande importância e urgência. Naquela mesma noite, Hitler ordenou que se ocupassem os desfiladeiros dos Alpes, para permitir a entrada das forças germânicas na Itália. Na noite seguinte, após uma reunião à qual compareceram todos os principais líderes políticos e militares, Hitler determinou a adoção das seguintes medidas: elaboração do **Plano Student**, que previa a ocupação, de surpresa, de Roma e a restauração do governo de Mussolini, a cargo do XI Corpo Aéreo,¹⁷ constituído da 2ª Divisão de Pára-quedistas. Para tanto, foi providenciada a sua transferência de Nîmes, na França, para Óstia, próximo a Roma, onde foi integrada pela 3ª Divisão Panzergrenadier;¹⁸ o planejamento da Operação Schwartz, que visava à captura e destruição de toda a esquadra italiana, a cargo do quartel-general naval alemão na Itália; a execução da Operação Eiche, de resgate a Mussolini, sob a supervisão de Kurt Student, Comandante do XI Corpo Aéreo, e a cargo do Capitão SS Otto Skorzeny; o Planejamento da Operação Achse (Eixo), que previa a ocupação de toda a Itália; e, finalmente, a execução do Plano Alarico, de ocupação do norte da Itália, a cargo de Rommel.

Ao iniciar-se o mês de agosto, quando Hitler não acalentava esperanças de que o Eixo pudesse conservar a Sicília e aumentavam as suspeitas de uma "traição" por parte da Itália, o O.K.W. expediu o Plano Achse.

O plano abordava os perigos a que estariam submetidas as tropas alemãs na Itália, em caso de defecção italiana e desembarques Aliados no continente. Naquela oportunidade, um dos grandes temores de Hitler e do O.K.W. era uma operação anfíbia contra o centro ou o norte da Itália, ao mesmo tempo em que forças italianas

17. Da Luftwaffe, a força aérea alemã.

18. Infantaria motorizada.

bloqueassem os passos nos Alpes e nos Apeninos, pois o **Plano Alarico**, recentemente posto em execução, ainda não havia proporcionado a Rommel a transferência de tropas suficientes para o norte da Itália. Roma era considerada como um objetivo muito provável, devido à presença, ali, de 5 divisões italianas, contra apenas 2 alemãs, e ao resultado psicológico favorável que a sua captura representaria para os Aliados. Outras possibilidades consideradas foram: desembarques na Calábria, que isolariam as forças alemãs na Sicília; desembarques na Sardenha, que possibilitariam operações contra o norte da Itália e contra o sul da França, pois os aeródromos da ilha permitiam a cobertura aérea necessária; e desembarques na costa do Adriático, visando às bases aéreas de Foggia, na Apúlia, que possibilitariam a montagem de operações contra os Balcãs.

Assim, o **Plano Achse** se dividia em duas partes: uma para Itália e sul da França, e outra para os Balcãs. De acordo com a parte italiana do plano, as tropas de Rommel deveriam ocupar todas as passagens na fronteira norte da Itália e nos Apeninos e desarmar as unidades italianas. As forças de Kesselring retrairiam, até serem acolhidas por Rommel, passando ao seu comando. A 90ª Divisão Panzergrenadier seria evacuada da Sardenha para a Córsega e daí para o continente. O plano refletia a idéia de uma defesa ao norte de Roma, com Hitler inclinando-se para o ponto-de-vista de Rommel.

A grande meta estratégica dos Aliados, porém, segundo Hitler e o O.K.W., eram os Balcãs e não a Itália. Primeiro, porque a malha viária balcânica era incomparavelmente inferior à italiana, o que dificultaria sobremaneira o suprimento das forças alemãs na Grécia, em caso de um desembarque aliado naquela área. Segundo, porque, na Itália, os Alpes se constituiriam num obstáculo intransponível a um avanço para a Alemanha, enquanto que, nos Balcãs, o passo de Ljubljana permitiria a invasão da Europa Central. Terceiro, porque a junção com os

russos permitiria a coordenação de esforços e bloquearia a influência comunista na Europa Central, o que era considerado de interesse dos ingleses. Por último, porque os Balcãs alimentavam a máquina de guerra alemã com seus recursos minerais, principalmente o petróleo da Romênia. Em consequência, além das medidas destinadas à defesa da Itália, Hitler reforçou também os Balcãs. O efetivo alemão ali aumentou de 5 divisões, em janeiro, para mais de 13, em julho.

À medida que o mês de agosto avançava, as divisões de Rommel se infiltravam no norte da Itália e, no dia 16 daquele mês, o QG do grupo-de-exércitos B instalava-se próximo ao Lago Garda, no norte daquele país. Com isso, melhoravam as chances de salivar as tropas de Kesselring, no caso de defecção dos italianos e de desembarques Aliados no continente.

Na Sicília, a situação vinha se deteriorando. Com as providências adotadas por Kesselring, em julho — reforçar a defesa da ilha com duas divisões alemãs — o ataque Aliado perdeu a impulsão, mas não pôde ser detido, tendo em vista a enorme superioridade em homens e material dos anglo-americanos. Mesmo assim, a conquista da ilha, calculada para ser consumada em duas semanas, levou 38 dias. Messina somente foi conquistada, a 17 de agosto, após o General Hanz Valentim Hube ter conseguido retirar para o continente, através do estreito, todo o seu XIV Corpo Panzer, recentemente criado para enquadrar as 4ªs divisões alemãs na ilha.

Mesmo considerando o excelente planejamento realizado pelo General Hube e a perfeita execução deste por suas tropas, esse feito somente foi possível pela estreiteza de visão dos Aliados, que se deixaram influenciar pelo poderio terrestre dos alemães, não levando em conta sua fraqueza aérea e naval. Primeiro, executando um desembarque por demais cauteloso no sul e sudeste da ilha, ao invés de procurar um envolvimento mais a noroeste;

segundo desperdiçando a oportunidade de cortar a via de retirada do XIV Corpo, através de um outro desembarque na Calábria, que se achava desguarnecida; e finalmente, permitindo a retirada do XIV Corpo para o continente, sem nenhuma interferência aérea ou naval.

Ao findar-se o mês de agosto, a situação alemã havia melhorado muito, tanto no norte como no sul da Itália. No norte, Rommel completara a concentração de suas forças e contava com 7 divisões já estabelecidas no território italiano. No sul, havia sido criado, no dia 22, o X Exército alemão, constituído dos XIV e LXXVI Corpos Panzer. O X Exército, comandado pelo general Heinrich Von Vietinghoff, estava subordinado ao marechal Kesselring, o qual contava ainda com outras 3 divisões, no centro da Itália, e com 1 na Sardenha.

Embora Hitler e o O.K.W. estivessem satisfeitos com o rumo dos acontecimentos, altamente favoráveis, durante o mês de agosto, havia ainda por resolver o problema que resultaria de um desembarque aliado e da defecção da Itália, simultaneamente ou não. As regiões consideradas mais ameaçadas eram a Sardenha, Nápoles — Salerno e Roma. Essa última era julgada a mais perigosa, no caso de o desembarque aliado ocorrer simultaneamente à defecção italiana, pois ali se concentravam 5 divisões italianas contra apenas 2 alemãs. Até mesmo o O.K.W. pareceu não acreditar que a situação pudesse ser contornada, se o desembarque ocorresse em Roma, simultaneamente à capitulação, pois, de acordo com declarações posteriores do general Siegfried Westphal, chefe do estado-maior de Kesselring, o alto comando alemão considerava as tropas de Kesselring como quase perdidas, se aquela hipótese se configurasse, tanto que chegou a suspender os reacompletamentos para as forças alemãs no sul da Itália, durante o mês de agosto. Kesselring também considerava a situação bastante difícil de ser resolvida e, na sua opinião, se o inimigo desembarcasse em Roma, pelo ar e pelo mar,

seria quase impossível impedir o isolamento do X Exército.

No dia 30 de agosto, o O.K.W. expediu a versão final do **Plano Achse**. O plano conservava o seu conceito original: retraimento das forças de Kesselring e seu acolhimento por Rommel, a quem caberia a ocupação de todas as passagens nos Alpes e nos Apeninos. A estratégia de Hitler, portanto, às vésperas da invasão aliada, independentemente da defecção da Itália, era de um retraimento organizado das tropas, do sul para o centro do país e, depois, para o norte dos Apeninos, onde pretendia deter os Aliados, conservando apenas o Vale do Rio Pô. Para permitir o retraimento das divisões do sul, o X Exército deveria manter a região de Nápoles — Salerno, importante centro rodoviário situado entre a Calábria e o centro da Itália.

O Desembarque em Salerno

Planejamento da Operação

O comandante supremo de todas as forças aliadas no Mediterrâneo era o general Dwight D. Eisenhower, do exército americano. O comando das Forças Singulares era exercido por destacados chefes britânicos. As forças terrestres eram comandadas pelo general Sir Harold Alexander e compreendiam o XV Grupo de Exércitos, ao qual se subordinavam os V e VIII Exércitos. As forças navais tinham por comandante-geral o almirante Sir Andrew Cunningham e o marechal do ar Sir Arthur Tedder era o comandante-em-chefe de operações aéreas.

O planejamento da operação principal de invasão da Itália, a **Operação Avalanche**, foi entregue ao V Exército do Estados Unidos, comandado pelo general Mark Wayne Clark. Este, após um estudo preliminar, selecionou dois possíveis locais de desembarque, um deles no Golfo de Gaeta, ao norte de Nápoles, e outro em Salerno, ao sul de Nápoles, pois a própria baía de Nápoles foi logo descartada pelos táticos anfíbios, devido ao fato de seus acessos se encontrarem fortemente minados.

A área ao norte de Nápoles era a que oferecia as maiores vantagens. Nela, encontrava-se a planície do Rio Volturno, constituída de terreno plano, ideal para o emprego de blindados, e não cercada por montanhas. Um desembarque ali permitiria um avanço rápido para Nápoles e bloquearia quaisquer reforços que viessem do norte. Segundo os especialistas aéreos ingleses, entretanto, a área apresentava o inconveniente de situar-se fora do alcance da cobertura aérea eficaz, ainda que com isso não concordassem seus colegas americanos.

A região ao sul, no Golfo de Salerno, apesar de possuir praias favoráveis à aproximação e ao desembarque e de permitir a cobertura aérea, a partir dos aeródromos da Sicília, apresentava-se dominada por uma linha de alturas que facilitava a defesa e formava uma barreira quase impenetrável ao movimento. Um desembarque nessa área enfrentaria um formidável fogo de artilharia e contaria com pouco espaço para manobra.

Submetidas as alternativas à apreciação de Alexander, a escolha recaiu sobre Salerno, pois a cobertura aérea era considerada essencial e aquele se recusava a considerar qualquer plano que não satisfizesse essa exigência. A despeito dos riscos de Salerno, os Aliados esperavam obter ali, baseados em afir-

mativa feita pelo seu serviço de inteligência, rápido sucesso, pois estavam de posse de informações sobre a intenção de Hitler de evacuar a Itália meridional, em caso de invasão.

O V Exército estava organizado à base de dois corpos-de-exército, o X inglês e o VI americano. O X Corpo, comandado pelo tenente-general Sir Richard McCreery, era constituído das 46ª e 56ª Divisões de Infantaria,¹⁹ da 7ª Divisão Blindada, e da 1ª Divisão Aeroterrestre. O VI Corpo, comandado pelo major-general Ernest J. Dawley, era constituído pelas 34ª e 36ª Divisões de Infantaria, pela 1ª Divisão Blindada e pela 82ª Divisão Aeroterrestre.

Para a operação, entretanto, de acordo com o plano original, o V Exército estaria

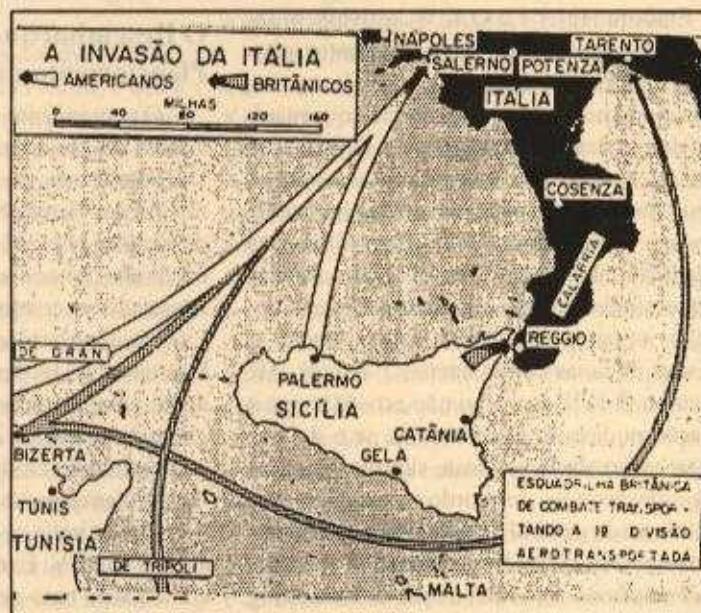


Figura 01. Rotas navais dos comboios para Salerno

19. Cada divisão era constituída por 3 regimentos de Infantaria, a 3 batalhões de Infantaria cada um, e estes a 3 companhias de fuzileiros cada um. Cada regimento contava com os devidos apoios de engenharia, artilharia etc. O regimento era equivalente, portanto, à nossa brigada atual.



Figura 2. Os desembarques planejados na Itália, Sardenha e Córsega e os realmente executados

assim estruturado: a 82ª Divisão Aeroterrestre (-), com lançamento previsto em Avellino,²⁰ ao norte de Nápoles; o X Corpo, englobando os 1º, 3º e 4º batalhões de Rangers,²¹ 2º e 41º batalhões de Comandos e as 46ª e 56ª divisões, com desembarque previsto ao norte do Rio Sele; o VI Corpo, com a 36ª Divisão, ao sul do Rio Sele; e uma reserva, constituída de parte da 82ª Divisão Aeroterrestre e de um grupamento tático²² da 45ª Divisão, que permaneceria embarcada, em condições de emprego, em qualquer parte da zona-de-ação. Este plano sofreu alterações, no dia 3 de setembro, quando a 82ª Divisão Aeroterrestre foi retida, por Eisenhower, para ser lançada sobre Roma, recebendo o V Exército, em contrapartida, o restante da 45ª Divisão, que passou a integrar a reserva.

As forças navais, constituidas de 2 forças-

tarefa, uma em apoio ao VIII Exército, que desembarcara na Calábria, a 3 de setembro, e outra em apoio ao V Exército, seriam comandadas pelo vice-almirante Henry Kent Hewitt, da Marinha dos Estados Unidos. A força-tarefa em apoio ao V Exército, com cerca de 600 navios, reuniria-se no Golfo de Salerno, oriunda dos portos de Orã, Argel, Palermo, Bizerta e Trípoli, e seria dividida em 2 forças de ataque. A Força de Ataque Norte, comandada pelo comodoro G. N. Oliver, apoiaria o X Corpo, enquanto que o VI Corpo seria apoiado pela Força de Ataque Sul, comandada pelo contra-almirante John L. Hall. Na escolta dos comboios, atuariam os porta-aviões *Illustrious* e *Formidable* e os encouraçados *Nelson*, *Rodney*, *Warspite* e *Valiant*.

As forças de ataque proporcionaram tam-

20. Para impedir a chegada de reforços à região de Salerno.

21. Forças Especiais americanas, semelhantes aos comandos atuais.

22. GT, Elemento de combate, valor regimento, e de constituição mais leve, especialmente organizado para o desembarque.

bém, às forças terrestres, o devido apoio de fogo naval. No setor do X Corpo, além de um esquadrão de cruzadores em apoio geral, sob o comando direto de Oliver, os batalhões de rangers e de comandos receberiam o apoio de 2 destróieres e de 2 barcaças de desembarque para canhões LCG.²³ a 46^a Divisão teria a sua disposição 3 destróieres e 3 LCG, e a 56^a Divisão, 3 destróieres e 4 LCG. No setor do VI Corpo o apoio se faria de maneira semelhante, envolvendo 3 destróieres e 3 cruzadores, em apoio às 36^a e 45^a divisões.

No apoio aéreo, seriam utilizados, ini-

cialmente, os aparelhos sediados nos porta-aviões leves *Unicorn*, *Battler*, *Attacker*, *Hunter* e *Stalker* e aparelhos P38 e *spitfires*, dotados de tanques suplementares de combustível, sediados nos aeroportos da Sicilia. Posteriormente, quando o aeródromo de Montecorvino e outros a serem construídos na cabeça-de-praia estivessem em condições de uso, seriam utilizados os aparelhos de modelos P39 e P40, de menor autonomia de vôo.

Quanto aos objetivos foram escolhidos

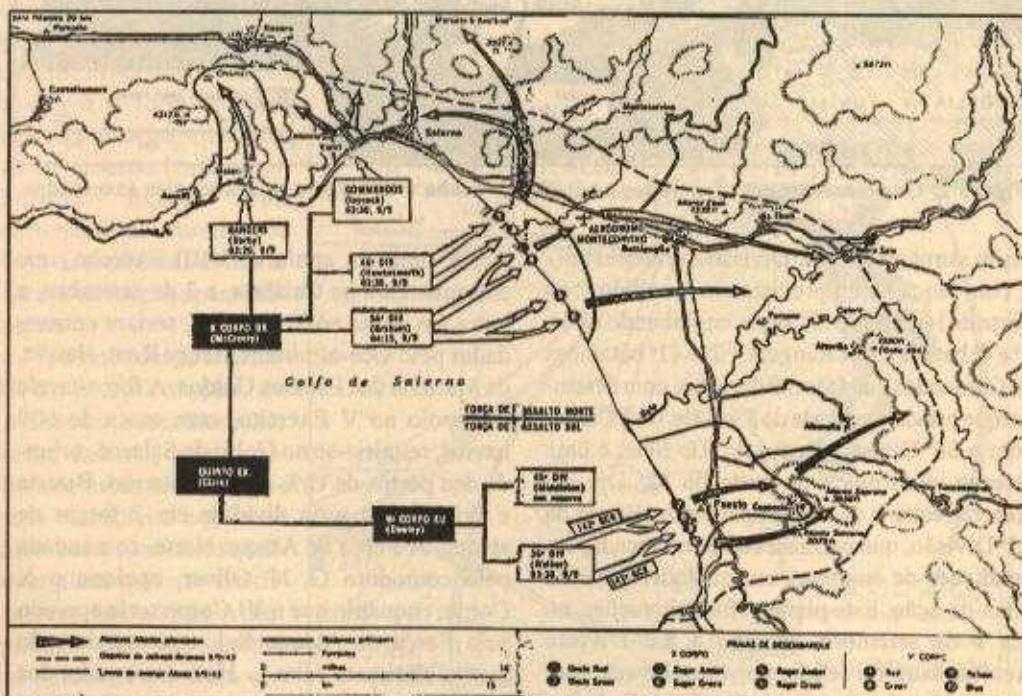


Figura 3. Os desembarques do Exército no Golfo de Salerno.

23. Launching Craft Guns. Além desta, os Aliados contavam ainda como meios de desembarque: com o Navio de Desembarque para Tanques, LST (Lauding Ship, Tank); com a Embarcação de Desembarque para Infantaria, LSI (Lauding Craft Infantry); e com o caminhão Anfíbio, Dukw (Amphibious 2 1/2 ton. Truck).

os principais acidentes do terreno que permitissem a manutenção da cabeça-de-praia e facilitassem o posterior movimento em direção a Nápoles, objetivo principal. Os rangers deveriam desembarcar no extremo norte, em Maiori, e conquistar as alturas que dominavam o passo de Chiunzi e as ligações rodoviárias entre Salerno e Nápoles. Aos comandos, caberia desembarcar em Vietri Dal Mare, conquistar as alturas que dominam o desfiladeiro de Molina, por onde passam a rodovia e a ferrovia ligando Nápoles a Salerno, e tomar o porto de Salerno. O desembarque principal seria dividido em duas forças de assalto: a do norte, formada pelas 46^a e 56^a divisões que, juntamente com os rangers e comandos, compunham o X Exército, e a do sul, com a 36^a Divisão integrando o VI Exército. Ao norte, à 46^a Divisão caberia conquistar Salerno e Mercato, enquanto a 56^a Divisão deveria conquistar o aeródromo de Montecorvino e a Ponte Sele, sobre o rio do mesmo nome, 16 Km para o interior. Ao sul, a 36^a Divisão tinha por missão conquistar Pesto e a ferrovia que conduzia à Salerno, ocupar as alturas que dominavam a praia e estabelecer ligação com o VIII Exército, que progredia da Calábria. Em reserva, ficaria a 45^a Divisão.

O Dispositivo Inimigo

Ao iniciar-se o mês de setembro, as forças alemãs no sul da Itália se constituíram no X Exército, criado a 22 de agosto, após a reorganização das divisões evacuadas da Sicília. O X Exército, comandado pelo general Heinrich Von Vietinghoff, contava com os XIV e LXXVI Corpos Panzer.²⁴ O XIV Corpo Panzer, comandado pelo general Hans Valentim Hube, encontrava-se desdobrado da região Nápoles-Salerno e englobava as seguintes divisões: a 16^a Panzer, na região Eboli-Battipaglia; a Panzer Hermann

Göering, ao norte de Nápoles; e a 15^a Panzergrenadier na região de Fórmia-Gaeta. O LXXVI Corpo Panzer, comandado pelo general Traugott Herr, desdobra suas divisões mais ao sul, na Calábria: a 29^a Panzergrenadier, em Reggio, na ponta da bota, e a 26^a Panzer na região de Catanzaro-Cassano. Além do X Exército, Kesselring ainda contava, sob o seu comando direto no sul e centro da Itália, com a 1^a Divisão de Pára-quedistas (-), ao sudeste de Taranto; com o XI Corpo Aéreo, integrado pela 2^a Divisão de Pára-quedistas, em Roma; e com a 3^a Divisão Panzergrenadier, em Orvieto, ao norte de Roma.

Alertado por seu serviço de informações sobre um iminente desembarque no extremo sul do continente, devido ao constante afluxo de homens e material à Messina, do outro lado do estreito, Kesselring ordenou ao LXXVI Corpo que iniciasse o retraimento, em sigilo, na noite de 1º de setembro, da 29^a Divisão Panzergrenadier para a região de Salerno, e que ficasse em condições de retardar qualquer força de desembarque com a 26^a Divisão Panzer. Em consequência, o desembarque do VIII Exército na Calábria, no dia 3 de setembro, caiu no vazio e não contribuiu com o desembarque que o V Exército realizaria em Salerno, no dia 9, na medida do esperado. No dia 7 de setembro, Kesselring, já prevendo o passo seguinte dos Aliados, determinou que o X Exército desdesbrasse a 16^a Divisão Panzer nas praias do Golfo de Salerno, para conter um possível desembarque aliado naquela região, enquanto ultimava a concentração, na área, da Divisão Panzer Hermann Goering e da 1^a Divisão de Pára-quedistas (-), esta retirada da região de Taranto após o desembarque na Calábria.

Dessa forma, quando se deu o desem-

24 Corpo Blindado, constituído basicamente por divisões Panzer (blindadas). Estas eram constituídas por 2 regimentos Panzergrenadier (infantaria motorizada), além dos apoios normais de artilharia, engenharia etc.

barque do V Exército em Salerno, no dia 9 de setembro, era o seguinte o dispositivo do X Exército alemão: enquadradas pelo XIV Corpo Panzer, havia a 16^a Divisão Panzer, em posição nas praias de Salerno, as Divisões Panzer Hermann Goering, 29^a Panzergrenadier e 1^a de Pára-quedistas (-), ultimando sua concentração na área, e a 15^a Panzergrenadier em Gaeta; enquadrada pelo LXXVI Corpo, havia a 26^a Divisão Panzer retraindo da Calábria.

O Assalto às Praias e os Acontecimentos do dia 9

No setor do X Corpo, os desembarques foram precedidos por uma forte preparação de artilharia naval, destinada a neutralizar as defesas costeiras, seguido do disparo de foguetes, cujos lançadores se achavam instalados em lancha de desembarque e destinados a neutralizar os campos minados das praias.

O desembarque dos rangers americanos e comandos ingleses, no extremo da zona-de-ação, ocorreu bem. Os primeiros desembarcaram em Maiori, às 03:20 horas, e, por volta de 06:00, já estavam de posse das alturas que dominavam tanto o passo de Chiunzi quanto a ferrovia e a rodovia que ligavam Nápoles a Salerno. Os últimos desembarcaram em Vietri, às 03:30 horas, e, depois de subjugarem forte resistência alemã, conquistaram as alturas que dominavam o desfiladeiro de Molina, através do qual se desenvolviam as já citadas rodovia e ferrovia que ligavam Nápoles à Salerno. Não lograram, entretanto, conquistar de imediato o porto de Salerno, pois o desembarque de suprimentos nas praias, em sua zona-de-ação, ficou temporariamente prejudicado, devido ao fogo

de algumas posições na praia, que a artilharia naval não conseguiu neutralizar.

O desembarque da 46^a Divisão iniciou-se às 03:30 horas, nos 2 setores a ela designados: Uncle²⁶ Vermelha e Verde. Na Uncle Vermelha, embora encontrasse vigorosa resistência inimiga, o desembarque saiu de acordo com o estabelecido. O desembarque destinado à Uncle Verde, entretanto, teve de ser desviado para a Sugar²⁷ Âmbar, da 56^a Divisão, devido ao fato de os foguetes destinados àquele setor terem caído neste último, por erro de trajetória,²⁸ e de a praia minada continuar se constituindo em sério obstáculo. Além disso, um ponto forte que não foi possível neutralizar na praia Uncle Verde, devido ao erro no disparo dos foguetes, impediu a descarga de suprimentos nessa praia, durante todo o dia 9.

No setor da 56^a Divisão, cuja zona-de-ação fora dividida nos setores Sugar e Roger,²⁹ ambos igualmente divididos em Âmbar e Verde, o desembarque iniciado às 04:15 horas, foi relativamente calmo, apenas perturbado por 2 incidentes. O primeiro foi a necessidade de orientar a tropa destinada à praia Sugar Âmbar para a Sugar Verde, por estar a primeira tomada pelos contingentes da 46^a Divisão, desviados de sua praia devido à imprecisão dos foguetes, o que ocasionou um congestionamento; o segundo foi um engano de orientação do contingente destinado à praia Roger Verde, que desembarcou cerca de 1500 metros à direita, perdendo-se algum tempo.

No setor atribuído ao VI Corpo, as praias para o desembarque da 36^a Divisão foram divididas em 4: Vermelha, Verde, Amarela e Azul. Nessas praias, não levando em consideração a opinião contrária de seus principais assessores,

26. Açúcar, em inglês.

27. De acordo com o planejamento inicial, em caso de erro na trajetória, os desembarques deveriam se verificar no local onde caissem os foguetes.

28. Rogério, em inglês.

o General Klark determinou que o desembarque se fizesse sem a preparação da artilharia naval, procurando com isso surpreender o inimigo. Essa infeliz decisão prejudicou sobremaneira o desembarque dos 141º e 142º grupamentos táticos, integrantes da 36ª Divisão, que, ao contrário, quando ali aportaram, às 03:30 horas, se viram surpreendidos, nas praias, por intenso fogo aéreo, de artilharia e de morteiros.²⁹ Com a progressão dificultada pelo fogo inimigo, realizado na Torre di Pesto,³⁰ o 142º GT não conseguiu desembocar da praia Vermelha, o que ocasionou outro congestionamento,

quando o 143º GT, reserva da 36ª Divisão, ali desembarcou, às 06:30 horas. Nas praias Amarela e Azul, o desembarque foi ainda mais difícil, devido ao intenso fogo das baterias costeiras de Agropoli, sendo que a última permaneceu inteiramente impedida, durante toda a tarde do dia 9 de setembro.

Ao amanhecer do dia 9, após se organizarem, contando com intenso apoio de fogo aéreo e naval, os Aliados iniciaram seu avanço para o interior, buscando atingir os objetivos fixados. A progressão foi, porém, lenta e desgastante, devido à forte reação das unidades da 16ª Divisão

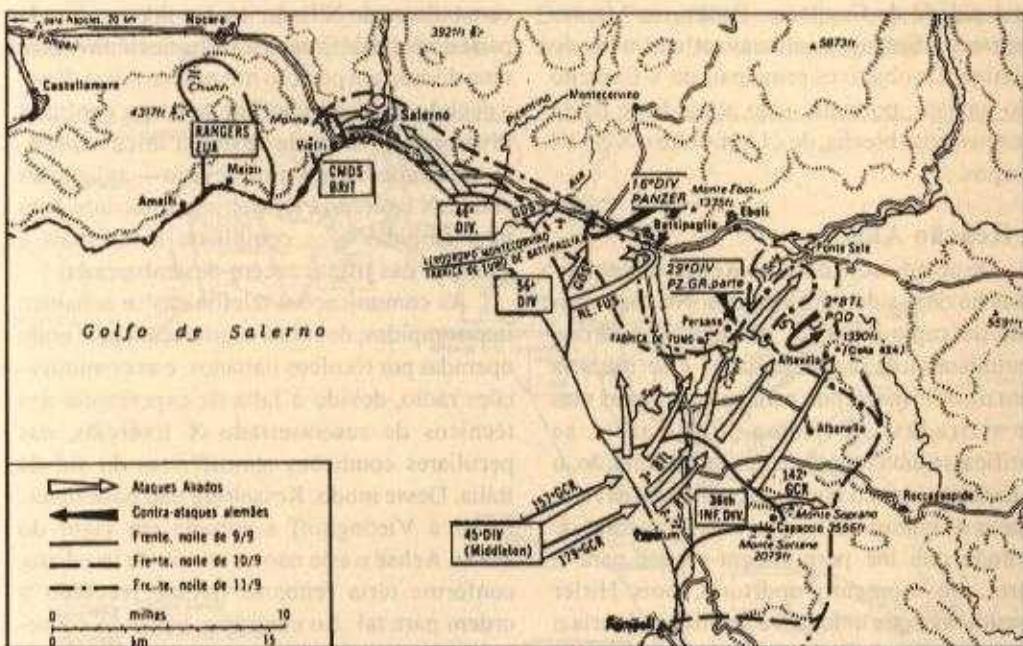


Figura 4. A situação de 9 a 11 de setembro: os alemães tentam expulsar o V Ex para o mar.

29. Os primeiros soldados Aliados que desembarcaram nas praias foram surpreendidos com o seguinte aviso de alto-falante: "aproximem-se e rendam-se".

30. Nesta área existiam antigos templos romanos construídos no século VI a.C., e várias torres construídas cerca de 1.000 anos mais tarde, para dar aviso sobre as incursões sarracenas. Torre di Pesto era uma destas.

Panzer, que contra-atacavam obstinadamente, com forte apoio de artilharia, posicionada na formidável linha de alturas que dominava as praias. Por isso, ao final do dia 9, somente os rangers e comandos haviam logrado alcançar seus objetivos, exceto o porto de Salerno, que continuava de posse dos alemães. No setor do X Corpo, nenhum objetivo havia sido conquistado e a cabeça-de-praia se restringia a uma área delimitada por uma linha que ia, de uns 5 km a sudeste de Salerno, cerca de 3 km para o interior, e retornava para a costa, a uns 6 km ao norte do Rio Sele.

A situação do VI Corpo era um pouco mais confortável, com a cabeça-de-praia englobando a cidade de Cappacio. Porém, os Montes Soprano e Sottane continuavam em mãos do inimigo. Os objetivos principais do V Exército não haviam, portanto, sido atingidos e havia uma perigosa brecha, de 11 km, entre o X e o VI Corpos.

A Reação Alemã

De acordo com o **Plano Achse**, duas hipóteses haviam sido consideradas. No caso simples da capitulação da Itália, o X Exército neutralizaria as forças italianas e se retrairia para o norte, mantendo para isso abertas as vias de retirada para Roma. Entretanto, se verificasse uma invasão antes da capitulação, o X Exército, com o apoio dos italianos, deveria repelir os inimigos e manter abertas as rotas de retirada que lhe permitissem recuar para o norte, no momento oportuno, pois Hitler considerava que uma retirada unilateral seria o fermento ideal para o desejo latente dos italianos de abandonar a luta.

Ao tomar conhecimento da capitulação, na noite de 8 de setembro, Kesselring colocou em marcha, imediatamente, o **Plano Achse** e ficou aguardando os acontecimentos. O marechal esperava que as forças de invasão, que já haviam sido avistadas navegando ao sul de Nápoles, destinasse para Roma, e que

ali o desembarque fosse apoiado por unidades pára-quedistas. Se isso acontecesse, a sorte de todas as forças alemãs no sul da Itália, num total de 8 divisões, estaria selada. Nessa mesma noite, Hitler e o O.K.W, que alimentavam os mesmos temores, estudando detidamente a situação, consideraram perdidas as forças de Kesselring. Hitler expediu, em consequência, ordens imediatas para o estabelecimento de uma linha defensiva ao norte da Itália, onde deveriam ser aproveitados os remanescentes das tropas que lograssem escapar ao cerco dos exércitos Aliados.

Para a sorte dos alemães, o desembarque aliado se deu em Salerno, onde Vietinghoff, comandante do X Exército, havia concentrado parte do seu XIV Corpo Panzer, que contava com uma divisão em posição nas praias. Além disso, a decisão de Vietinghoff de se lançar contra os invasores, ao invés de se retrair imediatamente, tomada devido a um imprevisto — as ligações entre o X Exército e Kesselring se encontravam interrompidas —, complicou ainda mais a situação das tropas recém-desembarcadas.

As comunicações telefônicas se achavam interrompidas, devido à capitulação, pois eram operadas por técnicos italianos, e as comunicações rádio, devido à falta de experiência dos técnicos do recém-criado X Exército, nas peculiares condições atmosféricas do sul da Itália. Desse modo, Kesselring não pôde determinar a Vietinghoff a entrada em vigor do **Plano Achse** e este não se retraiu de imediato, conforme teria feito, se tivesse recebido a ordem para tal. Ao contrário, havendo conseguido desarmar facilmente as forças italianas no seu setor, Vietinghoff decidiu repelir os invasores, lançando contra estes todas as forças disponíveis.

Em Roma, também foi solucionado o problema que, por vários dias, mantivera Kesselring em estado de permanente tensão — em caso de capitulação, neutralizar as 5 divisões italianas sediadas na área e, ao mesmo tempo, fazer face

a um assalto aeroterrestre e/ou a uma invasão anfíbia. Esse problema somente foi resolvido a contento devido ao recuo dos Aliados, na última hora, em lançar a 82ª Divisão Aeroterrestre sobre a capital, e à audácia do general Student, que, empregando com extrema rapidez a 2ª Divisão de Pára-quedistas de seu XI Corpo Aéreo contra as forças italianas, deu-lhes a impressão de possuir um efetivo muito superior ao real, conseguindo, dessa forma, a rendição das 5 divisões italianas. Se o lançamento da 82ª tivesse sido mantido, à 2ª Divisão de Pára-quedistas não teria sido possível conter ambas as ameaças.

Com isso, Kesselring sentiu-se livre para tratar do problema da invasão, aprovando a decisão de Vietinghoff e determinando imedia-

tamente o deslocamento da 3ª Divisão Panzergrenadier — agora liberada da defesa de Roma — de Orvieto para Salerno.

Ao amanhecer do dia 10 de setembro, no 2º dia após o desembarque, portanto, a situação não poderia estar melhor para os alemães. Com o problema dos italianos resolvido e contando com a chegada da 29ª Divisão Panzergrenadier,³¹ Vietinghoff havia deslocado, na noite de 9 para 10, o grosso da 16ª Divisão Panzer, do setor americano para o setor inglês, e podia agora dedicar-se — contando com os pára-quedistas da 1ª Divisão, que já se achavam no local — à tarefa de conter os invasores. Enquanto essas medidas eram tomadas, as primeiras unidades da Divisão Panzer Hermann Göring chegavam à área, e a 15ª Divisão Panzergrenadier, a 26ª

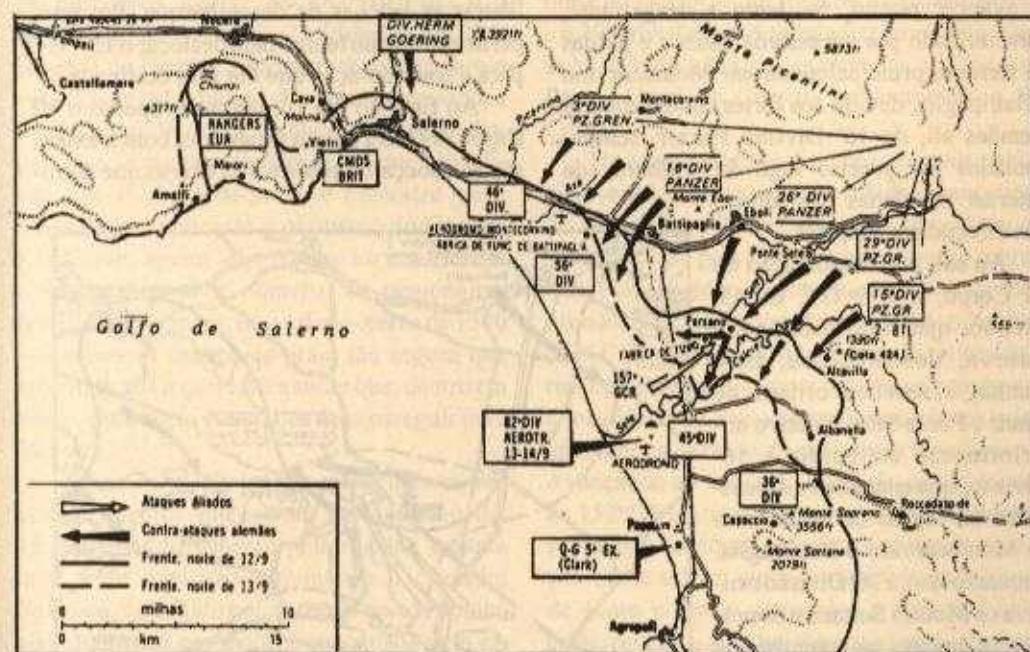


Figura 5. Situação a 12/13 de setembro: os contra-ataques alemães objetivavam dividir a cabeça-de-praia aliada em duas partes.

31. Esta divisão iniciara o retraimento da Calábria, a partir do dia 1º de setembro.

Divisão Panzer e 3ª Divisão Panzergrenadier se encontravam a caminho.

Avanço para o Interior

No dia 10 de setembro, bem cedo, os Aliados procuraram expandir a cabeça-de-praia, em busca dos objetivos que, de acordo com o planejamento inicial, deveriam ter sido atingidos, no dia anterior.

No setor do X Corpo, onde o inimigo havia distribuído o grosso do seu efetivo, a 46ª Divisão iniciou sua progressão para Salerno — cidade que, pelo norte, sofria a pressão dos comandos — enquanto a 56ª Divisão, empregando a 167ª Brigada de Infantaria e a 201ª Brigada de Guardas, lançava-se em direção ao aeródromo de Montecorvino e à Battipaglia. O avanço, porém, foi lento e desgastante, caracterizado por sucessivos ganhos e perdas de terreno, principalmente em Montecorvino e Battipaglia, devido aos fortes contra-ataques alemães ali, da 16ª Divisão Panzer, sempre apoiados por preciso fogo de artilharia, de baterias instaladas nas alturas que circundavam a praia.

Ao sul, na zona-de-ação do VI Corpo, o 179º GT, da 45ª Divisão, que fora mantida em reserva, desembarcou, pela manhã, e recebeu ordens de tomar a Ponte Sele, objetivo anteriormente atribuído à 56ª Divisão, que encontrava dificuldades na região do aeródromo de Montecorvino e Battipaglia. Enquanto isso, a 36ª Divisão ocupava os Montes Sottane e Sopranò e se lançava na conquista de Altavilla e suas alturas dominantes, objetivos inicialmente estabelecidos para o dia anterior. O 179º GT foi, entretanto, duramente castigado pelos contra-

ataques alemães, que detiveram o avanço do seu 3º Batalhão — que vadeara o Rio Calore, ao norte de Altavilla —, obrigando-o a recuar, enquanto o 2º Batalhão era igualmente detido, após transpor o rio, na altura da Ponte Sele, que se achava destruída.

Ainda no dia 10, o general Klark desceu à terra para encontrar um local onde desembarcar o 157º GT da 45ª Divisão, que continuava em reserva. Após ter decidido que o melhor emprego para o 157º GT era ao norte do Rio Sele, no tamponamento da brecha entre os dois Corpos, Klark retornou à nave capitânea Ancon, onde mantinha seu QG, até que o pudesse transladar seguramente para terra. Ali, Klark foi surpreendido pela notícia de que o 157º GT já havia desembarcado ao sul do Rio Sele, por ordens de Hewitt, que havia recebido determinação para liberar as lanchas de desembarque. Por isso, perdeu-se algum tempo para deslocar o 157º GT para a zona-de-acção que lhe fora destinada.

Ao final do dia 10, portanto, apenas o VI Corpo obtivera algum progresso, com a extensão da cabeca-de-praia até as alturas que domi-

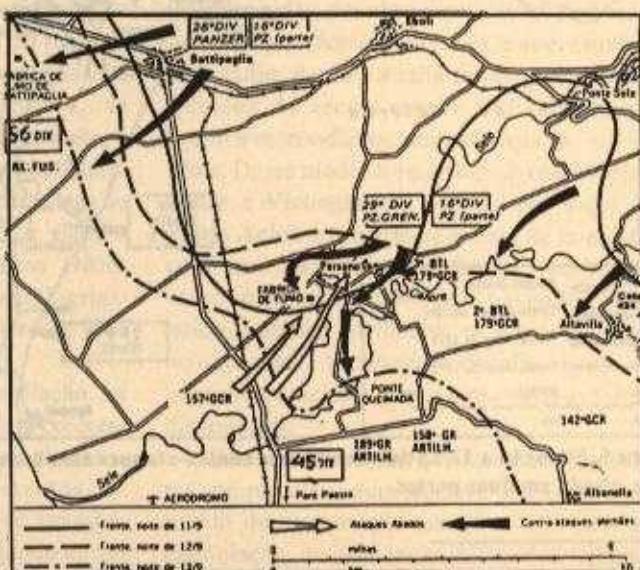


Figura 6-A Juta em Persano e Battipaglia.

navam Altavilla e a Ponte Sele. Ao norte, os principais objetivos do X Corpo — Salerno, o aeródromo de Montecorvino e Battipaglia — continuavam de posse alemães.

No dia seguinte, 11 de setembro, a resistência aos Aliados começou a aumentar, pois os reforços alemães, à medida que chegavam, eram imediatamente jogados na batalha por Vietinghoff. Os comandos tiveram que ser reforçados por um batalhão do 143º GT, para impedir que suas posições fossem rompidas ao norte. No setor do X Corpo, a 46ª Divisão, através de um ataque coordenado com os comandos, finalmente ocupou Salerno. Mas, a 56ª Divisão sofreu contra-ataques alemães de tal envergadura, na região de Battipaglia e de uma fábrica de fumo situada entre essa localidade e o aeródromo, que, ali, o 9º Regimento de Fuzileiros Reais³² da 167ª Brigada e o Regimento de Guardas e Goldstream, da 201ª Brigada de Guardas, foram rechaçados para o sul, com pesadas baixas. No setor americano, a situação foi de maior estabilidade, nesse dia, pois os contra-ataques alemães apenas impediram que a cabeça-de-praia se alastrasse mais. Talvez isso explicasse o otimismo do General Klark que, apesar dos recuos no setor do X Corpo e do grande números de prisioneiros feitos pelos alemães, nesse dia — cerca de 1500 —, achava a cabeça-de-praia tão segura que informou ao General Alexander que, dentro em breve, estaria em condições de prosseguir para Nápoles.

Afora os combates em terra, dois outros acontecimentos mereceram destaque no dia 11. O primeiro ocorreu pela manhã, quando uma forte explosão estremeceu o cruzador *Savanah*,³³ atingido por um novo tipo de bomba alemã lançada por avião e controlada pelo rádio. O *Ancon* se encontrava tão próximo ao

Savanah, que Klark, que se preparava para descer à terra, julgou que o alvo fosse o próprio *Ancon*. O segundo foi a notícia que Klark recebeu, ao regressar, de que a 82ª Divisão Aeroterrestre não havia sido lançada sobre Roma e estava à sua disposição. Klark determinou, imediatamente, que a mesma se preparasse para ser lançada em Avellino, na retaguarda alemã, no dia 13 de setembro, dali a 2 dias portanto.

Chegou, assim, o dia 12 de setembro e Kesselring, já havendo concentrado na área todas as forças disponíveis, determinou a Vietinghoff que desencadeasse um contra-ataque geral contra os Aliados. O comandante do X Exército orientou então, contra o flanco norte do IV Corpo, as 16ª e 26ª divisões Panzer e a 29ª Divisão Panzergrenadier, enquanto que as 15ª e 3ª divisões Panzergrenadier e a Divisão Panzer Hermann Göring pressionariam o X Corpo.

No setor americano, a situação mais perigosa se apresentava para as unidades avançadas do 179º GT, na Ponte Sele, que começavam a ser recalçadas pela forte pressão inimiga sobre elas. Por isso, logo de manhã, o 154º Gt da 45ª divisão, que fora deslocado para o flanco direito do X Corpo, após desembarcar no local errado, recebeu ordens de ocupar as alturas próximas à localidade de Persano, onde também existia uma fábrica de fumo, para proteger esse flanco. Avançando ao longo do Rio Sele, as unidades do 157º GT logo verificaram que forças alemãs se haviam infiltrado e ocupado aquelas posições, pois caíram numa emboscada na fábrica de fumo e foram obrigadas a recuar. Mais tarde, porém, a 45ª Divisão conseguiu expulsar os alemães e ocupar a fábrica. Em Altavilla,

32. As divisões britânicas eram constituídas de brigadas, equivalentes aos regimentos americanos e estas, em regimentos equivalentes aos batalhões americanos.

33. O cruzador teve que ser debocado para Malta para reparos.

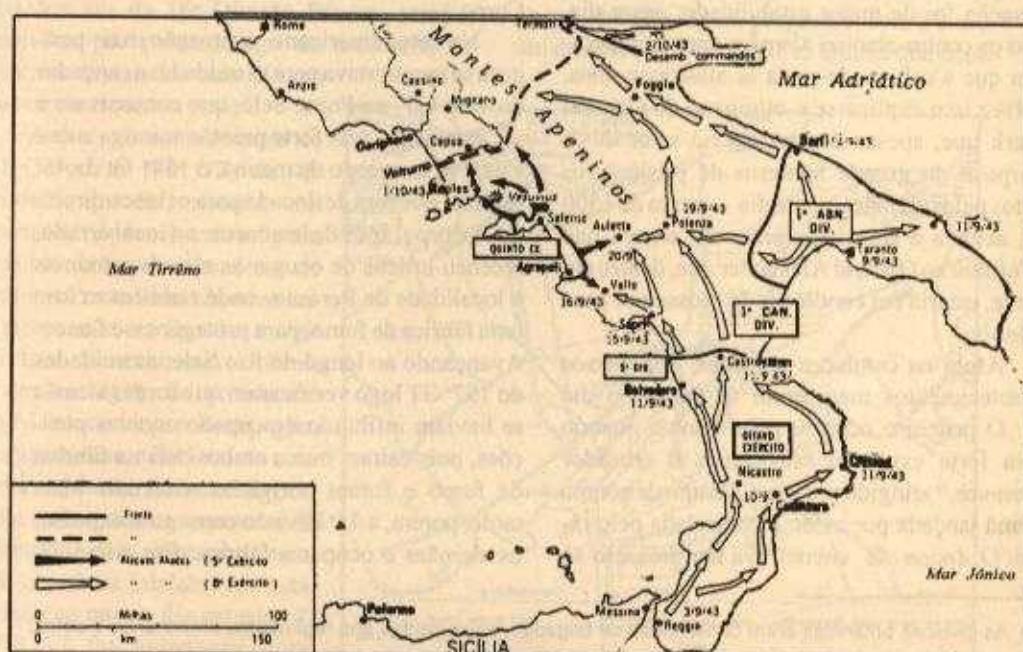
entretanto, o contra-ataque da 15ª Panzergrenadier obrigou o 1º Batalhão do 142º GT a recuar desordenadamente, com grandes perdas.

No setor do X Corpo, os piores combates se deram, mais uma vez, em torno de Battipaglia, que já passara inúmeras vezes das mãos dos Aliados para os alemães e vice-versa. O contra-ataque dos alemães agora, porém, era bastante forte e, malgrado a heroica resistência dos ingleses, em que até feridos de um posto regimental se dispuseram a defender as posições, estes foram obrigados a recuar seu perímetro defensivo, com o abandono completo da localidade.

Nesse dia, pela manhã, o general Klark transladara o seu QG para terra, instalando-o ao sul de Pesto, no setor do VI Corpo, e passara o dia realizando reconhecimentos em toda a frente. Ao cair da tarde, perfeitamente intelectuado da difícil situação do VI Corpo, que já não dispunha

de quaisquer reservas para se contrapor a um possível rompimento, chegou a aventar a possibilidade de ser empurrado até o mar.

Esse era exatamente o entendimento do comandante do X Exército alemão, o general Vietinghoff, que, considerando os sucessos obtidos nos contra-ataques desfechados em toda a frente, no dia 12, de setembro e notando que a brecha entre os dois Corpos Aliados aumentava — o que julgou ser uma atitude deliberada que prenunciava uma provável evasão da cabeça-de-praia —, achou haver chegado o momento oportuno de desfechar o golpe de graça, através de um poderoso contra-ataque final. Por volta do meio dia de 13 de setembro, a 29ª Divisão Panzergrenadier e parte da 16ª Divisão Panzer irromperam, através da brecha entre os Rios Sele e Calore e, com os flancos fortemente protegidos, foram recalçando as Unidades da 45ª Divisão para a confluência dos dois rios.



No dia 13 pela manhã, o general Klark, supondo que o contra-ataque alemão não tardaria, mandara suspender o lançamento da 82ª Divisão Aeroterrestre sobre Avellino e determinara, em caráter de urgência, que esta saltasse, nesse dia mesmo, no setor de cabeça-de-praia do VI Corpo, para reforçar sua linha defensiva.

Mais tarde, Klark foi informado pelo general Dawley de que os alemães tinham rompido em Persano e ameaçavam a área de retaguarda do VI Corpo. De fato, com o rompimento em Persano, uma coluna alemã se deviou para noroeste, isolando parte do 143º GT, enquanto o grosso se dirigia para o sul. Não havia tropa alguma que lhes pudesse barrar o caminho, por estarem todas as unidades empenhadas. Ao anoitecer do dia, a ponta-de-lançabladada de Vietinghoff alcançava a região de confluência entre os dois rios, na altura da Ponte Queimada sobre o Calore, assim chamada por ter sido incendiada pelos alemães, alguns dias antes. Nesse local, existia um vau para os Panzers, o que tornava a situação extremamente difícil, pois, se os Panzers vadessem o Calore e atingissem a praia, poderiam envolver facilmente ambos os corpos Aliados.

A Resistência dos Aliados e o Avanço até o Rio Volturno

A última oportunidade, portanto, era deter os alemães na Ponte Queimada e, para isso, todos os artifícios possíveis foram utilizados. Duas unidades de artilharia, o 158º e o 189º grupos de Artilharia de Campanha, reduziram ao mínimo as guarnições das baterias e empregaram todos os homens disponíveis, como infantaria na defesa das alturas que, pelo sul, dominavam a ponte; todos os homens disponíveis foram enviados para a defesa na Ponte Queimada; e até uma banda de música recebeu ordens para trocar os instrumentos por armas e

tomar posição em um morro, que, por isso, passou a ser chamado de Pico do Pícolo.³⁴

O forte apoio de fogo aéreo e naval, que desde o início da operação era um dos principais responsáveis pela manutenção da cabeça-de-praia, necessitava agora ser implementado ao máximo, para, juntamente com o esforço de terra, conter a impulsão do ataque alemão. Para isso, houve a interferência do próprio general Eisenhower, comandante supremo das forças aliadas que determinou aos comandantes-em-chefe das forças aérea e naval, ao marechal-dolar Tedder e ao almirante Cunningham, que empregassem todos os meios à disposição, inclusive bombardeiros estratégicos e grandes encouraçados, para proporcionar todo o apoio de fogo possível.

Apesar de Tedder ter relutado em utilizar bombardeiros pesados em atividade tática e de Cunningham ter se contraposto à idéia de aproximar os encouraçados das praias, as ordens foram cumpridas e um tamanho volume de fogo foi despejado sobre as posições e vias de acesso inimigas. O prosseguimento do seu ataque se tornou extremamente difícil, principalmente na Ponte Queimada, apesar de reiteradas tentativas realizadas nesse setor da frente. Entretanto, se Vietinghoff houvesse lançado um volume maior dos Panzers que tinha à sua disposição, num ataque decisivo, ao invés do emprego disperso que se verificou, os Aliados não teriam conseguido barrar o seu avanço na Ponte Queimada e a posição teria ruído completamente.

Ainda assim, a situação, no final do dia 13 de setembro, era quase que desesperadora. A pressão alemã era forte, em todos os setores. No setor de X Corpo, os comandos e a 46ª Divisão resistiam, a duras penas, à investida da Divisão Panzer Hermann Göering e a 56ª Divisão fora expulsa de Battipaglia pela 15ª Divisão Panzergrenadier. No setor americano,

³⁴. Flautista, em italiano.

a 36ª Divisão havia perdido suas posições em Altavilla e, no corredor entre os rios Sele e Calore, frente à 45ª Divisão, persistia a ameaça de rompimento na Ponte Queimada. Isso levou o general Klark a determinar ao almirante Hewitt que elaborasse planos para uma eventual evacuação do VI Corpo para o setor do X Corpo e vice-versa, o que causou grande consternação no QG de Eisenhower, onde as mensagens, chegando distorcidas, davam conta de que a evacuação era iminente.

Ainda nessa noite, por volta de 24:00 horas, de acordo com ordens expedidas pela manhã, o 504º Regimento de Pára-quedistas da 82ª Divisão saltou na cabeça-de-praia, reforçando as posições de Altavilla, sendo o general Klark informado de que o salto em Avellino, previsto para o dia seguinte, também seria executado.

No dia seguinte, em 14 de setembro, os ataques alemães reiniciaram, porém sem o ímpeto e a eficácia do dia anterior, pois os Aliados haviam se reorganizado e encurtado suas linhas de modo a minimizar a brecha entre os dois corpos, e o forte apoio de fogo aéreo e naval continuava de forma ininterrupta. Desse modo, puderam ser contidos em todos os setores. Na verdade, a maior oportunidade fora perdida por Kesselring, no dia 13 de setembro. Klark comentou posteriormente, em seu livro *Risco Calculado*: "Não posso entender como um general da capacidade de Kesselring deixou de levar avante uma ação mais poderosa numa oportunidade daquelas, nem como empregou, a retalho, abundantes meios blindados, nas fases críticas do combate, eis que de início, contou provavelmente com seiscentos carros em Salerno. Contemplando o passado, penso, com frequência, que foi esse lapso da parte de Kesselring que nos salvou do desastre".

Ainda nessa noite, chegaram reforços, por mar, e outros 1.900 pára-quedistas da 82ª Divisão saltaram, na cabeça-de-praia. Também a retaguarda alemã foi fustigada, com o lança-

mento do 509º Batalhão de Pára-quedistas, próximo à Avellino, conforme prometido. Esse batalhão sofreu, porém, pesadas baixas, por ter ficado isolado e por ter havido imprecisão nos saltos.

Ao amanhecer o dia 15 de setembro, tornou-se patente que o contragolpe de Kesselring fracassara e que a linha da cabeça-de-praia se tornara sólida o suficiente para conter qualquer nova investida. Os ataques alemães, porém, continuaram, em alguns setores, principalmente no setor do X Corpo, onde a 46ª Divisão sofreu violenta investida, no entanto contida com o auxílio do forte apoio de fogo aéreo e naval, que continuava atuando de forma efficientíssima.

No dia 16 de setembro, finalmente, depois de



Figura 8. A campanha italiana de 1943/1945, com o roteiro de campanha da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira.

uma última investida contra a 45ª Divisão, em Battipaglia — a qual fracassou, devido à tenaz resistência americana —, considerando o perigo que o avanço do VIII Exército de Montgomery passava a representar, Vietinghoff solicitou permissão para recuar. Kesselring concordou, registrando mais tarde: "...a fim de escapar ao bombardeio eficiente das belonaves, autorizei a interrupção do combate, na frente costeira". De fato, na tarde desse dia, patrulhas do VI Corpo estabeleceram contato com elementos avançados do VIII Exército de Montgomery, em Vallo, cerca de 24 km a sudeste de Agropoli.

Nos dias seguintes, os combates foram cessando. Inicialmente, na frente do VI Corpo e, posteriormente, na frente do X, ficando finalmente restritos à região de Salerno, onde a luta ainda se fazia violenta. No dia 19 de setembro, o V Exército foi reforçado pela 3ª Divisão de Infantaria, comandada pelo general Lucian R. Truscott e, no dia 20, a batalha de Salerno foi dada oficialmente como terminada, havendo custado aos Aliados mais de 12.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos.

Ainda assim, o grande objetivo da Operação Avalanche — o porto de Nápoles — continuava em mãos do inimigo e Kesselring não estava disposto a ceder terreno gratuitamente para os Aliados, pois alimentava a idéia de defender a Itália, a partir de uma linha ao sul de Roma. Para isso, enquanto tentava convencer Hitler, que até aqui mantinha a concepção da defesa ao norte dos Apeninos, conforme o plano de Rommel, Kesselring desenvolveu seu LXXVI Corpo, no setor leste, e o XIV Corpo, no setor oeste da península, numa linha defensiva de costa a costa, com a missão de executar um retardamento, enquanto ganhava tempo para o preparo das posições

defensivas, mais ao norte.

Os dias que se seguiram foram aproveitados por Klark para a organização do V Exército, visando à arremetida final até o Rio Volturro, passando por Nápoles. Foram recebidos os reforços da 34ª Divisão de Infantaria e da 7ª Divisão Blindada e, no dia 28 de setembro, tinha inicio a ofensiva final. O VI Corpo, constituído das 3ª, 34ª e 45ª divisões de Infantaria, e agora comandado pelo general John P. Lucas,³⁵ atuaria ao norte, enquanto o X Corpo, constituído pelas 46ª e 56ª Divisões de Infantaria, ficaria encarregado da manutenção da região de Salerno.

No dia 27 de setembro, o VIII Exército ocupara a Base Aérea de Foggia, na Apúlia e, no dia 1º de outubro, o V Exército ocupava a cidade de Nápoles, objetivo da Operação Avalanche, e prosseguia em direção a Volturro. Estavam assim conquistados os objetivos dos Aliados na invasão da Itália. Em poucos dias, 20.000 toneladas de suprimentos começaram a passar diariamente pelo porto de Nápoles para os depósitos estabelecidos pelos Aliados. Até o final de outubro, 155.000 toneladas de suprimentos e 37.000 veículos seriam desembarcados.

As Operações Posteriores na Itália

A Mudança de Orientação na Estratégia de Hitler

Até a véspera do desembarque em Salerno, Hitler admitia um retraimento das forças alemãs e uma defesa ao norte dos Apeninos, conforme prescrições contidas no Plano Achse. Tal decisão era coerente, na época, porque a situação das forças alemãs no sul e no centro da

35. O General Dawley foi substituído pelo General Lucas devido ao incidente de Pesaro, onde empenhou todas as forças disponíveis no cordão defensivo, sem conservar nenhuma reserva, o que possibilitou tamponar a brecha, quando do contra-ataque alemão.

Itália era considerada muito difícil, pelo risco de envolvimento, face à incerteza sobre o local do próximo desembarque, e porque os alemães não dispunham de forças suficientes, em Roma e no norte da Itália, para conter uma invasão e, ao mesmo tempo, controlar as tropas italianas, em caso de defecção.

Com o desembarque se verificando em Salerno, exatamente onde Kesselring julgava que ocorresse, e o seu sucesso em conter a invasão, Hitler ficou mais à vontade para decidir, pois, em curto prazo, os Aliados não teriam condições de realizar um desembarque em grande escala, mais ao norte, e era adiado, portanto, o perigo de isolamento do X Exército alemão. Kesselring comentaria mais tarde: "os planos Aliados demonstravam, o tempo todo, que o pensamento dominante em seu alto comando era o de assegurar-se do sucesso, critério esse que levava os Aliados a empregarem táticas ortodoxas. Como resultado, foi-me sempre possível, a despeito dos inadequados meios de reconhecimento e dos esparsos relatórios, prever o passo seguinte, estratégico ou tático, do meu oponente e, assim, adotar as medidas apropriadas, permitidas pelos meus recursos."

Além disso, a 12 de setembro, Otto Skorzeny, num golpe de audácia, resgatou Mussolini, na Itália, onde se encontrava preso, e o conduziu, são e salvo, para a Alemanha. Hitler conseguiu então convencer o "duce" a formar um novo governo fascista na Itália, controlada pelos alemães, e para isso, por motivos psicológicos, a manutenção de Roma, capital do país, tornou-se importante. Portanto, concluiu Hitler, a 19 de outubro: "a defesa que se pretende realizar na Linha Bernard é de importância decisiva para a continuação da luta conjunta".

Por outro lado, como os Balcãs eram considerados, por Hitler e pelo O.K.W., o objetivo prioritário dos Aliados depois de Salerno, Hitler começou a achar que a manutenção do sul da

Itália poderia atender aos interesses alemães ali, na medida em que um desembarque na costa da Iugoslávia seria facilitado, se os Aliados dominassem os aeródromos de Foggia, na Apúlia. Mesmo depois, quando o VIII Exército conquistou os aeródromos, Hitler ainda continuou achando vantajosa a defesa na Linha Bernard, pois dali Kesselring poderia desfechar um contra-ataque para reconquistar as bases aéreas de Foggia, na oportunidade em que uma operação de desembarque nos Balcãs estivesse em andamento.

Havia ainda outros argumentos que favoreciam a defesa, mais ao sul. Enquanto ali seriam necessárias cerca de 11 divisões para o estabelecimento da linha defensiva, no norte este número variaria de 13 a 20 divisões. Outro problema era o das forças alemãs nos Balcãs, que seriam obrigadas a um retraimento, no caso de uma defesa ao norte dos Apeninos.

Todos esses fatores conspiravam em favor de uma defesa ao sul de Roma e, embora Hitler se aproximasse do ponto-de-vista de Kesselring, não tomou uma decisão definitiva senão em 6 de novembro, quando este foi nomeado comandante-em-chefe do sudoeste e do Grupo de Exércitos C, abrangendo todo o teatro-de-operações italiano, e recebeu instruções para uma defesa na Linha Bernard.

O Avanço Aliado em Direção ao Norte

Depois da campanha de Salerno, Kesselring conduziu a retirada de suas forças, com maestria, e impôs reveses quase proibitivos aos Aliados, no avanço destes para o norte. Nápoles foi ocupada pelo V Exército de Mark Klark, a 1º de outubro. E a partir dai, o X Exército alemão conduziu um movimento retrógrado em ampla escala, retardando inicialmente no Rio Volturno e depois nas inúmeras linhas de alturas dos contra-fortes da cadeia montanhosa dos Apeninos, que se desenvolvendo ao longo da

península, no sentido norte-sul, muito favorecia as ações defensivas.

Após ganharem o tempo necessário, os alemães se instalaram defensivamente, ao sul de Roma, numa magnífica posição constituída de 3 linhas: a **Linha Bárbara**, que na realidade era um forte posto avançado; a **Linha Bernard**, constituída de uma série de posições fortificadas e denominada pelos Aliados **Linha de Inverno**; e a formidável **Linha Gustavo**,³⁶ que se estendia dos rios Garigliano e Rápido, na costa ocidental, até o Rio Sangro, no lado do Adriático, incluindo o famoso Monte Cassino. Nessa posição, os alemães cobraram um alto preço aos Aliados, nas batalhas do Rio Rápido, Monte Cassino e Ánzio,³⁷ as mais sangrentas da campanha da Itália, até serem obrigados a abandoná-la, em maio de 1944.

Kesselring, entretanto, demorou muito a retrair-se dessa posição para a seguinte, na **Linha Gótica**³⁸ e quando o movimento foi iniciado, a pressão dos exércitos Aliados já era muito forte, sendo este conduzido de forma desordenada. Essa circunstância, aliada à superioridade de meios de que desfrutavam, presenteou os Aliados, após a conquista de Roma, em 04 de junho de 1944, com uma excelente oportunidade de liquidar com as forças alemãs na Itália e depois prosseguir para os Balcãs. Para isso, bastava manter constante

a pressão sobre as tropas em fuga, que estas não tardariam a entrar em colapso, pois lhes faltavam meios e tempo para se reorganizarem.

O alto comando aliado, entretanto, fiel a planos anteriormente traçados, não quis rever sua decisão e, no que foi considerado por Mark Klark como um dos maiores erros estratégicos da guerra, determinou a retirada do VI Corpo de Exército americano e do Corpo Expedicionário francês, para emprego na **Operação Anvil**,³⁹ de invasão do sul da França. Com isso, Kesselring respirou novamente e, conseguindo reorganizar suas forças, completou com sucesso o retardamento até uma posição defensiva, ao norte dos Apeninos. Esta posição era constituída por uma linha avançada, nos Rios Arno e Foglia, e por outra principal, a **Linha Gótica**, que se iniciava em Massa, no lado ocidental e percorria a espinha dorsal dos Apeninos até as vertentes do Rio Foglia, onde infletia para noroeste, terminando em Rimini, no Adriático.

Com o ataque dos Aliados, em agosto, os alemães recuaram das posições avançadas para a linha principal, onde, depois de um rebatimento na parte leste e com a entrada do inverno, resistiram, até a abril de 1945, quando o rompimento da posição abriu definitivamente o caminho dos Aliados para o Vale do Rio Pô. Nessa fase, o V Exército era integrado por forças de diversas nacionalidades, entre elas, a Força Expedicionária Brasileira, comandada pelo mare-

36. Linha fortificada, construída pela Organização Todt, especializada na construção de fortificações.

37. Tentativa frustrada de desbordar a Linha Bernard, com um desembarque nas praias de Ánzio, ao sul de Roma, concomitantemente com um poderoso ataque à própria Linha Bernard. Os Aliados estimavam que Kesselring rocaria forças dessa linha para conter o desembarque em Ánzio. Este, porém, calculando acertadamente que os Aliados não se aventurariam para fora da cabeça-de-praia nos primeiros momentos, conteve a ameaça com tropas que deslocou de outros setores. Este risco foi assumido por Kesselring devido ao modo cauteloso e convencional com que os Aliados vinham planejando suas operações desde o início da guerra do Mediterrâneo.

38. Esta operação fazia parte da Operação Overlord, porém, na época já era considerada por muitos comandantes Aliados como desnecessária, devido à situação da guerra no setor ocidental. A decisão de mantê-la, impediu os Aliados de alcançar os balcãs antes dos russos e permitiu a Stalin comunicar estes países após a guerra.

chal Mascarenhas de Moraes, cuja destacada atuação mereceu comentários elogiosos do general Mark Klark.⁴⁰ Ainda aqui, os alemães poderiam ter se retraído para os Alpes, retardando nos Rios Pô e Adige, porém permitiram-se a própria destruição no Vale do Pô, devido à recusa de Hitler em admitir qualquer recuo. Alguns dias mais tarde, terminava a guerra na Europa.

Conclusão

O fato de os Aliados, contando durante toda a campanha com grande superioridade em meios terrestres, aéreos e navais, terem sofrido tantos revéses e demorado tanto tempo para derrotar os alemães na Itália deveu-se mais a seus próprios desacertos do que ao excelente desempenho profissional do marechal Kesselring e de seus subordinados.

A origem dos desacertos Aliados na Itália, encontra-se, sem dúvida, na falta de uma estratégia clara e definida que orientasse, desde o início, as operações no Mediterrâneo. A discussão "Overlord ou o Mediterrâneo", sustentada entre americanos e ingleses acerca da maneira de conduzir a guerra, levou a uma falta de firmeza na adoção dos objetivos que foram estabelecidos. Os americanos foram conduzidos ao norte da África, pela insistência de Churchill, apenas porque algo precisava ser feito e não havia nada melhor para fazer em 1942. Ninguém sabia, porém, qual o passo seguinte a ser dado, no Mediterrâneo. O desembarque na Sicília, em 1943, seguiu a mesma norma, nada ficando acertado sobre o que fazer depois. Após o desembarque na Itália, o dilema persistiu. O porto de Nápoles e as bases aéreas de Foggia haviam sido conquistados, mas nada ficara definido sobre a continuidade das operações.

Com isso, os Aliados perdiam um tempo

precioso em discussões intermináveis, antes de se iniciar a próxima operação, o que permitia aos alemães se reorganizarem para enfrentá-los.

Ocupando posição de destaque nesses desacertos, encontra-se, entretanto, o planejamento e a execução da operação principal de invasão da Itália continental. Sem sombra de dúvida, o desembarque anfíbio em Salerno influiu decisivamente nas operações posteriores, na Itália, indiretamente, transformando uma campanha que poderia ter terminado, de um só golpe, ainda em 1943, em outra muito mais desgastante, que se prolongou até abril de 1945.

As Influências Indiretas

A extrema cautela e a convencionalidade que já vinham caracterizando os planos Aliados, desde o desembarque no norte da África, e que voltaram a se repetir no planejamento do desembarque principal, na invasão da Itália, levaram Kesselring ao convencimento de que tal procedimento voltaria a se repetir no futuro. Isso permitiu ao marechal, posteriormente, manejá-los recursos de modo a sempre se contrapor de maneira mais adequada aos Aliados, o que influenciou indiretamente as futuras operações, com prejuízos para os Aliados.

Kesselring chefiava as forças alemãs no Mediterrâneo, desde o desembarque aliado no norte da África, e isso se constituiu numa vantagem, pois pôde acompanhar, desde o início, todos os planos Aliados e, desse acompanhamento, concluir que os Aliados não estavam dispostos a correr qualquer risco, por mínimo que fosse. Coerente com esse raciocínio, Kesselring antecipou-se aos Aliados e posicionou as tropas disponíveis em Salerno, pois apesar de outras regiões oferecerem maiores atrativos operacionais, aquela era a que ele julgava escolhida pelos Aliados, se eles mantivessem as características dos planejamentos

40. Entre seus inúmeros feitos, figura a captura da 148ª Divisão alemã, pelo 6º RI, em final de abril de 1945.

anteriores. Com o acerto da decisão em Salerno, a sua auto-confiança se fortaleceu e, daí por diante, ele baseou sempre seus planejamentos nessa linha de raciocínio, mesmo encarando grandes riscos, como em Ánzio, quando não rocou tropas da frente, conforme esperavam os Aliados, e pôde, assim, conter tanto o ataque à Linha Bernard, quanto a expansão da cabeça-de-praia.

Outro fator, ainda relacionado com o modo cauteloso e convencional dos planos Aliados, e que influenciou indiretamente as futuras operações, foi a determinação dos objetivos das operações, que nem na Sicília nem em Salerno foram orientados para a redução do poder militar alemão. Isso permitiu a Kesselring conservar intactas as suas divisões, depois de cada batalha, para empregá-las novamente contra os Aliados, no futuro, com sério prejuízo para estes últimos, que assim voltavam sempre a enfrentar uma força considerável.

Já durante a campanha da Sicília, esse procedimento os impediu de aproveitarem as maiores oportunidades de destruir as forças alemãs que ali combatiam e, assim de inviabilizarem definitivamente a defesa da Itália. Primeiro, ao desembarcarem no extremo sul da ilha, permitiram a Kesselring defender, retardar, em boas condições, e ainda retirar todas as divisões alemãs, praticamente intactas, para o continente. Um desembarque na parte noroeste da ilha teria possibilitado o envolvimento e a destruição de boa parte das tropas alemãs. Segundo, os Aliados também não mostraram interesse por desembarques na costa do Adriático ou na Calábria — regiões que ficaram desguarnecidas quando Kesselring transferiu as divisões dali para a defesa da ilha —, o que teria permitido o isolamento de todas as forças alemãs, no sul da Itália, incluídas as da ilha. Finalmente, permitiram a evacuação das divisões alemãs, através do estreito de Messina, sem qualquer interferência, apesar da suaenor-

me superioridade aérea e naval.

No planejamento do desembarque principal na Itália, porém, a cautela dos Aliados teve a sua influência mais decisiva. Levou-os a descartar um desembarque mais ao norte, em Cittivechia ou Roma, o que teria isolado todo o X Exército alemão no sul da Itália. O próprio alto comando alemão chegou a considerar perdido o X Exército, suspendendo a remessa de reacomodamentos para a Itália, durante o mês de agosto de 1943, pois um desembarque em Roma ou mais ao norte era considerado como quase certo. Não tão decisivo mas igualmente perigoso, teria sido um desembarque no Golfo de Gaeta, ao norte de Nápoles, conforme a idéia original do general Mark Klark, mas o alto comando aliado, levando em conta estimativas que davam como certo o retraimento alemão para o norte, e superestimando o seu poder aéreo — por não admitir qualquer risco — acabou optando por Salerno, para sorte de Kesselring. Assim, tanto no planejamento inicial — quando foi escolhida a área de Nápoles, ao invés de uma mais ao norte, como Roma, por exemplo — quanto depois, com a área de Nápoles já definida, e quando foi feita a opção por Salerno, os Aliados deixaram escapar as melhores chances de aniquilar, de um só golpe, todo o exército alemão no sul da Itália.

O cancelamento do salto da 82ª Divisão Aeroterrestre sobre Roma, planejado para ser executado a 9 de setembro, simultaneamente ao desembarque em Salerno, foi outra oportunidade perdida pelos Aliados para liquidar com o X Exército alemão, pois as chances de sucesso eram grandes, devido ao pequeno efetivo alemão dali — 2 divisões, contra 5 italianas. Esse desembarque teria isolado as forças alemãs em Salerno, criando sérios problemas para Kesselring. O fato é que os Aliados, também na oportunidade, não estavam dispostos a correr qualquer risco, e nessas circunstâncias, as chances de um golpe decisivo diminuiriam

bastante.

As Influências Diretas

Ainda que a falta de uma estratégia clara e definida por parte dos Aliados e a maneira extremamente cautelosa e convencional de executarem seus planos tivessem permitido aos alemães conservarem intacto seu poder militar e conduzir suas operações da maneira mais adequada, dessa forma, dificultando as operações aliadas, as extremas dificuldades que os mesmos enfrentaram a seguir, na progressão rumo ao norte da península, se deveram à mudança de estratégia de Hitler, quando este decidiu defender ao sul e não ao norte de Roma, conforme o plano original — atitude influenciada diretamente pelo desembarque em Salerno.

Embora a mudança de atitude de Hitler tivesse sido influenciada também por outros fatores — como a libertação de Mussolini, no dia 12 de setembro, com o que a manutenção de Roma adquiriu maior importância, contribuindo para o ressurgimento do novo governo titere que planejara implantar — nenhum contribuiu tão poderosamente para isso quanto o desembarque em Salerno, que, após desencadeado e não tendo obtido o êxito inicial que dele se esperava, anulou a possibilidade de outro desembarque mais ao norte, e repercutiu positivamente no moral alemão, levando Hitler a mudar de opinião sobre a defesa da Itália.

O retraimento do X Exército alemão para o norte era imperativo nos primeiros dias de setembro, após o desembarque do VII Exército na Calábria, pois todas as tropas alemãs no sul da Itália corriam o risco de um envolvimento, enquanto persistisse a ameaça de um outro

desembarque ao norte. E esse risco parou de existir quando se deu o desembarque em Salerno, pois os meios disponíveis foram todos empregados ali. Esse fato e sucesso de Kesselring em conter o V Exército, na cabeça-de-praia levaram Hitler a rever sua decisão inicial.

Caso se mantivesse apenas a expectativa de um desembarque, o X Exército alemão continuaria se retrando, conforme o Plano Achse; o VIII Exército, que progredia da Calábria para o norte, ocuparia o porto de Nápoles e as bases aéreas de Foggia, sem grande desgaste e, muito provavelmente, os Aliados só encontrariam resistência séria ao norte dos Apeninos. Portanto, o grande trunfo dos Aliados residia na manutenção da expectativa do desembarque, e não na sua execução. Neste ponto, os Aliados se esqueceram dos ensinamentos militares de Sun Tzu, que afirmou ser mais sábio o general que conquista o seu objetivo sem entrar em combate, do que aquele que necessita combater para atingi-lo. Mesmo levando-se em consideração que os planejamentos Aliados para os desembarques na Itália tivessem sido atropelados na última hora por fatores políticos, cujas consequências não pudessem ser perfeitamente determinadas, acreditamos que as operações aliadas na Itália teriam sido bastante facilitadas se: primeiro, o local do desembarque da principal invasão da Itália tivesse sido escolhido mais ao norte; segundo, se após condicionado à região de Nápoles — Salerno, tivesse sido escolhida a região mais propício do golfo de Gaeta; e finalmente, se simplesmente não tivesse sido executado, mantendo-se apenas a expectativa do desembarque. O desembarque executado, como foi, na região de Salerno, trouxe influências negativas para as futuras operações dos Aliados no TO italiano.

Bibliografia

BALDWIN, Hanson W. *Batalhas Ganhas e Perdidas*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1978.

BLUMENSON, Martin. *Eisenhower. História Ilustrada da II Guerra Mundial*, Rio de Janeiro. Editora Renes. 1974.

- BLUMENSON, Martin. *Invasão da Sicília. História Ilustrada da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Editora Renes. 1974.
- EISENHOWER, Dwight D. *Cruzadaria Europa*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1974.
- ENCICLOPÉDIA Mirador. *Encyclopédia Britânica Editores*, 1982.
- ESTADOS UNIDOS ARMY. Department of the Army. Office of the Chief of Military History. *As Grandes Decisões Estratégicas*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Editora. 1977.
- GRAHAM, Dominick. *Monte Cassino. História Ilustrada da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Editora Renes, 1974.
- HART, B. H. Lidell. *O Outro Lado da Colina*.
- Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1981.
- HILBERT, Christopher. *Invasão da Sicília. História Ilustrada da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Editora Renes., 1974.
- KLARK, Mark W. *Risco Calculado*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1970.
- LEWIN, Ronald. *Churchill, o Lorde da Guerra*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 1979.
- MASON, David Salerno. *História Ilustrada da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Editora Renes. 1974.
- MONTGOMERY, Bernard Law. *Memórias*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora., 1976.
- HISTÓRIA da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro. Editora Codex LTDA, 1965.



Tenente-Coronel Qema Waldyr JOSÉ RABUSKE — Aspirante a oficial da Arma de Cavalaria da turma de 1972, da AMAN. Pssui os cursos de Informações (Categoria C1), da ESNI (1977), de Aperfeiçoamento, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1982) e de Comando e Estado-Maior, da ECEME (1993).



As Grandes Crises Nacionais Portuguesas

(Conclusão)

Henrique Manuel Lages Ribeiro

Reprodução de matéria publicada da "Revista de Artilharia", do Exército português (1984, nº 711/712, Nov/Dez e 1985, nº 713/714, Jan/Fev.) Estuda a crise da história lusa de 1820, diretamente ligada à proclamação da nossa independência política. Revela a origem de alguns aspectos da mentalidade do brasileiro ou do caráter nacional.

Crise de 1820

Portugal chegou a uma crise em que ou há de sofrer a revolução das fortunas, a da ordem, a anarquia, e outros males que trazem consigo a aniquilação do crédito público, ou se há de, sem a menor perda de tempo, cuidar de aumentar a receita sem novos impostos que as presentes circunstâncias não admitam e de diminuir a despesa, cortando não somente a supérflua, mas ainda mesmo a necessária. (Relatório de 2 de junho de 1820, enviado pela Regência a D. João VI).

Situação Envoltente

Em nenhuma época, a Península Ibérica conseguiu ficar imune aos interesses das grandes nações europeias. No Sec. XVII era crescente o papel — já, aliás, preponderante — que a Inglaterra desempenhava na política portuguesa da qual ia usufruindo largos benefícios.¹ No Séc. XVIII, essa tendência manteve-se como ilustra o tratado de Methuen, de 1703.²

Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-63), Portugal procurou manter-se neutro, mas foi de tal impedido devido à importância que tinha a utilização dos nossos portos pelos países beligerantes.³ Recusando-se, em 1761, a assinar

1. Depois da vitória de Cromwell, o apoio dado à facção realista inglesa conduziu-nos ao envolvimento numa guerra desastrosa. Para terminar houve que aceitar o tratado de paz de 1654 que permitiu a abertura aos súditos britânicos do comércio direto com o Brasil que, até então, constituía monopólio português.

2. Com o Tratado de Mathuen Portugal fica excessivamente dependente da Inglaterra que, a troco de garantir os domínios de Portugal, gozava de monopólio do comércio dos panos em Lisboa e, por consequência, nas colónias portuguesas. V. Jaime Cortesão, "Biografia sobre Alexandre de Gusmão".

3. OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, pág. 573.

o Pacto de Família Bourbônicos, conjuntamente com a França e a Espanha, e também a declarar guerra à Inglaterra, o território acabou por ser invadido por tropas franco-espanholas.

Há, porém, um elemento novo a considerar que vem a alterar a política internacional nesta época: com a independência das colônias na América do Norte — que representou um significativo *desaire* na política colonial britânica, assente num princípio de monopólio — a Inglaterra apercebeu-se de que o seu objetivo futuro deveria ser muito mais o aumento do comércio internacional do que a pura posse de territórios. "O que constitui a grandeza de uma potência colonial não são os territórios que dispõe, mas as trocas económicas que as suas colônias desenvolvem."⁴

Mas, são sem dúvida a Revolução Francesa e todo o processo histórico subsequente que maior influência vão ter na conjuntura internacional e, nomeadamente, na política portuguesa; foi um período profundamente marcado por intromissões políticas, imposições diplomáticas e, até, por invasões militares.

A Revolução Francesa e a guerra que se lhe seguiu, entre a França e quase toda a Europa, tornaram a política portuguesa extremamente difícil: se, numa primeira fase, até a transição, na França, do Absolutismo para a monarquia constitucional (1789-92). Portugal adotou uma políti-

ca de não-intervenção, o mesmo já não sucedeu na fase de 1792-95, quando, reagindo ao período de violência que culminou com a execução de Luiz XVI, forçamos⁵ a entrada numa aliança com a Espanha. A finalidade era colaborarem na eliminação da convenção francesa e dela resultou a campanha do Rossilhão, nos Pirineus. O *volte-face* diplomático que a política espanhola executou posteriormente, já no período do consulado napoleônico, e todo o projeto do ministro espanhol Godoy, que visava ao desmembramento de Portugal, forçou-nos, de novo, a procurar o apoio financeiro e militar da Inglaterra. É, contudo, já na fase do período imperial napoleônico (1804-12), quando das invasões francesas, que a nossa dependência militar do "velho aliado" se torna quase total. Foi uma dependência militar que, em tempo, ultrapassou o período da ameaça militar e que, no âmbito, degenerou quase para uma submissão política.

Vejamos, um pouco mais desenvolvidamente, alguns dos pontos mais importantes, até agora apenas aflorados.

Logo a seguir à Revolução Francesa, e para tranquilizar uma Europa amedrontada pelo processo revolucionário em curso, a Constituinte votou uma resolução em que a França renunciava a empreender qualquer guerra de conquista.. Contudo, a anexação de Avinhão — possessão

"O que constitui a grandeza de uma potência colonial não são os territórios de que dispõe, mas as trocas económicas que as suas colônias desenvolvem"

4. JACQUES PIRENNE, As grandes correntes da História Universal, Vol. IV, pág. 27.

5. A Inglaterra declarou guerra à França em fevereiro de 1793 (dias depois da execução do rei). Os esforços diplomáticos portugueses para conseguir uma aliança militar com a Espanha e a Inglaterra não foram bem acolhidos por aqueles países, que nos quiseram excluir de qualquer projeto intervencionista. O governo francês, por sua vez, enviou também uma delegação diplomática para garantir a nossa neutralidade. V. José Veríssimo Serrão, "História de Portugal, 1750-1807", Vol. VI, págs. 316-317.

Santa Sé — originou a reclamação do Papa. A resposta da Constituinte limitou-se a afirmar que povos tinham o direito de dispor de si próprios. Ora, este procedimento representava um perigoso precedente que outras regiões poderiam vir a invocar para se unirem à França.

Como resposta, uma primeira coligação de potências começou a organizar-se em favor da restauração dos poderes do Rei. Com a declaração de Pillnitz, em 1791, a Rússia e a Prússia declararam-se prontas a agir rapidamente e com as forças necessárias, para pôr o monarca em condições de afirmar, na mais completa verdade, as bases de um governo monárquico. A reação foi que a revolução cada vez se afastou mais da Monarquia e, quando chegou à República, tornou-se autoritária perante a necessidade da disciplina que a defesa contra a coligação monárquica impunha. Quando Napoleão assumiu as funções consulares, tinha convicção de que era preciso que a República tivesse aos ingleses o último aliado que lhes estava no continente.⁴ Daí o ultimato de 1801, que nos pretendeu impor o abandono da aliança com a Inglaterra e o encerramento dos nossos portos aos seus navios. A sua não aceitação teve a origem a invasão franco-espanhola que mesmo ano.

Na fase ofensiva em que a França decididamente se remeteu, esconjurada a ameaça de invasão, foi na esteira dos exércitos franceses que se acelerou a difusão do ideário da evolução por toda a Europa, e que se constituiu o golpe de misericórdia no "Ancien régime".⁵

Contudo, em 1806, o Império francês, dominando a grande parte da Europa, sofreu o desastre de Trafalgar, que representou a

reafirmação do domínio marítimo da Inglaterra. Só um grande objetivo de estratégia econômica poderia abater o adversário da França, afastada a hipótese de uma vitória naval: o Bloqueio Continental, que proibia, detalhada e exaustivamente, todas as formas de comércio com a Inglaterra — a base da sua economia — de forma a sitiá-la. Para alcançar esse objetivo, suscetível de a sufocar, a posição portuguesa no Atlântico era fundamental.

Ficamos, assim, no difícil dilema de cumprirmos o bloqueio — e de perdemos consequentemente o Império, a favor principalmente da Inglaterra — ou, com a sua ajuda, de resistirmos à invasão francesa. E foi esta última a opção a escolhida.

A soberania seria salvaguardada usando o artifício de transferir a Corte para o Brasil. Mas, a ação veio também a concorrer para impulsionar as tendências autonómicas que, na época, fervilhavam já na América do Sul. A independência do Brasil, inclusive, recebeu um grande encorajamento da Inglaterra, que esperava dali retirar grandes benefícios, não só econômicos como políticos.⁶

A seguir à queda de Napoleão, subiu ao trono Luís XVIII que começou por governar cumprindo uma carta constitucional, mas acabou, a dada altura, por sofrer maior influência da facção absolutista que, com Carlos X, seu sucessor, tornou-se declaradamente ultra-realista. E ao que se assistiu, na França, dai em diante foi a um processo em que as tendências liberais e absolutistas se foram sucedendo no poder, tendo influência no processo análogo que, por essa época, ocorreu em Portugal, com

EDUARDO BRAZÃO, *História Diplomática de Portugal*, Vol. I, pág. 416.

"Unindo-se para condenar as idéias liberais sobre as quais a Revolução tinha construído a monarquia constitucional os soberanos das grandes potências assinaram por sua mão a condenação à morte do antigo regime". Jacques Pirenne, *As grandes correntes da História Universal*, Vol. IV, Soc. Intercâmbio Cultural, 1952, pág. 40.

OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I, pág. 622.

a luta entre liberais e miguelistas. Mas, Portugal sofreu uma influência mais direta ainda dos acontecimentos na vizinha Espanha quando, em 1820, o liberalismo aí triunfa. Esse fato foi decisivo na nossa revolução liberal daquele mesmo ano.

Curiosamente, as revoluções ibéricas emergiram já desfasadas em relação à Europa que tinha visto subir ao poder, entretanto, as tendências absolutistas.⁹ E ia demorar ainda muitos anos para que esse movimento ondulatório se fosse amortecendo pela Europa e se estabilizasse. E é curioso constatar que, com maior ou menor intensidade, os reflexos dessa alternância política se fizeram sentir em Portugal: a invasão do Duque de Angoulême, a mando da Santa Aliança, para esmagar o liberalismo em Espanha, em 1823, fez luz nas reações absolutistas de D. Miguel (Abrilada em 1823, e Vilafranquada, em 1824); em contrapartida, a ascensão de Luis Felipe ao trono de França, em 1830, deu um grande impulso à facção liberal que D. Pedro, a partir de 1831, encabeçou, levando ao desembarque em Portugal no ano seguinte.

Antecedentes

Desde 1640, não tinha sido possível corrigir o "déficit" das contas do Estado resultante dos vinte e oito anos de Guerra da Restauração, para o que tínhamos monopolizado todo o nosso potencial. Num plano subalterno se colocou, pois, a defesa dos territórios ultramarinos, que eram assediados, freqüentemente, por forças de potências adversárias. O governo teve que concentrar o esforço de defesa e optar entre a Ásia e o Brasil

— com o seu complemento africano — visto que se chegara à conclusão de que não havia forças para resistir, em todos os continentes.¹⁰ E a opção foi o Brasil, que, no Séc. XVIII, assegurava a maior parte do rendimento do Estado e a matéria-prima para uma abundante e estável moeda.¹¹

Por volta de 1765, a nossa economia começou, contudo, a experimentar dificuldades resultantes de uma queda na produção dos minerais brasileiros.¹² De qualquer modo, a partir de 1667 e até as invasões francesas, Portugal gozou de um longo período de estabilidade. Tal correspondia, quase totalmente, não só a quatro longos reinados (D. Pedro II, D. João V, D. José e D. João VI) como, também, a uma longa permanência no poder de secretários de estado, o que constituía um fator positivo pela continuidade de ação que permitiu. Foi, no entanto, um fator negativo devido à tendência para a rotina e para um certo conservadorismo que criou.¹³ No entanto, particularmente no governo do Marquês de Pombal, tomou-se uma série de medidas que não só reduziu o atraso econômico em que nos encontrávamos, como contribuiu para reduzir a dependência econômica em que estávamos face à Inglaterra. Quando se chegou ao final do Séc. XVIII, apesar de uma certa inversão desta política no reinado de D. Maria I — o chamado período da "viradeira" —, esta viveu um ciclo de manifesta recuperação econômica, em grande parte devido também à política de neutralidade que conseguimos manter no quadro europeu.

Este quadro, bastante favorável, foi bruscamente alterado, a partir da Revolução Francesa e, principalmente, das invasões. Segundo José Arriaga,¹⁴ as destruições; os

9. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 281.

10. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I, págs. 445-457.

11. Id., pág. 518.

12. *V Artigo sobre 'crises'*, Dicionário da História de Portugal, dirigido por Joel Serrão.

13. OLIVEIRA MARQUES, págs. 566-67.

14. ARRIAGA, José de, *História da Revolução de 1820*, Vol. II., pág. 540.

roubos de navios e as indenizações exigidas que Portugal sofreu, entre a Guerra do Rossilhão e a queda de Napoleão, equivaleram a cerca de 200.000 contos, o que era uma verba fabulosa nessa época.

A influência na nossa produção foi também catastrófica: se até fim do Séc. XVIII importávamos, anualmente, cerca de 10 milhões de cruzados de trigo, depois de Waterloo passamos a impor mais de 40 milhões.

O reflexo no tráfego marítimo foi, de igual modo, significativo, não só porque a frota portuguesa tinha praticamente desaparecido¹⁵ como, também, porque não havia nem materiais para exportar, nem fundos para cobrir os custos da importação.¹⁶ Os preços, a partir de 1789, tiveram uma subida pronunciada, afetando a maior parte dos produtos. O seu ponto mais alto foi atingido, por volta de 1810.¹⁷ Estava-se, sem dúvida, numa fase de depressão que se iria prolongar até 1826, mas que atingiria o caráter de crise profunda entre 1803-13.¹⁸

Em 1807, consumada a primeira invasão francesa, deu-se a transferência da Corte para o Brasil. Mas, não foram apenas a família real e o governo que emigraram para garantir sobrevivência dinástica; foram 15.000 pessoas: quase toda a nobreza da Corte e grande parte da nobreza agrária abandonaram o país,

com grande parte das nossas riquezas, divorciando-se da sua defesa. E as rendas e os proveitos da terra de todas essas famílias, daí em diante, passaram a ser enviados para o Brasil.

Por outro lado, o auxílio britânico, que não era filantrópico, iria ter um custo...

Os portos do Brasil foram abertos, em 1808, às nações amigas, isto é, à Inglaterra; em 1810, um leonino Tratado de Comércio entre os dois países era assinado, o que reforçava mais a posição britânica, visto que eram estipulados direitos de entrada aos produtos ingleses no Brasil mais baixos que os aplicados aos produtos oriundos de quaisquer outras nações, inclusive Portugal. Ora, aquela característica tradicional da estrutura da nossa economia — de sermos entreposto comercial marítimo entre as nossas colônias e a Europa — desabarria completamente, em proveito da Inglaterra. A decadência econômica da Metrópole dai resultante foi automática. Além disso, a autonomia econômica de que o Brasil desfrutou foi a “infalível precursora de autonomia política”.¹⁹

A Metrópole ficou, durante os anos que se seguiram, quer a ser um protetorado inglês quer uma colônia brasileira,²⁰ no dizer de Oliveira Marques.

15. Na sequência da Guerra do Rossilhão, nos anos de 1793-96, os franceses apresaram-nos cerca de 200 navios. Oliveira Martins, obra cit., pág. 262. V. também Flausino Torres, págs. 296-97.

16. A exportação média de vinho foi de 44.897 pipas, no período de 1789-1807 e sofreu uma redução de cerca de 80% no período de 1808-17. In Oliveira Marques, obra cit., pág. 524. De 1796 a 1807, a exportação de manufaturas para as colônias subiu até 94 milhões de cruzados; nos dez anos seguintes é de 2 milhões apenas. Em iguais períodos o Brasil mandou para Portugal gêneros no valor de 535 milhões de cruzados, antes. Depois apenas 189. In Oliveira Martins, obra cit., pág. 271.

17. V. Fig. 57, in Oliveira Marques, obra cit., pág. 532.

18. Id., págs. 523-524.

19. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 312.

20. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., pág. 381.

A situação econômico-financeira e o domínio alternado franco-ingles que se foi sofrendo foram fazendo alastrar uma onda de descontentamento. E, derrotados os franceses e continuando a Corte no Brasil, com um Beresford todo-produtor dominando a Metrópole, facilmente conduziu à rebelião.

Sem dúvida, a Revolução liberal foi fruto da total desagregação da nobreza e do fortalecimento progressivo de várias camadas imbuidas da ideologia que a Revolução Francesa tinha difundido. Esse processo de desagregação tinha tido o seu início, uns anos atrás, no governo do Marquês de Pombal,²¹ resultados dos profundos golpes que este vibrou, quer na nobreza quer no clero.

Foi nessa luta, primeiro contra os invasores, depois, contra o domínio inglês; foi na reação contra o nobre ausente — que pretendia que os rendimentos das suas terras abandonadas lhe chegassem ao Brasil²² — e contra uma Corte distante, mas consumidora duma riqueza não reprodutiva, que se forjou a nova camada dirigente liberal.

Seria, pois, da conjugação de suas forças que a revolução iria surgir: uma negativa, desagregadora da sociedade atingida, e outra, positiva, formada por uma elite numerosa e ativa, que não abdicava dos direitos de cidadania que aprendera pelos livros. Mas, também, iria surgir pelo contato com as tropas invasoras francesas e, segundo alguns autores, "pela

propagação feita pelos oficiais ingleses estacionados em Portugal".²³

Quando se chegou a 1820, a situação em Portugal era crítica, em quase todos os aspectos: politicamente, a ausência do Rei e das mais representativas figuras da Nação criara um vazio de poder, que tinha sido preenchido pela Inglaterra, por intermédio do seu procurador Beresford que era quem, de fato, em tudo mandava; ideologicamente, a doutrina emanada da Revolução Francesa criara uma resistência crescente contra o sistema da monarquia absoluta, até então vigente; econômica e financeiramente, o país encontrava-se destroçado, consequência das sucessivas invasões de que fora palco; militarmente, as nossas forças, depois de terem sofrido todo o processo de decapitação e dissolução promovido pelos franceses, estavam agora subordinadas a oficiais ingleses, alcandorados aos mais elevados postos da hierarquia, a começar por Beresford, que foi nomeado comandante-em-chefe dos Exércitos.

Ora, foi nesse quadro que se deu a chamada Revolução de 1820, que iniciou um período de grande instabilidade e, principalmente, precipitou o processo da independência do Brasil, um fato histórico de uma importância capital. Sendo o Brasil o suporte econômico de Portugal, levantavam-se sérias interrogações à viabilidade do País, perdida a sua mais importante colônia.

21. É no período do Marquês de Pombal que se encontra o mérito de (involuntariamente) ter preparado o país para a revolução liberal do Séc. XIX, com a ofensiva que lançou não só contra a Igreja como também contra a nobreza. "Ao nivelar todas as classes, leis e instituições ante o despotismo único do rei, Pombal preparou a revolução da igualdade social e o fim dos privilégios feudais". E, simultaneamente, depositando na burguesia o poder quer administrativo, quer econômico. Oliveira Marques, obra cit., pág. 570.

22. Desde 1808, as rendas das casas de Bragança, Infantado, Rainhas, e muitas particulares, além de uma valiosa consignação mensal, embarcavam em Lisboa, com destino ao Rio de Janeiro. In Oliveira Martins, obra cit., pág. 311.

23. SERRÃO, José Vicente. *Portugal e a Conjuntura Internacional dos Princípios do Séc. XIX*, Revista "História" No 46, Ago 62, pág. 68.

O Deflagrar da Crise

A revolução de 1820 teve origem num grupo de burgueses liberais do Porto que conseguiu, facilmente, obter a adesão de grande parte das guarnições militares do Norte.

A Regência que governava o país, em nome do Rei, ainda tentou organizar uma força para sufocar essa rebelião; mas essa reação foi anulada pelas tropas sediadas na Capital que, entretanto, aderiram à rebelião.

A revolução quase não sentiu qualquer resistência,²⁴ alastrou-se facilmente por todo o país e até o Brasil onde, inclusive, a guarnição militar do Rio de Janeiro se revoltou. Como remate viria ser aprovada, em 1822, uma Constituição que limitava o poder do monarca.

O liberalismo dos deputados eleitos, se de acordo com a sua ideologia procurou definir um regime constitucional puro, apagou-se completamente quando pretendeu voltar a impor ao Brasil uma tutela colonial de que — dada a ida da Corte para o Rio de Janeiro — se tinha vindo, progressivamente, a liberar. A questão era de que o movimento separatista estava já tão profundamente enraizado no Brasil que gozava de uma situação económica próspera, que contrastava com a decadência portuguesa.

D. João VI, em 1821, regressou a Portugal. Deixou no Brasil, como regente, o seu filho D. Pedro.

Os deputados não reconheceram ao Rei a autoridade para esta nomeação e ordenaram o regresso do Regente, que não obedeceu. Algumas medidas legislativas aprovadas nas Constituintes de Lisboa, que diminuíam a autonomia de que já usufruía o Brasil, foram o pretexto que levou

à declaração da Independência, em 1822, e ao estado de guerra que Portugal manteve com sua ex-colônia e que, só em 1825, cessou quando a independência foi por nós reconhecida.

Consequências

A Independência do Brasil foi um dos mais duros golpes que a economia portuguesa sofreu, em toda a sua história. Mas, era fácil aos adversários do liberalismo assacar aos constituintes a culpa pela independência e de todos os males que dela advieram. “Os produtos agrícolas de Portugal davam apenas para o consumo de 2 ou 3 meses; todo o resto se comprava com ouro, que dantes vinha do Brasil. Agora, esgotado esse rio, como se havia de viver?”²⁵

Foi esse mal-estar que esteve, primariamente, na origem do antagonismo entre as facções liberais e absolutistas, encabeçadas pelos dois filhos de D. João VI e que provocou a guerra civil, que dominou o país de 1828 a 1834, e que, como vimos, foi fortemente influenciada pelas diferentes viragens políticas europeias, que, alternadamente, favoreceram uma ou outra facção.

E, nesse perturbado período que então se iniciou, o papel desempenhado pelo vetor militar começou a ser muito pronunciado; foi quando se forjou uma espécie nova: a do militar-político. Com ele, entramos no período especificamente moderno do exército português.²⁶ É do que iremos tratar a seguir.

O Vetor Militar

“Ora, as revoluções de 1820 não só foram puramente militares no seu começo e rompi-

24. A revolução de 1820, apesar do seu nome e do pomposo e atrevido das suas frases, fora inocente: nem uma gota de sangue tinha corrido. Oliveira Martins, obra cit., pág. 289.

25. OLIVEIRA MARTINS, obra cit., pág. 312.

26. LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*.

mento, mas até militares se conservaram sempre (falo de Espanha e Portugal onde progrediram), porque o governo se estribava principalmente no exército e, especialmente em Portugal, jamais consentiu que o povo tomasse a mínima parte na defesa pública"; (Almeida Garret, "Portugal na Balança da Europa").

Após a Restauração, em 1640, era premente a criação de um exército, devido à dispersão que Filipe II tinha provocado, principalmente com as expedições à Catalunha. Uma ajuda militar estrangeira era urgente e foi principalmente a França que nos apoiou, com o envio do Conde de Schomberg e alguns oficiais de várias nacionalidades. Também a Inglaterra contribuiu com o envio de uns milhares de militares.

A situação em que se vivia era a de um sistema defensivo desorganizado, enquadrado por generais alcandorados a essas posições não por vocação mas unicamente por um aristocrático direito de nascimento.

Em 1703 — quando da Guerra da Sucessão de Espanha — houve que se recorrer, novamente, ao auxílio de tropas inglesas. Mas finda a guerra, o Exército entrou numa nova fase de decadência. Quando o futuro Marquês de Pombal se tornou secretário de Estado, em 1750, o descalabro era enorme: pagamentos de pré em atraso de meses, militares esmolando na rua, absentismo na classe de oficiais, uniforme em farrapos, inexistência de instrução.²⁷

A concentração do poder político, característica dessa época a que já fizemos referência, exigia, além do mais, **um exér-**

cito permanente e profissional; a grande transformação que iria se dar seria pois, a profissionalização do Exército, que passaria pela modificação do **recrutamento dos seus oficiais**, não já obrigatoriamente apenas na nobreza, mas respeitando a vocação e as qualificações dos candidatos.²⁸

O secretário de Estado de D. José iniciou a sua necessária reestruturação. A recusa de acesso ao Pacto de Família, já atrás referido, e a invasão das forças franco-espanholas de 1762, já encontrou pela frente um Exército razoavelmente organizado.²⁹ Mas, não era o suficiente. Assim, uma nova ajuda militar inglesa foi enviada, nela se destacando a figura do príncipe alemão **Conde de Lippe**, que foi nomeado comandante-em-chefe de todas as forças nacionais.

Foi profunda e ampla a influência do Conde de Lippe em nosso Exército, não só durante todo tempo que em Portugal se manteve, como mesmo depois. A correspondência que manteve em Portugal é disso prova.

Mas, a permanência em nosso exército de muitos oficiais estrangeiros — com um soldo que era mais do que o dobro do de seus homólogos portugueses — começou a provocar um certo descontentamento entre os quadros nacionais.

Por outro lado, o nível organizado e disciplinar conseguido com o Conde de Lippe, **começou a ser rapidamente corroído**. Muito terá contribuído para isso o espírito da "viradeira" que, na área que nos interessa, traduziu-se em anistiar todos os que tinham sido condenados, no tempo do Marquês: daí resultou a entrada nas

27. PEREIRA MARQUES, Fernando. *Exército e Sociedade em Portugal, no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, pág. 31.

28. OLIVEIRA MARQUES, obra cit., Vol. I pág. 548.

29. Do inicio de 1762 a setembro desse mesmo ano, o Exército passara de um efetivo de 18.000 a 60.000 homens. Fernando Pereira Marques, "Exército e Sociedade em Portugal", pág. 49.

fileiras não só de autênticos "perseguidos políticos", como também de toda escumalha que, justamente, cumpria penas por crimes provados. O resultado dessa corrasão não demorou muito a manifestar-se. Com a subida de Napoleão ao poder, e na seqüência do acordo já referido com Carlos IV de Espanha, tropas espanholas invadiram, em 1801, o nosso território. Foi a Guerra das Laranjas, uma guerra quase caricata em que não houve grande empenho, de parte a parte, em que nossas tropas, sob o comando do Duque de Lafões (com 82 anos!), foram postas em debandada,³⁰ o que ocasionou a sua queda em desgraça. Alguma coisa nova foi necessário fazer para melhorar a situação do Exército.

Uma nova experiência, desta vez curta, foi feita com a vinda para Portugal do Conde de Goltz, prussiano, general do Exército dinamarquês.³¹ Mas, sem qualquer resultado aparente.

Em 1806, já o Império Napoleônico se alastrava. O Tratado de Fontainebleau (27 Out

1807) entre os governos francês e espanhol (este dominado pelo ministro Godoy) foi assinado, ficando acordada a partilha do território metropolitano e ultramarino entre franceses e espanhóis. A situação militar portuguesa era bastante precária, pois — devido a problemas financeiros —, além da carência de armamento, munições e equipamento, tinham sido reduzidos os efetivos, em 1804.³² Ora, tais reduções causaram estranheza ao governo britânico, a quem solicitamos, concomitantemente, auxílio militar no caso de termos que fazer face a uma invasão francesa. Em 1806, a situação financeira era, contudo, de tal ordem, que uma nova redução estava a ser encarada.³³

Deu-se a primeira invasão francesa. A ordem deixada pelo Príncipe Regente antes do seu embarque era para os invasores serem recebidos como amigos.³⁴ E assim aconteceu: nenhuma resistência; à chegada de Junot a Lisboa, as autoridades deram-lhes as boas-vindas; o palácio real estava preparado para o recebê-lo; no mastro do Castelo de S. Jorge

30. OLIVEIRA MARTINS fabuliza desta forma satírica a observação do Duque ao atacante espanhol sobre a desnecessidade de se baterem: "Para quê? Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a Espanha; as da Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos que se ouçam os guisos, pois que é necessário — segundo dizem: Mas por amor de Deus não nos façamos dano: ir-se-lam demasiado à nossa custa". *"História de Portugal"*, pág. 263.

31. FERNANDO PEREIRA MARQUES, obra cit., pág. 88.

32. CARLOS JACA, Revista *"História"*, no 28, Fev. 81, pag. 79: "Exército português desarticulado nas vésperas das invasões francesas".

33. Id. Carta do Ministro do Reino, Conde de Vila Verde, a Antônio Araújo, Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, de 21 Jan. 1806: nas circunstâncias do erário era impossível que o Príncipe Regente pudesse sustentar e pagar "à tropa que não digo que tem, mas que existe"; e acrescentava que "julgava ser necessário reduzi-la a muito pouco, porque ainda sabendo de certo haver guerra, acho melhor mandar a ela, para me defender, um regimento bem pago, e bem nutrido, do que três ou quatro morrendo de fome e sem o soldo que lhes compete; que terrível situação para todo o caso achar-se sem Exército, e sem dinheiro como estarmos, a V. Ex. a conhece muito bem".

34. Nas Instruções de 26 de Nov 1807 deixadas pelo Príncipe Regente aos governadores por si nomeados para regerem o reino, enquanto da sua ausência no Brasil, constavam, entre outras, as seguintes: "Procurarão, quanto possível for, conservar em paz este Reino, e que as Tropas do Imperador dos Franceses e Rei da Itália sejam bem aquarteladas e assistidas de tudo que lhes for preciso, em quanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve praticar com os Exércitos das Nações, com as quais nos achamos unidos no continente".

subia a tricolor e, à noite, o poderoso Conde de Farrobo ofereceu uma recepção.

Mas, as medidas militares que se abateram sobre o Pacífico e o reduzido exército português não demoraram a chegar. A partir dos fins de 1807, a maior parte do Exército regular e a totalidade das milícias foram dissolvidas.³⁵ Além disso, grande parte do pessoal militar restante foi amalgamada nas divisões francesas. **A Legião Portuguesa, com 9000 militares, foi enviada para França, em 1808**, cerca de um terço deserta pelo caminho. Mas o que resta é bem comandado e vai combater nos teatro de guerra napoleônicos até 1812. Inclusive, alguns dos seus oficiais superiores participam no planejamento da terceira invasão de Massena a Portugal.

Em agosto de 1808, as tropas inglesas desembarcaram em Portugal, sob o comando do futuro Duque de Wellington, que foi, também, nomeado Marechal-General do Exército português, enquanto se mantinha no comando das forças aliadas, com direito a participar das reuniões da regência que devia consultá-lo quando ele não participasse. Quem, contudo, viria a ser o Senhor de Portugal seria Beresford, nomeado em 1809 comandante-em-chefe, com plenos poderes para organizar a defesa.

Uma nova reestruturação veio a ser encetada por Beresford e o que mais se fez sentir foi a

neutralização ou o afastamento dos oficiais portugueses de prestígio e a colocação de oficiais ingleses, por todo o lado.³⁶ Existia um certo desprezo dos ingleses pela tropa indígena e começou a se gerar um clima de tensão entre os quadros.³⁷ A dura ação disciplinar de Beresford sobre o Exército concorreu para agravá-lo.³⁸ O ambiente deveria ser tão mau que, quando surgiu um convite de oferecimento para uma divisão expedicionária, em 1815, para combater os **insurrectos de Artigas**,³⁹ o entusiasmo foi tão grande que ultrapassou, em muito, o quantitativo necessário. A manutenção da Corte no Brasil — afastado, há muito, o perigo napoleônico — e a dominação econômica inglesa da Metrópole e, agora militar, era uma causa crescente de desagrado. Um periódico português afirmava mesmo: “Nós podemos chamar essas leis de organização do Exército de um suplemento, ou antes, um complemento dos ominosos tratados de 19 de fevereiro de 1810”.⁴⁰

A execução de Gomes Freire de Andrade, um oficial-general de grande prestígio, que se tinha tornado um pólo de confluência dos militares afastados por Beresford, só veio a agravar a tensão já existente e, principalmente, veio a ter uma profunda influência no surto de uma consciência liberal, no Exército. A crise econômica era enorme e grande parte dela, para além dos efeitos dos tratados comerciais ingleses, poderia assacar-se à grande dimensão

35. O efetivo de 24 regimentos de Infantaria e 12 de Cavalaria é reduzido para, respectivamente, 6 e 4. Cerca de 20.000 homens são licenciados. Fernando Pereira Marques obra cit., págs. 126-127. A milícia era uma corporação organizada militarmente, segundo a carta de Lei de 1761. Eram tropas de segunda linha e auxiliares das tropas regulares, em caso de guerra. Os capitães dos regimentos de milícia deviam ser pessoas nobres e que pertencessem aos distritos onde o corpo se organizava.

36. “O nosso exército era inglês com soldados apenas nascidos em Portugal”, Oliveira Martins, obra cit., pág. 312.

37. O Marechal Beresford também desprezava o tradicional critério de antiguidade para as promoções, o que lhe permitiu favorecer os oficiais ingleses ou alguns protegidos portugueses. Obra cit., pág. 152.

38. O caso extremo foi o fuzilamento do coronel português, comandante da Praça de Almeida, acusado de covardia quando do ataque das tropas de Massena. Obra cit., pág. 164.

39. José Gervásio Artigas considerado o fundador da nação uruguaia, devido às suas campanhas contra os espanhóis; quando invade o Rio Grande do Sul, obriga a uma intervenção, em 1816, de D. João VI.

40. O Português, publicado em Londres em Jan. 1817.

do Exército. Oliveira Martins comentava, no seu expressivo e algo exagerado estilo: "não havia quem trabalhasse, Beresford fizera soldados todos que não eram frades, nem desembargadores, nem capelões, cantores ou castrados".

E é um exército descontente que vai entrar numa era de pronunciamentos, sedições de cárrega e guerra civil e que havia de caracterizar grande parte do século XIX.

O triunfo final do liberalismo, obtido mais pela força das armas do que por uma alteração das estruturas viciadas que estavam na origem da grave crise em que Portugal se encontrava mergulhado, não veio a resolver nenhum dos problemas fundamentais.

Dum complexo feixe de forças anárquicas resultou uma teia emaranhada de golpes militares que, até meados do século, consumiu a maior parte das energias nacionais e só terminou quando, exausta a sociedade, esgotados os idealismos e os recursos internos, entrou-se num período de pacificação; e pacificador foi, também, o efeito de uma aparente abastança, resultante dos empréstimos externos em que se lançou a Regeneração. E seria curioso investigar-se, de novo, uma cosmética solução de um período de crise que não trouxe consigo, latente, o germe da sua sucedânea.

Síntese Final

1. Considerou-se neste trabalho como *grande crise nacional* a situação conjuntural em que a sobrevivência da Nação esteve posta em causa.

2. Ao longo da nossa História foram inúmeros os fatores — de origem e natureza diversas — que concorreram para que se tivessem atingido tais **pontos de rotura (ou quase-rotura) nacional**. Detectaram-se fatores externos e internos, assim como fatores económicos, financeiros, políticos, militares etc., grande parte das vezes com interligações mais ou menos acentuadas. Mas, quantos mais fatores se poderiam encontrar fosse

outra a profundidade do estudo!

3. Ora, a análise conjunta das grandes crises portuguesas é um estudo histórico que está por fazer. Escusado seria dizer que este trabalho não aspirava a tanto. Daí se tê-lo achado abusivo, num tema tão complexo e que abrange um horizonte temporal que ultrapassa os oitos séculos e pretender extraír, no seu final, verdadeiras conclusões.

4. Contudo, o que se expôs anteriormente é de molde a permitir que se encontrem alguns elementos de síntese. Agrupamo-los em dois grupos distintos que julgamos serem de natureza diferente. O primeiro derivou da análise das diferentes **crises circunstanciais** de que tratamos; procurou-se, aqui, acentuar algumas constantes e variáveis detectadas, avançando, para estas últimas, com breves explicações. O segundo derivou da análise da **crise estrutural histórica portuguesa** e que, em nosso entender, criou (e cria) condições para quaisquer crises circunstanciais.

Elementos de Síntese de Natureza Circunstancial

5. Constata-se que nenhuma das três crises estudadas é alheia ao ambiente internacional predominante. No Séc. XIV, os levantamentos sociais que, por quase toda a Europa, elevaram o poder da burguesia em prejuízo da nobreza tradicional tiveram, em Portugal, a sua expressão na crise de 1383. No Séc. XVI, o processo que a Nação viveu, em 1578 insere-se na luta entre as "superpotências" da época, isto é, na crise, do Séc. XIX. E essa influência tanto se verificou no processo de gênese da crise, como no da sua solução.

6. Uma outra constante nítida é que nestas três crises nacionais existe uma componente económico-financeira dominante. A crise de 1383 irrompe quando os efeitos das secas, das pestes, da inflação, das guerras de D. Fernando — segmento peninsular da Guerra dos Cem Anos —, conjugados com o excesso de "desempregados" urbanos, atingem níveis inaceitáveis. Em 1578, o saldo

negativo da expansão ultramarina já tinha provocado o encerramento da Feitoria de Antúerpia e já se entrara na senda dos empréstimos externos. Finalmente, em 1820, o país encontrava-se economicamente destroçado, consequência das sucessivas invasões que tinha sofrido e, também, das amplas cedências que fomos forçados a fazer à Inglaterra.

7. Verifica-se, também, agorano campo militar, que nunca fomos capazes de dispensar a ajuda externa estrangeira, principalmente inglesa, para repelir as ameaças externas. Assim aconteceu nas guerras de D. Fernando e de D. João I, quando o apoio dos arqueiros ingleses foi importante. Nas Guerras da Restauração, foi decisivo o papel desempenhado por Schomberg e considerável a contribuição inglesa e francesa. No período das invasões francesas, é demasiado conhecida a preponderância de Wellington e das suas tropas, nas campanhas travadas.

8. Relacionado com o ponto anterior também se constata, embora com intensidades diferentes, que esses auxílios não foram graciosos. Veja-se o comportamento dos arqueiros ingleses, no Séc. XIV ou no Séc. XIX — o longo período do governo de Beresford —, fruto da dependência inglesa em que nos colocamos para fazer frente às tropas napoleônicas; e este, resultado de uma certa demissão nacional, bem expressa no número exagerado dos que embarcaram para o Brasil. O peso dessa dependência atingiu valores tão elevados que provocou a “explosão” de 1820.

9. Ainda no âmbito militar, é notória e nada gratificante a recorrente procura de estrangeiros para proceder, por nossa incapacidade, à reorganização do exército, em períodos de crise militar.

10. Outra constante que se assinala é que nunca os portugueses foram, de início, capazes de mostrar-se unitários e coesos, em períodos de grave crise interna, na defesa da independência nacional, quando esta esteve seriamente ameaçada. Em 1383, grande parte da nobreza, por razões de legitimidade dinástica, era favorável ao

monarca espanhol. Em 1580, também a nobreza que escapara ao desastre de Alcácer-Qubir estava seduzida pelo ouro espanhol; a invasão transformou-se “num simples passeio militar, pois a corrupção abriu previamente as portas que as fortalezas escancaravam”. Nas invasões francesas, a resistência não existiu e houve uma facção favorável ao novo ideário que os invasores simbolizavam.

11. Em contrapartida, a resistência irrompe quando um clima de mal-estar social encontra uma liderança e um enquadramento decididos. Na crise de 1383, esta conjugação manifesta-se desde o início. Na crise de 1580, ambos os fatores estão ausentes; isto explica a aclamação que recebeu Filipe I quando da sua visita a Portugal. É só no reinado de Filipe III que essas duas condições se verificam: a nobreza desperta e enquadrada um povo revoltado. Finalmente na crise do Séc. XIX, a reação é muito posterior à primeira invasão e, em verdade, só começa após o desembarque das tropas inglesas.

12. Embora existam, nas duas primeiras crises tratadas, semelhanças evidentes — trono vago, um pretendente espanhol, invasão militar e facção favorável ao candidato estrangeiro — há que se assinalar algumas variáveis. E essa diferença explica a conservação da independência, em 1383, e a sua perda, em 1580. O que pode ter concorrido para que se verifiquem consequências opostas, tendo como ponto de partida situações de crise, aparentemente análogas? Antes de mais nada, há que se distinguir o que se pode considerar uma ambição quase pessoal do Rei de Castela, na primeira, e o poder de uma Espanha Imperial, na outra; contudo, há outros fatores endógenos que concorrem para um tal contraste de efeitos. No Séc. XIV, há uma burguesia nacional fortalecida que, aproveitando-se dos conflitos sociais existentes, antecipa-se e comanda o movimento que se torna vitorioso; ao passo que, no Séc. XVI, a dependência em que a burguesia portuguesa se encontra face à Espanha não a vociona para esse papel

motor. Além disso, em 1383, embora sem o apoio da maioria da nobreza, ainda é possível ao Mestre de Aviz obter um valoroso braço aristocrático que consegue fazer convergir a força popular contra o invasor castelhano; em 1580, a nobreza que escapa ao desastre de Alcácer Quibir, corrompida na sua maioria pelo ouro espanhol, nada faz para dinamizar o povo à resistência.

Elementos de Sinteses de Natureza Estrutural

13. Subjacente a estas crises conjunturais, uma outra mais profunda se detecta com caráter estrutural e secular e que, primariamente, talvez se possa radicar numa concentração fundiária, nas mãos de uma nobreza com pouca vocação agrícola; concorrentemente, ressalta uma persistente tendência para uma forte pressão senhorial — com uma intensidade que se vai modificando, com o fluir dos séculos — que foi desincentivadora das iniciativas de explorar a terra; o saldo desta situação foi o de uma carência crônica de bens alimentares, por si só um fator “crisogênico”, perdoe-se o neologismo. No fim do Séc. XVIII, por exemplo, a parte inulta do país era cerca d^a dois terços do total! * E hoje o recurso à importação de metades dos bens alimentares que consumimos não é o efeito, ainda, dumha estrutura defeituosa?

14. É notória também, a sistemática procura, no exterior, desoluções que no interior do território nunca se encontraram. Sucessivamente fomos sempre possível descobrir uma compensação para perda/ruina de uma área vital para o nosso poder. Assim, tivemos o período atlântico do ouro de Minas; o período asiático da rota marítima para Índia, primeiro, em regime de monopólio, depois, já em concorrência com outras nações; o período Brasileiro do açúcar e, mais tarde, do ouro e dos diamantes; e,

finalmente, o período africano. A seguir o quê? O período europeu?

15. O hábito de se ter habituado a viver de riquezas geradas fora de Portugal concorreu para uma dependência quase direta de uma conjuntura ultramarina, a situação política metropolitana, repercutindo nesta, profundamente, nas crises ocorridas além-mar. Por exemplo: a influência do déficit crescente do comércio oriental do Séc. XVI teve fortes repercussões na crise de 1578; também a crise de 1820 está intimamente relacionada com a mudança da conjuntura no Brasil; e o impacto da independência nos territórios africanos, a seguir ao 25 de abril de 1974? Será que se pode dissociar da crise atual em que estamos mergulhados? E o impacto do maciço retorno dos emigrantes que já se desenhou?

16. Além disso, houve uma tendência para um apertado centralismo da atividade ultramarina, primeiro pelo Rei, mais tarde, pela nobreza e, só parcialmente, pela burguesia mercantil. A participação direta da Coroa e de certas camadas da nobreza ajudaram a travar o desenvolvimento da iniciativa burguesa que não conseguiu autonomizar-se sob o peso das estruturas senhoriais. A promissora burguesia, que está na gênese da revolução de 1383, cedeu o passo, progressivamente, à aristocracia feudal, na condução do processo de expansão que teve origem nos Descobrimentos. Deste modo, o caráter eminentemente comercial, característico da burguesia, nunca foi predominante. A expansão assumiu o caráter de empresa essencialmente estatal, com vocação imperial e com custos desproporcionais em relação aos lucros possíveis. Será que hoje esta permanente esperança de que um governo tudo resolva não é o efeito dum excessivo centralismo estatal que se verificou, ao longo da história, na inércia de

* DOMINGOS VANELLI, in *Memórias Económicas da Academia*, 1789, citado no artigo de Armando de Castro, *Dicionário da História de Portugal*, Vol. I, pág. 746.

quem espera tudo vindo de cima?

17. Daqui decorreu que Portugal tenha sido o "abridor de portas por onde os outros passaram", ou seja, o que correu os maiores riscos e que arcou com os maiores encargos, não tendo recolhido os benefícios correspondentes. Outros o fizeram. Era necessário ter criado condições para que uma burguesia se tivesse desenvolvido, o que não aconteceu. Para isso muito teria contribuído o surgimento de um radicalismo religioso, que repeliu do país, no período crucial da verdadeira internacionalização da economia, os que mais aptos se achavam para acompanhar essa evolução. Esse **radicalismo religioso**, naturalmente, foi penetrando outras áreas, principalmente a política e a cultural e, particularmente, a da educação. Revestindo, ao longo dos séculos, formas diversas, mas tendo sempre no fundo um mesmo caráter retrógrado — ou, pelo menos, não estimulante —, condenou Portugal à orla periférica da economia do mundo capitalista: exploração dos recursos da periferia e colocação na dependência do Centro. A atual estrutura econômica desajustada e a carência de mentalidade empresarial dinâmica não estarão na sequência lógica desta tendência histórica?

18. A natureza dos que detiveram, por mais

tempo, o controle da exploração ultramarina não contribuiu, também, para que tivessem sido canalizados para o investimento reprodutivo os seus lucros; foi antes o seu desbaratar em consumo, em muitos casos de natureza suntuária, o que prevaleceu. Os verdadeiros beneficiários desses lucros foram sempre os países originários dos inúmeros bens, que — por insuficiência (chamemos-lhe) cultural ou de educação ou, agora, tecnológica — podendo nós produzi-los, optamos por madraçamente, importá-los. Isso desencadeou a espiral vertiginosa de um atraso crescente que tem hoje uma expressão quase aberrante em relação à Europa. Essa tendência também contribuiu para a cristalização da estrutura econômico-social do País, que ainda hoje se reflete no presente.

"Situações como esta que estamos a atravessar são conhecidas entre nós. Correspondem à recorrência histórica da esperança messiânica da construção do país a partir de fora"

Baptista Comprido, in "Diário de Notícias" (24 de janeiro de 1984).

Henrique Manuel Lages Ribeiro é Brigadeiro do Exército Português e Sócio Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

**ROGÉRIO MARTINS, Europa, Reencontro de Portugal Consigo Próprio, In Diário de Notícias, 20 de Janeiro de 1984

Nota: Os destaque em negrito foram feitos pela redação da revista



A Pesquisa e a Pós-Graduação Visando à Qualidade no Exército Brasileiro*

Francisco José da Cunha Pires Soeiro

O artigo propõe-se a "destacar, no Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército no Brasil, a pesquisa e a pós-graduação, mostrando como ambas são importantes para a existência de uma força armada de qualidade, apta a bem cumprir sua missão constitucional".

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Direção para Engenheiro Militar da ECEME.

Sem dúvida, ciência e tecnologia (C&T) constitui, nos dias de hoje, uma das expressões do Poder Nacional, embora a Escola Superior de Guerra não tenha decidido, ainda, sobre a sua inclusão, ou não, entre elas.

Entende-se por ciência o conjunto organizado de conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais. Tecnologia é o conjunto de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na comercialização de bens e serviços.

O desenvolvimento da ciência se faz, sobretudo, através da pesquisa, atividade realizada com o objetivo de produzir novos conhecimentos. Geralmente, envolve experimentação.

A tecnologia é, normalmente, produzida e

levada à sua plena utilização pelo setor produtivo, através de um sistemático encadeamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento experimental, e engenharia.

Para que os conhecimentos gerados por universidades, institutos e outras organizações envolvidas em pesquisa e desenvolvimento, tenham resultados concretos no setor produtivo, é necessário cuidar da alta competência em se fazer engenharia.

A capacitação científica e tecnológica é fator determinante para o crescimento da economia. Ela significa a disponibilidade de recursos humanos qualificados, com alto grau de acumulação de conhecimentos nesse campo, e de organização e infra-estrutura necessários à aplicação desses conhecimentos em benefício da população. Os instrumentos, portanto, para

*Selecionado pelo PADECENE

implementar a capacitação científica e fundamentalmente, a formação e o treinamento de recursos humanos; a institucionalização e organização das atividades de C&T e a implementação da infra-estrutura e dos processos de aquisição do conhecimento científico e tecnológico, bem como sua difusão, visando ao seu aperfeiçoamento e às suas aplicações no sistema produtivo.

A universidade é o centro principal de geração de ciência, pelo que deve constituir-se um centro de excelência, em que qualificação e competência sejam os elementos exclusivos de hierarquização.

A formação de recursos humanos para a tecnologia desenvolve-se nas universidades, na escolas técnicas, nos institutos de pesquisa e nas empresas. A pesquisa tecnológica e a capacidade de elaborar projetos por parte das empresas deverá ser promovida e estimulada pelo governo, através de toda a sorte de incentivos.

Nesse esforço, o Exército, como fator de unidade nacional, instituição orientada primordialmente para a consecução dos Objetivos Nacionais, deve ter participação efetiva. No passado, predominou a adaptação da tecnologia civil para fins militares, ou de defesa. Hoje, predomina o contrário. Buscam-se muito mais as aplicações civis de produtos desenvolvidos para fins militares.

Assim, como resultado de desenvolvimentos destinados a empregos militares, muitos subprodutos aplicáveis à vida civil foram criados. São exemplos clássicos o desenvolvimento de materiais sintéticos, ligas especiais de alta resistência e baixo peso, produtos que vão desde o radar aos computadores rápidos, dos avi-

ões e foguetes ao acendedor de fogão. O Exército é, dentre as Forças Singulares, a que menos recursos investe em C&T, embora conte com uma boa estrutura voltada para essa atividade. Isso, na realidade, é um erro estratégico. A guerra moderna é baseada essencialmente em tecnologia. A bravura do combatente e a inteligência, criatividade e capacidade de liderança dos estrategistas e chefes militares têm sido, ao longo da História, fatores decisivos para a vitória, nas grandes batalhas. Porém, nos dias de hoje, a tecnologia passa a ser fator de desequilíbrio tão grande, que os demais fatores acima nem sempre são fundamentais.

Os países que possuem a tecnologia em produção de armamentos procuram mantê-la em segredo, a todo o custo. Quando vendem seus produtos a países do Terceiro Mundo, visando à obtenção de melhores preços e, em algumas vezes, para vencer a concorrência dos demais vendedores de armamentos, estabelecem cláusulas comprometendo-se a transferir sua tecnologia. Isso, na realidade, é um en-

godo, aceito por negociadores normalmente despreparados, que fecham os contratos pensando terem feito um grande negócio. A "transferência de tecnologia" referida é apenas a explicação de como o material deve ser produzido, um conjunto de "receitas de bolo" e cursos oferecidos, no país vendedor, com tudo pago a equipes de militares do país comprador. Em pouco tempo, a tecnologia adquirida se torna obsoleta, a doutrina de emprego do material evolui, e não se tem capacitação para as necessárias modificações no projeto.

A única solução para se evitar o quadro descrito é o investimento em C&T, com as

O Exército é, dentre as Forças Singulares, a que menos investe em C&T, embora conte com boa estrutura voltada para essa atividade

Forças Armadas liderando o movimento. E isso se consegue através da pesquisa, que é desenvolvida nas universidades e nos institutos de pesquisa, e do investimento em recursos humanos de alta capacidade.

No caso do Exército Brasileiro, o Sistema de Ciência e de Tecnologia conta com Instituto Militar de Engenharia (IME), conceituada escola de engenharia que desenvolve inúmeras pesquisas, através de seus programas de pós-graduação. O IME, em conjunto com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e com os demais órgãos de pesquisa, desenvolvimento e projeto brasileiros, tem condições de desenvolver a tecnologia de que o Exército necessita. Em decorrência, pode fomentar e repassar às empresas nacionais o que for desenvolvido, contribuindo para o crescimento da indústria nacional.

Ter-se-á, dessa forma, o Exército que se deseja, apto a bem cumprir sua missão constitucional, a ter sua própria doutrina de emprego, contando com os equipamentos adequados, o que, dentro da moderna visão sistêmica, significa ter-se um Exército com qualidade.

Por qualidade entende-se o fazer bem feito, desde a primeira vez, ter zelo e cuidado naquilo que se faz, sabendo com clareza para que serve, a quem se destina e quais os níveis de controle indispensáveis para que se alcance o máximo de resultados com menor esforço, atingindo metas, objetivos e finalidades.

Para uma empresa, essa definição pode ser resumida em: como a produção de bens e serviços que satisfaçam plenamente o cliente. No caso do Exército, o cliente é a sociedade brasileira que espera que a sua Força Terrestre esteja sempre preparada para cumprir sua missão constitucional, em condições de defender o território nacional de quaisquer ameaças externas. Para tanto, importa que seus quadros estejam adestrados e sua doutrina de emprego seja bem assimilada e adequada ao equipamento existente. Por sua vez, o material deve estar em

boas condições de uso e ser moderno o suficiente para dissuadir os potenciais inimigos de quaisquer tentativas de violação do território nacional. Assim, cada vez mais se impõe o investimento em Ciência e Tecnologia e o fortalecimento da pesquisa, para que se tenha um Exército com qualidade.

A Pós-Graduação e a Pesquisa no Brasil

Em sentido lato, enquadra-se na pós-graduação qualquer curso superior que se siga à graduação e exija, dos candidatos, que sejam portadores de um diploma de ensino superior. Neste caso, qualificam-se como de pós-graduação os cursos de aperfeiçoamento e especialização destinados a aprofundar estudos em algum aspecto do currículo de graduação.

A pós-graduação universitária no Brasil foi definida pelo Conselho Nacional de Educação, em 1965, através do Parecer nº 977. Pode ser divida em duas grandes vertentes: a "lato sensu", que compreende a especialização e o aperfeiçoamento, e a "strictu sensu".

Após a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540), adotou-se, no Brasil, a pós-graduação "strictu sensu", que se bifurca em mestrado e doutorado. O mestrado, com a duração mínima de um ano, tem o objetivo de credenciar professores para a docência universitária e o doutorado, com a duração mínima de dois anos, busca a formação de pesquisadores. O diploma de mestrado se conquista mediante a apresentação de uma dissertação, após completados os créditos obrigatórios, e o de doutorado resulta de uma defesa de tese. O tema de dissertação (mestrado) não precisa ser, necessariamente, original. Deve contribuir para a pesquisa local. Já a tese de doutorado, deve explorar um aspecto de originalidade ainda não abordado por outras teses. O mestrado não é pré-requisito para fazer-se o doutorado, embora o normal seja completar-se primeiro o mestrado e, depois,

iniciar-se o doutorado.

Normalmente, os cursos de especialização e aperfeiçoamento têm o objetivo técnico profissional específico, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade. São cursos destinados ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico. Sua meta é o domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do saber ou da profissão. Destina-se a formar o profissional especializado.

A especialização e o aperfeiçoamento qualificam a natureza e a destinação específica de um curso, enquanto a pós-graduação, em sentido restrito, define o sistema de cursos que se superpõem à graduação, com objetivos mais amplos e aprofundados, de formação científica ou cultural. Cursos de especialização e aperfeiçoamento podem ser eventuais, ao passo que a pós-graduação, em sentido próprio, é parte integrante do complexo universitário, necessária à realização de fins essenciais à universidade.

Em resumo, a pós-graduação "strictu sensu" apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e, mesmo atuando em setores profissionais, tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico, quando a especialização concede certificado; finalmente, a pós-graduação possui uma sistemática formando extrato essencial e superior, na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário.

Para obter validade nacional, a instituição que ministra a pós-graduação "strictu sensu", deve obedecer a um complexo ritual processualístico, além de provar ser detentora de algumas condições preliminares. É o que se denomina de credenciamento. Curso credenciado é curso reconhecido como capaz de satisfazer todas as exigências legais para o seu funcionamento.

Quem declara o credenciamento é o Con-

selho Federal de Educação (CFE). Pelo artigo 24 da Lei nº 5.540/68, "O CFE conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo de sua validade, no território nacional e de os estudos nele realizados terem os cursos respectivamente credenciados por aquele órgão".

No cumprimento da atribuição legal de que o encarregou a reforma universitária, o Conselho Federal de Educação aprovou, pelo Parecer nº 77/69, as normas de credenciamentos dos cursos de pós-graduação, cujo artigo 2º afirma: "o credenciamento dos cursos de pós-graduação será concedido mediante parecer do CFE, aprovado pela maioria da totalidade dos seus membros e homologado pelo Ministro da Educação".

Note-se que o quorum de aprovação se conta, não pela maioria dos conselheiros presentes à sessão e, sim, por 50% mais um do total de conselheiros, a saber, 13 votos no mínimo, pois o total de membros do colegiado é 24. Por ai se verifica o rigor com que essa matéria é tratada nos órgãos superiores de administração do sistema. Além do pedido do curso, a instituição interessada terá que comprovar, como condição "sine qua non" do credenciamento, que seus cursos de graduação, já reconhecidos formalmente, dispõem de alto nível de qualidade acadêmica. Terá que demonstrar, ademais, que possui capacidade financeira para a manutenção do curso, edifício e instalações adequadas a seu funcionamento, corpo docente qualificado, equipamentos e laboratórios, biblioteca, organização e regime didático-científico, além de familiaridade com atividades de pesquisa. Os credenciamentos são concedidos, por cinco anos, podendo ser prorrogados por prazos de igual duração. A cada recredenciamento deverá a instituição fazer prova de que continua detendo as condições mínimas para o funcionamento

de seus cursos de graduação e pós-graduação.

Resumindo, descrevem-se abaixo os principais aspectos ligados à pós-graduação, no Brasil:

- a pós-graduação compreenderá dois níveis de formação: mestrado e doutorado. Embora estejam hierarquizados, o mestrado não constitui requisito indispensável à inscrição no curso de doutorado;

- o mestrado pode ser encarado como etapa preliminar para obtenção do grau de doutor, ou como grau terminal;

- o doutorado tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o poder criador, nos diferentes ramos do saber;

- o doutorado acadêmico terá a designação das seguintes áreas: letras, ciências, ciências humanas, filosofia e artes. O mestrado será qualificado pelo curso de graduação, área ou matéria a que se refere;

- do candidato ao mestrado, exige-se dissertação ou outro tipo de trabalho, a critério do departamento que o ministra. Para o grau de doutor, requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa, importando em real contribuição para o conhecimento do tema;

- os cursos de mestrado e doutorado devem ter a duração mínima de um ou dois anos, respectivamente. Além do preparo da dissertação ou de trabalho equivalente e da tese, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, submeter-se a exames parciais e gerais, e a provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras, pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado;

- por área de concentração, entende-se o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudo escolhido pelo candidato e, por domínio conexo, qualquer matéria não pertencente àquele campo, mas considerada

necessária para completar sua formação;

- a instituição deverá oferecer um elenco variado de matérias, a fim de que o candidato possa exercer sua opção. As matérias, de preferência, serão ministradas sob a forma de cursos monográficos, nos quais, seja em preleções, seja em seminários, o professor desenvolverá, em profundidade, um assunto determinado;

- o programa de estudos de mestrado e doutorado se caracterizará pela grande flexibilidade, deixando-se ampla liberdade de iniciativa ao candidato, que receberá assistência de um diretor de estudos. A integralização dos estudos necessários ao mestrado e ao doutorado será expressa em unidades acadêmicas previamente definidas.

Além das universidades e dos institutos isolados de ensino superior que atendam às exigências contidas nessa norma, podem instituir cursos de pós-graduação, preferencialmente os de doutorado, outras entidades de reconhecida idoneidade científica, como hospitais não universitários, institutos de pesquisa, e organizações culturais diversas.

O Manual Básico da Escola Superior de Guerra (1993) define pesquisa como atividade realizada com o objetivo de produzir novos conhecimentos, geralmente envolvendo experimentação. É dividida em básica e aplicada, de acordo com seu uso ou sua aplicação específica.

Pesquisa básica pode ser definida como o trabalho teórico ou experimental empreendido, primordialmente, para aquisição de uma nova compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observáveis, sem ter em vista nenhum uso ou aplicação específica. Ela analisa propriedades, estruturas e conexões, com vistas a formular e comprovar hipóteses, teorias e leis.

Pesquisa aplicada é, também, investigação original concebida pelo interesse em adquirir novos conhecimentos, porém, primordialmente, é dirigida em função de um fim ou objetivo

prático específico. A pesquisa aplicada é, principalmente, objeto da tecnologia.

No Brasil, a pesquisa está restrita às universidades que possuem programas de pós-graduação e a alguns institutos de pesquisa ligados diretamente ao governo ou a empresas estatais. Nas empresas privadas, com honrosas exceções, praticamente inexiste. O esforço que se tem feito no setor público em pesquisa e desenvolvimento pouco se fez sentir no setor produtivo. Devido à falta de políticas claras e incentivo para o setor, as empresas nacionais têm sido levadas a buscar tecnologias fora do país, quer pela aquisição de pacotes, quer pela associação com empresas estrangeiras. A pesquisa que é desenvolvida nos centros de pesquisa e nas universidades é de bom nível. O grande desafio é fazer chegar ao setor produtivo os resultados positivos alcançados.

Pesquisa e Pós-Graduação no Exército Brasileiro

As normas gerais orientadoras do funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SCTEx) estão contidas nas IG 20-11.* As atividades científicas e tecnológicas tratadas nas referidas instruções compreendem: pesquisa e desenvolvimento na área de material; ensino e capacitação técnico-científica dos recursos humanos; pesquisa do comportamento do homem em sua inter-relação com o material de emprego militar (MEM); participação no desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre; e serviços técnicos e científicos.

O SCTEx tem por objetivos:

*na área de P & D, possibilitar o desenvolvimento, pela indústria nacional, do material de emprego militar (MEM) que utilize tecnologia autóctone ou com a máxima nacionalização que for conveniente, tecnologia

mais avançada que a disponível no País ou tecnologia adequada aos cenários operacionais prováveis;

•na área de capacitação de recursos humanos capacitar recursos humanos para as atividades científicas e tecnológicas.

No SCTEx destacam-se os seguintes órgãos:

•Órgão de Direção Geral — Estado - Maior do Exército;

•Órgão de Direção Setorial — Secretaria de Ciência e Tecnologia;

•Órgãos de Apoio — Centro Tecnológico do Exército, na área de P&D, e o Instituto Militar de Engenharia (IME), nas áreas de capacitação de Recursos Humanos e de Ensino e Pesquisa Científico-Tecnológica;

•Órgãos de Execução — Centro de Avaliações do Exército (CAEx), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), Instituto de Projetos Especiais (IPE), Campo de Provas da Marambaia (CPrM) e organizações militares e industriais designadas para executarem projetos de C&T e participarem deles.

O SCTEx se divide em dois subsistemas: Pesquisa e Desenvolvimento e Ensino e Pesquisa Científico-Tecnológica.

O primeiro refere-se à formulação conceitual, à obtenção do protótipo e, depois, de um lote piloto de um material de emprego militar que satisfaça aos Requisitos Operacionais Básicos (ROB) e aos Requisitos Técnicos Básicos (RTB).

O segundo subsistema refere-se à capacitação, em níveis médio e superior, de recursos humanos necessários às atividades científico-tecnológicas do Exército. Em nível superior, abrange a graduação de engenheiros nas especialidades requeridas pelo Exército e a consequente pós-graduação. A capacitação pode ser realizada em estabelecimentos de ensino do

Exército, ou de outras Forças Armadas, e em estabelecimentos de ensino civis, no País ou no exterior.

O IME é o órgão de capacitação de recursos humanos na área de ciência e tecnologia pertencente ao Exército. Trata-se de tradicional estabelecimento de ensino cujas origens se confundem com a da Engenharia no Brasil. Foi criado para formação de engenheiros para o Exército, tendo sido pioneiro no ensino de algumas das especialidades da engenharia no Brasil. Em 1969, juntou-se ao esforço nacional para a formação de profissionais de alto nível, destinados ao ensino e à pesquisa, com a criação de seus primeiros programas de pós-graduação. Atualmente, oferece os seguintes: em nível de doutorado, Ciências dos Materiais e Química; em nível de mestrado, Cartografia, Ciências dos Materiais, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Nuclear, Informática, Pesquisa Operacional, Química e Transportes.

Os cursos acima seguem, além do Regulamento Interno do IME, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação para o funcionamento dos cursos de pós graduação no Brasil, conforme já descrito.

Os candidatos ao doutoramento, nas áreas em que o curso não for oferecido no IME, serão encaminhados a outros estabelecimentos de ensino no Brasil que o possuam. O oficial ficará subordinado ao IME que, através de sua Subdivisão de Cursos de Pós-Graduação, acompanhará o desenvolvimento do curso. As linhas de pesquisa existentes no IME são relacionadas com assuntos de interesses do Exército, dentro do perfil de cada pesquisador. Procura-se, dessa forma, apoiar os demais órgãos do SCTEx encarregados de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar em pesquisas básicas e em pessoal capacitado, de alto nível.

A Pesquisa e a Pós-Graduação na Busca da Qualidade

O segredo do sucesso econômico japonês

das últimas décadas reside, entre muitos, em um fator que lhe é primordial: a continua busca da qualidade. Por qualidade, entende-se fazer tudo bem feito, não só no nível macro das relações do negócio com os seus mercados (e com a sociedade), mas também nas minúcias, nas inúmeras ações que levam ao produto final. Para isso, é essencial ter em mente o cliente e saber bem defini-lo, assim como compreender claramente a missão e saber desdobrá-la em suas etapas e seus modos peculiares de constituição do processo. Portanto, são cruciais três conceitos fundamentais: qualidade, missão e cliente.

Por qualidade, entende-se o fazer bem-feito desde a primeira vez. Ter zelo e cuidado naquilo que se faz, sabendo, com clareza, para que serve, a quem se destina e quais os níveis de controle indispensáveis para que se alcance o máximo de resultados, com o menor esforço, atingindo metas e objetivos.

Qualidade, no entanto, não depende sómente do esforço e do trabalho de cada um. É impossível obter-se qualidade com equipamentos precários e obsoletos, quando se trata da produção de "bens" que deles dependem. É pouco provável que se obtenha qualidade num clima organizacional em que ninguém se entenda e os conflitos consumam o melhor das energias dos chefes e coordenadores. Em ambientes de trabalho onde os propósitos não são bem definidos e muito menos operacionalizados, a qualidade fica por conta de cada um. Em tais cenários, é comum que se atribua a culpa ao funcionário, taxando-o de incompetente, ignorante ou preguiçoso. Na maior parte das vezes, porém, tais disfunções residem muito mais na administração do que propriamente nos recursos humanos com os quais se conta.

A administração negligente ou omissa ou aquela que se esconde na delegação de poderes e funções não só não cumpre o seu papel, como introduz um fator preponderante de falta de

qualidade em toda a organização. Não basta apenas a consciência da responsabilidade, torna-se imprescindível que tal conscientização se desdobre em ações efetivas e se traduza em uma liderança eficaz. E liderança depende de presença, diálogo, comunicação e esquemas eficientes de controle, monitorando constantemente os processos, na direção dos objetivos colimados. Para tanto, é imprescindível a virtude da persistência, o aperfeiçoamento em serviço e o treinamento e retreinamento para aquisição de novas habilidades e novos conhecimentos.

Talvez a maior dificuldade na obtenção da qualidade seja o mal da dispersão, tanto no sentido de se fazer muitas coisas ao mesmo tempo quanto no de não se demorar numa atividade o bastante para que ela atinja o nível de excelência que se deseja. Pulando de uma atividade para outra, nem os indivíduos chegam a compreender as complexidades do *metier* em que trabalham, nem o produto ou serviço atinge o nível de perfeição que poderia alcançar.

O auto-aperfeiçoamento depende de o indivíduo estar continuamente se modificando pelo exame de seus desempenhos, que não devem ser avaliados em comparação com os dos outros, introduzindo competição e rivalidade no ambiente de trabalho. Os desempenhos da pessoa devem ser avaliados no sentido de se verificar em quanto o desempenho de hoje é melhor do que o de ontem nas reflexões de quanto ainda esse desempenho poderia ser melhor. Obviamente, o mesmo pode ser aplicado às equipes de trabalho como um todo, quando, então, todo o grupo analisa e compara seus desempenhos de hoje com os de ontem, e delineia metas e objetivos para sua melhor produtividade, no amanhã, tanto a curto quanto a longo prazos. É evidente que, tanto em um como no outro, o horizonte de expectativas situa-se em quão ampla e nítida é a consciência da missão.

A clareza da missão e a fidelidade a ela são

condições *sine qua non* para a produtividade. É bastante comum que as organizações assumam tarefas e funções por solicitações de instâncias superiores, que pouco ou nada tenham a ver com seus objetivos maiores. Além de produzir desvio de energias, servem de distratores, tirando a consistência dos esforços e a coerência do discurso em relação às ações empreendidas.

Uma forma de saudável policiamento, quanto ao rumo das atividades e de seus direcionamentos, é a definição e redefinição do público alvo — o cliente. É ele quem, no final do processo, vai determinar o quanto o trabalho desenvolvido merece ou não credibilidade, confiança e valor de troca no mercado, em meio à competição e à livre concorrência. Definir o cliente, tendo-o constantemente em mira, contribui, decisivamente, não só para a consistência das ações como para o nível de qualidade que se possa alcançar.

Tais conceitos aplicam-se a quaisquer sistemas organizacionais, sejam empresas ou órgãos do setor público. O sistema Exército, como instituição permanente responsável pela defesa e integridade do território nacional, está também inserido nesse contexto. Aqueles que trabalham no sistema Exército, que possuem experiência e conhecem bem os seus problemas, verificam que cada idéia acima apresentada, se bem pensada, amadurecida e adaptada para o caso militar, poderá contribuir de maneira notável para que se tenha um Exército com melhor qualidade. Deseja-se uma Força Terrestre preparada, equipada e forte o suficiente para impor respeito aos possíveis inimigos, dissuadindo-os de qualquer ação hostil. Um Exército cujos membros tenham aspirações de contínuo aperfeiçoamento e de realização humana, no nobre trabalho que exercem.

Não é propósito deste ensaio esgotar o tema qualidade no Exército, nem mesmo abordá-lo de maneira genérica, apresentando leis e princípios. Muito se tem escrito e debatido

sobre o assunto. Modificações na estrutura organizacional do Exército, definição precisa em todos os níveis da respectiva missão e conhecimento claro de quem é o cliente de cada setor da organização são assuntos que estão em pauta. Pretende-se, outrossim, neste trabalho, chamar a atenção para o fato de que não é possível se atingir a sonhada qualidade sem um Sistema de Ciência e Tecnologia atuante e que mereça, dos chefes, prioridade absoluta. Foi mencionado que, com equipamentos precários e obsoletos, é impossível se obter qualidade quando se trata da produção de "bens" que deles dependem. Esta assertiva se adapta perfeitamente ao caso do Exército. Por equipamento, entenda-se o material de emprego militar utilizado e por "bens" que são por eles produzidos, pode-se entender a segurança e a integridade nacionais. Embora não se possa dizer, no caso brasileiro, que estes "bens" não estejam sendo produzidos, verifica-se que a obsolescência do material de emprego militar existente atingiu um nível alarmante. Não estariam em risco a segurança e a integridade nacionais devido ao precário e obsoleto equipamento hoje existente, comprometendo, assim, a qualidade do serviço oferecido pelo Exército?

A produção de material de emprego militar (MEM) adequado a um Exército com qualidade está intimamente ligada ao nível de desenvolvimento científico e tecnológico do País. Assim, a seguir, será feita uma análise da situação do Brasil e do Exército, nesse campo, e de como o SCTEx e, particularmente, a pesquisa e a pós-graduação se tornam importantes nesse contexto.

O Brasil adotou, após a segunda Guerra Mundial, como estratégia para alcançar maior crescimento econômico, uma industrialização acelerada, baseada numa ampla importação de tecnologias e de capital estrangeiro. Visava-se à chamada modernização da economia, com uma mudança no perfil de produção e exportação, através do aumento de itens manu-

faturados, da diminuição de importações, do crescimento dos empreendimentos nacionais e da diminuição das desigualdades de nível de renda e de oportunidades com que se defrontava sua população.

A fim de manter as taxas de expansão econômica compatíveis com o desejado desenvolvimento nacional, o Brasil viu-se obrigado, cada vez mais intensamente, à compra de produtos de ciência e tecnologia geradas no exterior e a fazer cada vez maiores concessões aos investidores estrangeiros para captação de novos recursos, tornando-se altamente dependente da importação ou da transferência de tecnologia.

Segundo o professor Pirró e Longo, essa estratégia mostrou-se inadequada, pois os benefícios alcançados foram contrabalançados pelos seguintes inconvenientes:

- acelerada desnacionalização do setor produtivo;
- atuação das empresas multinacionais em expansão no seu mercado, nem sempre voltada para os interesses do Brasil;
- evasão de divisas, com deterioração do balanço de pagamentos e equilíbrio monetário;
- crescente dependência externa da economia;
- criação de hábitos de consumo imitativos daqueles dos países desenvolvidos, que não se coadunam com as necessidades da maioria da população, e muitos dos quais desfiguram a cultura nacional;
- agravamento das desigualdades no nível de renda e de consumo da população;
- bloqueio da inteligência nacional no sentido de criação de tecnologias endógenas, voltadas para a solução dos problemas nacionais específicos, ajustados à sua cultura e a suas disponibilidades.

A fim de minimizar a dependência tecnológica e criar as bases para um desenvolvimento autônomo, fortaleceu-se, nas três últimas décadas, um sistema de ciência e tecnologia,

Vários órgãos de pesquisa foram criados, velhos institutos foram modernizados, universidades foram revigoradas, investiu-se na formação de recursos humanos. Paralelamente, foram criados órgãos de coordenação e financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento e, mais recentemente, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Todo esse esforço, no entanto, pouco se fez sentir no setor produtivo e poderá ser comprometido, se não houver políticas claras para o setor, especialmente para o segmento industrial. Os incentivos e investimentos em P&D no Brasil não têm sido estimulantes para a geração autóctone de tecnologia.

O quadro acima não poderia deixar de ter repercussões no campo militar. Segundo, ainda, o professor Pirró e Longo, a dependência tecnológica nesse campo produz os seguintes efeitos para o Brasil:

- incapacidade de produzir, autonomamente, grande parte dos equipamentos e dos serviços de que necessita para prover a segurança interna e externa;
- extrema dificuldade em dominar, manter e empregar equipamentos sofisticados;
- incapacidade de fazer, a tempo, previsões tecnológicas que poderão alterar a estratégia, a tática e a logística;
- baixa prioridade ao relevante papel que caberia às Forças Armadas assumirem, o de impulsionadoras do avanço científico e tecnológico e promotoras de certas produções industriais.

Acrescente-se, ainda, que a questão tecnológica passou a constituir-se numa fonte permanente de atrito com os países desenvolvidos. Veda-se a transferência de tecnologia dita "sensível", sob o pretexto de conter a escalada armamentista, a nuclearização, proteger propriedade industrial etc. Há um bloqueio sistemático dos países desenvolvidos para transferência de tecnologia, repassando, somente, as obsolescências tecnológicas,

como cooperação.

Diante do quadro apresentado, o Exército, talvez um pouco tardivamente em relação às outras Forças Singulares, criou o seu Sistema de Ciência e Tecnologia, descrito em item anterior. Os resultados, no entanto, não têm sido adequados à Força, em face do grau de obsolescência elevado de seu equipamento. Há quem questione a estrutura do sistema e propostas de reestruturação têm sido feitas.

O autor, particularmente, considera que o sistema está bem estruturado, mas não foi ainda suficientemente testado em toda a sua potencialidade. A origem do problema está na baixa prioridade que se dá à área de ciência e tecnologia. Não há vontade política de privilegiar o setor. Em recente painel sobre Ciência e Tecnologia ocorrido no CPEAEx, da ECEME, o coronel Fernando Vieira Braga, do CTEx, ressaltou que predomina ainda, no Exército, a cultura caracterizada pelo preferir "ter", em detrimento do "por que ter", considerado um processo minucioso e quantificador do auferido face ao custo a ser pago; do "tornar possível ter", por meio de criação de condições (base tecnológica e industrial), e do "como ter", por meio de utilização de metodologias que reduzem a incerteza que existe no processo de obtenção de um MEM.

Assim, verifica-se que a dependência tecnológica do País é um dos grandes limitadores da qualidade, no Exército. Daí a necessidade da pesquisa e da formação adequada de recursos humanos, em que onde a pós-graduação se destaca como primordial para que a situação seja revertida. Somente o binômio desenvolvimento e domínio tecnológico pode levar a uma capacitação tecnológica em áreas críticas de interesse do Exército.

Pode-se ressaltar alguns aspectos relacionados com a pesquisa e a pós-graduação no Exército:

- a pesquisa deve ser primordialmente levada a efeito, no âmbito do CTEx, através do

seu Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e ter, como objetivo, a capacitação tecnológica para a obtenção de um MEM;

* o IPD deve participar, obrigatoriamente, da concepção, do anteprojeto e do projeto dos protótipos iniciais de um MEM, de acordo com as IG 20-12, Instruções Gerais para o Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar. A política segundo a qual a totalidade dos projetos foram deixados a cargo da indústria que tivesse capacidade para executá-los mostrou-se inadequada. Isto significou deixar a cargo da indústria a prática constante da Engenharia, em todos os seus matizes — concepção, anteprojeto, projeto de protótipo etc. Além de tirar a capacidade de criação dos engenheiros militares, essa prática deixa o Exército em situação vulnerável. Muitas das indústrias envolvidas em produção de MEM faliram ou estão em situação falimentar, trazendo o risco de se perder a capacitação tecnológica nelas desenvolvida. Corre-se o risco de se ter que reinventar coisas que já foram produzidas antes, com um tremendo desperdício de tempo e recursos financeiros;

* o IPD deve aproveitar, em seus projetos, a capacitação científica e tecnológica disponível no País. Deve haver uma interação maior entre o Exército, a universidade, os institutos de pesquisa civis ou militares do País e a indústria;

* o IME e o IPD devem interagir mais. As pesquisas em curso no IME deveriam estar, o máximo possível, ligadas aos projetos em desenvolvimento no IPD. Esse instituto deve estar preparado para receber alunos de pós-graduação (mestrado ou doutorado), quando em fase de desenvolvimento de tese. Os professores do IME poderiam, também, trabalhar em grupos de pesquisa existentes no IPD. Talvez uma proximidade física entre o IME e o IPD ajudasse a concretizar essa interação, atualmente tão pequena. As pesquisas teriam uma quantidade

maior de pessoas envolvidas e a qualidade do ensino no IME, sem dúvida, melhoraria. Cabe à Secretaria de Ciência e Tecnologia, que enquadra os dois Institutos, promover e incentivar essa interação;

* as linhas de pesquisa existentes no IME são voltadas para projetos de interesse do Exército. No entanto, como não há grande interação com o IPD, não se tem, no IME, uma clara definição de quais são as pesquisas prioritárias para o Exército, no momento. Fica, então, por conta de cada seção de ensino, e/ou dos orientadores de trabalhos de pesquisa, essa definição. Surgem, assim, distorções que levam a trabalhos muito distanciados dos interesses da Força. Uma boa forma de alinhar todas as pesquisas para as necessidades do Exército é fazer com que recursos para pesquisa (equipamentos de laboratório, matérias primas e bolsas de estudo) sejam destinados ao IME, via projetos do CTEx. Para receber os recursos, os pesquisadores do IME teriam que participar desses projetos;

* deve haver uma estabilidade de pesquisa, desenvolvimento e obtenção de novos MEM, durante um planejamento de longo prazo. Com objetivos bem definidos, torna-se mais fácil a obtenção de recursos e os resultados parciais começam logo a aparecer. Como já foi mencionado, a falta desse planejamento, ou seja, de propósitos muito bem definidos, acarreta esforços isolados, onde a qualidade fica por conta de cada um;

* a formação de pesquisadores de alto nível é custosa e demorada. Leva-se, no mínimo, dez anos para se formar um doutor — cinco anos de graduação, dois de mestrado e três de doutorado. Dificilmente essa formação é inteiramente realizada no âmbito do Exército. Em alguns casos, é feita no exterior, com elevado custo para o País. O Exército, na última década, tem feito grande esforço para a contratação de civis e formação de militares com essa qualificação. Como já mencionamos, são eles os

profissionais habilitados a conduzir pesquisas de alto nível, capazes de desenvolver tecnologias autóctones ou absorver tecnologias vindas do exterior. Não se pode dar-se ao luxo de empregá-los erradamente em funções distanciadas da pesquisa, seja na sua execução ou administração. Maior cuidado se deve ter com os militares que são sujeitos a movimentações, nem sempre adequadas, porque o órgão movimentador do Exército está à distância e desconhece o problema. Cabe à SCT a responsabilidade pela correta colocação dos pesquisadores. A formação e contratação destes devem também obedecer a planejamentos de longo prazo, como já mencionamos, de modo a não se ter profissionais frustrados, empregados em funções que nada tenham a ver com suas vocações e capacitações. Mais uma vez, a SCT, através de adequada política de recursos humanos, deve cuidar desse problema;

• a indústria bélica nacional está plenamente capacitada a produzir variada gama de MEM. O esforço de pesquisa dos órgãos de C&T do Exército deve ser direcionado para tecnologias mais avançadas, em relação ao ambiente científico-tecnológico, nacional internacional, e que não são disponíveis por motivos político-estratégicos. Essas tecnologias são, por isso, chamadas de críticas e devem merecer prioridade nos projetos de pesquisa do CTEx e do IME. São as tecnologias que tornam possível o grau de sofisticação hoje existente no material bélico.

Por serem de difícil obtenção, essas tecnologias devem merecer, em seu estudo, a participação de toda a comunidade científica brasileira, liderada pelas Forças Armadas, que também devem agir em conjunto, para o melhor aproveitamento dos recursos investidos nas pesquisas.

Conclusão

O presente ensaio procurou demonstrar a importância da pesquisa e da pós-graduação em seu sentido amplo, para que o Exército atinja a

sonhada qualidade, como instituição permanente destinada à defesa da integridade do território nacional. No mundo competitivo de hoje, o conhecimento é o produto mais nobre e quem o detém tem procurado restringir sua divulgação. A tecnologia depende cada vez mais dos conhecimentos científicos e, por isso, a tendência é que passem, também, a ser controlados pelas empresas e países que os detêm. Cresce, assim, de importância, a necessidade da formação de recursos humanos de alto nível para a pesquisa e o desenvolvimento. O Exército sente os reflexos da dependência tecnológica do País e, por necessidade estratégica, deve participar do esforço do Brasil nesse sentido, pois isto trará benefícios para a própria Força.

Verifica-se que o Brasil possui um sistema de formação de recursos humanos de alto nível bem estruturado. Nas três últimas décadas, houve um grande esforço para se recuperar o tempo perdido, uma vez que só em 1965 a pós-graduação se tornou realidade no País. Dentro do sistema educacional, é o que há de mais eficiente. Existem mecanismos de avaliação contínua dos cursos existentes que só permanecem credenciados se o padrão de qualidade é mantido. As bolsas de estudo, bem como os recursos de auxílio à pesquisa, são concedidos prioritariamente aos programas de melhor nível. Dentro do caótico sistema educacional brasileiro, a pós-graduação vai bem. Toda essa competitividade levou à criação de centros de excelência, em diversas áreas do conhecimento, observando-se, também, que as universidades, onde a pesquisa e a pós-graduação têm melhor nível, também possuem cursos de graduação de excelente qualidade. Esta é a verdadeira função de uma universidade: formar uma elite pensante, capaz de enfrentar os desafios de um mundo em constante mutação.

O grande desafio que se deve enfrentar é fazer com que o setor produtivo sinta os efeitos do esforço realizado na área da pós-graduação.

Excetuando-se as estatais de maior porte e raras indústria privadas, a maioria das empresas têm preferido adquirir, no exterior, a tecnologia de que necessita. Isso coloca o Brasil numa situação de grande dependência externa, com reflexos negativos para o poder bélico das Forças Armadas, que, por isso mesmo, devem participar do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

O Exército, dentre as Forças Singulares, é a que menos tem investido em tecnologia. A Marinha e a Aeronáutica estão envolvidas em projetos baseados em tecnologia de ponta que visam ao reaparelhamento das respectivas Forças. Com objetivos bem definidos, conseguem motivação para o pessoal envolvido nos projetos e recursos que, embora escassos, sempre existem quando sua necessidade é bem justificada.

Existe uma estrutura de ciência e tecnologia no Exército, mas o setor não tem sido adequadamente privilegiado. Investimentos foram feitos na formação de recursos humanos, alguns com doutoramento no exterior. No entanto, não há planejamento nem projetos para a utilização dessa mão-de-obra, frustrada na maioria dos casos. Cabe à Secretaria de Ciência e Tecnologia

cuidar para que isto não ocorra.

É fundamental que haja maior interação entre o IME e os Institutos do CTEx. O CTEx abriga os órgãos de execução de pesquisa e desenvolvimento do Exército e a ele estão afeitos os projetos na área científico-tecnológica. Deve haver um incentivo à participação dos alunos de pós-graduação, e mesmo dos professores, naqueles projetos. Há de se estudar uma forma de se aproveitar, no IPD e no IPE, além dos militares, também civis pós-graduados no IME.

Não se pode ignorar também os demais órgãos de pesquisa existentes no Brasil (universidade e instituto de pesquisa). O Exército se mantém muito fechado em si mesmo em termos de pesquisa. Deve-se utilizar mais o sistema de ciência e tecnologia nacional. Isto já vem sendo praticado pela Marinha com sucesso.

A guerra moderna é essencialmente tecnológica. Há que se fazer um esforço para o desenvolvimento nesta área. Sem uma boa formação de recursos humanos, principalmente a pós-graduação, não há pesquisa. Sem pesquisa não se desenvolve tecnologia própria, obrigando à aquisição, no exterior, de material obsoleto ou inadequado à doutrina da Força. Com material obsoleto e inadequado não se tem um Exército com qualidade.

Referências Bibliográficas

- AMARANTE, José Carlos Albano do, COIMBRA, Renato Osório, MELO NETO, João Venâncio et al. *A Previsão Tecnológica Como Ferramenta Para as Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro. n. 758, p. 37-55, out./dez., 1992.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior*. Lei nº 5.540 de 1968.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO Parecer nº 977, de 1965. Define e regula os cursos de pós-graduação.
- _____
Parecer nº 77, de 1969. Estabelece normas para credenciamento dos cursos de pós-graduação.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1993.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, IG 20-12: *Instruções Gerais Para o Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar*. Brasília, 1986.
- _____
IG 20-11: *Instruções Gerais Para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército*. Brasília, 1986.
- _____
Sistema de Planejamento do Exército

—Política Militar Terrestre (SIPLEX-3). Brasília, 1992.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Diretrizes Estratégicas de Ciência e Tecnologia*. Brasília, 1992.

LAM, K.D., WATSON, Frank D. e SCHMIDT, Stephen R. *Total Quality — A Textbook of Strategic Quality Leadership and Planning*. Colorado Springs: Air Academic Press, 1991.

LUZ, Sérgio Porto da. *O Cidadão Militar na Atual Sociedade*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n°13, p. 101-118, 1989.

MARQUES, Juracy C. e MIRSHAWKA, Victor. *Luta pela Qualidade - A Vez do Brasil*. São Paulo: Makron Books, 1993.

MESQUITA, Amadeu H. M.; BRAGA, Fernando V.; BERNARDES, Carlos Fernando C. et al. *A Engenharia Militar no Exército Brasileiro: Uma Proposta de Reformulação*. ECEME: 1990.

PAULINYI, Erno I. *Ciência e Tecnologia e Decisões Políticas*. Revista da Esco-

la Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n.9, p. 55-69, 1988.

PEREIRA DE SOUZA, Paulo Nathanael. *Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1991.

PIRRÓ E LONGO, Waldimir. *Tecnologia e Segurança Nacional*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. II, n. 5, p. 87-106, abr., 1985.

SANTOS, João Alberto Neves dos. *O Exército e a Busca da Qualidade*. Revista Militar de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, v. IX, n. 4, p. 82-90, out/nov 1992.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, *Plano Básico de Ciência e Tecnologia do Exército*. Rio de Janeiro, 1992.

UFLACKER, Gilda Maria Teixeira. *Ciência e Tecnologia e as Expressões do Poder Nacional*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 8, p. 121-139, nov, 1987.



FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA PIRES SOEIRO é tenente-coronel do quadro de Engenheiros Militares e professor do Instituto Militar de Engenharia. Possui os seguintes cursos: Material Bélico, AMAN (1971); Engenharia Mecânica e de Automóveis, IME (1979); Mestrado em Engenharia Mecânica, IME (1986); Doutorado em Engenharia Mecânica, Universidade da Flórida, EUA (1990) e Curso de Direção para Engenheiros Militares, ECEME (1993).



As Transmissões na FEB

Antônio Sérgio Geromel

Juntamente com os artigos "Caxias, Pioneiro da Telegrafia em Campanha" (ADN 758/92) e "As Comunicações na Época da Missão Francesa" (ADN 762/93), a matéria faz parte do trabalho "De Curupaiti aos Apeninos — as Origens da Arma de Comunicações do EB", elaborado com o objetivo de divulgar dados pouco ainda conhecidos sobre a origem da Arma de Rondon.

A Companhia de Transmissões da FEB

Após manter-se na neutralidade, nos primeiros anos da segunda Guerra Mundial, o Brasil acabou sendo arrastado para o conflito. Em 31 de agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha e à Itália.

Depois de demorados entendimentos feitos, nos Estados Unidos, através da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, criada por força do Acordo Militar de 23 de maio de 1942, ficou acertado que o Brasil colaboraria com o esforço de guerra dos Aliados, organizando uma força expedicionária de valor divisorio.

Ficou ainda decidido que a organização das unidades da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) seria igual à adotada nos Estados Unidos, bem como todo o material seria de origem norte-americana. Tinha início, assim, a implantação do modelo norte-americano para o

Exército Brasileiro, em substituição ao modelo francês.

Essa transformação brusca foi um grande obstáculo enfrentado pelos organizadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB), inclusive na área de transmissões.

O Serviço de Transmissões da FEB, chefiado pelo major Arnaldo Augusto da Mata, Comandante das Transmissões, teve, como órgão executor, a 1ª Companhia de Transmissões, integrada por 218 homens, sob o comando do Capitão Mário da Silva Miranda. Essa Companhia foi composta por um Pelotão de Comando, um Pelotão de Construção, um Pelotão de Exploração e uma Seção de Reparação e Suprimentos.

Quanto ao material de motomecanização, a 1ª Companhia de Transmissões era totalmente motorizada, dispondo de dezoito viaturas de 1/4t, treze de 3/4t, seis de 1 1/2t e dezesseis de 2 2/1t.

É importante salientar que o órgão de execução das transmissões da Divisão de Infantaria

era um batalhão e não uma companhia, mas o próprio Comandante das Transmissões justificou essa organização: "A experiência de guerra, na Europa, mostrou que a tropa de transmissões da DI deve ser a companhia e não o batalhão, uma vez que a organização seja de tal forma flexível que torne possível o contato direto entre o comandante das Transmissões e os oficiais comandantes de seções ou de grupos, sem que, com isso, fique prejudicada a ação administrativa e disciplinar do capitão comandante da Companhia de Transmissões, o qual, não só durante o período de instrução como também durante as operações de guerra, passa a ser um adjunto do Chefe de Serviço de Transmissões, ou seja, do Comandante das Transmissões da Grande Unidade. Assim, por exemplo: contato direto do Comandante das Transmissões com o oficial de CM (Centro de Mensagem), o oficial rádio da Divisão, o oficial T e T (de telefonia e telegrafia), o oficial de linhas etc. da DI".

Verifica-se, assim, que a doutrina vigente na época preconizava um papel de mero executor para o comandante do Batalhão de Transmissões, conforme salienta o major Adalardo Fialho, em seu livro "*O Emprego Tático do Batalhão de Transmissões*", editado no ano de 1943. Em resumo, enquanto o comandante do Batalhão (Companhia, no caso da DIE) se dedicava à vida material da unidade, o comandante das Transmissões (pertencente ao Estado-Maior divisionário) se consagrava às questões de ordem tática e de emprego do batalhão.

A Mobilização da Companhia

Coube ao 1º Batalhão Vilagran Cabrita,

sediado no Rio de Janeiro, mobilizar a subunidade de transmissões da FEB, a 1ª Companhia de Transmissões, origem do atual 1º Batalhão de Comunicações de Exército. Entretanto, os especialistas existentes acabaram não sendo suficientes.

Imensas dificuldades foram encontradas para a completa mobilização dos homens de transmissões e muitos claros acabariam não sendo preenchidos. O major Arnaldo Augusto da Mata, Comandante das Transmissões da FEB, apontou essas dificuldades:

1º — não foi possível, apesar de todos os esforços, retirar elementos das administrações dos Correios e Telégrafos, o que realmente teria prejudicado as suas atividades normais, de vez que o número dos que elas possuíam era insuficiente para os próprios serviços em funcionamento;

2º — não foi possível retirar elementos da "Telefônica", nem das outras poucas sociedades civis de

transmissões que prestam serviços de utilidade pública, pelo mesmo motivo citado;

3º — não havia pessoal especializado proveniente das tropas de 2º linha, em quantidade e qualidade suficientes;

4º — não havia pessoal proveniente das tropas de Engenharia especializado em transmissões em tempo de paz, em quantidade e qualidade suficientes.

O major Arnaldo Augusto da Mata ainda foi, pessoalmente, a quase todas as casas de rádio, oficinas de rádio, escolas de radiotelegrafistas e radioamadores, no Rio de Janeiro, procurar elementos especializados, mas não conseguiu o número necessário para com-

Imensas dificuldades foram encontradas para a completa mobilização dos homens de transmissões e muitos claros acabariam não sendo preenchidos

pletar o efetivo da Companhia de Transmissões e dos corpos-de-tropa da DIE.

A Escola de Transmissões, atual Escola de Comunicações, passou por um árduo período de preparação de especialistas destinados à FEB, nos anos de 1943 e 1944. Na Divisão de Rádio e Reparações funcionaram cursos de radiooperadores e reparadores, enquanto na Divisão de Linhas e Telefonia funcionaram cursos de sargentos de transmissões, de telefonistas e telegrafistas, de instaladores de linha e telefonistas e, ainda, de exploração.

Além dos especialistas em transmissões recrutados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, outros o foram, em unidades de algumas regiões do País. Foi o caso da 2ª Companhia Independente de Transmissões, hoje 14ª Companhia de Comunicações, sediada em Campo Grande, que forneceu elementos à unidade expedicionária do 9º Batalhão de Engenharia, de Aquidauana.

Eis algumas palavras, vibrantes de entusiasmo, do comandante dessa Companhia, capitão Luiz de Paula Pessoa, sobre o fato: "... Durante sua existência, a Companhia tem dado ao Exército Nacional uma pléiade de reservistas instruídos e capazes de dar o melhor de seu esforço, o melhor de sua cooperação técnica, nas lides cruas da guerra... Enquadradas no período intensivo de instruções do ano de 1943, duas turmas de candidatos a cabos e uma turma de candidatos a sargentos, receberam ensinamentos militares especializados e prestam hoje seu concurso na Companhia e em outras unidades do nosso Exército. Muitos deles foram transferidos para o 9º BE, onde fizeram parte do primeiro Corpo Expedicionário Brasileiro, sublime mercê com que foram agraciados."

As Transmissões Durante a Guerra

A DIE, enquadrada no V Exército dos Estados Unidos, teve como destino a península itálica,

onde os alemães exerciam amplo domínio, desde o afastamento de Mussolini.

Em 1944, quando os primeiros brasileiros aportaram em Nápoles, os alemães defendiam uma linha de fortificações nos Apeninos, a Linha Gótica, destinada a barrar as tropas Aliadas na direção do Rio Pó e, em última análise, da própria Alemanha (Figura 1).

Os 239 dias de operação da FEB constaram, resumidamente, de três períodos. O primeiro, ainda com um efetivo reduzido, com o Destacamento FEB no vale do Rio Sercchio, a oeste da península. O segundo, numa frente mais perigosa e ativa, no vale do Rio Reno, à leste, quando a DIE foi empregada na árdua missão de garantir uma das rotas para Bolonha, chave do sistema defensivo alemão. Finalmente, a ofensiva da Primavera, encerrada com a rendição alemã, em 2 de maio de 1945 (Figura 2).

Pode-se dizer que as transmissões brasileiras ganharam credibilidade somente durante a guerra, já que antes eram acanhadas e pobres, funcionando com bastante deficiência. Suas fracas atuações, em tempo de paz tornavam céticos todos que a presenciavam.

Na Campanha da Itália, dotados de meios modernos e abundantes, pelos Estados Unidos, os soldados de transmissões reverteram o quadro anterior. A 1ª Companhia de Transmissões tinha como dotação 72 telefones, oito telégrafos e oito equipamentos rádio, sendo que, no total, a DIE possuía 736 telefones, 38 telégrafos e 592 equipamentos rádio, incluindo os de maior alcance.

Os combatentes de transmissões mais se destacaram, na sofrida defensiva de inverno, no vale do Rio Reno. Nesse período, as redes telefônicas e telegráficas atingiram grandes proporções, ligando as peças da Divisão, dispersas em uma frente da ordem de 20 km.

Os construtores de linha trabalharam sem descanso, com abnegação e heroísmo. O tenente-coronel Manoel Thomaz Castelo Branco, oficial de Transmissões do Regimento Sampaio durante

a guerra, relata: "Mal as centrais acusavam o rompimento de um circuito, rápido uma equipe de reparação composta, em geral, de um cabo e dois soldados, saia campo afora, a pé ou num jipe, freqüentemente debaixo de fogo inimigo, a consertá-lo, com rapidez e entusiasmo contagiantes, porque sabia que dezenas de homens aguardavam, aflitos, nos abrigos, o seu restabelecimento".

No campo de radiocomunicação, registra-se a ligação ininterrupta Brasil-Itália, de grande valor psicológico, que o Serviço de Rádio do Exército estabeleceu com a FEB. Através dessa ligação, o combatente podia entrar em contato com seus familiares, no Brasil.

As redes de rádio de campanha também atuaram com deficiência, embora se observe que as medidas de segurança nem sempre tenham sido tomadas, em função, talvez, da falta de preocupação com as atividades de rádio-escuta e radiogoniometria do inimigo.

No mundo, a técnica da radiocomunicação foi muito aperfeiçoada, durante a guerra, com o aumento da potência e do rendimento dos equipamentos. Essa modernização permitiu, entre outras coisas, a eficiência das operações combinadas, com forças de terra, mar e ar.

Já o Exército Brasileiro teve, com a FEB, a primeira oportunidade de travar contato com equipamentos mais direcionais, em VHF/FM. Foi um grande salto para as transmissões brasileiras.

Por outro lado, com o largo emprego do rádio durante o conflito, difundiu-se amplamente o uso de criptógrafos. A DIE era dotada de 55 criptógrafos, sendo nove orgânicos da Companhia de Transmissões.

Outro meio de comunicações, o teletipo, também foi largamente usado e com grande rendimento durante a guerra, no âmbito das grandes unidades. A FEB seguiu para a Itália com a dotação de quatro teletipos, a cargo da Companhia de Transmissões.

A Importância das Transmissões

Aquilata-se a importância do papel desempenhado pelas transmissões na Itália através das seguintes palavras, proferidas pelo general João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, em sua ordem do dia 15 de fevereiro de 1945: "Em nenhuma ocasião, o Comandante da FEB deixou de transmitir as suas ordens ou de receber as informações dos escalões subordinados, por falta de meios. De dia ou noite, em situações de calma ou de combate, as Transmissões têm estado à altura de sua importante missão. Nos corpos-de-tropa ou no órgão divisionário, todos os homens se mantêm vigilantes porque sabem que um descuido seu, uma demora na comunicação da precisa informação ou da ordem de combate, pode levar a consequências funestas.

"Desde os chefes responsáveis pelo funcionamento do conjunto até os técnicos que mantêm o material em forma, desde o construtor de linhas que, na lama, na neve, nas estradas, nas montanhas, sob o bombardeio dos morteiros da Artilharia, leva o fio que manterá a ligação, até o homem que permanece nas centrais, todos telefonistas, mensageiros ou rádio-operadores, todos vós impusestes a gratidão do comandante da FEB".

As Transmissões e a Segurança Nacional

A indiscrição das transmissões rádio já direcionava os países desenvolvidos, desde muito tempo, a aperfeiçoarem medidas no campo de uma nascente Guerra Eletrônica. Sobre a implantação desta nova atividade no Brasil, fruto das observações durante a 2^a GM, afirmou Lyra Tavares: "A experiência da guerra pelo que pessoalmente verificamos na direção da censura postal e telegráfica atribuída ao Estado-Maior da FEB, no interior, revelou graves deficiências do controle de nosso Sistema de Comunicações, cuja base reside, ao lado de medidas de ordem policial, no aparelhamento e funcionamento

efetivo, desde o tempo da paz, de um adequado serviço de rádio-escuta e de radiogoniometria. Esse serviço se torna, aliás, indispensável para a vigilância, polícia e disciplina das radiocomunicações, no território nacional, a que somos obrigados, não só por imposições da Segurança Nacional, como pela observância das prescrições de convênios internacionais, sobretudo no que se refere às faixas de freqüências estipuladas".

Ainda sobre o aspecto de Segurança Nacional, a 2ª GM mostrou também a importância da fabricação, pelo próprio Exército, de pelo menos parte do seu material de transmissões, em razão da deficiência apresentada pela indústria civil no setor.

Nesse contexto, em 1944, foram aprovadas as instruções provisórias para o funcionamento da Fábrica de Material de Transmissões, criada em 1941. Entre outras missões, competia ao estabelecimento fabricar material, de acordo com suas possibilidades industriais e orçamentárias, bem como acompanhar a evolução técnica das transmissões, a fim de introduzir nos seus produtos e processos de fabricação os aperfeiçoamentos e melhoramentos nela fundamentados. Sobre o assunto, analisou Lyra Tavares: "A segunda Guerra acarretou, para as nossas comunicações militares, a necessidade de um esforço muito grande e decidido, que constituiu missão a ser compartilhada, em estreita ligação, pelas nossas Forças Armadas e pela indústria nacional, missão a que elas nunca deixaram de dar o maior estímulo e a imprescindível assistência. O próprio Exército procura modernizar não apenas a sua instrução e a sua organização, no que respeite às comunicações, como sua própria indústria, para o papel de pioneirismo e de elemento de estímulo, que lhe cumpre desempenhar com relação às atividades da indústria civil de Comunicações..."

A Aspiração pela Emancipação

Ao final da guerra, o peso das transmissões no combate moderno tinha ganho dimensões extraordinárias. Em termos de organização militar, as Transmissões já eram independentes nos exércitos mais desenvolvidos, destacando-se o Signal Corps, nos Estados Unidos, o British Royal Corps of Signals, na Grã-Bretanha, e o German Nachrichtentruppe, na Alemanha.

Desde então, o Signal Corps passou a ser o inspirador maior da determinação de muitos militares brasileiros em separar a especialidade de transmissões da Arma de Engenharia.

São do major Alfredo Malan, um dos grandes pioneiros da emancipação das Transmissões brasileiras, estas veementes palavras: "As Transmissões só têm tido prejuízos em fazer parte da Engenharia; como uma de suas múltiplas atividades, elas sofrem naturalmente, na atenção que lhes dispensam, a deficiência consequente da diluição da atenção geral repartida por toda a Arma... Embora se trate de uma das especialidades da Arma de Engenharia, o interesse dispensado às demais não traz reflexos de qualquer natureza sobre a sua instrução, seus métodos ou sobre o seu material. Enquanto as outras especialidades, formando um todo — a Engenharia — colhem benefícios do que for estudado e assentado em relação a cada uma delas, as Transmissões têm formado na realidade, um "corpo estranho que já exige, por isso mesmo e num primeiro passo, a sua independência total."

Muitos anos, no entanto, ainda se passaram até a criação da Arma de Comunicações, através da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, data do aniversário do Duque de Caxias, o introdutor do telégrafo em campanha, no Brasil.

Bibliografia

- BANDEIRA DEMELLO, Willy Moreira. *As Telecomunicações no Brasil*. ECEME, 1983.
- BOLETINS DO EXÉRCITO, *Imprensa Militar*, 1909/45.
- BRASIL. Ministério do Exército. Academia Militar das Agulhas Negras. *História da Doutrina Militar (da Antiguidade à II GM)*. 1979.
- _____. *História Militar do Brasil*. 1979, 2v.
- _____. *História da Arma de Comunicações*.
- BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *História do Estado-Maior do Exército*. Biblioteca do Exército, 1984.
- _____. *História do Exército Brasileiro*. 1972, 3v.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Biblioteca do Exército, 1976.
- CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Biblioteca do Exército, 1960.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, Humberto José. *Comunicações Rádio em VHF/FM-Dependentes e Uso Abusivo*. A Defesa Nacional, nº 750/1990.
- COSTA, Octávio. *Trinta Anos Depois da Volta*. Biblioteca do Exército, 1976.
- FIALHO, Adalardo. *Emprego Tático do Batalhão de Transmissões*. Biblioteca Militar, 1945.
- FIGUEIREDO, Lima. *Instituição de Transmissões*. Biblioteca da Cultura Militar, 1937.
- ILHA, Clóvis Pinto. *Ramos para a Evolução do SRMEx*. ECEME.
- LYRA TAVARES, Aurélio de. *História da Arma de Engenharia*. Biblioteca Militar, 1942.
- _____. *Telecomunicações e Segurança Nacional*. EGGCF, 1959.
- _____. *Vilagran Cabrita e a Engenharia*.
- Militar de seu Tempo. Biblioteca do Exército, 1981.
- MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *A Obra Ciclopica do General Rondon*. Biblioteca do Exército, 1956.
- MAGALHÃES, João Baptista. *A Evolução Militar do Brasil*. Biblioteca do Exército, 1958.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *Memórias*. Biblioteca do Exército, 1984, 2v.
- MATTA, Arnaldo Augusto da. *O Corpo de Transmissões do Exército Brasileiro*. Gráfica Editora Aurora, 1946.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*. Biblioteca do Exército, 1983, 2v.
- PILLAR, Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Biblioteca do Exército, 1981.
- RELATÓRIO DOMINISTRO DA GUERRA. Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1937.
- RELATÓRIOS DO MINISTRO DA GUERRA. Imprensa Militar, 1920/2 e 1938/40.
- RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA. Imprensa Nacional, 1907/9.
- REZENDE, Ney Riopardense. *As Telecomunicações no Brasil*. ECEME, 1988.
- SENA, Davis Ribeiro de. *A Tríplice Aliança e a Estratégia Brasileira*. A Defesa Nacional, nº 728/1986.
- _____. *A Criação da Arma de Engenharia e demais Reformas de 1888*. Revista do Exército Brasileiro, nº 124/1987.
- ONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. A Defesa Nacional, nº 738/1988.
- TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Biblioteca do Exército, 1956/60, 5v.



Ten Cel Com QEMA ANTÔNIO SÉRGIO GEROMEL — É da Turma de 1974 da AMAN e diplomou-se pela ECEME, em 1990. Exerceu as funções de Instrutor da EsSa e comandou a 14ª Cia Com (Campo Grande — MS). Serviu, ainda, no PqDepMatComElite na DTelecom. Atualmente é instrutor da EsAO.



A D E F E S A N A C I O N A L

Aspectos Trabalhistas do Programa Brasileiro de Qualidade

Marcelo Affonso Monteiro

O autor aprecia, neste artigo, os principais fatores trabalhistas responsáveis pela excepcional performance empresarial japonesa e, em função deles, identifica e comenta os artigos correlatos ligados ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Toda a discussão atual sobre qualidade e produtividade foi iniciada a partir da observação dos extraordinários resultados econômicos obtidos pelas empresas japonesas, ao longo da década de 80, o que suscitou, dentro e fora do Japão, uma sistematização das novas técnicas gerenciais e dos novos conceitos de relações de trabalho que proporcionaram tal sucesso.

A indiscutível superioridade japonesa verificou-se tanto em termos da melhor qualidade de seus produtos — aspecto fundamental, tendo em vista o aumento do nível de exigência (quanto à qualidade) dos consumidores do mercado mundial, para o qual a produção japonesa se destinava, em função da adoção de um modelo exportador — quanto em termos de maior produtividade, representando uma utilização mais racional do fator trabalho e, em consequência, a menor participação deste na formação dos custos de produção, significando custos unitários menores e, portanto, preços mais baixos.

Os resultados econômicos supracitados

decorreram basicamente de três fatores:

- as especificidades da cultura e da sociedade japonesa, com destaque para a coesão social, a valorização da ética do trabalho, o senso de disciplina e hierarquia, o caráter igualitário do todo social (pequena diferença entre as classes sociais) e a crença generalizada no primado do interesse coletivo sobre as operações individuais. Dessas especificidades resultou, no campo das relações capital-trabalho, uma profunda identificação do trabalhador com a empresa (identificação esta facilitada pela adoção tática e generalizada do sistema de emprego vitalício), cujo sucesso passou a ser percebido pelo primeiro como uma fonte de satisfação individual;

- as técnicas de gestão empresarial difundidas nas empresas japonesas, distintas daquelas adotadas mundialmente sob a inspiração dos modelos americanos de gestão (os quais encaravam os trabalhadores essencialmente sob a ótica do controle e do enquadramento). Essas técnicas japonesas, que correspondem ao conceito de Qualidade Total, têm como elemento central a

gestão participativa, ou seja, a compreensão de que processo de gestão deve englobar todas as pessoas que compõem a empresa, o que inclui uma participação real, e não apenas simbólica, dos trabalhadores nos processos decisórios, principalmente no que tange às decisões associadas ao aumento da produtividade e à melhoria da qualidade. Tais técnicas de gestão tiveram como ponto de partida os famosos "círculos de controle de qualidade";

• o alto nível de qualificação profissional dos trabalhadores japoneses — fruto do sistema educacional mais eficiente do mundo —, que os torna capazes de responder ao aumento crescente da complexidade das atividades laborais, associado às chamadas novas tecnologias (informática, microeletrônica, novos materiais, biotecnologia etc). O desenvolvimento tecnológico, como se sabe, diminui a geração de empregos para a mão-de-obra desqualificada e, simultaneamente, eleva o número de postos de trabalho destinados à mão-de-obra de alta qualificação. No Japão, graças à prioridade concedida à educação e à reciclagem profissional dentro da agenda do governo, a introdução maciça, no sistema produtivo, das novas tecnologias não representou desemprego ou subemprego, ao contrário do que ocorreu na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, onde tal introdução representou, respectivamente, desemprego e deslocamento de mão-de-obra do setor secundário para ocupações de baixa remuneração, no setor terciário.

O movimento japonês, pela qualidade, produtividade e por suas consequências em termos do vertiginoso processo de ocupação de grandes mercados antes dominados por empresas ocidentais, geraram um sem-número de estudos, dentro de empresas e universidades, voltados para a perspectiva de ocidentalização das novas técnicas japonesas de gestão. A despeito de não ser possível reproduzir, no Ocidente, dada a sua cultura marcadamente individualista, as premissas culturais associadas às tais técnicas,

os analistas concordam que se podem introduzir diversas modificações nas atuais estruturas de gestão das empresas ocidentais, capazes de levá-las a melhores resultados, em termos de qualidade e produtividade. Os aspectos essenciais dessas modificações são a obtenção de um maior engajamento dos trabalhadores no processo produtivo — o que faz do componente motivacional um elemento-chave das novas estratégias de ação — e uma ênfase muito maior nas ações empresariais voltadas para a reciclagem e a formação profissional.

Nas empresas ocidentais, um maior engajamento psicosocial dos trabalhadores no processo produtivo pode ser obtido, a partir da sua maior participação, tanto no processo decisório (gestão participativa) quanto nos resultados positivos das empresas.

No caso brasileiro, essa discussão pressupõe a mudança da nossa cultura empresarial — marcadamente autoritária —, que ainda considera o trabalhador como um adversário, não como um aliado. Esse caldo cultural, associado a um capitalismo fundamentalmente baseado na chamada empresa individual — controlada por uma única pessoa ou por uma única família —, aponta como autêntica heresia qualquer delegação de parcela do poder decisório ou transferência de parte dos lucros aos trabalhadores.

A situação mencionada no parágrafo anterior exige que o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) tenha, como maior prioridade, gerar uma profunda mudança cultural no empresariado brasileiro. Este precisa perceber que, em face do processo de globalização, que impõe um maior grau de exposição do tecido econômico brasileiro à concorrência internacional, a manutenção das suas atuais fatias de mercado e mesmo a sua sobrevivência empresarial dependem da obtenção de padrões internacionais de qualidade e produtividade, obtenção que, por sua vez, pressupõe a introdução de métodos de gestão

participativa e de mecanismos de participação dos trabalhadores nos resultados positivos das empresas.

Do que já foi dito, fica claro que o aumento da qualidade e da produtividade de um processo produtivo, através da introdução de matriz tecnológica mais sofisticada, depende de uma elevação do nível de qualificação profissional da mão-de-obra, de modo que ela possa desempenhar funções mais complexas (do contrário, a tendência natural é a geração de desemprego). Assim, um grande esforço de reciclagem profissional deve sempre acompanhar a introdução de tecnologias mais avançadas. Tal esforço pressupõe, contudo, uma boa formação básica dos trabalhadores — não pode ser reciclado o trabalhador cujo embasamento intelectual prévio não o capacite ao aprendizado de novas funções. Isso significa que, além da revitalização dos programas de formação e reciclagem profissional desenvolvidas, quer pelo governo, quer pelo setor privado, quer por uma ação integrada de ambos, o sucesso do PBQP também depende muito de maior prioridade governamental para o ensino de 1º grau.

Os trabalhadores brasileiros ainda percebem o debate sobre qualidade e produtividade como sendo essencialmente a busca de um maior enxugamento na área operacional das empresas ou como a obtenção de um nível maior de automação industrial, resultando ambos os processos em redução do nível de emprego. Isso, contudo, só é verdadeiro, conforme já foi assinalado, se não ocorrer um esforço voltado para a formação e a reciclagem profissional, de modo a capacitar o trabalhador para o exercício de atividades laborais mais nobres, o que deverá, inclusive, significar maior remuneração. Esse ponto precisa ser muito bem esclarecido junto ao movimento sindical.

A maior parte dos sindicalistas do País também tem dificuldades em identificar, com clareza, ganhos materiais para os trabalhadores que possam advir de seu maior envolvimento na

busca da qualidade e da produtividade. Nesse sentido, a discussão da apropriação, pelos trabalhadores, de uma parcela dos ganhos de produtividade, afigura-se como elemento fundamental para trazê-los à mesa de negociações, no âmbito do PBQP.

O envolvimento dos consumidores é igualmente fundamental. Se o consumidor brasileiro não aprender a demandar qualidade, boa parte do esforço relativo ao PBQP será inútil. No caso da demanda por aumento da produtividade, a questão talvez seja menos problemática, pois, na medida em que tal aumento puder representar preços mais baixos (o que, no entanto, nos setores oligopolizados da economia, muitas vezes não ocorre, pois eles têm a tendência de transformar ganhos de produtividade em aumentos das margens de lucros e não em redução de preços), a resposta positiva dos consumidores tenderá a ser automática.

Para que os consumidores passem a demandar qualidade, de forma cada vez mais intensa, cumpre que se desenvolvam os mecanismos de certificação de qualidade, pois freqüentemente os consumidores não possuem os conhecimentos técnicos necessários — ou faltam-lhes padrões de comparação, principalmente quando o bem de consumo em questão é manufaturado por um número muito reduzido de produtores — para determinar se o produto é ou não de qualidade.

Há necessidade de se criar um aparato multiinstitucional capaz de estabelecer padrões de qualidade e de testar produtos, classificando-os quanto à adequação aos padrões estabelecidos. Um tal arranjo institucional deverá ter uma grande imbricação com as entidades de defesa do consumidor, para poder cumprir o seu papel, com efetividade. Nesse sentido, a presença de tais entidades é indispensável ao debate dos rumos do PBQP.

O sucesso de qualquer mecanismo de integração econômica regional pressupõe um mínimo de equalização das condições que geram

acompetitividade. Sem tal esforço de equalização, poderá ocorrer o total sucateamento de setores econômicos importantes dos países que pretendem integrar-se, gerando problemas sociais e ressentimentos entre eles. Para evitar que isso venha a ocorrer no âmbito do MERCOSUL, seria importante que as linhas básicas do PBQP fossem discutidas com os demais países-membros, de modo que fosse possível garantir alguma homogeneidade, dando uma arrancada conjunta os países do MERCOSUL, no sentido da qualidade e da produtividade, evitando-se grandes diferenciais regionais capazes de gerar desequilíbrios comerciais entre esses países e reforçando-se em conjunto a sua competitividade frente a seus competidores externos à área do MERCOSUL.

Finalmente, cumpre ressaltar a estreita relação existente entre as preocupações relativas à segurança e à saúde do trabalhador e qualquer esforço voltado para a qualidade e a produtividade. O entendimento dessa questão exige, contudo, um breve retrospecto histórico.

No início do século, o *taylorismo* passou a encarar o trabalho como objeto de decomposição analítica e posterior reificação num sistema de tempos e movimentos, em que cada trabalhador deveria executar exclusivamente um reduzido conjunto padronizado de movimentos específicos. Com a rápida disseminação dos preceitos *tayloristas* na organização fabril, precedida da introdução da linha de montagem concebida por Ford, surgiu o trabalho repetitivo, com o trabalhador passando a ser apenas mais uma engrenagem dentro da fábrica. Assim, vingou o conceito de que o trabalhador, em troca de uma

remuneração irrisória, oferecia-se ao empresário como mais uma máquina a ser desgastada no processo de produção. Isso fez do acidente de trabalho e da doença profissional fatos admitidos pelos empresários, e mesmo pelos trabalhadores, como corriqueiros e rigorosamente intrínsecos à atividade produtiva, assim como o desgaste ou a quebra de qualquer máquina.

Dentro da moderna conceituação referente à Qualidade Total, contudo, na qual a qualidade e a produtividade são vistas como indissociáveis da motivação de todos os trabalhadores —, a qual é a contrapartida destes ao comprometimento total da empresa para com as suas necessidades e aspirações, a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais ganha uma nova feição. Ela passa a ser, além de um imperativo de natureza ético-humanitária, um elemento indissociável da geração de condições e ambientes de trabalho capazes de garantir ao trabalhador a segurança e o bem-estar indispensáveis à sua motivação para o trabalho e à sua indefinição com os objetivos empresariais, o que tem como consequência a maximização da sua produtividade e o seu comprometimento com a qualidade dos produtos resultantes da sua atividade laboral. Assim, os gastos com a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais são, em essência, investimentos em qualidade e produtividade.

Infelizmente, contudo, tais gastos ainda são vistos por muitos empresários brasileiros como despesas indesejáveis, situação que, mais uma vez, impõe uma profunda revisão da nossa cultura empresarial.

Bibliografia

BURSTEIN, Daniel. *O Japão e seu Novo Império Financeiro*. São Paulo, Cultura, 1990.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da Qualidade Total*. Rio de Janeiro, Bloch, 1989.

- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo, McGraw Hill, 1983.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- KWASNICKA, Eunice. *Introdução à Administração*. São Paulo, Atlas, 1981.
- MAXIMIANO, Antônio César. *Introdução à Administração*. São Paulo, Atlas, 1985.
- MORITA, Akio. *Made in Japan*. São Paulo, Livraria Cultural, 1986.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo, Atlas, 1976.



MARCELO AFFONSO MONTEIRO é graduado em Engenharia Metalúrgica (UFRJ) e Mestre em Engenharia de Produção (COPEE/UFRJ). Atualmente, é servidor público lotado no Ministério do trabalho.



Aconteceu na ECEME

Como Escola de mais alto nível da Força Terrestre, a ECEME está constantemente recebendo a colaboração de inúmeros órgãos e personalidades que, mercê de sua capacidade e conhecimentos, emprestam ao Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército e aos Cursos de Altos Estudos Militares — um sem número de informações no campo profissional de suas atividades, que fazem destes cursos e de seus participantes — um verdadeiro laboratório de idéias e conceitos, a serem aplicados no engrandecimento da Instituição.

Dentre os eventos ocorridos, no último quadrimestre, na impossibilidade de transcrever, na íntegra, a palavra de cada um dos eminentes palestrantes e órgãos convidados, a ADN selecionou aqueles de maior interesse de nosso público, alguns dos quais encontram-se arquivados na ECEME.

A presente mostra tem a finalidade de divulgar para os nossos assinantes e organizações de intercâmbio, a qualidade dos assuntos tratados nos cursos regulares da ECEME, bem como a abrangência das idéias ministradas e discutidas pelos corpos docente e discente deste Instituto de Altos Estudos Militares.

VIII Ciclo de Estudos de Estratégia

28 de abril — Elementos Básicos de Geopolítica:

Diretrizes Geo-estratégicas do Brasil.

- Gen Carlos de Meira Mattos

- Cel Roberto Machado de Oliveira Mafra

29 de abril — Noções de Direito Internacional

- Prof Antonio Celso Alves Pereira

02 de maio — Correntes do Pensamento Político

Brasileiro: Liberalismo, Social-Democracia e Socialismo.

- Prof. Leandro Konder

- Prof. Nei Prado

- Prof. Antônio Rangel Bandeira

02 de maio — Prospectiva

- Prof. Henrique Rattner

04 de maio - Prospectiva — Estudo de Caso

- Cel Marcus Amálio Tenório Dantas

05 de maio — Introdução à Política

Internacional

- Prof. João Franklin Nogueira

05 de maio — A Ciência e a Tecnologia

e o Poder Nacional

- Dr Luiz Gilvan Meira Filho

- Dr Oskar Klingl

06 de maio — Noções de Direito Internacional

Humanitário

- Dr Gerard Peytrignet

- 09 de maio** — Política Internacional
 - Cel Walter de Campos
 - Cel Valmir Fonseca Azevedo Pereira
- 09 de maio** — Opções Estratégicas para o Desenvolvimento do Brasil
 - Dr Eliezer Batista
- 10 de maio** — Macroeconomia: Aspectos mais Importantes dentro da Nova Realidade Brasileira
 - Dr Carlos Brandão
 - Dr Paul Israel Singer
 - Prof. Luiz Roberto Cunha
- 11 de maio** — Instituições Sociais
 - Prof.ª Heloisa Maria Cardoso da Silva
- 11 de maio** — Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania
 - Prof. Antônio José Barbosa
 - Dr Jurandir Freire Costa
 - Jorn Márcio Moreira Alves
- 12 de maio** — O Estado e a Sociedade Brasileira
 - Prof. Diogo de Figueiredo
 - Prof. Wanderley Guilherme dos Santos
 - Prof. Oliveira S. Ferreira
- 12 de maio** — Elementos para uma Política de Defesa Nacional
 - Brig. José Carlos Pereira
 - Dep Fed José Genuino
 - Jorn Antônio Carlos Pereira

Política dos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo

- 06 de maio** — Política da Secretaria de Ciência e Tecnologia
 - Dr Osca Klingl
- 13 de maio** — Política do Ministério das Comunicações
 - Min Djalmal Bastos de Moraes
- 27 de maio** — Políticas e Atividades desenvolvidas pelo Itamaraty

- 10 de jun** — Política da Secretaria de Assuntos Estratégicos
 - Min Mário Cesáro Flores
- 16 de jun** — Problemas Atuais da Administração Pública
 - Ministro Romildo Canhim
- 17 de jun** — A Política do Ministério do Planejamento
 - Min Alexis Stepanenko
- 22 de jun** — A Política do Ministério da Aeronáutica
 - Brig Lélio Vianna Lobo
- 24 de jun** — Política do Ministério da Fazenda
 - Dr Gesner Oliveira Campos
- 23 de ago** — A Política do Ministério do Exército
 - Gen Benedito Onofre Bezerra Leonel

Blocos de Estudos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército

a. Fase Internacional

- a.1. Bloco das Relações Internacionais**
- 24 de mai** — A Política Brasileira para a Europa
 - Emb Francisco Junqueira
- 24 de mai** — A Política Brasileira nas Américas
 - Min Rafael Valentim Sobrinho
- 26 de mai** — A Política Brasileira para a Ásia
 - Cons Cláudia D'Angelo
- 26 de mai** — A Política Brasileira para a África
 - Sec Carlos Serapião Junior
- 27 de mai** — A Diplomacia Multilateral Brasileira
 - Cons Flávio Helmond Macieira

a.2. Bloco de Estratégia

- 06 de jun** — Estratégia dos EUA e dos Países Europeus
 - Cel Clóvis Purper Bandeira
 - Emb Francisco de Assis Grieco

- Emb Geraldo de Heráclito Lima
- 06 de Jun** — Estratégia dos Países Sul-Americanos
 - Gen Sylvio Lucas da Gama Imbuzeiro
 - Cel Fernando de Lima Santos
 - Cel Walter de Campos
- 07 de jun** — Estratégia Comparada
 - Cel Nélson de Carmo Rocha
- 09 de jun** — Gestão da Crise
 - Gen Aricildes de Moraes Motta
 - Cel Raymundo Guarino Monteiro
 - Cel Luiz Henrique Gomes Pires
- 09 de jun** — Estratégia Comparada
 - Gen Bda Sylvio Lucas da Gama Imbuzeiro
 - Cel Clóvis Purper Bandeira
 - Cel Raymundo Guarido Monteiro

b. Fase Nacional

b.1. Bloco de Administração

- 13 de jun** — Questões de Planejamento e Orçamentação
 - Prof. Armando Santos Moreira da Cunha
- 13/14 de jun** — Questões de Orçamentação
 - Cel Jorge Vasconcellos Branco
 - Dr Jandir de Moraes
 - Dr João Bezerra Brígido
 - Dr Cleiton Abrahão
- 15 de jun** — Questões de Planejamento e Orçamentação no Exército Brasileiro
 - Dr Claudino Manuel de Alburquerque
 - Cel Ronaldo Dias Caminha
 - T/C Vitor Carulla Filho
- 16 de Jun** — Questões da Administração Contemporânea
 - Prof. Paulo Roberto Mota
 - Dep Luiz Henrique Lima
 - Dra Vanice Lyrio do Valle

b.2. Bloco de Economia

- 20 de Jun** — A Dívida Externa Brasileira

- Emb Marcílio Marques Moreira
- 21 de jun** — Situação Econômica Internacional
 - Min Paulo Roberto Haddad
 - Dr Anselmo Nakatami
 - Dr Marcelo de Paiva Abreu
- 21 de Jun** — Uma Visão Empresarial da Economia
 - Dr Jacy Mendonça
- 22 de jun** — Uma Visão Empresarial da Economia
 - Dr Jorge Wilson Simeira Jacob
 - Dr Antonio Salgado Filho
- 22 e 23 jun** — Perspectivas da Economia Brasileira
 - Dr Paul Israel Singer
 - Min Mailson da Nóbrega
- 23 de jun** — Perspectivas para um Desenvolvimento Auto-sustentável
 - Prof. Berta Becker
 - Dr Benhur Luttembarck Batalha

b.3. Bloco de Política

- 27 de jun** — Evolução Política do Brasil
 - Dep Fed Nelson Jobim
- 28 de jun** — Situação Política do Brasil — Ênfase no Processo Político
 - Prof. Oliveira S. Ferreira
 - Dep Fed José Genuino
- 29 de jun** — Situação Política do Brasil — Ênfase no Processo Institucional
 - Prof. Ives Gandra Martins
 - Dr René Dreifuss
 - Prof. Diogo de Figueiredo
- 30 de jun** — Situação Política do Brasil — Visão Prospectiva
 - Gov Ciro Gomes
- 05 de jul** — Situação Política do Brasil
 - Gen Manoel Augusto Alves Teixeira
 - Prof. Diogo de Figueiredo
 - Prof. Bráz de Araújo
 - Dr Jacy Mendonça
- 05 de jul** — A Problemática do Carvão no Brasil

- Dr David Turik Chazan

06 de jul — A Política Nuclear Brasileira

- Alte Othon Luiz Pinheiro Gomes
- Dr Rex Nazaré
- Min Luiz Augusto de Castro Neves
- Dr Roberto França

06 de jul — A Política Espacial Brasileira

- Dr Luiz Gylvan Meira Filho
- Dr Volker W. J. H. Kirchhoff
- Brig Ajax Barros de Melo
- Dr Evaristo Eduardo de Miranda

c. Fase Militar

c.1. Bloco de Doutrina Militar

07 de jul — Doutrina Militar Brasileira

- CAlte Ivan Pereira Areas
- Cel Av Luiz Mauro Ferreira Gomes
- Ten Cel Av Aloízio Diaz da Costa
- Dr Hélio Kestelman

07 de jul — Doutrina Aeroespacial Brasileira

- Cel Av Heitor Zorron Cavalcanti

08 de jul — Doutrina Naval Brasileira

- CAlte Márcio Moutella

Assunção Taveira

11 de jul — Potencial Científico Nacional

- Brig Hugo Piva
- Cel Wladimir Pirró e Longo

11 de jul — A Política de Ciência e

Tecnologia no Brasil

- Brig Sérgio Xavier Ferola

c.2. Bloco de Política e Planejamento

Estratégico do Exército

18 de jul — Política e Planejamento Estratégico

- Prof. Marcos Henrques de Oliveira
- Dr Josué Setta

20 de jul — Informações Estratégicas

- CMG Leonel Lima Martins Bahiense
- Cel Hélio Mendes

21 de jul — Planejamento da Ação

- Governamental
- Dr Hélio Kestelman

21 de Jul — Conjuntura Econômica Brasileira

- Dr Gustavo Franco

c.3. Bloco de Mobilização e Logística

15 de ago — Logística e Mobilização Nacional

- Conceitos Doutrinários
- Cel José Everaldo Montenegro

16 de Ago — Logística e Mobilização: Política e Estratégias Nacionais

- Dr Antônio Fernando Guimarães Santos
- Cel José Everaldo Montenegro

17 de ago — Mobilização Industrial para as Forças Armadas:

Concepção e Planejamento

- Dr Antonio Fernando

Guimarães Santos

- Gen Aldebert de Queiroz

- Cel Thomas Gonzales de Gusmão

17/18 de ago — O Sistema Logístico na

Força Terrestre

- Cel Toni Fernando Vargas Herzer

- CMG Edson Nascimento Martins

- Cel Av Wilson José Romão

- CF Tibério Clarindo de

Alcântara Bucci

18 de ago — A Problemática da Mobilização

nas Forças Armadas

- Cel Pedro Carlos Neto

- CMG Valter Lima Torres

- T C Int Aer Maximino Mendes de

O. Júnior

- CMG/FN José Augusto Barros Caputo



Comentários

A Atividade de Inteligência no Brasil

Osmar José de Barros Ribeiro

Diferentemente de outros países, o Brasil jamais teve qualquer tradição na área das Informações ou, conforme hoje se diz, de Inteligência. É verdade que o Ministério das Relações Exteriores e os ministérios militares, estes particularmente após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveram e sistematizaram, com maior ou menor sucesso, em suas áreas específicas de atuação, embriões dessa atividade. O próprio Serviço Federal de Informações e Contra-Informação (SFICI), desde a criação após o conflito mundial, até a sua extinção e substituição, em 1964, pelo então Serviço Nacional de Informações (SNI), malgrado o interesse, a dedicação e o esforço de seus integrantes, pouco produziu.

O acirramento do conflito ideológico interno, em particular a partir de 1968, deixou patente a incapacidade da polícia para o seu enfrentamento e terminou por colocar o aparelho repressivo nas mãos dos militares. Isso, se foi benéfico para o País na medida em que reduziu, à sua expressão mais simples, o movimento subversivo, por outro lado, malgrado a criação da então Escola Nacional de Informações, não deu margem à total implementação de

uma doutrina de Inteligência. Claro está que muito foi feito, que um longo trecho do caminho foi percorrido, mas não é menos certo que muito restou por fazer.

O governo Sarney, claramente de transição, por uma série de contingências e pela idiosyncrasia de algumas autoridades, implicou no estancamento das atividades de Inteligência e no surgimento, às claras, da luta pelo poder, no âmbito do então SNI, desde o momento em que ficou definido o objeto governamental de afastar das atividades de Inteligência, o pessoal militar.

Em termos de tais atividades, como de resto para toda Administração Pública, o governo Collor foi um verdadeiro e total cataclisma. No mais alto escalão de governo, os órgãos de assessoria foram extintos e refundidos na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), a qual luta, ainda hoje, em meio a uma série de dificuldades e problemas, para encontrar melhor forma de dar cumprimento às suas finalidades. O fato, no que respeita à atividade de Inteligência, é que toda uma rede de vasos comunicantes que lhe davam sentido, vida e estrutura, em âmbito municipal, estadual e federal, ao tempo do ex-SNI, esborrou-se e, em seu lugar, malgrado três sucessivas reorganizações, nada surgiu, salvo palavras grandiloquentes e estudos herméticos e altamente filosóficos, quanto ao seu exercício.

Inteligência, no sentido ora tratado, nada mais é que a tradução do inglês "intelligence", que naquela língua significa, ao mesmo tempo,

inteligência (capacidade mental) e conjunto de informações. Pessoalmente, acredito que a sua adoção entre nós foi uma tentativa de afastar certos estigmas adquiridos pelo vocabulário "informações" (nossos legisladores, quando da elaboração da Constituição de 1988, revelaram os mesmos pruridos quanto ao termo "segurança", mas esta é uma outra história).

A atividade de Inteligência desdobra-se segundo duas grandes vertentes. A primeira, mais abrangente, engloba a busca e/ou a coleta, para posterior análise, daqueles conhecimentos capazes de subsidiar decisões a serem tomadas, no mais alto nível governamental, e que podem vir a ter consequências sobre toda a sociedade. A segunda vertente está relacionada, em última análise, à proteção dos interesses e à própria segurança do Estado. À primeira, dá-se o nome de Inteligência e, à segunda, de Contra-Inteligência.

A importância de conhecer para bem decidir é uma verdade acaciana e laboram em erro palmar aqueles que entendem ser a atividade de Inteligência, um monopólio estatal. Na verdade, as grandes empresas transnacionais possuem, há muito, doutrina e estrutura de Inteligência capazes de fazer inveja a não poucas nações independentes. No Brasil, lamentavelmente, aos poucos, vamos cedendo um terreno duramente conquistado e voltando aos tempos de criação do já citado SNI, a começar pela falta de facilidades e de autoridade, indispensáveis para ligações em alto nível, não só com os diferentes ministérios como com os órgãos de cúpula das administrações estaduais e municipais. Destarte, não se alcançam nem a integração final dos assuntos tratados nem a presteza em atender à autoridade que deveria beneficiar-se, na sua tomada de decisões, dos conhecimentos produzidos.

Outrossim, as ações de um órgão de Inteligência não podem deixar de obedecer a um planejamento consubstanciado num Plano Nacional de Inteligência, sob pena de, qual moder-

no Dom Quixote, investir moinhos de vento em lugar de dragões. Tal Plano pressupõe, por outro lado, para ser exequível, a implantação de um Sistema Nacional de Inteligência, nos moldes daquele extinto pelo governo Collor. Não que ele fosse isento de falhas ou funcionasse às mil maravilhas. Porém, corrigidas as falhas, teríamos, forçosamente, um resultado infinitamente superior ao atual. Um aperfeiçoamento seria, em que pese a tradição brasileira, a implantação de um colegiado na direção do Sistema, como forma de evitar o surgimento de melindres. Hoje, mais do que nunca, avulta a necessidade de pensarmos grande, de pensarmos em termos de Brasil e não em função de interesses políticos e/ou pessoais.

Esta análise, embora superficial, poderá parecer derrotista. Laboram em erro aqueles que assim a consideram, pois ela é, antes de mais nada, um grito de alerta da parte de quem acredita nos destinos maiores da nossa Pátria comum. Afinal, o "caminho das pedras" existe e o importante é querer descobri-lo.

Osmar José de Barros Ribeiro é Tenente-Coronel da reserva do Exército

O Japão e a China de hoje

Caio Lóssio Botelho

Com uma superfície de 377.748.000 km² e uma população superior a 123 milhões de habitantes — 76% concentrada nos grandes centros urbanos e 89,5% professando o Xintoísmo — o Japão pode ser considerado "A Inglaterra do Oriente" visto que representa, para a Ásia, o mesmo papel que a Grã-Bretanha representa para a Europa.

Então, vejamos:

- 1) • A Grã-Bretanha é uma ilha;
- O Japão é também uma ilha.

2) • A Grã-Bretanha tornou-se habitável graças à presença de uma corrente marítima quente "Gulf-Stream".

• O Japão deve também a sua habilidade à existência da corrente marítima quente "curosivo" — Rio Negro, que ameniza os rigores de seu clima.

3) • O Rei ou a Rainha da Inglaterra é o Chefe da Igreja Anglicana;

• O Imperador do Japão é o Chefe espiritual do Xintoísmo.

4) • A Inglaterra foi o primeiro país da Europa a se industrializar;

• O Japão foi a primeira nação da Ásia a se industrializar.

O traço mais marcante da **personalidade geográfica** do Japão, com repercussão no campo da **psicologia social da nação japonesa**, é a **angústia do seu espaço existencial**, face à **diminuta amplitude** do seu **espaço vital**. Isso, aliado a uma **política educacional** com uma **filosofia definida** e uma **responsabilidade patriótica**, levou o Japão a se encaminhar para o desenvolvimento de uma **microindústria**, notadamente no campo da cibernética. Em nenhum país do mundo, a angústia do espaço existencial do indivíduo levou a tamanhas alterações nas relações existentes entre o homem e seu meio social, motivadas pelo fato de que o espaço existencial autônomo se comprimiu frente ao espaço existencial coletivo, emulando a **grande revolução tecnológica** ocorrida naquela nação.

Não temos dúvida de que a Segunda Revolução Industrial (Cibernética) está sendo a grande **alavancinha** do progresso naquele país nipônico.

A cibernética pode ser considerada a evolução do ser humano, fora do próprio ser humano, pois a idéia e a imaginação serão as únicas coisas que restarão ao homem do futuro, quando ele aprender a usar os computadores como uma extensão do seu cérebro, da mesma forma que as

máquinas se transformaram em extensão de seus músculos; dai novas formas de criatividade deverão ser esperadas.

Dentro desta realidade, os nipões (Nippon) são um dos raros povos do mundo que, apesar de habitarem uma área de superfície reduzida, pobre em minerais, sem petróleo no subsolo e com menos de 30% de terra arável, transformaram-se em uma das maiores potências do mundo atual.

Considerando o fato de que um Estado só se tornar potência quando o seu espaço econômico (Haushalt) extrapola além do espaço territorial (país) ou, pelo menos, quando há uma superposição dos espaços econômico e político, conclui-se que a idéia de **potência** está ligada à vitalidade econômica de uma nação. Por isso, um Estado territorial muito pequeno pode constituir-se em uma potência, como a Bélgica ou a Holanda, que cabe folgadamente na Ilha de Marajó e, outras vezes, um Estado de grandes dimensões territoriais não chega a se estabelecer como uma potência, como acontece com o Sudão.

No Japão, registram-se mais de 1000 (mil) terremotos por ano, o que o leva a desenvolver uma **arquitetura** e uma **engenharia** de construções **resistentes** a essa instabilidade da natureza. E é portanto, o Japão, o país mais evoluído na construção de prédios resistentes a terremotos, graças ao emprego de uma tecnologia criada pela imposição de seu meio.

Finalmente, podemos constatar que uma **filosofia de educação objetiva**, tendo em vista a **angústia do seu espaço vital**, levou o povo japonês a desenvolver uma **microtecnologia** sem concorrentes, na história da humanidade.

A China é um dos países mais complexos do nosso Planeta. Com uma superfície de mais de 9.500.000 Km² e uma população superior a 1.180.000.000 habitantes, comporta-se como um verdadeiro "formigueiro" humano. 21% apenas de sua população se concentram nos grandes centros urbanos. Seu crescimento demográfico

é de 1,34% ao ano, com uma taxa de fertilidade de 2,4% de filhos por mulher. Constitui-se o maior adensamento demográfico da Terra, e é o centro do mundo amarelo. Embora adote uma filosofia materialista, o marxismo, professam-se na China o Confucionismo, o Budismo e o Taoísmo, religiões praticadas pela maioria da população. Essas religiões pregam o culto à família.

Até o inicio da década de 50, a China era um país de pouca expressividade no contexto internacional das nações. Só depois da revolução cultural, imposta por Mao-Tse-Tung, em 1967, é que realmente a nação chinesa veio assumindo, gradualmente um papel de certo relevo na realidade mundial.

Em que se constituiu a chamada Revolução Cultural? Mao-Tse-Tung, depois de conviver com um vasto período revolucionário (aproximadamente 30 anos) e de consolidar a sua posição político-militar na China Continental, deu uma guinada de 180°, no que disse respeito à essência do materialismo dialético. Na sua nova doutrina filosófica, Mao-Tse-Tung aliou a filosofia do marxismo à filosofia do Confucionismo e do Taoísmo, incorporando um conjunto de princípios e de regras morais para o soerguimento da comunidade chinesa, tornando-se, destarte, uma espécie de Lutero Social do Oriente. Com essa modificação, Ele conseguiu alterar toda a estrutura milenar chinesa, que se encontrava cristalizada psicológica e socialmente e iniciar reformas profundas no substrato da cultura chinesa. Ele rompeu violentamente com a milenar estrutura social da China, com a adoção de suas medidas, até então nunca postas em prática por nenhum estadista: a Densidade de População Fisiológica e a Densidade de População Funcional.

A Densidade da População Fisiológica consistia em redistribuir o número de habitantes de uma determinada região, tendo em vista a capacidade produtiva do seu solo e o "optimum" ecológico de sua região.

A Densidade de População Funcional consistia em redistribuir o número de habitantes de uma determinada microrregião homogênea, em relação à tendência psicológica de cada grupo (povo ou nação) e em relação, também, à sua própria produção.

Assim, por exemplo quanto aos Kamulkos, habitantes do centro da China, se um teste de psicologia coletiva demonstrasse a sua tendência para a atividade industrial, seriam os mesmos automaticamente transferidos para os grandes centros industriais do país (Densidade de População Funcional). Por outro lado, se os Miao-Tsé, habitantes de uma microrregião homegênea A, que tivesse uma capacidade de suportar apenas 90 milhões de indivíduos, estivesse com uma população superior a 120 milhões, esses 30 milhões excedentes, seriam automaticamente transferidos, para a microrregião B, cujo "optimum" ecológico, permitiria uma concentração de 90 milhões de indivíduos, mas que só possuía 60 milhões (Densidade de População Fisiológica).

Com a adoção dessas suas medidas, verificou-se a maior migração forçada da história da humanidade, a qual originou também o rompimento de toda estrutura psicológica e sociológica daqueles agrupamentos, dando ensejo a uma perigrinação de toda uma ideologia, imposta a curto e médio prazos. Só medidas dessa natureza, poderiam fazer mudanças tão radicais como as ocorridas naquele país asiático. Fora a execução dessas mudanças, elaboradas simples e puramente, por um só processo, o instrutivo por exemplo, a velocidade de transformação da mentalidade de diversos povos do Estado chinês, teria sido lenta e paulatina.

Após essas transformações, todos os problemas geopolíticos do extremo oriente, passaram necessariamente pela China.

Diante dessas considerações, podemos concluir que os dois países convivem com o mesmo problema, o da explosão demográfica, o qual, se

não receber tratamento à altura, levá-los-á, inexoravelmente, a problemas gravíssimos de "patologia-social". Este, quando não tratado científica e tecnicamente, leva indubitavelmente à desestruturação do espaço social. E dois foram os processos de vivificação regional que diminuiram a tensão demográfica, com duas ideologias destintas.

Enquanto o Japão optou pelo processo educativo, priorizando a tecnologia como elemento capaz de corrigir as saturações demográficas internas, fazendo-se uma potência, a China escolheu um caminho apoiado numa filosofia com repercussão no plano psicossocial, com adoção de duas medidas científicas: a Densidade de População Fisiológica e a Densidade de População Funcional.

Dante de tais argumentos, como o leitor analisaria estes dois acontecimentos, à luz da Teoria de Malthus? Será que o desenvolvimento tecnológico e uma ajustada filosofia e política científica poderiam alterar essa visão malthusiana?

Como o leitor encararia esses fatos face à Teoria de Darwin? O desenvolvimento das técnicas concorreria para uma igualdade ou desigualdade social?

Será que o fato de a Ásia, ter sido o "berço das religiões" daria a esse continente um privilégio para a compreensão dos problemas de psicologia social?

Por que, na América Latina, a explosão demográfica concorre para aumentar o desassego social e na Ásia levou à formação de duas potências?

Note-se que, no Japão, sobretudo a disciplinação demográfica não levou esse país ao caos. Pelo contrário, a pressão demográfica disciplinada pela economia privada (japonesa), ao invés de gerar uma rigidez social, serviu para fortalecer a sua economia, onde a pequenez de seu espaço em relação ao seu contingente populacional, emulou uma microtécnica, for-

çando, por outro lado, a nação a evoluir para a visão de uma economia internacional como estratégia, e mesmo terapêutica, para a amenização de sua tensão demográfica. Na análise de um país não podemos descurar os seus aspectos espaciais no comportamento de seu povo.

Enquanto isso, a disciplinação do espaço na China, foi feito através do Estado, por uma filosofia e por uma política, que procuraram amenizar a rigidez social, com estratégias mais voltadas para o campo da Psicologia Social, da Demografia, da História e da Geografia.

Caio Lóssio Botelho é membro do Instituto do Ceará, em cuja revista (1992) foi publicada esta matéria, na Seção "Estudos Geográficos".

A Heurística Aplicada à Seleção de Fontes Históricas Confiáveis

Claudio Moreira Bento

A Heurística aplicada à História é disciplina auxiliar desta. Ela conclui quais, dentre os vários subsídios históricos coletados, podem ser fontes históricas confiáveis, quanto à sua autenticidade, fidedignidade e integridade, passíveis de utilização pelo historiador.

Após mais de 35 anos dedicados ao trato de problemas relacionados com a produção de História, chegamos a esta conclusão: não poderá intitular-se ou ser considerado historiador aquele que não conseguir ser isento, por subordinar, falsear, arranhar ou silenciar sobre a verdade histórica, sob a influência de interesses, interferências e pressões espúrias das mais variadas formas. Em assim procedendo, ele se tornará um sério candidato à mediocridade, além de deservir a posteridade, com falsas lições.

O problema de manipulação da pretensa História, com objetivos os mais diversos, tem sido uma constante entre nós.

Já no século passado, o Barão Homem de Melo, nosso patrono na Academia Itatiaiense de História e destacado historiador, registrava, desolado, esta deformação: a manipulação da pretensa historiografia brasileira.

Em artigo na **Revista do Exército** (out/dez 1990), sob o título — “O Duque de Caxias e a manipulação da História”, denunciamos e desfizemos as falsas acusações assacadas contra a sua memória, com objetivos políticos ideológicos, visando, a indiretamente, atingir a instituição Exército Brasileiro, da qual é o patrono e símbolo, uma vez que simboliza o soldado. Abordagens como esta, com a pretensa capa de História, objetivando substituir a “História Oficial”, inundaram a literatura brasileira, confundindo e desservindo obras sérias que se contrapunham, de fato, à História Oficial.

Para que a interpretação e a elaboração histórica se revistam de cientificismo, é essencial o uso, pelo historiador, de fontes históricas confiáveis, criticadas com o auxílio das disciplinas auxiliares da História, em especial da Heurística, que o ajudará a concluir sobre as seguintes características da fonte:

- **Autenticidade:** se a fonte é falsa ou genuína, quanto ao seu autor.

- **Fidedignidade:** se a fonte traduz a verdade ou é mentirosa ou escapista, no todo ou em parte, ou até onde ela é verdadeira ou falsa, ou forjicada.

- **Integridade:** se a fonte é original ou se sofreu acréscimos ou supressões, e até onde foi manipulada, particularmente em transcrições.

Será ideal, para o historiador, uma fonte histórica com autoria indiscutível, que traduza a verdade e seja íntegra. Do contrário, ela deformará e desacreditará a História e dará razão aos que a classificam de balela.

Em informações militares, os informes merecem classificações variadas quanto ao grau de

idoneidade e veracidade da fonte que os produziu.

Tal conceito o historiador poderá usar para classificar as fontes históricas. A produção de informações militares, aliás em muito se assemelha à produção de informações históricas. Não é de se estranhar que Arnold Toymbe, considerado o maior historiador do mundo ocidental, tenha feito carreira no serviço secreto da Inglaterra e tenha chefiado o da Marinha daquele país. O mesmo se pode dizer do historiador Carlos Boxer, também inglês.

A verdade histórica que deve ser procurada pelo historiador ou da qual ele deve se aproximar ao máximo possível, deverá situar-se nos limites do enfoque filosófico que vier a adotar para a sua interpretação, que são inumeráveis, dependendo do ponto de observação em que se situar. Para um historiador brasileiro, a nível federal, por exemplo, penso que seu enfoque filosófico seria mais ou menos este: “sou historiador do Brasil, um país sob Deus que procura, desde seu descobrimento, preservar ou conquistar os seguintes objetivos, que cristalizam as aspirações do povo brasileiro: integridade, unidade, soberania, independência, integração, paz social, democracia e progresso integral.”

Assim, desde o descobrimento, ao longo do processo histórico brasileiro, personalidades portuguesas ou brasileiras ou grupos sociais concorreram para a conquista desse objetivos ou os retardaram ou prejudicaram, dolosa ou culposamente.

Nesse ponto, o historiador, como juiz do Tribunal da História, teria que distinguir o homem de sua obra. Sabe-se da existência de homens-modelos, mas que nada realizaram em prol das comunidades em que viveram. Sabe-se, por outro lado, da existência de homens polêmicos, cheios de falhas humanas e pecados, mas com obras que se refletiram, muito expressivamente, na melhor qualidade de vida de suas comunidades. Qual deles teria mais expressão e projeção e mereceria a gratidão maior da comu-

nidade beneficiária?

Esse quadro enseja, ao historiador, saber distinguir o "político", que pensa nas próximas eleições, do estadista, que pensa nas próximas gerações.

Prosseguindo, seria o caso de o historiador, e também do estudioso de História, saber distinguir os historiadores autênticos e sérios, que retiram da História para os pôsteros as lições que ela encerra, para facilitar e assessorar suas caminhadas seguras rumo ao futuro. O contrário seria saber distinguir os falsos ou pretensos historiadores e, mais propriamente, os autores que subordinam suas interpretações e interferências e pressões espúrias das mais variadas formas, enchendo de escolhos e desvios a caminhada dos pôsteros, com suas enganosas e pretensiosas lições. Ou então aquele que produz sem o mínimo cuidado com as fontes, no tocante à autenticidade, fidedignidade e integridade, ou sobre a idoneidade e veracidade das mesmas.

A verdade histórica só é possível ser resgatada longe das paixões e pressões que produziram o fato histórico. Só depois de sereados os ânimos, pode o historiador começar o seu trabalho, isento e desapaixonado, de juiz, no Tribunal da História. E, assim, tirar as lições para os pôsteros e mesmo contemporâneos que a História, como mestra da vida e mestra das mestras, sugere.

Não existe uma regra de prazo necessário para dar-se início a uma reconstituição histórica, seguida de interpretação. A abordagem de guerras civis brasileiras tem mostrado a inconveniência e inopportunidade de tratamento do assunto, em debate amplo, antes que decorra um século ou mais. Pois, é humano que descendentes de seguidores das facções que se confrontaram, ou mesmo participantes destas, interfiram no trabalho e não consigam, por mais que tentem, levantar a venda da paixão, para enxergar a verdade, para fazer a justiça, na voz da História. Insistir num debate amplo é ferir suceti-

bilidades e transformar a pretendida História em instrumento de discórdia, ao invés de instrumento de construção.

Deve o historiador reunir o máximo de fontes, interpretá-las e, assim, produzir e coletar fontes para que, na oportunidade ideal, outros o façam, em melhores condições, sem influências de interferências. E aqui é oportuno recordar Galileu Galilei, ao ser condenado à morte pela Inquisição, por haver declarado que a terra era redonda e se movia: "A verdade é filha dos tempos e não da autoridade". Autoridade que, no decorrer dos tempos, assume variadas formas e matizes, em seu empenho, para que a verdade e a justiça históricas sejam desvirtuadas.

Outro ponto delicado para o historiador é o determinar até onde a tradição e o folclore (lendas) podem ser considerados fontes históricas com elevados graus de idoneidade e veracidade.

Segundo Tardif, podem ser considerados fontes históricas as tradições:

- relacionadas com fatos históricos públicos e amplamente testemunhados;
- as tradições admitidas, por longo tempo, por pessoas que tenham interesse e meios para negá-las;
- as tradições que, comprovadamente, possuam base histórica. Daí ser a tradição filha, e não mãe da História.

Isso implica, para os tradicionalistas gaúchos autênticos, uma crítica histórica das tradições a cultuar, e não usar indiscriminadamente, para não deformar a História do Rio Grande do Sul. As lendas, por outro lado, são um misto de fantasia e de verdade. Impõe-se ao historiador saber separar a verdade da fantasia e perceber seus escapismos.

A crítica das fontes históricas a serem utilizadas pelo historiador é fase mais complexa do processo de produção histórica. Dela depende o grau relativo de cientificismo de sua obra, ou melhor, sua maior ou menor aproximação da verdade ou distanciamento dela e, por via de consequência, da justiça. Ela exige cuidados

especiais. Nela, o historiador, com o auxílio das disciplinas auxiliares da História, em especial da Heurística, adicionada a muito engenho e arte, adquiridos em longa prática, e a experiência que adquiriu com outros historiadores, deverá ter o máximo de certeza de que as fontes que selecionou possuem determinadas características. Para cada fonte, ele deve ter estas convicções: é fonte original, e não de 2^a, 3^a, 4^a mãos, com vistas a adotar a original no lugar das demais, se possível; seu autor merece fé, não é escapistas; ele a produziu no dia X, no local Y e possuía autoridade para produzi-la; as fontes em conjunto são suficientes, ou elucidariam mais a questão fontes seguintes, se encontradas.

Em resumo, a crítica de uma fonte histórica comporta a crítica de **autenticidade** (autor, data e local) e de **qualidade** (integridade, originalidade, fidedignidade, valor relativo, veracidade e suficiência).

São de Alexandre Herculano as regras práticas de crítica de fontes de História, a utilizar ou rejeitar, abaixo enumeradas.

- Para evitar tomar a mentira como verdade e deformar o trabalho:

- não se deixar dominar pelas afeições e desafeições pessoais dos autores de fontes. Procurar caracterizá-las e dar o devido desconto;

- avaliar qual o real objetivo da fonte histórica produzida. Se seu autor é engajado em serviço de grupos das mais variadas naturezas e, em especial, políticos, econômicos, sociais etc;

- analisar quais os preconceitos, as vaidades, grau de maturidade e a filosofia em que se apóia o autor da fonte. Ou seja, quais os fundamentos de crítica ou de análise usados pelo autor, na elaboração da fonte histórica.

- Dar preferência à testemunha contemporânea do fato, distante dele, verificando:

- se o contemporâneo foi original, isento e preciso;

— se o atual fez trabalho maduro, apoiado em fontes primárias **fidedignas** e sólida argumentação. Neste caso, preferir o atual.

- Desconfiar de abordagens modernas, não mencionadas por autores-testemunhas, ou de omissões que foram mencionadas por autores contemporâneos.

- Não desprezar, desde que sinceros e precisos, os antiquários, os autores de resumos, de cronologias e de compilações históricas. Não esquecer os microhistoriadores que dissecam detalhes históricos utilíssimos para a macrohistória, dando a esta maior característica científica.

- Preferir as fontes primárias, após submetidas e aprovadas pela Heurística, às demais fontes.

Enfim, a crítica de fontes históricas é um assunto muito complexo a que demos certo desenvolvimento na obra *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro* (Brasília, EME-EGGF, 1978), editada pelo Estado-Maior de Exército, e, desde então, usadas na Academia Militar da Agulhas Negras e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Fica caracterizada, assim, a importância da crítica das fontes históricas com apoio na Heurística, para que a História, segundo Cícero, seja "a verdadeira testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a embaixatriz da antiguidade". E o historiador, "o tabelião dos tempos", na expressão de Osório Figueiredo.

É impositivo que o leitor saiba distinguir o que é História do que é manipulação da História, tão comum no Brasil de nossos dias e usada como instrumento político.

Claudio Moreira Bento é Coronel da reserva do Exército, membro, entre outras instituições, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa de História.



Destaques da Imprensa

A Marcha da Insensatez

O governo João Goulart caiu, em 31 de março de 1964, com incrível facilidade. O tão apregoado dispositivo militar do presidente evolou-se, na hora da reação, e a rapidez com que o movimento foi consumado foi uma surpresa para os próprios conspiradores. Que tipo de governo começaria então era uma incógnita para todos. O que moveu os conspiradores, civis e militares, foi um sentimento de temor, um grande medo em relação aos compromissos de João Goulart com a esquerda. O que moveu o governo foi a insensatez que o impediu de avaliar mais realisticamente suas possibilidades e a cólera das legiões.

Entre as várias teses que explicam o golpe há uma sobre a qual quero me deter. Refere-se à questão da quebra de disciplina dentro dos quartéis, incentivada pelo tratamento diferencial que o governo dava aos movimentos associativos e reivindicativos de sargentos e marinheiros. A quebra da hierarquia é, sem dúvida, um ponto nevrálgico para qualquer corporação militar. Quando os baixos escalões se perdem no referencial de mando e de comando, o caos se instala: a instituição perde sua razão de ser. Essa teria sido para muitos a razão mais visível e contundente para a decisão dos chefes militares, no sentido de enfrentar o governo. Com isso, estariam não apenas livrando o País

de uma aventura comunista mas também poupando a corporação dos desvios anarquizantes e caóticos que se visualizam em várias manifestações. O governo caía porque ameaçava a instituição militar.

Tomando esse ponto a sério, como aliás deve ser, quero lembrar que a indisciplina sempre lembrada é aquela relativa aos setores identificados com o governo ou envolvidos nas manobras demagógicas de vários líderes populistas, civis e militares, que desde a novembrada de 1955 tentavam estabelecer nos quartéis uma associação entre soldado e trabalhador, ou, mais precisamente, instituir a noção do soldado trabalhador. Esse movimento passou a dividir os oficiais entre os "generais do povo" e os "gorilas", sendo sempre os primeiros responsabilizados pela inquietação e indisciplina que invadiram a tropa.

Pouco se tem comentado, contudo, sobre as razões das facilidades que permitiram a velhos e jovens oficiais conspirarem tão abertamente contra o governo. Isso só foi possível porque a indisciplina e a crise na relação de mando e obediência era muito maior do que usualmente se supõe. A indisciplina não foi prerrogativa dos janguistas, e mais do que isso, foi até razão de ser do próprio golpe. Muitos jovens oficiais conspiraram abertamente, não obstante a orientação legalista de alguns comandos. Conspirava-se livremente nas escolas

militares e nos quartéis porque não havia rede de comando com suficiente autoridade para fazer prevalecer um ponto de vista consensual. A crise de disciplina fica sintomaticamente explicitada no ato de rebeldia do general Mourão Filho, que toma a iniciativa individual de desflagrar o golpe sem levar em consideração o que estava sendo estabelecido pelo comando da conspiração, criado de última hora e chefiado pelo legalista Castello Branco, soldado mais afeito à ordem do que à rebelião.

Vitorioso o movimento, os governistas "baderneiros" são expulsos, cassados, reformados. Assim mesmo, sobem ao poder dois exércitos: um profissional e intelectual, na linha de Castello Branco, e outro *trouper* e radical que gravitava em torno de Costa e Silva. Esse último grupo, agregado ao poder paralelo do "comando supremo da revolução", passou a ser denominado de *linha dura* e em torno dele se juntaram vários subgrupos que, em muitos casos, continuaram desrespeitando orientações superiores, principalmente quando vinculadas a ações de segurança e informação. Esses dois exércitos vão coexistir e duelar por alguns anos — o governo Costa e Silva é o momento mais visível dessa situação divisionista.

O primeiro e tímido ato para a fusão desses exércitos se dá no governo Médici, quando se verificam alguns esforços no sentido de conter os radicais mais exacerbados. Paradoxalmente, esse governo, lembrado como o período mais duro do regime militar, teve um papel importante no sentido de começar a substituir alguns comandos que se moviam por autonomia crescente nos seus desvios de controle e coerção. Ao dizer isso, pode-se deduzir automaticamente que aqueles anos de repressão poderiam ter sido muito piores se algumas cabeças militares não tentassem conter a fúria radical dos duros. Em outros países da América Latina, não houve tanto equilíbrio entre as tendências que compunham as Forças Armadas, e os resultados foram muito mais catastróficos no que toca aos níveis

de violência.

O ato final para fundir os dois exércitos se deu no governo Geisel. Os *duros* continuavam não primando pelo respeito à hierarquia e à disciplina, e os casos Eduardo d'Ávila e Silvio Frota são bons exemplos. Geisel impôs a predominância de uma linha mais profissional, recuperando as cadeias de comando e as responsabilidades das chefias. Os bolsões de radicalismo continuaram, desta feita, em forma de terrorismo de direita, alimentado certamente pelo tradicional viés de indisciplina de que estamos falando. O episódio do Riocentro, em 1981, serviu para exorcizar esse fantasma divisionista, graças à ação dos tribunais e da opinião pública: as Forças Armadas se fecharam em copas sobre o caso mas, em compensação, episódio como esse não se repetiram.

Do passo no escuro dado em 1964 advieram efeitos positivos e outros de triste lembrança. Uma certeza, contudo, podemos ter hoje: se os radicais não tivessem sido contidos em suas ambições, e se a indisciplina não tivesse sido explicitamente controlada no governo Geisel, a insensatez teria tido um campo mais profícuo. Pode-se dizer que não fora o sobro de bom senso que se lançou sobre alguns chefes militares, os demandos subsequentes poderiam ter sido muito piores.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 28.03.94, assinada por Maria Celina d'Araújo, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas e professora da UFF).

1964: Apontamentos para um Balanço

Qual foi o saldo dos 21 anos de governo autoritário, de 1964 a 1985? Em que medida as dificuldades que o Brasil vem atravessando desde o retorno ao governo civil, decorrem da intervenção militar de 1964? Embora o país esteja hoje politicamente reconciliado, estas questões

ainda dividirão os brasileiros por muito tempo.

A reconciliação política, ato de vontade e imperativo da convivência, não assegura nem exige a plena reconciliação no plano das idéias. Os que a apoiam apontarão a modernização administrativa dos primeiros dois anos, as elevadas taxas de crescimento econômico e a constituição de uma infra-estrutura de país semi-industrializado como grandes conquistas da intervenção de 1964; os que a combatem dirão que tudo isso poderia ter sido realizado em regime democrático, e que, não fossem a censura e a supressão da oposição, a tragédia social brasileira não teria alcançado a presente escala. Ambos os lados lembrarão as vítimas da repressão, cada um atribuindo ao outro a responsabilidade por seus mortos. Sob esse aspecto, a reconciliação, se vier, não virá de um reexame do passado, mas da determinação comum de evitar que fatos daquela natureza se repitam no futuro.

Qualquer suspensão do processo democrático — mesmo que seu objetivo seja salvar a democracia, como se dizia na época — significa um rompimento profundo no tecido invisível dos valores políticos. A democracia representativa é o princípio básico da legitimação da quase totalidade dos sistemas políticos contemporâneos. Discutível no entreguerras, quando facismo e comunismo se apresentavam como princípios ascendentes, esse fato tornou-se inarredável a partir da vitória dos aliados, com participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. É certo que ainda existem extensas áreas culturais, como o mundo islâmico, onde a legitimidade política depende de concepções religiosas, e muitos países onde a tradição de pluralismo democrático é praticamente inexistente — alguns de economia rudimentar, como Haiti ou Moçambique, outros avançados, como a própria China. Mas, a situação de hoje é irreversivelmente distinta, em escala mundial, da que prevalecia nos anos 50.

Naquela época, a firmeza do balizamento

democrático-representativo era obscurecida por dois fatores principais: 1) o poderio militar e a aparente solidez econômica dos países de economia planejada, notadamente a URSS e a China, criando a ilusão de que outro princípio de legitimação — ou pelo menos outro entendimento do princípio democrático, a chamada "democracia popular" — estaria em ascensão histórica; 2) os conceitos estratégicos da Guerra Fria, que estimulavam certa complacência, e não raro o apoio direto de potências ocidentais a intervenções ditatoriais do Terceiro Mundo. A disposição a conviver com regimes ditatoriais aumentou ainda mais, no início dos anos 60, quando o impacto da Revolução Cubana reacendeu o messianismo revolucionário da esquerda e acentuou a inclinação repressiva da direita. Quanto ao caso brasileiro, a intervenção militar de 1964 tem sido explicada em função de múltiplos fatores, entre os quais eu citaria (sem pretender que tenham sido decisivos) os seguintes.

Primeiro, uma situação de crescente polarização ideológica no seio das elites, polarização que se tornava especialmente perigosa na medida em que o debate público da época não dispunha de antidotos eficazes contra o blefe. O suprimento de informações confiáveis era pateticamente escasso, sob todos os aspectos. O baixíssimo índice de interação informal entre diferentes segmentos institucionais — e, de maneira geral, entre civis e militares — agravava sobremaneira aquele risco.

Segundo, a suspeita existente, mesmo entre setores de esquerda, de que o presidente João Goulart poderia estimular algum tipo de golpe. Naquele clima, a maioria das lideranças passou a exprimir-se de maneira ambígua sobre a validade de algumas regras constitucionais básicas, generalizando as desconfianças.

Terceiro, a falta de experiência de todos os atores (políticos, militares, imprensa, religiosos...) com a política ideológica e de massas. Engatinhando na industrialização e na urbaniza-

ção, éramos também sob este aspecto um país bastante primitivo. Cada setor enxergava fantasmas por toda parte.

Com 30 anos de perspectiva, não é difícil destacar alguns elementos que facilitaram a redemocratização e outros tantos que agravaram disfunções latentes em nossa organização política, dificultando a recuperação da governabilidade na moldura democrática. Consumada a intervenção, os governantes militares trataram de evitar uma ruptura completa com os fundamentos constitucionais da democracia representativa. Embora abolindo as eleições diretas para a Presidência da República e, posteriormente, para os governos estaduais e principais prefeituras, mantiveram a periodicidade desses mandamentos e a exigência de um mínimo de legitimação democrática, por meio da eleição indireta pelo Congresso ou pelas assembleias, conforme o caso.

Pela mesma razão, foram mantidas as casas legislativas e os respectivos calendários orais — aquelas e estes submetidos, é claro, a manipulações e restrições nada desprezíveis. O alistamento eleitoral também prosseguiu, e até ganhou em eficiência, razão pela qual o números de cidadãos habilitados registrou um crescimento superior a 500%, de 1960 até hoje. É visível, por outro lado, que o consenso a que os militares haviam chegado para efetivar a intervenção era negativo (o combate ao comunismo e à corrupção) e não positivo.

Faltava-lhes uma idéia clara sobre as reformas econômicas e político-institucionais que teriam de implantar, caso sua permanência no poder se prolongasse, como veio a acontecer. Na economia, a tendência liberal dos dois primeiros anos foi revertida a partir do governo Costa e Silva, razão pela qual o Brasil luta até hoje para se desfazer de um fardo estatizante claramente descabido.

Na política, não havia, nem poderia haver, uma concepção consistente de reforma institucional. A revolução não podia sobrepor-

se à Constituição por meio de atos institucionais e empenhar-se, ao mesmo tempo, na negociação de reformas políticas com as lideranças civis; não podia suprimir nem descartar, em definitivo, um eventual retorno à plenitude democrática. A hesitação revelou-se até em detalhes, como, por exemplo, o caráter explicitamente "provisório" atribuído às duas agremiações consentidas (Arenas e MDB) pelo ato que extinguiu os partidos do regime de 1965. A artificialidade bipartidária mantida até 1989 teve como consequência o plebiscitarismo dos enfrentamentos eleitorais, sobretudo a partir de 1974, e uma infinidade de dificuldades para a reorganização político-partidária do país.

A "abertura gradual" do general Geisel teve o mérito de afrouxar pouco a pouco as amarras, evitando confrontos traumáticos, mas seu excessivo prolongamento aprofundou o desgaste (de resto inevitável, dada a situação econômica dos anos 80) de ambos os lados: do sistema militar em declínio e do nascente regime civil. Esse desgaste mútuo, que atingiu o ápice durante o desengonçado governo Figueiredo — somado à crise da dívida externa, à recessão de 1981-1983 e, em seguida, à morte do presidente-eleito, Tancredo Neves — atingiu em cheio a nascente "Nova República". Esse conjunto de circunstâncias explica, a meu juízo, uma parcela substancial das dificuldades que o país continua a enfrentar até hoje.

(Reprodução de matéria publicada no jornal do Brasil, edição de 22.03.94, e assinada por Bolívar Lamounier, cientista político, pesquisador sênior do IDESP)

Reflexões Sobre 64

Recordando aqueles dramáticos dias no Rio, 30 anos atrás, minha mais intensa lembrança é o sentimento de alívio ao acordar, na terça-feira, 2 de abril. O Brasil que conheci e aprendi a admirar, nos seis anos anteriores — primeiro

como estudante de desenvolvimento econômico e depois como embaixador dos Estados Unidos — estava livre da tragédia da guerra civil. Livre de se tornar uma ditadura populista sob o comando de João Goulart, um homem sem princípios e grosseiramente ignorante da realidade econômica, que manipulava o povo e acreditava erradamente que poderia repetir, nos anos 60, o que Getúlio Vargas fizera nos anos 30, ou, mais recentemente, Juan Perón na Argentina. Eu tinha medo que, se Goulart conseguisse fechar o Congresso, substituindo os governadores de estados por intervenções, e suprimindo a oposição na imprensa e as Forças Armadas, ele pudesse então ser desalojado por algum líder mais capaz e inteligente, encantado pela ideologia marxista e pronto a seguir o exemplo cubano, tanto na política interna quanto nas relações internacionais.

Na manhã de 2 de abril, esses pesadelos se evaporaram. Por isso, saudei o golpe tão ardente. Eu não tinha uma visão exata do que viria. Como disse numa entrevista coletiva em São Paulo, durante minha primeira visita de retorno em 1976, eu sabia que as condições políticas, sociais e econômicas no último ano de governo Jango haviam se tornado caóticas a ponto de se tornar inevitável um período de exceção, incluindo o expurgo do Congresso e de outras instituições-chave dos antidemocráticos e extremados esquerdistas. Mas, eu acreditava que este período de exceção seria curto, não ultrapassando a eleição presidencial então marcada para outubro de 1965, e que a Constituição de 1946 seria restaurada com apenas algumas emendas corretivas. Ainda acredito que Castello Branco, a quem conheci apenas depois da posse, tinha as mesmas expectativas. Se alguém naquele momento previsse 21 anos de ditadura militar, eu teria rejeitado a idéia como totalmente estranha à história e ao caráter do Brasil.

O Ato Institucional de 9 de abril foi um grande choque pessoal. Minha filosofia política

particular deriva da tradição britânica de John Locke e da Revolução Gloriosa de 1689, dos pais fundadores da Constituição Americana, do reformismo democrático de Woodrow Wilson e do New Deal de Franklin Roosevelt. O presidente Kennedy me indicou para Embaixada do Rio porque eu havia ajudado a formular a *Aliança para o progresso*, cuja ênfase na necessidade de reformas econômicas e sociais combinadas equivalia a um New Deal para a América Latina. Meu primeiro impulso, em 9 de abril, foi o de pedir demissão e voltar para universidade. Desisti porque então Castello Branco havia sido escolhido presidente e sua equipe de conselheiros civis designada. Eu conhecia muitos daqueles homens pessoalmente e os tinha em alta conta. Tinha também reconhecimento da reputação de reformador sério de Castello, além de sua crença nos valores básicos da democracia constitucional e no império da lei.

Olhando para trás, agora, passados 30 anos, muitas perguntas me vêm à mente.

(1) *A democracia poderia ter sido preservada?* Como demonstra o arquivo de meus telegramas na Embaixada, eu pensava, no início de 1964, que havia 50% de chances de que se chegasse ao fim do governo Goulart. Trabalhei fortemente por isto, o que parecia então o melhor para os Estados Unidos e para o Brasil. Mas a situação estava se deteriorando, até se tornar crítica com o comício de 13 de março. Depois disso, só Goulart poderia ter preservado a democracia. Mas, ele não a queria.

(2) *Devo me arrepender de meu entusiasmado acolhimento ao golpe?* Teria sido melhor esperar alguns dias até que Goulart tivesse se retirado para o seu auto-imposto exílio no Uruguai, abdicando de fato da presidência. Mas, este é um problema menor de *timing*; da substância eu não me arrependo. As únicas alternativas deixadas abertas pelo 31 de março — uma guerra civil ou uma ditadura janguista — teriam ambas sido piores.

(3) *Poderia a democracia ter sido restaura-*

da mais cedo? Sim. O presidente Castello Branco certamente o desejava. Ele foi impedido pela crise desnecessária provocada pelo intempestivo retorno de Juscelino da Europa. Mesmo então, não fosse pela sua morte prematura, Castello poderia ter reunido as forças moderadas civis e militares contra a linha dura, evitado os excessos repressivos do governo Médici e engenegrado muito mais cedo um retorno menos traumático à democracia.

(4) *O regime militar produziu alguma coisa de bom?* (Uso a palavra "regime" em lugar de "ditadura" porque, em inglês, *dictatorship* implica ditador e os cinco generais-presidentes não agiram como ditadores). O lado bom e o lado mau deste período são incomensuráveis, estando o mau principalmente no campo dos direitos humanos e da modernização administrativa. Houve um substancial crescimento econômico durante os anos do "milagre" (1969-1974), assim como uma taxa média alta de crescimento. A estrutura econômica do Brasil fez o país avançar em direção à categoria de "nação recém-industrializada", bem diferente das condições típicas do "Terceiro Mundo". A classe média foi largamente ampliada e aumentaram também os quadros de pessoal especializado. Novos setores inteiros de produção se somaram aos bens de capital, a indústrias intermediárias e à agricultura. No lugar das exportações básicas de café e minerais, o Brasil se tornou um grande exportador de diversificados bens manufaturados. Em termos sociais, entretanto, não houve melhoria na distribuição de renda e vastos segmentos da população permaneceram à margem da modernização econômica, embora a pobreza absoluta tenha sido consideravelmente reduzida. E até o fim do regime militar, a má administração macroeconômica criou o legado do pesado endividamento interno e externo e de pressões inflacionárias que ainda têm de ser superadas.

(5) *1994 se parece com 1964?* Julgando à distância, a situação de hoje me parece completamente diferente. O ocupante do Palácio do

Planalto certamente não tem ambição de se tornar um ditador populista! A sedutora miragem do paraíso socialista desapareceu da face da Terra, embora exista espaço amplo para debate e diferença política entre defensores neoliberais e desgarradas forças marxistas e partidários do que o alemão Ludwig Erhard batizou de "economia social de mercado" (não confundir com socialismo). O Brasil ainda se debate com o que San Tiago Dantas, nos anos 60, chamou de "nacionalismo negativo", muito visível em várias sessões da Constituição de 1988. Mas, não há crise que possa ser resolvida rapidamente por ação militar. Ao contrário, o passar dos anos — desde a trágica morte de Tancredo Neves — testemunhou estagnação, perda de coesão social, deterioração dos investimentos básicos em educação e saúde. Tudo contra o pano de fundo de uma inflação sempre a beira a hiperinflação — mais uma queda lenta do que um mergulho. Enquanto isso, outros países recém-industrializados estão tratando de completar rapidamente sua modernização e se tornar, com todos os direitos, sócios do Primeiro Mundo. Como amigo do Brasil, eu fui abalado pela sucessão de oportunidades perdidas, mas mantenho a esperança de que esta era possa ser superada em breve.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 27.03.94, e assinada por Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966)

Lembremo-nos de 64

Trinta anos é o espaço de uma geração. Deveria ser o suficiente para amainar rancores e arrefecer paixões. Não foi. O golpe militar de 1964 e os 20 anos de regime autoritário que se seguiram marcaram, fundo demais, a memória das elites.

A memória da classe média varia com as inclinações da conjuntura presente, ora valorizando a democracia que conquistou nas ruas, ora com saudades da lei e da ordem perdidas com o democratismo. O opovo, brutalizado pela fome e o desemprego, não tem propriamente memória, mas uma vaga lembrança, difícil de avaliar.

Os estudantes que freqüentam a PUC, Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, são a elite da elite jovem. Quarta-feira, quase derramam um balde de tinta vermelha, sangue de ocasião, na cabeça do general de exército Romero Lepesqueur, que teve a coragem de defender o período dito revolucionário em um debate montado pelo departamento de Ciências Humanas. Safou-se com uma tremenda vaia.

A mais viva lembrança que os jovens guardam do autoritarismo é a da repressão e da tortura. As exposições em jornais que se fazem em museus e faculdades, por volta de 31 de março, mostram luzes de gás lacrimogênio, PMs espancando populares, estudantes de mãos para o alto ou deitados em campos de futebol, sob a mira de fuzis. Mostram, ainda, o corpo de Wladimir Herzog, pretensamente enforcado em grades que o obrigavam a dobrar as pernas, e o autodestruído cadáver do sargento que ia atentar contra milhares de jovens no Riocentro. Natural, portanto, que motivem a solidariedade dos jovens de agora. Felizmente, quando eles hoje acham de pintar as caras e sair em protestos pelas ruas, vão para uma festa cívica. Seus pais iam para guerra.

A comparação de números de mortos e torturados no Brasil em relação às vítimas das ditaduras argentina, chilena ou uruguaias é um exercício de estatística cretina. Não importa se os ditadores tupiniquins mataram e torturaram menos que seus vizinhos. O que importa e o que não se pode repetir, é que brasileiros torturaram e mataram outros brasileiros, a serviço de interesses que não eram os nossos.

A análise de 64 não pode ser dissociada do

contexto da Guerra Fria e do seu corolário, a Doutrina de Segurança Nacional. A partir do momento em que as Forças Armadas admitiram o papel de tropas auxiliares dos Estados Unidos, em um inevitável confronto com a União Soviética, os seus chefes renunciaram a pensar com sua própria cabeça, desistiram de elaborar uma estratégia nacional e passaram a agir como policiais, não como soldados. Alguns, os torturadores, agiram como megalomaníacos.

Quem começou a acabar com esse monumental erro político, justiça se lhe faça, foi o general Geisel. Não por ser menos anticomunista ou menos ditatorial que os outros, mas por ter uma visão diferente da inserção do Brasil no mundo, mais ativa e nacionalista. Para ele, o que era bom para os Estados Unidos não era necessariamente bom para o Brasil.

A Doutrina de Segurança Nacional foi também responsável pelo agravamento das injustiças sociais no período autoritário. Considerava comunistas, portanto inimigo da pátria, todos que se empenham em organizar os trabalhadores em busca de melhores salários, os camponeses em defesa dos seus direitos humanos e de um pedaço de terra para trabalhar, os favelados, em busca de um título de posse, enfim, todos os excluídos. Nem mesmo permitiram que se aplicasse, com seriedade, o Estatuto da Terra, votado no Governo Castello Branco.

Houve, também, a decapitação de uma ou duas gerações políticas, tragédia cujo preço pagamos hoje. Mas, saído das catacumbas, nasceu um mais sólido convencimento democrático, que se consolidou na sociedade civil e nas próprias Forças Armadas. Um novo 64, reacionário e submisso a ordens estrangeiras, seria impensável nos dias que correm.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 27.03.94, e assinada pelo jornalista Marcio Moreira Alves em sua coluna diária)

O Legado Político

Passados trinta anos, não é difícil identificar as razões que levaram o movimento desencadeado em 31 de março de 1964 ao descaminho. Razões que acabaram fazendo com que o regime político por ele gerado acabasse se tornando o oposto do que anunciara ser — afastando gradativamente a companhia dos que haviam cerrado fileiras contra a desordem administrativa e financeira, a agitação populista e a quebra da disciplina militar do período anterior.

Naqueles primeiros dias de abril de 1964, a intervenção militar se apresentou como corretiva, saneadora e transitória. A intenção era proteger uma democracia ameaçada e seu ânimo redentor podia ser interpretado como um compromisso com o pronto retorno aos quadros constitucionais e ao poder civil. O projeto subjacente, que sublevara a classe média, era portanto o de uma sociedade aberta, participativa, próspera e ordeira. Mas, nada disso aconteceu: acabamos num regime político fechado e duradouro, hierarquizado e estatizante, repressivo e xenófobo.

A queda do muro de Berlim, a dissolução da URSS e o fim do mundo bipolar da Guerra Fria tornam hoje difícil aquilatar as tensões que deram origem à doutrina da segurança nacional e às teses geopolíticas autoritárias e salvacionistas que medraram no espírito dos militares que participaram do esforço da Segunda Guerra Mundial, depuseram o *primeiro* Vargas, triunfaram a 24 de agosto de 1954, e acabaram derrotadas em 11 de novembro de 1955.

A crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros, a turbulenta posse de João Goulart, o remendo parlamentarista, a agitação sindical nas cidades e no campo e a subversão da hierarquia militar foram os estopins que fizeram eclodir ressentimentos antigos de grupos castrenses irridentistas que nunca haviam conseguido a bênção das urnas.

Em curto espaço de tempo, entre abril e

junho de 1964, sob a pressão dos "duros", a idéia inicial começou a deteriorar e a excepcionalidade se fez regra. A dissolução dos partidos, os atos institucionais, as exigências e imposições de um grupo militar, confirmavam a crença de que as liberdades democráticas eram incompatíveis com o tipo de modelagem política e modernização conservadora que acabaram prevalecendo.

O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, fechou a última fresta que a Frente Amplia tentou aproveitar reunindo as lideranças civis remanescentes. Chegava ao poder um sistema que suspendia as garantias constitucionais e o *habeas corpus*, aposentava ministros da Corte Suprema, prendia sem dar explicações e censurava a imprensa. Em nome do antigelulismo, fez-se um Estado Novo sem preocupações sociais.

O movimento de 1964 se perverteu em 1968, na tentativa de transformar um imenso território, com uma população majoritariamente pobre, numa sólida potência que seria um baluarte do Ocidente.

Em seus momentos mais sombrios, a "visão defensiva" do mundo lecionada na ESG, que retomava os conceitos da "nação em armas" e da "guerra total", herdados de Luddendorff e Clemenceau, foi redirecionada para o "inimigo interno". A segurança passou a ser fator fundamental do desenvolvimento, implicando a centralização progressiva dos poderes e a supressão dos valores liberais. As "minorias criadoras" simplificaram os problemas humanos, na luta contra a subversão.

Os diferentes aparelhos de segurança do Estado, em nome do combate ao terrorismo, acabaram apagando as fronteiras que separam a sedição da crítica, a guerrilha da oposição política, a subversão da divergência. Todo descontentamento passou a ser suspeito e logo inscrito numa diabólica rede conspiratória que levaria forçosamente à cizânia e à traição da Pátria.

Essa "democracia em pé de guerra" criou um tenebroso círculo vicioso para o regime: tomamos o poder para preparar a volta da democracia, e

estamos preparando sua volta. Mas, qualquer abertura pode reviver as circunstâncias que nos forçaram a tomar o poder. Se conflitos internos exprimem inimigo externo, toda manifestação de inconformismo vira pecado. Por essa lógica, o Exército absorveu a nação e passou a tratar seus nacionais como suspeitos.

Aulas de civismo viraram lições de medo.

O maior legado pelo regime militar foi o desrespeito pela cidadania e o estímulo à passividade. A desmoralização da classe política e o culto à censura. A suspicácia diante da cultura e o aprimoramento do controle ilegal do poder. Um regime que sonhou fazer do Brasil um país próspero, poderoso e livre como os Estados Unidos acabou moldando uma URSS tropical, com um salário mínimo menor que o do Paraguai. Foi o que, em outras palavras, constatou o perplexo General Médici: "o Brasil vai bem, mas os brasileiros vão mal". Estamos até agora tentando nos livrar desse paradoxo.

*(Reprodução do editorial
do Jornal do Brasil,
edição de 31.03.94)*

O Ideário Militar

A rápida vitória da revolução democrática de 31 de março provocou um período de intensa preocupação para seus chefes. Como prosseguir? Como alcançar os objetivos por que todos ansiavam, preservando a democracia? Esperávamos que a luta armada demorasse de um a dois meses — ela nem chegou a ser desencadeada. A queda de Jango durou apenas três dias. Com apoio de vários governadores, muitos civis de todas as classes, políticos ou não, empenhamos-nos em encontrar, no menor prazo possível, uma solução que permitisse ao Brasil retomar seu caminho para o futuro. Esse prazo foi de 10 dias.

A primeira idéia surgida — à semelhança do que ocorreu na renúncia de Jânio — foi a de empossar inteiramente na Presidência da Repú-

blica o presidente da Câmara dos Deputados e realizar, dentro de um ou dois meses, uma eleição. Essa idéia, porém, mostrou-se inviável porque era indispensável a execução de medidas fortes, em curto prazo — medidas que exigiam a ação de um presidente energético e com apoio total dos meios revolucionários.

Ao mesmo tempo ganhava força, em várias áreas militares e civis, o desejo de que fosse implantada, pura e simplesmente, uma ditadura militar férrea, com todas as suas implicações, inclusive e principalmente o fechamento do Congresso e o afastamento definitivo de todos os elementos da esquerda extremada que os ajudavam.

Também esta segunda proposta foi rejeitada pelos principais chefes militares, por lideranças civis e pela opinião pública. Ela faria com que a revolução realizada para salvar a democracia se igualasse às que se fizeram em outros países do continente, em torno de chefes carismáticos, autoritários e mesmo sanguinários.

Chegou-se a uma terceira fórmula, intermediária, que perdurou por vários anos, com algumas modificações: a da eleição indireta pelo Congresso, para um tempo limitado, de um chefe revolucionário que pudesse agir com energia, força e equilíbrio no desenvolvimento de um programa de salvação nacional.

A base desse programa seria um ideário, ainda não sistematizado, com base em estudos realizados na Escola Superior de Guerra e outros centros, e já difundidos em muitas parcelas da elite brasileira.

Para implantação dessa fórmula foi editado pelo comando revolucionário o Ato Institucional nº 1, redigido pelos juristas Francisco Campos e Carlos Medeiros. Esse ato manteve, com alterações, a Constituição de 1946 e permitiu a implantação no Brasil de um clima de ordem e de paz, indispensável para o prosseguimento da vida nacional.

A revolução democrática de 31 de março não foi feita para a derrubada de um presidente,

nem para colocar militares ou chefes carismáticos civis no poder, nem para destruir as chamadas esquerdas ou esmagar as classes sociais mais sofredoras.

Não foi por falta de aviso para que se afastasse do comunismo e da esquerda golpista que Jango caiu. Olhando para trás, é quase inacreditável a inabilidade dos últimos dias do seu governo. Especialmente a falta de visão em relação às áreas militares, onde então se conspirava abertamente. No Rio de Janeiro, por exemplo, às vésperas do movimento, estavam montados dois Estados-Maiores: o do general Castello Branco, constituído pelo marechal Ademar de Queiroz e pelos generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel e Jurandir Mamede, entre outros; e o do general Costa e Silva, onde operavam os generais Sizeno, Aragão e José Horácio.

Mas, o presidente perdeu em sua postura de confronto com as Forças Armadas, fraco e impotente face à esquerda golpista, que articulava, ela sim, um golpe para os próximos meses, com o objetivo de estabelecer no Brasil, através das técnicas da guerra revolucionária, uma ditadura à cubana. A revolução foi feita para se evitar que se implantasse no Brasil um regime coletivista nos moldes da Tchecoslováquia e de países satélites. A revolução foi feita para vencer a anarquia crescente que se instalara no Brasil, com a anuência do presidente. A revolução foi feita para afirmar a democracia em nossa terra.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 31.03.94, e assinada por Antônio Carlos Muricy, general-de-Exército reformado).

As Conquistas de 64

Estão reescrevendo a história de modo a caracterizar o 31 de março de 1964 como a vitória do mal contra o bem. Essa visão maniqueia

seria ridícula, se não estivesse dominando a informação para os que não viveram o que de fato ocorreu. Fala-se de golpe. No entanto, foi um contragolpe. Se revolução não foi, certo é que se constituiu em contra-revolução, pois o que estava nas ruas era a desordem social, patrocinada pelo governo; eram as greves de solidariedade, paralisando o País; a ação ilegal da CGT de então; os arroubos oratórios de líderes pregando o fechamento do Congresso, a reforma agrária "na lei ou na marra"; os incêndios dos canaviais. E a ameaça de convocação de uma Constituinte, porque o Congresso era tido como reacionário e antipovo, para a realização das reformas de base proclamadas.

Dir-se-á que o quadro social-político de hoje não é muito diferente, e nem por isso se prega o golpe. Só pensa assim quem não sabe que, além de tudo, havia o iminente risco de subversão militar. Sargentos do Exército chegaram a dominar pelas armas uma área de Brasília; marinheiros revoltaram-se, abandonaram seus navios, trabalhados que haviam sido pela doutrinação e exibição do filme Encouraçado *Potenkim*, e homizaram-se no sindicato dos metalúrgicos do Rio; fuzileiros navais, acionados, para prendê-los, com eles confraternizaram. Era o fim, nas Forças Armadas, dos seus pilares básicos: a disciplina e a hierarquia. Descobriram-se, depois, até "listas de eliminação" de oficiais superiores, se vitoriosos os amotinados.

Dante da ameaça do caos, o deputado Bilac Pinto ia à tribuna da Câmara, provocando violentos debates, ao mostrar que estávamos vivendo a sucessão das fases da guerra revolucionária. Que era isso, senão um manual sistematizado da conquista revolucionária do poder, como ponta de lança do Movimento Comunista Internacional (MCI), em plena Guerra Fria, em expansão do Elba ao Mar da China, e desta ao Caribe, passando pela África? Hoje, estou convencido de que, se não houvera a temerária ação militar golpista de 64, não teria havido o contragolpe de 31 de março, que foi,

indiscutivelmente, uma resposta, apoiada maciçamente pela população civil, que foi às ruas, em enormes passeatas, e pela maioria, de então, das igrejas.

Saltamos de modestíssimo 48º lugar no ranking mundial para a posição invejável de oitava economia, do mundo ocidental e de nona economia em todo o planeta. Modernizada, a agricultura passou a produzir safras nunca atingidas, impulsionando o parque industrial e as exportações. Antes éramos exportadores de sobremesa: café, açúcar e cacau.

Houve avanços tecnológicos em todos os setores, inclusive os de ponta, como a informática. O surto nas telecomunicações aposentou o "boy do telefone", que era pago para esperar a linha. Passou-se a falar com o mundo, em segundos. Tivemos a primeira TV a cores na América Latina, graças à Embratel. Na Saúde, tiramos o Brasil do mapa das grandes endemias, apesar da involução, sombria dos últimos anos. A malha viária integrou o país e sua força de produção de norte a sul, de leste a oeste, com esclerosamento precoce que veio depois de 85.

Éramos um país sem crédito internacional, passando por vergonhas como o apresamento de navios do Lloyd, para resgate de dívida não honrada. Em Fort Knox, onde ficava a garantia de nossas parcias reservas em ouro, tivemos a interdição, impedidos de usá-las. Esse quadro mudou radicalmente, com o poder alcançado pela nossa capacidade de competição internacional. Exportávamos um bilhão de dólares, e, num salto, passamos a exportar, já em 73, seis bilhões de dólares.

Comprávamos 800 mil barris de petróleo importado, produzindo pouco mais de 150 mil barris/dia. Chegamos a produzir, na Petrobrás, 600 mil barris diários. Passamos a refinar toda a nossa necessidade de consumo. Criamos o Fundo de Garantia, o Banco Nacional de Habitação e o Banco Central, modernizamos os Correios, tidos em determinado momento como o serviço mais eficiente do País, e implantamos um dos mais

modernos sistemas de abastecimento do mundo, com o complexo Cibrazem/Sunab/CFP, hoje em processo rápido de deterioração.

Reduziu-se a inflação, da expectativa de 140% ano, sem correção monetária, em 64, para 12% ao fim de 73, com correção. E, se voltarmos, ao final, por efeito direto dos choques do petróleo, a ter inflação de 220% ano, compare-se aos sete mil por cento anuais (!) e aos 40% ao mês.

Na Educação, o "gargalo da garrafa" era o ensino secundário. O ensino privado oferecia 74% das vagas, só estudavam os que podiam pagar. Invertemos a taxa para 70% de ofertas públicas. Nas universidades, tínhamos 132 estudantes para cada 100 mil habitantes, situação só melhor que o Haiti, a Guatemala e Honduras. A Argentina tinha perto de 800, o Chile e o Uruguai mais de 600. Passamos a mil universitários para cada cem mil habitantes, já nos anos 70.

Fez-se a reforma tributária. Também a administrativa. Construímos Itaipu, Tucuruí e outras hidrelétricas, os metrôs do Rio e de São Paulo. Com o Proálcool, reduzimos nossa dependência energética das importações. Garantimos a soberania das duzentas milhas, na costa. Criamos o Pise e o Pasep, e, também na área social foi muito importante a aposentadoria dos velhinhos no campo. Chegamos ao 10º lugar, como produtores de aço.

O Brasil posterior a 64 foi, não há como negar, muito melhor do que antes, no que tange à modernização e ao crescimento acelerado dos fatores de produção.

Faltou-nos vitória igual no campo político, em função da necessidade de julgar as ações armadas da insurreição. Ainda assim, tivemos períodos de ampla liberdade. Se boa parte do período de 20 anos foi de autoritarismo, tivemos o cuidado de manter funcionando as câmaras legislativas, cumprimos os calendários eleitorais, os governantes passaram pelo rodízio no poder e, se tivemos cassações e luta armada, não conhecemos a virulência do que aconteceu no

Cone Sul. E, concedida a anistia ampla, proporcionamos a pacificação da família brasileira. No longo prazo, a história ficará com a verdade.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 31.03.94, e assinada pelo senador Jarbas Passarinho)

Trinta Anos, Anteontem

— "A chamada Revolução de 64 vem de fazer 30 anos..."

— "Por que não dizer logo 'o golpe'?"

— Veja só. Ainda em 1964, eu publiquei um pequeno livro; um relato e uma análise do que havia acontecido e do que, digamos, ia acontecer.

O livro chamava-se *Março 31 — Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira* e foi bem recebido por amigos meus como o Castellinho, o Evandro, o Ruy Mesquita. Outros amigos, no entanto, como Rubens Paiva e o Fernando Gasparian, recusaram-se a ler sequer o livro, indignados porque eu havia posto no título 'Março 31' e não '1º de Abril'. De fato, o levante, a revolução ocorreu no dia 31, mas só nos dias seguintes a vitória consolidou-se e o Jango fugiu.

"Você pode dar razão a um lado ou ao outro, mas, a verdade é que o movimento de 64 não foi nem uma revolução, nem um simples golpe militar, nem um logro, um 1º de abril. Melhor seria chamá-lo de contra-revolução. Pois o fato é que, na época, paradoxalmente, quem estava tentando subverter as instituições, dinamar o quadro político legal, era o próprio governo, era Jango, cavalgado e esporeado pelo seu cunhado Brizola, então um ardente e furibundo carbonário. O 31 de março cortou, quase que na undécima hora, a investida governamental."

"Foi bom? Foi ruim? Para muitos, foi um desastre. A revolução cubana de Fidel Castro

aconteceu um pouco antes e estava ainda com todo o gás. O ânimo revolucionário andava alto em toda a parte, especialmente entre intelectuais e estudantes. Aqui, socialistas, comunistas, prestistas, nacionalistas radicais achavam que a saída para Brasil era a revolução brizolista, janguista. Mas, a verdade (que os fatos vieram a comprovar) é que a sólida maioria do País estava contra. Não só os comandos militares, os governadores dos principais estados, a ampla maioria do Congresso Nacional e os padres (os padres também!), mas a chamada maioria silenciosa, que quebrou o seu silêncio em marchas memoráveis, no Rio e em São Paulo, multidões nas ruas e velinhos acesos nos peitoris das janelas, para mostrar a oposição dos moradores aos manifestantes "sindicalistas" do célebre comício de 13 de março, conduzidos em caminhões e ônibus da Petrobras e da CSN.

"Há, na verdade, um elemento essencial do 31 de março do qual quase não se fala hoje, e que, mesmo na época, não era bem percebido pelo país civil. Esse elemento era (ou foi) a dimensão propriamente militar da crise, isto é, a situação crítica, insustentável, que chegou a reinar, naqueles dias, no interior de muitas unidades militares, quartéis e navios de guerra. A esquerda, com a bênção do seu líder, o próprio presidente da República, comandante-chefe das Forças Armadas, mobilizava e organizava sargentos, cabos e suboficiais contra a oficialidade superior das três armas, isto é, arregimentava e doutrinava o 'proletário' militar contra a 'burguesia' fardada.

"Esse persistente esforço para implodir a disciplina e a hierarquia castrenses não era levado muito a sério pela imprensa em geral e pelo país civil, mas o fato é que já havia produzido a célebre 'revolução dos sargentos', em Brasília, em setembro de 1963, e, depois, a revolta dos cabos e marinheiros, no Rio de Janeiro, já em fevereiro-março de 64. Não há dúvida nenhuma de que, sem o 31 de março, esse processo de 'desestabilização' dos comandos militares iria

continuar e ganhar cada vez mais terreno, sempre com o beneplácito e o estímulo de Jango, que, nas vésperas de ser deposto (*et pour cause*), presidiu a famosa assembléia de marinheiros revoltosos no Automóvel Clube do Rio.

"A violência e muitos dos excessos da repressão, depois de derrubado o governo, explicam-se (embora não se justifiquem) pelas características desse quadro interno castrense. De fato, consumada a contra-revolução, surgiria do fundo dos quartéis uma nova e inesperada entidade política: chamada 'oficialidade jovem', que logo passou a conduzir o processo político, não só impondo o marechal Castello Branco como presidente (e afastando a solução política, moderada, previamente acertada, que era o marechal Dutra), mas forçando o governo, nos meses subsequentes, contra a vontade do próprio marechal Castello, a avançar numa linha que não era apenas de repressão, mas de vingança, de desfossa.

Quem era essa "oficialidade jovem"? Era, na verdade (simplesmente), a oficialidade intermediária: tenentes, capitães, maiores, coronéis. Esses eram os homens que, dentro dos quartéis, haviam sido obrigados a lidar diretamente com as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros, haviam sido forçados, durante meses, a temer seus próprios subordinados, a desconfiar deles e a dormir com o revólver engatilhado e a porta do alojamento trancada. Tal como aconteceria, anos depois, com o capitão Sérgio Macaco — obrigado a desobedecer ordens insanas e criminosas de seus superiores hierárquicos (o brigadeiro Burnier) —, também antes de 31 de março, oficiais intermediários, como o coronel Boaventura Cavalcanti, foram forçados a descumprir ordens e denunciar seus chefes para impedir que se consumasse o golpe janguista, conforme ocorreu, por exemplo, ainda em setembro de 63, no episódio da tentativa de seqüestro do governador Lacerda por uma unidade de pára-quedistas.

Em suma: imprensada entre as ordens "su-

periores" dos generais do célebre dispositivo militar de Jango e a subversão nas suas próprias bases, a oficialidade intermediária viveu no âmbito da crise militar e teve que suportar todo o seu peso. Isso explica sua surpreendente aparição política, depois do 31, e o persistente e até doentio desejo de desforra e vingança que animava seus líderes e acabou levando o regime revolucionário aos seus piores e mais covardes excessos.

Esse ânimo, digamos, vicioso dos jovens oficiais, devidamente explorado por políticos sem escrúpulos e generais ambiciosos, foi o grande combustível do regime militar, até que ele se burocratizasse e aburguesasse no poder. Explica muitas coisas, embora nem sempre as justifique. Mas, pode-se imaginar o que aconteceria ainda agora, 30 anos depois, se o Lula chegasse ao poder e, em vez de mandar o Mercadante amaciar os generais, viesse a se juntar a Evaristo para organizar uma "pastoral militar" destinada a arregimentar e doutrinar sargentos e suboficiais contra seus superiores hierárquicos. Foi o que Jango e Brizola fizeram em 1963-64. Seu objetivo era subverter a ordem legal democrática (e a ordem militar que devia sustentá-la) para permanecer no poder indefinidamente — tal como seu mestre Getúlio havia feito em 37, tal como o mestre de Getúlio, Borges de Medeiros, havia feito no Rio Grande do Sul, que governou durante 25 anos...

Não se pode negar o valor dos atuais testemunhos de sobreviventes ilustres (como Paulo Francis), mas continuo achando que a melhor, mais equilibrada e profunda análise do 31 de março ainda é a que está no livro *Março 31*, apesar dos traços marxistas que afligiam o pensamento de seu autor, na época. O livro aponta o fim da liderança de Carlos Lacerda e anuncia o surgimento, entre os militares, de um "nasserismo com o sinal trocado", espécie de nacionalismo militar, janista, autoritário, desenvolvimentista, programático que só iria acabar (melancolicamente) sob Geisel e Figueiredo. Mas, não chega

a expor claramente, nem suas raízes emocionais — na oficialidade jovem — nem sua grande fonte ideológica: a célebre doutrina norte-americana da contra-insurreição, inventada pelo major Lincoln, em West Point, e que tão grande influência (clandestina) havia alcançado entre os líderes de 1º de março: os civis, como Bilac Pinto, e os militares da Escola de Comando e Estado-Maior, a escola de Castello Branco...

"Essas e outras evidências só viriam emergir com clareza mais adiante. Enfim, comodiríam mestre Machado de Assis, essa é a história, 'a volúvel história que dá para tudo'. Sírvam-se".

Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 03.04.94, e assinada pelo jornalista Fernando Pedreira, da equipe de articulistas deste jornal.

Pingos nos II..

Passados 30 anos desde 1964, é tempo de balanço. Cumpre, de inicio, expelir uma ilusão e corrigir uma percepção.

Não existia em 1964 uma idílica opção entre diferentes estilos de democracia, como presuem muitos de nossos polítólogos. A opção real era entre dois tipos de autoritarismo: o autoritarismo-totalitário e o autoritarismo-liberal.

Em fins de 1963, já demissionário do posto de embaixador em Washington, inquiri vários colegas sobre como o serviço de inteligência e planejamento estratégico das respectivas nações viam as perspectivas brasileiras. Pedindo confidencialidade, disseram-me univocamente que se visualizavam três cenários:

- implantação de um autoritarismo de esquerda (república sindicalista);
- agravamento do anarquismo sindical, levando logo à hiperinflação, seguido de

radicalização;

— guerra civil, com conotações ideológicas.

O cenário ameno, descartado como improvável, seria precisamente uma sucessão democrática normal!

Quem me chamou a atenção para a esquisita diferenciação acima citada entre autoritarismo-totalitário e liberal foi o representante francês no Gatt, André Phillippe, em Genebra, na década dos 50. Não é mero jogo de palavras.

Os autoritarismos de esquerda são totalitários porque exigem fidelidade a uma ideologia; praticam o culto da personalidade; seu objetivo final não é democracia e sim a ditadura da classe eleita, o proletariado; as eleições são simbólicas e tende a prevalecer o modelo do partido único; não só regulam o comportamento público, mas patrulham as idéias privadas; são extremamente propensos à violência, como se verificou em Cuba, Etiópia e Vietnã.

Os autoritarismos do centro e de direita no pós-guerra têm sido mais envergonhados e biodegradáveis; pretendem ser um estágio transitório para a democracia; procuram manter os instrumentos de legalidade formal — Congresso e Judiciário; não exigem fidelidade rígida a uma ideologia e podem admitir o rodizio de lideranças; a violência não é sistemática, sem a tecnologia dos campos de concentração.

A revolução de 1964, nascida no contexto da guerra fria, enquadra-se na definição de autoritarismo-liberal. Não era uma alternativa à democracia pura, sonho que só existia na cabeça de polítólogos e sociólogos. Era uma alternativa ao autoritarismo de esquerda, à hiperinflação e à guerra civil. É nesse contexto que tem de ser vista.

O erro de percepção é julgar que o período revolucionário foi homogêneo. Na realidade, não foi um projeto e sim um processo, que evoluiu não só das condições nacionais mas das internacionais: guerra fria, choques de petróleo e crise da dívida.

São nitidamente distinguíveis quatro fases:

o período de reconstrução da economia e do Estado (1964/67); o da euforia desenvolvimentista (1968/73); o do ajuste às crises de petróleo e crescente estatismo (1974/79); o do esgotamento do modelo e transição para a democracia (1980/85).

É fácil identificar os principais erros do período revolucionário: 1) exagerada repressão política, particularmente no período 1968/73; 2) insuficiente esforço de educação básica, com desperdícios no ensino superior gratuito; 3) ajuste inadequado às crises de petróleo, com excessivo endividamento e expansão das estatais; 4) política de autonomia; 5) desatenção ao planejamento familiar e, após 1967, descaso pelo Estatuto da Terra; 6) dirigismo governamental, de sorte que a liberalização política não foi precedida nem acompanhada pela abertura da economia.

Os governos civis, após a redemocratização em 1985, cometem erros mais graves que os dos militares, principalmente se se tem em vista que a conjuntura internacional não podia ser mais favorável: queda nos preços do petróleo e nos juros; economia mundial em esfuzante expansão; e colapso do dirigismo socialista.

O principal erro foi que, paradoxalmente, após a liberação política, recrudesceu o autoritarismo econômico. Foram editados cinco planos envolvendo congelamentos e confiscos, formas supremas de ditadura econômica.

Mais especificamente, os governos civis: a) ampliaram os monopólios e constitucionalizaram a absurda reserva de mercado da informática, mutilando tecnologicamente o país; b) destruíram a credibilidade internacional com a moratória unilateral; c) proclamaram uma Constituição anacrônica que tornou o país ingovernável; d) quadruplicaram as taxas de inflação.

Apesar de erros e perversões, qualquer análise objetiva do período revolucionário evidenciará que seu desempenho foi vastamente superior ao da restauração democrática:

| Média anual | 1964/84 | 1985/93 |
|-------------------------|---------|---------|
| Crescimento real do PIB | 4,7% | 2,6% |
| Cresc. PIB P/habitante | 3,7% | 0,3% |
| Inflação | 31,3% | 1.068% |

Mesmo no plano social, a performance está longe de ser desastrosa. Os programas de habitação absorveram 35% das despesas do Governo central, em 1972, mas apenas 25,5% em 1991. As despesas com Educação baixaram de 8,3%, em 1972, para 4,2% em 1989, e as com Saúde declinaram de 6,7% para 6,1%.

Recentemente, em virtude da prolongada estagnação, voltou a crescer o estoque de pobres, que tinha caído de 36,1, em 1960, para 25,4 milhões, em 1980 (apesar do crescimento da população).

Piorou a distribuição de renda; os salários se elevaram nominalmente, mas esse efeito foi contrabalançado pelo aumento de desemprego; declinou a participação dos assalariados na renda nacional. O sistema com Saúde está em frangalhos, a previdência social falida, e o ensino, atormentado pelo grevismo.

Há muito mais liberdade de opinião política e isso é um grande bem. Porém, sente-se mais insegurança nas casas e nas ruas.

Os males, obviamente, não provêm da democracia que, a longo prazo, é o único modelo sustentável e capaz de conciliar, com algum êxito, o tríplice objetivo da liberdade política, eficiência econômica e eqüidade social.

O mal foi essa mistura de democracia-política e autoritarismo-econômico. Ou antes, como dizia Aristóteles, a perversão da democracia pela demagogia. Aliás, nós passamos, em prise direta, da democracia à demagogia, e desta à demoscopia. A palavra democracia vem do grego — demos (povo) e kratein (poder). Organiza o povo para governar. Demoscopia vem do grego skopein (ver). Permite que se veja um espectro maior de opiniões, através do multipartidarismo caótico, mas não cria maioria estáveis para a governança.

Portanto, pingos nos "ii". A única dúvida que resta é saber se o Brasil de hoje é um caso de modernização abortada ou de democracia desperdiçada. Ou ambas as coisas...

(Reprodução de matéria publicada em "O Globo", edição de 03.04.94, e assinada pelo deputado federal Roberto Campos)

A Revolução Destruída

Na minha adolescência, li *A República que a Revolução Destruiu*, livro que trata da Revolução de 30 e busca mostrar, com um certo saudosismo, o regime que essa revolução derrubou. Apresentando fatos e aspectos interessantes, desde a Proclamação da República até 1930, discorre sobre a institucionalização da República no curso de um processo histórico que, não obstante os equívocos, mazelas e tropeços, tinha traços nítidos de uma evolução.

A "Nova República" destruiu o regime militar que se instalara no País em 64, e representou um vigoroso anseio nacional, empolgando e arrebatando uma esmagadora maioria de brasileiros. Empunhava a bandeira da justiça social, do restabelecimento da liberdade e dos demais inalienáveis direitos individuais. Comprometeu-se não só com o resgate de uma democracia plena, sem adjetivações, mas ainda com a retomada do desenvolvimento econômico, harmônico e acelerado. Assegurava um combate ferrenho e vitorioso contra a inflação, cuja derrocada era indispensável para a consecução de seus objetivos fundamentais.

É impossível uma absolvição plena do regime militar de 64, principalmente no que se refere ao respeito à dignidade humana, à liberdade e aos demais direitos individuais. Discretório e autoritário, deixou muito a desejar, regime ditatorial que foi, no campo da justiça social.

Mas, quando a ótica são os aspectos administrativos e econômico-financeiros, podem ser registrados alguns pontos positivos para os

governos que se instalaram nesse período. O nosso desenvolvimento econômico, embora altamente concentrador da riqueza, bateu recordes mundiais. A inflação que caminhava para uma taxa anual de 140% foi contida em média anual de 27% durante o decênio 1965/74.

Além do mais tivemos generais-presidentes que, sob muitos aspectos, podem ser reputados exemplares em termos de honradez, adequada postura e, até mesmo, destacada competência. Certo, houve exceções.

Singular a figura de estadista, democrata e civilista de Castello Branco. Infelizmente, sustado que foi pelo sistema militar, não foi bem-sucedido no seu empenho em ter um civil como sucessor.

Costa e Silva, imposto pelo sistema, nem de longe pode ser comparado com seu antecessor, no máximo, no que se refere à correção de propósitos, métodos e diretrizes. Mesmo assim, houve saldo positivo nos resultados econômico-financeiros.

Já Médici se impôs pela compostura, honrabilidade, capacidade de escolher uma boa equipe, que soube bem comandar, e menos pela sua limitada dimensão de conhecimentos dos problemas nacionais e da maneira de enfrentá-los, do que pela sua habilidade em delegar e escolher bons interlocutores e assessores. Foi o período de maior desenvolvimento econômico dessa fase. Mas também foi um período maculado pela forte repressão e indiscriminada violência contra os direitos individuais. Por outro lado, deixou de proceder aos necessários e urgentes ajustes econômicos exigidos pelo primeiro choque do petróleo, impondo ao governo Geisel o pesado ônus de proceder a esse ajuste, depois de esgotado o momento adequado.

Geisel se destacou pela invejável amplitude de conhecimento dos problemas nacionais e suas soluções, suas excelsas virtudes pessoais, sobretudo no que se refere à honorabilidade e firmeza de propósitos. Centrou a administração federal sob seu competente e rígido controle,

participando de todas as decisões acerca dos mesmos problemas da nação. Embora tendo de suportar o ônus dos ajustes da economia aos dois choques de petróleo, em face das condições de então, os resultados econômico-financeiros desse governo, contanto não tenham sido auspiciosos, dificilmente poderiam ter sido melhores.

Foi então que se iniciou o processo de abertura e ninguém, naquele momento, mais competente e em melhores condições do que Geisel para não só dar partida, mas ainda concluir essa abertura. Ter deixado essa conclusão para seu sucessor e ter feito recair a escolha na pessoa do general Figueiredo foi o seu grande erro.

Apático, despreparado, Figueiredo nem de leve se aproximou das qualidades positivas de Castello, Médici e Geisel. A administração federal perdeu seus rumos, a credibilidade declinou, a níveis insuportáveis; a corrupção avançou perigosamente; o regime militar se descaracterizou e faliu. O processo de abertura, após incríveis atropelos, escapou do controle e comando do Poder Executivo e os transmudou, submetendo-se a um movimento nacional irreprimível, impetuoso e indomável, radicalizando-se em marcha preconceituosa de total mudança.

A eleição indireta de Tancredo acendeu as esperanças de toda a Nação. Infelizmente a fatalidade nos roubou seu equilíbrio, ponderação e habilidade política, predicados tão indispensáveis naquele momento. E a "Nova República" não atingiu seus objetivos. Há mais liberdade;

mas nunca houve tanta insegurança e criminalidade. Retornamos ao estado de direito; todavia com os bolsos e estômagos mais vazios. Não há censura nem insuportáveis privilégios castrenses; contudo a corrupção atingiu níveis absurdos e insuspeitáveis. Restaurou-se a liberdade sindical e o direito de greve foi reconhecido; mas jamais foi tão elevado o nível de desemprego, nem o salário mínimo esteve tão aviltado. Golpeou-se drástica e artificialmente a inflação que, de um patamar de 220% em 1985, baixou para 60%, com o Plano Cruzado; em compensação esse índice foi superior a 2.500%, em 1993. Aconteceu uma "mudança" radical de governantes estaduais; felizmente em muitos casos, como na Bahia, muito mais cedo do que se poderia supor, ocorreu o "retorno" de muitos daqueles que se revelaram competentes e austeros no regime substituído.

Muitos dos que chegaram com a "Nova República" se empolgaram com o "verbo" e se olvidaram da ação. Embevecidos com o "dizer", esqueceram-se da necessidade de se operacionalizar o discurso. Por isso, secundando a indiscriminada mudança, houve, em muitos casos, um seletivo "retorno". Hoje, prevalecem os conceitos de moralidade e competência, mas sem preconceitos e discriminação. Se efetivados, poderemos salvar o Brasil.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 25.04.94, e assinada por Luiz Sande, ex-presidente do BNDES e ex-secretário da Fazenda de São Paulo).



Informações

Le Bourget 1993: A Expectativa da Aeronáutica Mundial para os Problemas Atuais

Marcado pela crise econômica, o Salão de Le Bourget continuou sendo, em 1993, o mais importante encontro mundial de material aeroespacial. Apresentando uma redução de expositores e visitantes, além da relativa escassez de material em desenvolvimento, o Salão mostrou os mais modernos aviões, helicópteros, armamentos, munições, optrônicos e meios de comando e controle.

Foi o Le Bourget das alianças e cooperações para fazer frente ao fraco mercado internacional — dividir elevados custos e buscar a proteção contra concorrências de todos os continentes. Com uma redução da ordem de 10% a menos de expositores, em relação a 1991, uma freqüência diminuída de 1/4 de visitantes profissionais e 1/3 de público, o salão permaneceu sendo o primeiro do mundo no gênero.

Notando-se uma tímida presença dos EUA e destaque da CEI, serviu também para anunciar diversas alianças comerciais na busca de soluções para os problemas do mercado internacional em dificuldades.

Foi o momento de "lamentações" de industriais para os governos, na busca de recursos

para implementação dos projetos em desenvolvimento e para a busca de novos mercados e manutenção dos já conquistados.

Aliança e Cooperações

Os europeus deram a partida na formação de grupos e consórcios no desenvolvimento de diversos projetos, ora em andamento.

São exemplos atuais, os seguintes: Matra—British Aerospace e Aerospatiale — DASA (mísseis); Messier—Bugatti com Dowty (trens de aterrissagem); Snecma, Pratt e Whitney — MTV — turbopropulsores de 12.000 a 20.000 libras de potência para atender o consórcio Euroflag (FLA); Snecma e Mikoyan — equipar os MIG-AT com motores Larzac 04R20; Thompson - CSF e Mikoyan (radar e sistemas optrônicos e eletrônicos do MIG-21); Thompson - CSF e Grumman Corp (sistemas avionicos para o Rafale M e última versão do E-2CHawkeye); DASA (Alemanha), Flabel (Bélgica), CASA (Espanha), Aerospatiale (França), Alenia (Itália), Ogma (Portugal) e TAI (Turquia) — Euroflag (avião de transporte militar).

No consórcio Euroflag está a grande "cartada" européia no setor de desenvolvimento.

A British Aerospace, com fundos próprios, iniciou o projeto do FLA, avião de transporte militar que poderá estar em serviço em 2003 e totalmente operacional em 2004/2005. Com o

consórcio Euroflag, ele será equipado com 4 turborreatores, terá peso máximo compreendendo entre 90 e 110 toneladas, podendo transportar 20 ton, a mais de 5.500 km, ou 25 ton a 3.700 km, com o raio de ação da ordem de 8.000 km. Poderá aterrissar em terreno pouco preparado, com pista de aproximadamente 1.000 m.

Já existe um mercado potencial para venda de 300 aparelhos (70 para França e Alemanha, 40 para Grã-Bretanha e Itália, 30 para Espanha e Turquia e 10 para Bélgica e Portugal).

O OFLA foi considerado o aparelho ideal para atender as necessidades europeias.

Um outro exemplo de aliança ficou caracterizado com o IAI (Industria Israelense de Aviação) na modernização do MIG-21. A nova versão, desenvolvida juntamente com a Romênia, comporta um radar Elta ELIM 2032, visores de alta densidade, coloridos e monocromáticos MFD, sistema HOTAS, novo banco ejetável, míssil infravermelho Python III e bomba guiada a laser Griffin MK82.

As duas firmas IAI e a Elbit já possuem contrato de repotencialização de 100 MIG-21 romenos e, em fase de negociação, 100 aeronaves para Hungria e 40 para Índia.

Por fim, o Avibus A-340 realizou sua primeira viagem ao redor do mundo, em 48 horas e 20 minutos, dando uma fantástica visão da aliança européia.

Aviões

Na ausência dos JAS 39 Gripen, do F22 e do EFA, os vedetes do salão foram as duas novas versões do Mirage (2000-5 e 2000-D) e o Rafale.

O Rafale foi representado pelos protótipos de um tripulante (C01); de 2 tripulantes (B01) e o Naval (M01).

O Mirage 2000-5 é o primeiro interceptador europeu de emprego múltiplo, com venda já assegurada de 60 aparelhos para Taiwan.

Ele possui um novo sistema de condução de tiro (radar RDY da Thompson-CSF) e sistema de visualização múltipla; voa à velocidade de 2,2

Mach; é equipado com visores de múltiplas funções, radar RDY de detecção a grande distância, em alta e baixa altitudes; possui 4 misseis MICA e 2 misseis Magic. Sua fabricação em série deve começar no fim deste ano para exportação em 1996. A Força Aérea Francesa vai transformar 37 Mirage 2000-C em 2000-5.

O Mirage 2000-D é um "dois lugares" produzido para a Força Aérea Francesa. É destinado às missões específicas de penetração, a baixa altitude e grandes distâncias.

Foram também destaques no Salão: O Falcon 2000 do consórcio Dassault/Alenia, última produção da família Falcon, que será comercializado em 1995.

O MIG-29 com duas versões — um ou dois tripulantes — possui velocidade de 2,3 Mach, altitude de vôo 17000 m, raio de ação de 2.100 km, equipado com radar Dopher e sistema de busca infravermelho associado a telêmetro laser; é armado com seis misseis ar-ar, um canhão 30mm e pode carregar misseis ar-solo.

A MAPO, que atualmente comercializa os MIG, propõe uma versão M do MIG 29, com fuselagem de alumínio/lítio, um novo radar com 45% de raio de ação suplementar e uma capacidade de transportar 4,5 ton de bombas, 8 misseis ar-ar e 4 misseis ar-solo. A Índia deverá adquirir 30 destes aparelhos e a Malásia acaba de adquirir 18 unidades.

O Sukhoi SU-27, também destaque em Le Bourget, possui velocidade de 2,35 Mach e autonomia de 3680 km.

O centro de estudos russo escolheu o salão para anunciar o lançamento de um programa de avião de treinamento civil ou militar: o SU-32, com previsão de vôo em 1994.

Helicópteros

Foram vedetes no 40º Salão o Tigre, o seu gêmeo Gerifate e o russo KA-50.

O grande problema deste setor industrial é a possível redução dos efetivos americanos, nos próximos cinco anos. Já se prevê uma

reestruturação industrial, onde as grandes empresas americanas (Bell-Boeing-Sikorsky-McDonnell-Douglas) deverão ser reduzidas somente a duas.

Fazendo frente a estas, a Eurocopter forma desde já um núcleo europeu de grande competitividade, particularmente com o Tigre. Firmas como a Agusta e Weskland estão com seus futuros indefinidos, particularmente com a chegada dos russos ao mercado.

A Força Russa

Dos quase 200 aparelhos presentes em Le Bourget, uns trinta vieram da CEI. Tanto no campo civil quanto no militar, o governo russo tomou consciência de que sua tecnologia do setor constitui um patrimônio a ser conservado e exportado. Por isso, viu-se o MIG-29, SU-27, o MI-28 e o Ka 50 adaptados às necessidades dos compradores estrangeiros, particularmente no Sudeste da Ásia e Oriente Médio.

O único helicóptero de ataque de um tripulante existente no mundo é o Kannov Ka-50, que causou grande sensação. Equipado com 2 motores Peterburg/Klimov, que lhe dão uma velocidade de 330 km/h, possui ainda rotores coaxiais e peso máximo de decolagem de 10.800 kg. Para o combate antícarro, o Ka-50 possui mísseis teleguiados Vikhr, com alcance de 8 a 10 km, com capacidade de destruir blindagem de até 200 mm. Pode transportar míssil solo Kh-25, ar-ar R-73, além de torres UPK-23 com canhões GSH-23 de 23 mm e bombas.

Um canhão 2A42 de 30 mm e lançadores UV-26 eletromagnéticos de infravermelho completam sua configuração. Possui proteção contra projéteis de 20 mm com velocidade relativa de 980 m/s. Por fim, vale acrescer ainda como característica, a adoção de assento ejetável do tipo Zvesda K-27.

No campo das negociações, o grupo Vector Inc, já começou a comercialização do Ka-50. Existem numerosas intenções de compra do Oriente Médio, Magreb e da África do Sul, sem

falar na aquisição de 8 unidades para as forças especiais americanas.

Em produção no corrente ano, o helicóptero MI-28, de dois tripulantes, também causou sensação no Salão, com raio de ação de 460 km e velocidade de 300 km/h.

Duas novas versões estão sendo desenvolvidas, o MI 28-N e o MI-40.

O MI 28-N é uma versão do MI-28 para voo noturno, armado com 16 mísseis 9M-114 AC, 40 foguetes de 80 ou 130 mm, bombas diversas e um canhão de 30 mm. Um protótipo deverá voar em 94.

O MI 40, pedido das forças aeromóveis russas, será um helicóptero de emprego múltiplo, de transporte de tropa e apoio tático, armado com mísseis ar-solo, transportando 7 homens e mais 3 da tripulação (piloto, navegador e atirador). Será dotado de um canhão de 17,7 mm de retaguarda e com sistema de navegação que lhe permitirá o voo diurno ou noturno, em qualquer condição de tempo. É possível, em 1995/96, o primeiro protótipo voar.

Armamento Ar-Solo

No campo do armamento ar-solo, o Salão apresentou dois projetos concorrentes de mísseis de cruzeiros convencionais — "míssel convencional de intervenção e dissuasão" — da Aerospatiale (o ASMP-Ca) e da Matra (o Apache-C). Devido aos resultados bastante controvertidos do TOMAHAWK na Guerra do Golfo, as chances de sucesso, no campo financeiro para o apoio aos projetos são muito pequenas.

Por outro lado, a Thompson Brandt Armaments e sua filial belga (Les Forges de Zeebrugge) são líderes mundiais na fabricação de foguetes ar-solo, bombas de apoio tático BAT 120, bomba antipista BAP 100, já aprovada em combate.

Um outro assunto, passado quase despercebido, foi a criação, para o futuro, de um "pólo de armamento", constituído pela Thompson Brandt Armament (TBA), a Divisão Eletrônica

de Munições (DEM - de Thompson - TRT - Defense), todas do grupo Thompson - CSF. Este pólo traduz, nos dias de hoje, evolução tecnológica, envolvendo competências campos da balística, eletropirotecnia, propulsão e sensores para acionamentos diversos.

Entre os produtos resultantes deste "pólo" já se conhecem o morteiro raiado de 120 mm, a bomba antipista BAP 100, a bomba de apoio tático BAP 120, foguetes ar-solo, componentes do míssil Crotale NG, a mina AC HPDZ e munições especiais de artilharia.

São frutos de estudo e de futuro, desenvolvimento de munições solo-solo e ar-solo, minas inteligentes, armamentos para guarnecer aeronaves, cabeças de mísseis inteligentes, munições de risco atenuado, armamentos de apoio a forças de pronto emprego.

Atualmente, estão em curso os projetos da submunição Kriss do míssil Apache e componentes do míssil Aster.

Este "pólo" reúne órgão de direção, administração, estudos e produção na França e Bélgica e em Singapura, apoiando-se na INEKCO (joint venture entre TBA e SNPE — munição de risco atenuado) e na Vélifer (GIE entre TBA e Matra — sub-munição para destruição de pista).

A firma americana Rockwell International escolheu o salão para vender o míssil AC Hellfire.

A Optrônica Onipresente

Se aviões e helicópteros são a vitrine do Salão, uma presença mais discreta, menos espetacular mas marcante, foi a eletrônica.

O progresso incessante de miniaturização de componentes, como a multiplicação da capacidade de cálculo que permite melhorar continuamente o diálogo homem-máquina é fator indispensável de eficácia da avionica das aeronaves de combate.

As tecnologias do futuro já são conhecidas, como por exemplo, o diálogo multimodal se aproximando da comunicação natural, (voz, vi-

são, movimentos táticos) que permite ao piloto, nas condições de combate mais difíceis, tomar decisões que melhor se adaptem às situações vividas.

Os numerosos meios de visualização de que dispõem hoje os pilotos, serão brevemente, de forma miniaturizada e interativa, integradas ao seu capacete e os exemplos poderão ser multiplicados ao infinito.

Outra avionica anunciada ao Salão e já demonstrada na Guerra do Golfo são as contramedidas para proteção de aeronaves o apoio ao comando para a conduta de operações aéreas e a defesa antiaérea.

Os Dissimuladores do Futuro

É interessante ressaltar os estudos em curso de autoproteção de aeronaves do futuro contra os mísseis da nova geração dotados de contra-medidas eletrônicas.

Em Le Bourget, este assunto, até então muito reservado, teve um tratamento mais aberto.

A firma francesa Etienne Lacroix apresentou, além das medidas existentes, os novos programas em desenvolvimento, a maioria conduzida em operação com outras empresas. São destaque:

- as novas composições de dissimuladores, mais confiáveis, de infravermelho e ultravioleta;

- materiais refletores destinados à substituição de deflectores;

- dissimuladores infravermelhos eletromagnéticos e eletroóticos;

- dissimulador infravermelho de movimento-adaptador LICA (desenvolvido com a SAT);

- dissimulador infravermelho de sinal adaptado LICA (desenvolvido com a MATRA). Desta forma, se reuniram todos os trunfos visando as grandes definições do futuro.

A Sociedade Nacional de Pólvoras e Explosivos (SNPE) apresentou as contramedidas passivas convencionais (dissimuladores infravermelhos) de 2^a geração de sinal e trajeto-

rias adaptadas, onde a eficácia é muitas vezes superior à convencional.

Os dissimuladores Mucalir e Micl'r são adaptados à proteção de helicópteros de combate ou de transporte, sendo que o Micl'r pode ser comandado a partir de qualquer sequência, associado ou não a um detetor de cauda de míssil.

Aplicados à proteção de aviões, dissimuladores propulsados de grande estabilidade de vôo conseguem livrar-se de sinais infravermelho ou do radar.

O Apoio ao Comando

Os meios de apoio ao comando de Forças, são a revelação dos anos 90.

A condução das operações de guerra cada vez mais, recorre à informática para coletar inúmeras informações, fornecidas por múltiplos sensores (da observação isolada ao satélite, passando por toda a gama de aviões e "não tripulados" de reconhecimento ou alerta avançado), facilitando sua decisão.

O Sistema de Informação do Comando (SIC) é utilizado nas principais Forças Armadas do mundo, com dificuldades, pois além das restrições financeiras, ele modifica os hábitos dos chefes e Estados-Maiores.

Os mais evoluídos sistemas existentes, possuem uma vulnerabilidade, apesar do alto grau tecnológico que encerram: não são integrados, dificultando sua utilização entre Forças Armadas. Exemplos desta vulnerabilidade estão na OTAN e na Guerra do Golfo, onde o Exército americano (dotado do Sistema MSE/RITA, não se ligava aos Fuzileiros Navais).

Natentativa de eliminar esta vulnerabilidade, a OTAN já utiliza o Sistema de Comando e Controle do Ar (ACCS) e a França coopera, na Comunidade Européia, com o Sistema de Controle e Condução de Operações Aéreas (SCCOA).

O SCCOA é destinado a recolher, difundir e gerar informações necessárias ao comando da Força Aérea.

É o primeiro sistema integrado da Europa e também o primeiro do mundo que permite uma progressiva integração de todas as funções inerentes a um comando aéreo: levantar a situação aérea, gerenciar o espaço aéreo, controlar o tráfego, avaliar a ameaça aérea, fornecer os meios para o comando e forças em presença, planejar e atribuir, em tempo real, as missões de combate, além de controlá-las e informar-se sobre a situação do inimigo.

Permite, ainda, gerenciar todas as informações colhidas pelos diversos meios do teatro de operações: centros de comando, bases aéreas, radares, aviões de caça e bombardeio, reabastecedores, sistemas de defesa solo-ar, satélites de comunicações, de meteorologia e observação.

Outras possibilidades do sistema: a intervenção, em todos os níveis, e a evolução gradativa para adaptar-se às transformações tecnológicas e geopolíticas.

Para a defesa antiaérea, a Thompson CSF apresentou o Centro de Comando Antiaéreo (AACC), constituído de um shelter sobre caminhão 6 x 6, com um reboque gerador.

Tecnologia Espacial

Ao contrário dos outros salões, onde a NASA era a atração, em Le Bourget, este ano, a sensação foi o Centro de Estudos Espaciais, a ArianeSpace e a Agência Européia do Espaço, fruto do sucesso do Ariane, nos últimos tempos.

Apesar da divulgação, pelo grupo Defesa e Espaço da Boeing, de uma nave espacial tripulada e reutilizável, decolando de uma pista convencional graças a uma "nave-mãe", os europeus ainda estão fiéis ao sistema de lançamento convencional, através do Ariane.

Está em andamento um estudo de vôo tripulado (ACRV), lançado pelo Ariane 5, que será ligado permanente em uma estação espacial.

Ele é destinado a recuperar membros da tripulação de forma rápida e conduzi-los com segurança a Terra, em caso de necessidade.

(Condensação da reportagem, "Le Bourget 93", de Michel Saint-Setiers, publicada na Revista Défense — N° 4 — jul. e Ago. 93, realizada pelo Ten Cel Eng Joaquim Maia Brandão Junior).

A Revista da Escola Militar da Praia Vermelha 1887-89

A "Revista da Família Acadêmica, dez 1887 — abr 1889, da Escola Militar da Praia Vermelha", constituída de 157 artigos, escrita por 30 alunos, foi objeto de monografia, no curso de História da IFCS/UFRJ, de Adriane Barreto de Souza, sob o título: "Revista da Família Acadêmica uma Proposta Militar de Inserção do Brasil no Processo Civilizatório".

Conclui, a autora, que o bacharelismo militar fortalecido sobremodo em 1874, após a Guerra do Paraguai, foi uma estratégia para, a um só tempo, driblar o processo de erradicação do Exército em curso e de valorização dos oficiais egressos, em sua maioria de famílias pobres, através do curso de Engenharia. Com ele, o militar poderia fazer face aos prestigiados advogados e médicos, preferidos como bons partidos, ao contrário dos oficiais, que assim não eram considerados pela magra bolsa, aliada ao risco potencial de ausências freqüentes e longas da família, ou mesmo de deixar viúvas e órfãos no desamparo, por inexistência de montepio, em função da movimentada e cruenta História Militar do Brasil, de 1822 a 1870, assinalada por contínuas lutas internas e guerras externas. A carreira militar era espinhosa, sofrida, e não reconhecidos os sacrifícios dos militares na consolidação da independência, unidade, soberania e integridade do Brasil.

Dos 157 artigos da revista, 148 estão a serviço do bacharelismo militar e somente 8, ou 5%, a serviço do profissionalismo militar, que nenhuma importância assumia no contexto do auto denominado pelos alunos *Tabernáculo da*

Ciência. Em suma, as preocupações eram científicas, mas não com a Ciência Militar, que deveria ser a "número um", comprovando memórias de alunos ilustres daquela época que se tornaram expoentes do profissionalismo militar, na Reforma Militar de 1898-1945.

Demonstra a historiadora Adriane que, em que pese o desvio profissional militar da Praia Vermelha, depois da Guerra do Paraguai, aquela Escola "foi um importante centro de formação de cérebros que ajudou a formar a elite brasileira, no final do século e que 25 dos 30 articulistas, das mais variadas procedências regionais, ingressaram na carreira política ou em projetos culturais de exploração e reconhecimento do Brasil, dentro do ideal de promover uma mudança de mentalidade e assim construir um novo cidadão brasileiro."

Dentre os alunos articulistas registraram-se, entre outros que conquistaram projeção nacional: Rondon, Tasso Fragoso, Moreira Guimarães, Lauro Müller, Licínio Cardoso, Euclides da Cunha e Lauro Sodré. O último, ligado à Revolução da Vacina obrigatória na Escola Militar, em 1904, que determinou o seu fechamento seguido de extinção, para ressurgir em Porto Alegre, como Escola de Guerra e profissionalizante militar. Rondon e Tasso Fragoso foram fiéis à estratégia do bacharelismo como caminho para atingir-se o profissionalismo militar. Souberam conciliar a devoção à "Religião da Humanidade" com a função social que livremente escolheram, a de soldados a serviço da defesa do Brasil.

Eis aí, sem dúvida, uma grande e original contribuição que a jovem historiadora Adriane Barreto de Souza presta à História do Ensino Militar no Exército, confirmado cientificamente o que velhos e valorosos chefes do Exército afirmaram, em seus escritos, cujas obras ela não consultou, o que aumenta o valor de suas conclusões.

(Cláudio Moreira Bento, Sócio efetivo do IHGB e benemérito do IGHMB).

Um Século de Dívidas

A dor de cabeça com a dívida pública no Brasil vem de longe. Se até hoje os ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central têm buscado várias formas de reduzir o tamanho deste endividamento, resta-lhes um consolo: até Dom Pedro I tentou, em vão, dar um jeito nessa dívida. Em 1825, ele mandou fazer um levantamento da dívida para institucionalizá-la. Não levaria muito tempo para que os outros integrantes do Império pusessem tudo a perder. Endividaram o Brasil para cobrir os gastos com a Guerra do Paraguai, detonada em 1865, e até para comprar o enxoval da princesa de Joinville.

Estas e outras histórias sobre a dívida pública brasileira estão no segundo número das *Séries Históricas* publicadas pela Andima, que resgata 110 anos de endividamento dos governos. O presidente da instituição, José Carlos Oliveira, entrega hoje o primeiro exemplar do livro, *A Dívida Pública desde 1883* ao ministro da Fazenda Rubens Ricupero. A primeira foi publicada em 1993, contendo histórico sobre inflação no Brasil.

O livro mostra que a dívida brasileira já preocupava, em 1899, quando era de US\$ 416 milhões (em valores atuais). Dez anos antes, em 1889, começava o resgate dos títulos em circulação. Outra curiosidade: os títulos ao portador, extintos na gestão da ministra Zélia Cardoso de Mello, foram criados por Rui Barbosa, quando ministro da Fazenda. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve a emissão de títulos que deveriam ser subscritos por quem pagasse o Imposto de Renda.

A Andima fez um levantamento detalhado para converter os números da dívida pública desde 1883, para valores de hoje e uma análise do tamanho da dívida em relação do PIB, desde meados da década de 40. Por exemplo, em 1947, a dívida era de 5,49% do PIB. Em 1955, o percentual era de apenas 1,3%, caindo para 0,54%, dez anos

depois. "Isso aconteceu porque o governo não pagou os juros dessa dívida nem resgatou títulos, na década de 50, levando a um descrédito dos papéis públicos", explica José Carlos de Oliveira. A disparada da inflação foi acompanhada pelo crescimento da dívida que chegou a 6,22%, em 1975, e 10,6%, em 1985. Em 1989, quando o País batia seu recorde de inflação, a dívida alcançou os 14,98% do PIB. Com o Plano Collor e o bloqueio dos ativos, o percentual recuou para depois crescer e cravar os 7,5%, em 1993, com US\$ 41,2 bilhões de títulos em poder do público

(Extraída de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 06.06.94, assinada por Cristina Alves.)

A Iniciativa Esquecida de Nixon: O Fim do Padrão-Ouro

Na maioria dos obturários e retrospectivas sobre o presidente Richard Nixon, suas realizações em matéria de política externa foram saudadas como a peça fundamental de seu governo. Mas, estranhamente, foi ignorada, ou mencionada apenas de passagem uma das mais importantes iniciativas de política externa de Nixon: sua decisão, em 1971, de abandonar o padrão-ouro e demolir o sistema monetário de Bretton Woods.

Bretton Woods era aquela cidade onde, em julho de 1944, americanos e ingleses se reuniram para criar um sistema monetário que restauraria o comércio e a economia mundiais, depois da guerra. A base era a convicção de que não se podia voltar para o caos do *laissez-faire* da década de 1930, quando as taxas de câmbio flutuavam livremente. Pelo acordo de Bretton Woods, o dólar seria o centro de um novo sistema. Cada país contaria sua moeda em dólares, e ela poderia oscilar em até 1% para cima ou para baixo. O dólar ficaria vinculado ao euro, à taxa de US\$ 35 por onça. Qualquer país que acumulasse dólares poderia vir a Fort Knox e

trocá-los por ouro àquela taxa fixa.

Durante 25 anos, o sistema funcionou bem, até que a Guerra do Vietnã e os programas da Grande Sociedade (de Lyndon Johnson) provocaram inflação nos EUA. Cresciam os déficits comerciais com Europa e Japão, os dólares eram acumulados lá fora e os países corriam a trocá-los por ouro, antes que se desvalorizassem. Nixon controlou salários e preços para conter a inflação, mas também decidiu desvalorizar o dólar, para estimular exportações americanas. Como Bretton Woods não permitia a desvalorização, Nixon desvalorizou Bretton Woods. Revogou o tratado unilateralmente, fechou o guichê que vendia ouro e deixou o dólar flutuar.

— Nixon nos trouxe a um novo mundo monetário — disse Richard N. Gardner, autor da história-padrão de Bretton Woods.

— Um mundo de grande volatilidade das moedas, o que complica o comércio e investimentos e estimula a especulação.

Um importante resultado positivo é que a decisão de Nixon forçou os maiores países industrializados a trabalharem juntos no "Grupo dos Sete", para coordenar juros e políticas monetárias fiscais, de forma a manter um mínimo de estabilidade. A iniciativa recebe pouca atenção porque as notícias tendem a ser vistas no contexto de uma Super-História — um grande drama narrativo que é o pano-de-fundo para os acontecimentos. A Super-História da era Nixon era a Guerra Fria; uma notícia tinha importância ou não conforme se encaixasse nesse drama. Mas, agora que a Guerra Fria acabou, Super-História pode estar mudando. Crises como a da Bósnia ainda merecem manchetes, mas, agora, há uma nova Super-História, de um mundo mais economicamente interligado. Os esforços de Clinton por um acordo mundial de comércio e o Acordo de Livre Comércio com o México e

Canadá ganharam muita projeção nesse drama, e seguramente, não serão omitidos em seu obituário.

(Extraída da matéria publicada em O Globo, edição de 08.05.94, assinada por Thomas L. Friedman, do New York Times)

Aquém de Marrakech

O Gatt (Acordo Internacional de Tarifas e Comércio) foi um organismo criado para evitar a lei da selva no comércio internacional. Ultimamente, não era lugar para muitos consensos. Há sete anos, arrastava-se a chamada Rodada Uruguai. Em novembro do ano passado, realizou-se em Montevideu, com a presença de Peter Sutherland, diretor-geral do Gatt, uma reunião com os chanceleres do Grupo do Rio, que terminou numa chamada "Declaração de Montevideu" que, diplomaticamente, jogou com a barriga.

O problema central é que os Estados Unidos, a CEE e o Japão praticavam acordos bilaterais, ameaçando de colapso o sistema internacional. Sutherland pediu ao latino-americanos política de abertura e elogiou-as, dizendo que elas contrastavam com o protecionismo seguido pelos países industrializados do hemisfério Norte.

Agora, em Marrakech, cria-se uma outra entidade que se chama Organização Mundial do Comércio, a OMC. Mexer com comércio internacional é mexer num vespeiro. Diga-se interesses gigantescos, e as tarifas constituem um instrumento forte, de que se valem os países desenvolvidos para protegerem seus mercados. Ao mesmo tempo, têm força de coação sobre os países fracos para impor-lhes políticas que beneficiem e reclamem proteções que eles pratiquem, mas que não aceitem nos outros.

Ao apagar das luzes, nessa Marrakech que desperta sedução e mistério, do velório do Gatt, os países desenvolvidos lançaram uma bomba. A chamada "cláusula social", isto é, tarifas à parte, os países desenvolvidos, em generosidade e respeito aos direitos humanos, propunham cortar as importações de países que praticassem baixos salários, o que eles chamaram de "dumping social".

O exótico é que são eles mesmos que julgam os baixos salários. É, mais uma vez, o biombo de uma nobre causa, escondendo interesses inconfessáveis. A melhor maneira que eles teriam para melhorar os salários do Terceiro Mundo seria não levar a preços críticos, cada vez menores, as matérias-primas que nos compram, os juros que nos cobram, as sanções e ameaças que nos fazem.

Lembro-me da Conferência Ecológica de Estocolmo, em 1972. Ali, também, em nome da defesa da natureza, propunham-se sanções econômicas aos países depredadores do meio ambiente, sempre o então Terceiro Mundo. O nosso embaixador Miguel Osório, com bravura, separou as coisas: ecologia é ecologia, interesses econômicos são interesses econômicos. Não misturar as agendas.

Agora, vejo uma decisão acertada dos ministros do Grupo do Rio, isto é, dos países da América Latina, denunciando, que, atrás dessa manobra, está embutido um protecionismo discricionário, cruel e injusto contra os países pobres. Como impingir pela garganta uma abertura de mercado aos países de economia frágil, quando os ricos se reservam direitos de proteção discricionários, sob manto da hipocrisia.

O que eles querem, assim, é matar o doente para curá-lo. Querem extinguir empregos na região mais pobre do planeta

para consolidar posições hegemônicas de comércio.

Se for assim, começo mal a OMC, Organização Mundial do Comércio.

(Extraída de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 20.04.94, assinada pelo senador José Sarney)

Tesouro Inestimável

A informatização da Biblioteca Apostólica Vaticana, com o franqueamento de acesso e terminais espalhados pelo mundo inteiro, configura um marco no processo histórico de democratização do saber. O Vaticano abre as portas de um dos mais preciosos tesouros da humanidade. Com essa decisão histórica, o pontificado de João Paulo II inaugura uma nova e importante vertente, no seu trabalho apostólico, com vistas aos seus milhões de fiéis.

Criada pelo Papa Nicolau V, em 1450, antes da descoberta do Brasil, a Biblioteca do Vaticano guarda um patrimônio de 1,5 milhões de volumes impressos, além de 150 mil manuscritos e 100 mil gravuras e desenhos. Guarda volumes acumulados, ao longo de toda a história da Igreja — do pré-Lateranense e do Lateranense até 1300; no Avinholense (dos séculos XIV e XV, quando a sede papal era a cidade francesa de Avignon); do pré-Vaticano e do Vaticano (do século XVI aos nossos dias). E ainda conta com toda a documentação das atividades da Igreja, incluindo-se nela os autos dos processos de Inquisição.

A informatização de um acervo de tamanho importância e abrangência é resultado de um projeto impecável de entrelaçamento entre os princípios da cultura humanista e as conquistas recentes da tecnologia. Em sua fase experimental,

o programa permitirá o acesso a dois milhões de fichas bibliográficas. Em questão de minutos, será possível obter por computador reprodução de uma ou de cem páginas de qualquer volume do acervo.

O passo seguinte será a transformação em imagens eletrônicas deste inestimável patrimônio, de forma a combinar o que antes parecia impossível: de um lado, a estrita observância das normas rigorosas de conservação de exemplares antiquíssimos, alguns datados de antes de Cristo; do outro, a popularização mais ampla possível do tesouro acumulado.

A abertura do acesso à mais preciosa biblioteca do mundo aos terminais de computador merece destaque também, por ser resultado de parceria com a iniciativa privada, no caso com a

multinacional IBM. A transmissão de dados constitui um negócio tão promissor que os custos serão acessíveis a milhões de usuários, nas mais diversas línguas.

O Brasil teve a excelente notícia de que a PUC do Rio já se habilitou como uma das primeiras centrais internacionais de dados, com acesso à Biblioteca do Vaticano, e o serviço deve ser totalmente implantado no prazo de, no máximo, 24 meses. Os milênios de cultura guardados nas estantes centenárias do Vaticano estão, finalmente, ao alcance dos brasileiros.

(Extraída do Mens 8/Dir/1994, de 16.05.94, do Centro de Informações Culturais, transcreve editorial do Jornal do Brasil da mesmadata).



Resumos de Monografias

A Robótica e a Força Terrestre

Autor: Maj Inf Luiz Celso de Oliveira
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior, em 1993

O tema "A Robótica e a Força Terrestre" foi desenvolvido com o objetivo de apresentar a tecnologia robótica pela ótica de um combatente, que, após certifica-se dos benefícios de sua utilização no meio civil, há mais de quatro décadas, começa aos poucos a desvendar o emprego desta tecnologia com fins militares, trazendo este enfoque para a Força Terrestre dos países mais desenvolvidos do mundo, antecipando, inclusive, as perspectivas para o futuro.

O autor procura fundamentar-se em diferentes aspectos que poderiam ter conduzido alguns exércitos a incluírem os robôs como um dos seus projetos mais importantes na área de pesquisa e de desenvolvimento.

No capítulo "A evolução Tecnológica e as Guerras", tenta-se distinguir um possível relacionamento entre estes dois eventos, com vistas a dar suporte à tese de uma estreita ligação dos dois. Realiza-se uma comparação de valor

entre o ideal do homem que viveu no século XVIII e o do século XX. Utiliza-se, para isso, uma descrição de seus modos de vida e do conhecimento que possuíam do mundo que os cercava.

O comportamento do soldado no campo de batalha foi levado em consideração, neste trabalho, por ser este um aspecto crítico e imprevisível para os comandantes.

O objetivo maior para inserção deste assunto, é a tentativa de visualização do robô como uma solução àquele problema, preservando um equilíbrio físico e psíquico do homem, elemento vital do combate.

O autor discute a forma de incorporação da nova tecnologia ao Exército e emite sua opinião. Focaliza alguns projetos que estão em andamento e aponta as dificuldades no desenvolvimento dos rôbos militares destinados a cumprir missões de combate, bem como as perspectivas futuras. Além disso, destaca o emprego da tecnologia robótica em recentes conflitos.

À luz dos assuntos apresentados, são alinhados como conclusão os benefícios a serem auferidos pela Força Terrestre, com a utilização da Tecnologia Robótica, fazendo uma previsão quanto às consequências a médio prazo para os exércitos que postergarem a decisão de adotá-las.

Saneamento Básico em Áreas Urbanas e Rurais: Situação Atual, Influências para o Desenvolvimento Psicossocial do Homem Brasileiro, Conseqüências no Processo de Seleção e Incorporação de Praças para o Serviço Militar

Autor: Jose Maria de Souza
Concluinte do Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviço de Saúde em 1993

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o saneamento básico no Brasil, partindo do princípio de que não se deve acomodar-se ante a miséria de um povo.

Após breve histórico do saneamento básico, faz uma correlação entre a sua evolução, no mundo e no Brasil. Levanta questões que esboçam uma curiosidade natural de quem se destina a ler sobre o assunto e ressalta que, mesmo não sendo uma obra de Engenharia Sanitária, tem uma proposta batizada pela pesquisa e experiência do autor.

Na seqüência, ao retomar o tema central, mostra a realidade brasileira atual do setor. Procura ressaltar as deficiências, já que o leitor nem sempre é crítico em relação ao que pode não interferir, diretamente, na sua vida.

Sobre os acertos e funcionalidade existentes, não os omite, mas deixa-os velados, embutidos nas palavras, expressões e nos índices que indicam uma proporcionalidade desvantajosa. Chama, ainda, atenção para as faltas estruturais e conjunturais, bem como para o respaldo constitucional do setor.

Enfoca o Exército Brasileiro como instituição prejudicada pela influência, também negati-

va, que as deficiências sanitárias proporcionam à seleção e incorporação do jovem ao Serviço Militar e as consequências, no aumentos de baixas médicas, na incidências de licenciamentos extemporâneos e no prejuízo à instrução e operacionalidade da tropa.

No entanto, coerente com o princípio estabelecido, este trabalho não se limita a visualizar só os problemas. O capítulo final, em função do quadro depressivo até então esboçado, procura buscar soluções. Apresenta proposta de natureza política, econômica, sociológica e cultural, revelando a necessidade de mudanças, que possibilitem ao País retomar seu desenvolvimento sócio-econômico, a estabilidade dos programas de governo, a reversão da tendência migratória, o desenvolvimento integrado e a credibilidade da população.

Advoga, ainda, na conclusão, mudanças estruturais e conjunturais consonantes entre si, a partir de uma visão coerente, interdisciplinar e mutissetorial de um desenvolvimento sócio-econômico, como aspiração nacional.

Parlamentarismo e Presidencialismo

Autor: Maj Cav Juarez Conceição Bermudez
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior de 1993

O presente trabalho desenvolveu uma análise acerca dos sistemas ou regimes de governo à disposição das modernas sociedades - o Parlamentarismo e o Presidencialismo.

Buscou, o autor, inicialmente, adaptar o leitor à terminologia específica do assunto, e, assim, emitir conceitos imprescindíveis à completa compreensão do tema.

Foram apresentadas as origens históricas de ambos os sistemas, como funcionam, e as

experiências vivenciadas pelo Brasil, relativas a cada um deles.

Dando continuidade a esta análise, comparou os dois regimes, explorando suas principais diferenças e seus aspectos favoráveis e desfavoráveis, levando em consideração, momente, a atual conjuntura do País.

Abordou, também, as principais características e as influências sofridas pelas diversas constituições brasileiras, com reflexos diretos para a vida política do País, durante o Império e a República.

O plebiscito previsto para 21 de abril de 1993 foi mencionado, aludindo-se à oportunidade que terão os brasileiros de escolherem a forma e o regime que desejarem.

Foi feita referência aos partidos políticos no Brasil, com a intenção de caracterizar as práticas políticas em nosso País, e de que forma estas prestarão colaboração para a implantação de um ou outro sistema.

O voto distrital é colocado resumidamente visando a colocar o leitor a par de uma discussão importante e atual, considerando-se o futuro político da Nação, com consequências decisivas e diretas para a consolidação de qualquer regime de governo que venha a ser adotado.

Como conclusão, é apontado ao Brasil um caminho para o amadurecimento e para a consolidação de suas instituições, de forma gradual e sem solução de continuidade.

O Trabalho Desenvolvido no Hospital de Guarnição de Tabatinga, no Controle da Córula.

Autor: Maj Sau Francisco J. T. Távora
Concludente do Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviço de Saúde em 1993.

A reintrodução da cólera no Brasil, pela região do Alto Solimões, em 1991, propiciou ao

HGuT desenvolver profícuo trabalho direcionado para o combate à cólera. Esta experiência pioneira, vivenciada pelo autor nos anos de 1991 e 1992, então diretor daquela unidade de Saúde, certamente contribuiu para os resultados alcançados na região, no controle da cólera e para a implantação de Unidade de Tratamento de Cólera, em outros hospitais. O assunto é abordado, apresentando inicialmente um relato sobre a evolução histórica e a importância da cólera para a humanidade, até situá-la na Amazônia Ocidental. Em seguida, o autor enfoca a região e a doença em seus diversos aspectos e apresenta um relato sobre o combate à cólera, na região do Alto Solimões. Na sequência faz uma abordagem sobre os reflexos do emprego de tropa em uma região endêmica, particularizando o seu planejamento e as medidas preventivas adequadas. Ressalta a importância do tema com uma situação real, ocorrida na região. Finalizando, descreve o trabalho desenvolvido pelo HGuT dentro do contexto regional, e apresenta alguns resultados alcançados.

Pára-Quedismo Militar no Brasil: Origem, Histórico e Reflexos na Atualidade.

Autor: Maj Inf Racine Bezerra Lima Filho
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior, em 1993

A monografia registra o histórico do pára-quedismo militar no Brasil, com ênfase no Exército Brasileiro, desde os primeiros passos até os dias atuais, em que o Brasil conta com uma Grande Unidade de Infantaria Pára-quedista, na Força Terrestre.

Inicialmente, é feita uma abordagem sobre o surgimento e a evolução do pára-quedismo no mundo, até o ano de 1945; quando o então Capitão de Pessoa e os Pioneiros — militares que

integraram os primeiros grupos a realizar, no exterior, o Curso Básico de Pára-quedista vão aos Estados Unidos da América (EUA), de onde retornam com as sementes da nova especialidade militar.

A partir daí, o histórico é apresentado através das fases características da evolução do pára-quedismo militar no Exército Brasileiro (1945/1949, 1949/1952, 1952/1968, 1968/1971, 1971/1985, 1985/1992).

A seguir, são feitas abordagens sobre a contribuição da brigada de Infantaria Pára-quedista (BdaInf Pqdt) à evolução do Exército Brasileiro (EB) e das demais Forças; sobre as mudanças introduzidas no campo do material aeroterrestre e sobre as missões mais importantes.

Finalmente, é apresentada a situação atual do pára-quedismo militar, no Brasil, e uma visão prospectiva da tropa pára-quedista da Força Terrestre.

Como conclusão, são apresentadas considerações sobre:

- a mística da Tropa Pára-quedista e como este fenômeno consolidou-se ao longo dos anos na BdaInf Pqdt;
- a importância do General de Pessoa e dos Pioneiros para a implantação do pára-quedismo militar no Brasil.;
- a importância da BdaInf Pqdt para a integração com Nações amigas e para as relações com o público externo;
- a influência da BdaInf Pqdt na evolução dos uniformes e da instrução militar no EB;
- a contribuição do EB para a implantação e evolução da atividade pára-quedista nas demais Forças;
- os progressos no campo do material;
- a operacionalidade da tropa pára-quedista demonstrada em manobras e operações;
- a realidade do EB e a inserção de sua Grande Unidade Pára-quedista (GU Pqdt) nesse contexto; e
- projeção para o futuro.

Pesquisa e a Pós-Graduação Visando à Qualidade no Exército Brasileiro

Autor: Maj QEM Francisco José Cunha

Pires Soeiro

**Concluinte do Curso de Direção e
Estado-Maior de Engenheiros Militares
em 1993**

O Exército será uma Instituição com qualidade, à medida que possuir um equipamento adequado ao cumprimento de sua missão constitucional. Devido ao modelo de desenvolvimento adotado após segunda a Guerra Mundial, o Brasil se tornou fortemente dependente de tecnologias vindas do exterior. Este fato prejudica, sobremodo, o aparelhamento das Forças Armadas, que depende diretamente do estágio do desenvolvimento do parque industrial nacional. A compra de equipamento no exterior torna o País vulnerável a um corte de suprimento por parte dos fornecedores. A transferência de tecnologia nesta área é normalmente vedada pelos países centrais. Assim, só resta uma alternativa que é tentar o desenvolvimento de uma tecnologia autônoma, que permita ao Brasil produzir o seu próprio armamento. Para isso, é preciso um grande investimento na capacitação de recursos humanos qualificados a desenvolver tecnologia. Há uma grande necessidade de incentivo à pesquisa e à pós-graduação. O Exército, como grande interessado neste processo, deve participar intensamente do esforço nacional pelo desenvolvimento de uma tecnologia autóctone. Já possui um Sistema de Ciência e Tecnologia aprimorado e bem organizado. Falta, no entanto, vontade política da Força de modo a privilegiar o setor. Como não há recursos suficientes destinados a esta área, os resultados obtidos até aqui são fracos. Se o

Exército deseja se tornar uma organização com qualidade e com equipamento adequado às suas necessidades, precisa priorizar o setor de Ciência e Tecnologia, onde pesquisa e pós-graduação desempenham papel fundamental.

As Contra-Contramedidas Eletrônicas (CCME) Como Atividades Comuns a Todos os Escalões da Força Terrestre (Sigilosa)

Autor: Maj Com João Roberto Castilho
Concluinte do Curso de Comando e Estado-Maior, em 1993

Constitui-se tema de grande atualidade. Constitui-se tema de grande atualidade, cujos conceitos básicos são inicialmente apresentados para familiarizar o leitor com o assunto.

Segue-se uma análise das CCME, na qual se destacam os procedimentos preventivos e corretivos, nos campos das comunicações, e das não-comunicações bem como as principais tecnologias atualmente conhecidas. Entre outras conclusões parciais, esse processo analítico evidencia o caráter abrangente dos procedimentos de CCME em relação aos escalões da força terrestre, bem como a unidade e mútua complementariedade do binômio procedimentos-tecnologias, o qual define o grau de invulnerabilidade de um sistema de emissores eletromagnéticos às ações de GE ofensivas e de apoio no moderno campo de batalha.

No decorrer do desenvolvimento do tema, o leitor é provocado intelectualmente, no sentido de que surjam questionamentos e reflexões críticas sobre o valor das CCME para os diversos escalões, suscitando, indiretamente, uma discussão mental sobre o assunto que o leve, se possível, a propor novos procedimentos de CCME para o emprego em campanha.

A Administração de Munições, em Tempo de Paz (Sigilosa)

Autor: Maj. QMB Lauritz Silva
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993

Esta monografia, voltada exclusivamente para a "Administração de Munições" - componente do sistema de suprimento - tem por objetivo apresentar alternativas para tentar reduzir as dificuldades dessa complexa atividade.

Aborda o despertar do interesse do autor pelo assunto, frutos de experiências vividas tantos nos corpos de tropa quanto na Diretoria de Armamento e Munições. Propõe-se, outrossim, tratar o assunto pelas fases do suprimento de munições e, em cada fase, descrever os procedimentos em uso, destacando as principais dificuldades e sugerindo possíveis mudanças na sistemática atualmente adotada.

Inicialmente, define e conceitua termos aplicáveis à administração de munições em tempo de paz, com o intuito de facilitar o entendimento do leitor na apreciação de assunto.

Nos capítulos seguintes, trata da metodologia aplicada no levantamento das necessidades em munições; descreve os processos de obtenção e suas dificuldades, apresenta os procedimentos, para o armazenamento das munições e aborda a distribuição, o empaiolamento e o consumo das munições.

Para cada assunto, são sugeridas medidas que proporcionem a melhoria da situação atual e, na conclusão, evidenciam as propostas modificadoras da sistemática vigente e o questionamento das medidas alternativas específicas dos períodos de crise, as quais podem vir a ser transformar em boas soluções, mesmo após a normalização da economia nacional.

O Combate na Região do Pantanal: Característica da Região; Análise das Modificações Necessárias à Condução das Operações; Sugestões Referentes ao Equipamento, Armamento, aos Meios e ao Transporte (Sigilosa)

Autor: Maj Inf Haroldo Assad Carneiro
Concluinte do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993

Devido a suas dimensões continentais, o Brasil possui inúmeras regiões distintas entre si, cujas características peculiares repercutem, diferentemente, na condução das operações militares. O Pantanal Mato-grossense é uma dessas regiões naturais. A fim de coletar dados para futuro emprego na região, o autor desenvolve a presente monografia, objetivando analisar até que ponto são necessárias modificações na doutrina militar brasileira para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas no Pantanal.

Os capítulos que se seguem apresentam uma caracterização da área onde se aponta a inadequabilidade do termo Pantanal e analisam o grande potencial econômico, ainda não convenientemente explorado. É mostrado o sentimento do pantaneiro e os problemas que preocupam as autoridades regionais.

O autor aborda os ambientes operacionais de região e a melhor maneira de utilizá-los em proveitos das ações militares.

O material a ser empregado também é estudado, com o levantamento de idéias precisas que favorecem os planejamentos de Estado-Maior.

Finalmente, a composição de forças e a concepção de emprego dos meios, abrangendo

as estratégias de emprego, bem como a necessidade de esforços conjugados das três forças singulares, proporciona ao leitor uma conclusão aprofundada sobre o tema proposto.

Adequação dos Atuais Efeitos da Força Terrestre em Face das Conjunturas Mundial e Brasileira de Hoje (Sigilosa)

Autor: Carlos Alberto da Gás
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993

O objetivo deste trabalho é apresentar as condicionantes que levam à adequação dos efetivos da Força Terrestre em face da conjuntura mundial e brasileira de hoje, além de propor medidas concretas para equacionar os óbices existentes, a fim de preparar o Exército para enfrentar os desafios do limiar do século XXI.

Visando a melhor exposição de idéias, além das obras consultadas, e a participações em simpósios e palestra, foram ouvidos militares e civis que emitiram seus conceitos e sua visão sobre o assunto.

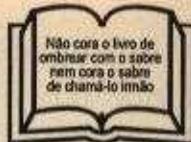
Diante dos questionamentos sobre o papel das Forças Armadas nos dias atuais, argumentou-se, na introdução, sobre a responsabilidade histórica de mantê-las preparadas, a fim de cumprir os indispensáveis deveres de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

A seguir, analisa a nova ordem mundial e suas consequências para o Brasil e a conjuntura brasileira de hoje onde, através dos campos clássicos do poder, prescreva os problemas atualmente vividos pelo País.

Em seqüência, aponta-se uma estrutura para o Exército que se adeque às conjunturas mundial e brasileira de hoje onde, a título de consolidação, com as análises anteriores, apresenta as condicionantes para o organização, preparo e o emprego no Exército.



SEJA ASSINANTE DA BIBLIEC E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS



A BIBLIEC ESTÁ MUDANDO.

A BIBLIEC está lançando para 1994 um editorial selecionado com grande critério e que certamente irá superar as expectativas de seus assinantes.

Caro assinante, participe também dessa mudança, apresentando sugestões à BIBLIEC, por escrito ou telefone.

EDITORIAL 1994

TEMPOS MODERNOS - O Mundo dos Anos 20 aos 80.

Paul Johnson

A obra de Paul Johnson nos mostra que o progressivo abandono da ordem liberal-democrática em nosso século resultou em agressões a direitos individuais que nem ao menos contribuíram para a eliminação de pobreza e suas mazelas e, ainda, que as liberdades individuais são ingredientes fundamentais da paz e da prosperidade.

O PODER PERMANENTE DA HISTÓRIA

Nilton Freixinho

Uma erudita reflexão histórica sobre as relações existentes entre a civilização Ocidental e os mundos árabe e russo-oslavo, alicerçada na pesquisa de suas origens étnicas, religiosas, políticas, sociais e econômicas.

O CAMINHO DA SERVIDÃO

F.A. Hayek

Obra inicialmente editada na Inglaterra em 1944 e reeditada nos Estados Unidos em 1975, em que o Prêmio Nobel de Economia F.A. Hayek nos apresenta um estudo paciente e minucioso das razões do controle centralizado da atividade econômica tender para o totalitarismo e do processo através do qual isso se verifica.

Mais atual que nunca diante da realidade conjuntural brasileira, em que a sociedade debate e busca o modelo adequado à Nação.

NOSSA AMÉRICA - Geopolítica Comparada

Therezinha de Castro

Mais uma obra da renomada Prof*

Therezinha de Castro, desta vez com um enfoque do continente americano como um todo geográfico, analisando a configuração política resultante da organização dos diversos núcleos históricos e conglomerados geopolíticos.

CASTELLO BRANCO E A REVOLUÇÃO

Gen Meira Mattos, coordenador

Testemunhos detalhados e eloquentes a respeito do grande militar e estadista brasileiro que se destacou como expressão máxima do ideário que norteou aquele movimento de renovação política e estrutural do País.

O MORDOMO DO IMPERADOR

Américo L.J. Lacombe

Biografia do Gen. Paulo Barbosa da Silva, baseada em notas e documentos compilados sobre um militar de carreira que, no exercício de cargos públicos e na administração da Casa Imperial, emprestou o brilho de sua inteligência sem, contudo, perder de vista as noções de cumprimento do dever, disciplina e honorabilidade que sempre nortearam sua existência. Contém revelações inéditas sobre os bastidores do 2º Império.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL

Jayme de Araújo Bastos Filho

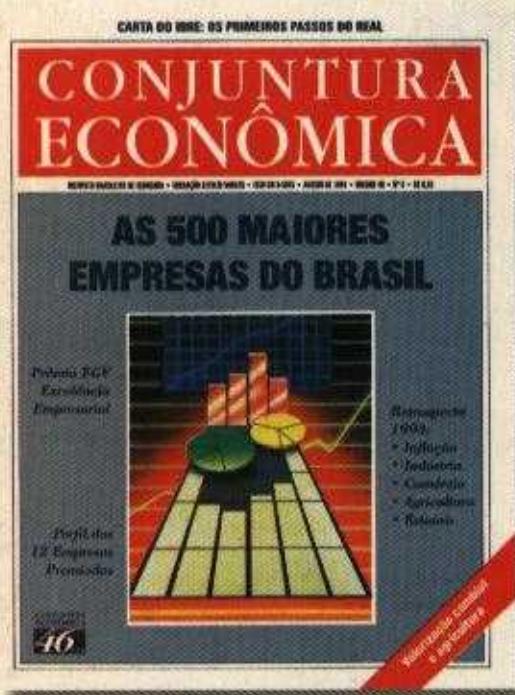
Criterioso trabalho de pesquisa que vem complementar a obra já editada anteriormente pela BIBLIEC, acrescentando informações inéditas sobre a contratação e o trabalho da equipe de militares franceses que cooperou na reorganização e modernização do Exército Brasileiro entre os anos de 1920 a 1940.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - Pça Duque de Caxias, 25. Palácio Duque de Caxias, 3º andar - Ala Marcilio Dias. CEP 20221-260

Tels.: (021) 253-4637

253-7535

A maior entre as 500 maiores empresas do Brasil é do Brasil.



Saiu a lista das 500 maiores, publicada pela revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas.

Na lista, tem empresas brasileiras, americanas, italianas, holandesas. Mas no topo da lista, ocupando o 1º lugar, está uma empresa do Brasil: a Petrobrás.

Se para alguns isto é uma surpresa, para a Petrobrás é apenas o resultado de muito trabalho, competência e dedicação.

Foi assim que a Petrobrás aumentou a sua produção de

petróleo de 610 para 745 mil barris por dia, fez as reservas brasileiras crescerem para 8,1 bilhões de barris, aumentou o seu patrimônio líquido

para mais de US\$ 4 bilhões, bateu recordes de extração e produção em águas profundas e criou tecnologia para chegar cada vez mais longe.

Por isso, ser a maior empresa do País e estar entre as maiores do mundo é motivo de orgulho.

Um orgulho que o Brasil merece.

